

Apresentação

A *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* chega ao seu terceiro ano abrindo o v. 3 n. 1 com o Dossiê Processos de Territorialização e Identidades Sociais, organizado por Rosemeire Aparecida Scopinho. Fruto de um Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) proposto pela UFSCar e contando como parceiras com a UFAM e a UFAC, neste diálogo interinstitucional de perspectiva multidisciplinar os autores e autoras problematizam as diferentes formas de ocupação da Região Amazônica dentro do processo ideológico que tem sido chamado de *desenvolvimento sustentável*, analisando as relações de poder, as disputas territoriais e as metamorfoses identitárias, entre outros elementos, decorrentes de tais mudanças. A seção artigos abre com uma bela reflexão metodológica de Howard Becker sobre como fazer sociologia da música evitando o etnocentrismo e reconhecendo a importância da interdisciplinaridade. Para isso, o autor retrança sua trajetória tanto acadêmica quanto como músico profissional, mostrando ao leitor o quanto o diálogo entre arte e ciência é enriquecedor para ambas. Vale ressaltar que essa foi uma conferência realizada por Becker na França e pela primeira vez está sendo publicada em um periódico.

A partir da perspectiva do interacionismo simbólico para a análise dos movimentos sociais, Jordão Horta Nunes coteja esta abordagem com outras teorias correntes desde a segunda metade do século XX para tratar do tema a partir das noções de ação coletiva e de identidade coletiva. Nunes procura dialogar principalmente com a teoria dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político, para chegar à proposta de utilização da teoria do *frame*, principalmente referenciada nos trabalhos de Erving Goffman. No artigo, chama a atenção o argumento sobre as potencialidades analíticas da teoria do *frame*, sem dispensar elementos que considera relevantes das outras teorias para análise dos movimentos sócias, quando sua aplicação se dá em casos de movimentos bastante distintos na América Latina, por exemplo: a campanha do Avaaz “Veta Dilma”, voltada contra a proposta de novo Código Florestal, para que a presidenta vetasse tal iniciativa; ainda no Brasil a constituição do Afro Reggae, conhecido movimento social iniciado nas favelas do Rio de Janeiro ou o caso mexicano do *Superbarrio*, ativista que se apresentava como uma espécie de herói mascarado, a partir de diversas mobilizações de movimentos urbanos, para as reivindicações de bairros menos favorecidos na Cidade do México na década de 1980.

Natália Aparecida Morato Fernandes analisa em seu artigo as políticas públicas voltadas à cultura no regime ditatorial de 1964-1985, principalmente relacionando-as ao projeto político-ideológico dominante no regime deste período. Além da censura, tema de maior recorrência, segundo a autora, na denúncia de intelectuais à época e posteriormente, bem como nas análises acadêmicas, identifica outras duas frentes principais da política de cultura do regime autoritário: o investimento em infraestrutura de telecomunicações e a criação de instituições do aparato estatal para a realização de uma política cultural oficial. Para Fernandes, mesmo havendo descontinuidades, ambiguidades e contradições da política de cultura oficial no período – produto da própria disputa interna ao regime –, esta pode ser caracterizada pela ideologia ou projeto político de integração, baseada na segurança nacional e em uma noção de identidade nacional que marginaliza ou exclui significativamente a produção cultural divergente desta perspectiva. Ao mesmo tempo a política cultural da ditadura investe diretamente ou fomenta, num viés desenvolvimentista, uma indústria cultural no país. À sua maneira, segundo a autora, o regime ditatorial acaba por consolidar, para além dos governos que o antecederam, uma política cultural nacional.

Numa interpretação também interacionista Priscila Pereira Faria Vieira trata da procura por trabalho ou ocupação, justificando-a como objeto relevante para a sociologia. A autora parte da discussão com as interpretações da sociologia do trabalho, da sociologia do desemprego e da sociologia econômica. Identifica que por mais que esta produção acadêmica tenha reconhecido a situação de desemprego, inclusive em seus aspectos subjetivos e morais, como objeto relevante, a busca por ocupação como experiência vivida e não apenas como definidora da situação de desemprego (que se diferencia da “inatividade”) foi pouco trabalhada na sociologia. A proposta de Vieira é tomar a procura do indivíduo por trabalho como objeto em si, dada sua relevância, entre outros aspectos, como momento para construção dos comportamentos e expectativas sociais que a classificação desemprego carrega. Com atenção à situação social, enquanto unidade de análise, a autora expõe no artigo parte do trabalho empírico de investigação que realizou junto a um cluster de intermediação de mão de obra no centro da cidade de São Paulo. A partir de sua pesquisa, são apresentados no artigo alguns dos elementos descritivos, mas principalmente analíticos, da construção de códigos e práticas pelos indivíduos, estes se constituindo enquanto atores legitimados na demanda por trabalho no próprio processo ou experiência da procura por trabalho.

Carla Carvalho e Sergio Schneider fazem uma reflexão sobre o processo de mobilidade social e posições de gênero das mulheres em uma pequena

comunidade rural de Cabo Verde. Ocupando um lugar tradicionalmente visto como masculino, o trabalho nas “fornadjas”, as mulheres tornam-se “fornadjeiras”, trabalhadoras remuneradas que continuam com sua jornada de tarefas no espaço doméstico.

Na seção Resenhas, Juliana do Prado apresenta o livro *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. Neste livro, a professora do Massachusetts Institute of Technology – MIT, analisa nossas relações afetivas com a tecnologia que, no limite, demonstram um paradoxo: estamos cada vez mais conectados mas, ao mesmo tempo, cada vez mais sozinhos.

Giane Silvestre resenha o livro *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*, de Jacqueline Sinhoretto. Fazendo uma reflexão sociológica sobre o sistema de justiça e suas reformas, partindo de um amplo e intenso trabalho etnográfico nos Centros de Integração da Cidadania (CICs) de São Paulo, Sinhoretto nos mostra a complexidade do processo de implementação da justiça, em que relações de poder, disputas políticas e conflitos administrativos podem levar a caminhos não previstos ou planejados.

A revista *Contemporânea* mais uma vez agradece o apoio da Fundação Ford e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Comitê Editorial

Jorge Leite Júnior, Jacqueline Sinhoretto e Richard Miskolci

Dossiê Processos de Territorialização e
Identidades Sociais

Apresentação do Dossiê

Rosemeire Aparecida Scopinho¹

O conjunto de artigos que compõe este Dossiê é fruto das relações científicas estabelecidas no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica – Procad de mesmo nome, o qual congregou docentes e discentes dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – UFAC.

Sob uma perspectiva multidisciplinar e informada por um olhar questionador a respeito das articulações entre agentes regionais, nacionais e internacionais orientados para forjar uma conversão ideológica da região Amazônica ao que tem sido chamado de *desenvolvimento sustentável*, os autores problematizam as diferentes formas de ocupação deste espaço e as suas implicações socioambientais, a assimetria de poderes que caracteriza as disputas territoriais e os conflitos delas decorrentes, as metamorfoses identitárias dos sujeitos que delas participam (ou tentam participar) e os processos por meio dos quais elas são mantidas/modificadas.

No conjunto, os artigos traçam parte das linhas que relacionam uma estrutura social – potencialmente rica e mundialmente cobiçada pelos valores que pode gerar, mas que conserva/atualiza, vigorosamente, as heranças colonialistas que somente interessam aos que dos valores se apropriam – aos sujeitos que, como parte fundamental do precioso ecossistema amazônico, teimam em combater tais heranças para garantir a sua existência ao definirem lógicas próprias de existência, recriarem subjetividades e construir representações sobre as suas condições e posições no mundo. Tomados aqui na concretude, mesmo que fluida, de um caleidoscópio de identidades em mutação, os sujeitos são ativos nessas empreitadas. A análise das suas trajetórias identitárias, especialmente da grande maioria que está do lado considerado frágil da assimetria dos poderes constituídos neste território singular, pode dizer algo sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento que, supostamente, os quer incluir e proteger. O que se defende é uma perspectiva de desenvolvimento

1 Programa de Pós-graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – scopinho@ufscar.br

que, sem desconsiderar a produção dos valores econômicos necessários para garantir a vida, também esteja atenta aos sujeitos em suas diversidades, necessidades, expectativas, representações e modos específicos de produzir e levar a vida. Se, discursivamente, a assertiva parece óbvia, o problema é que, de fato, ela não se realiza na Amazônia brasileira.

Sendo este o fio condutor, abrimos o Dossiê com o artigo de Sílvia Simone da Silva que trata do processo de formação e existência do *trabalhador da floresta* que, em meio às crises da economia empresarial, produziu espaços de vivência a partir da lida triangulada na agricultura, no extrativismo e na pesca. Tendo como foco a produção familiar, o tema da colonização amazônica é revisitado e problematizado à luz de referencial sociológico e filosófico que utiliza a noção de *vivência* para identificar na linha do tempo os seus principais momentos e conjunturas críticas, personagens e instituições fundamentais, lutas empreendidas, processos de territorialização gerados, identidades sociais em transformação. Assim, os *camponeses regionais* mediados pela convivência, em que o binômio cooperação-conflito (classista) sempre teve papel fundamental, não só constituíram na Amazônia-acriana as bases territoriais a partir das quais reafirmaram, cotidianamente, as suas existências como também criaram um *espaço vivencial* que, nas palavras do próprio autor, inclui “(...) *todo espaço de circulação do camponês, desde a sua pequena propriedade ou posse (colônia ou colocação), passando pela comunidade, organizações coletivas, sindicatos até o comércio ou o seu trânsito pelo espaço urbano/citadino*”. O autor tanto amplia a própria noção de camponês, que tantas polêmicas tem gerado entre os estudiosos do rural, quanto trata do lugar do *cotidiano* na sua formação, categoria analítica que tem sido renegada por grande parte deles que hoje tendem a enaltecer a “agricultura familiar” como mola propulsora do desenvolvimento nacional e sugerir um padrão ideal de ser agricultor, pressupondo que as (históricas) dificuldades materiais e subjetivas dos pequenos produtores foram superadas. Ao olhar para o *espaço vivencial* desses sujeitos pode-se denunciar a falácia da dita superação das condições de vida precárias desses trabalhadores e, como bem fez o autor, reafirmar o seu potencial de resistência.

Seguindo a trilha, Paula, Valencio e Correia refletem sobre outras dimensões do mesmo processo colonizador ao fixarem o olhar sobre o que ocorre, atualmente, em um ponto específico da Amazônia: a tríplice fronteira Brasil – Bolívia – Peru, lugar para onde, recentemente, convergiram processos socioespaciais e cronológicos, aparentemente distintos, que os autores alinharam sob o crivo de uma análise fundamentada na ideia de *desastre* como processo e de *fronteira* como lugar da alteridade. Esta região, que reconfigurou seus

territórios nas últimas décadas aderindo ao contraditório ideário que associa a chamada economia verde aos recursos tecnológicos poupadores de força de trabalho, tem sido cenário de dramas sociais provocados por diferentes catástrofes que criaram diferentes rotas de migração que ali se interpenetram: a secular seca nordestina e a (também secular) crise no Haiti, fortemente agravada em todos os seus aspectos pelo terremoto de 2010. Os primeiros, deparando-se com as intransponíveis fronteiras econômicas demarcadas pelos interesses da borracha no território brasileiro, ultrapassaram a fronteira geográfica em direção à Bolívia e de lá estão sendo expulsos, sem direitos, pelo princípio constitucional de 2009 que ampliou de 30 para 50 quilômetros a faixa interna de fronteira cujos recursos não podem ser explorados por estrangeiros. Os segundos, vítimas de uma sucessão de desastres sociais e naturais, encontraram a cancela fechada na chamada Ponte da Integração, que marca a fronteira do Brasil com o Peru, por onde chegaram do Haiti. Os autores focalizam o drama desses sujeitos, mas o fazem reportando-se aos discursos e práticas institucionais que, no caso dos haitianos, sob o rótulo da ajuda humanitária, justifica a acolhida, mesmo que ela se dê em condições análogas à escravidão. No caso dos “brasileiros”, a acolhida no retorno praticamente compulsório ao Brasil significa a adesão a uma política de reforma agrária cujos resultados já são suficientemente conhecidos pelos demandantes de terras no país.

Lima e Valle, a partir da análise da produção científica que examina as condições sob as quais tem se dado o processo de implantação do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (AM), propõem uma agenda de pesquisa que possa dar conta do momento atual, quando outros agentes produtivos ocupam a floresta. De que forma Manaus tem sido incluída nos fluxos do capitalismo globalizado? Os autores elencam os indícios de um acelerado crescimento da indústria chinesa na cidade que, do ponto de vista chinês, é estratégica para a expansão das suas indústrias no mundo e porta de entrada para elas no mercado consumidor brasileiro; do ponto de vista brasileiro, a industrialização da região é justificativa para minimizar o avanço do agronegócio e, assim, preservar os recursos da floresta. Tais indústrias instalam-se com padrão tecnológico capaz de mobilizar grandes contingentes migratórios do interior amazonense, mas também requerem importação de força de trabalho qualificada dos outros estados da região sudeste e de fora do país. Sob a proteção dos governos locais e federal, elas só fazem crescer a taxa de lucro ao associar o uso intensivo da força de trabalho com o pagamento de salários cada vez mais baixos. Em curto prazo, estas estratégias empresariais minimizam o “custo Amazônia”, relacionado à ausência de infraestrutura produtiva, especialmente de energia e de transporte, até que a

“guerra fiscal” instalada em diversas regiões do país as atraía para outros espaços, produtivamente mais viáveis, deixando em Manaus a população sobrando que elas atraíram inicialmente.

Os controversos modelos de reordenamento do espaço urbano em função do vertiginoso crescimento populacional ocorrido em Manaus e em Rio Branco (AC) são tratados no artigo de Moraes e Venturato. As autoras revelam as armadilhas discursivas que qualificam de poluídos os igarapés que cortam as referidas cidades e de vulnerável a população pobre que habita as suas margens, como justificativas para a sua remoção e para dar lugar a projetos de reforma e/ou qualificação urbana especialmente produzidos para favorecer a especulação imobiliária e o capital do ramo da construção civil. Assim, criam-se cidades remodeladas com base em discursos que, do ponto de vista material, requalificam o urbano ao criar novas paisagens enquanto que, do ponto de vista simbólico, apelam especialmente para o civismo e para o resgate da identidade dos moradores e sua identificação com as referidas cidades na nova roupagem que lhes foram conferidas. Os casos analisados distinguem-se pelos instrumentos burocráticos utilizados no processo de deslocamento dos moradores indesejáveis e da despossessão material e espacial decorrente. Porém, eles convergem para uma gama de efeitos negativos sobre os moradores empobrecidos, que são removidos pela autoridade pública sem que esta leve em conta as dimensões mais concretas do seu cotidiano, como as redes familiares e afetivas e a proximidade com o local de trabalho e de estudo, e ainda sobre o meio ambiente, que fica cada vez mais suscetível à ocorrência de desastres “naturais” relacionados, especialmente, às inundações.

Souza e Pinto analisam o crescimento recente das igrejas neopentecostais em Manaus – o Ministério Internacional da Restauração – e em São Paulo – a Igreja Mundial do Poder de Deus –, ambas seguidoras da Teologia da Prosperidade. Os autores denominam “empreendedorismo pentecostal” o movimento de crescimento, posto que as principais estratégias utilizadas para este fim assemelham-se às das grandes corporações, no sentido da utilização dos meios de comunicação de massa, do método de expansão do número de adeptos via formação de células ou grupos familiares e da concentração de empreendimentos econômicos considerados estratégicos e conduzidos em nome da evangelização e da expansão das igrejas.

Boa leitura e reflexão.

A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial

Silvio Simione da Silva¹

Resumo: Este artigo é um ensaio sobre a produção familiar rural na Amazônia-acriana. Tratamo-la, sob a lógica científica e política de uma teoria social/espacial da classe camponesa, em seu processo de formação e na espacialidade produzida para viver. Foi construído a partir de revisão bibliográfica e da vivência de anos de pesquisa sobre o assunto na região. Nele pode-se compreender a ação dos sujeitos sociais que atuam sob a lógica da autossustentação, na reprodução socioespacial amazônica-acriana. Com isto, demonstrou-se que a ação destes sujeitos, incrustados nas condições ambientais locais, formaram as bases para a constituição de territórios de vivências na floresta e no campo.

Palavras-Chave: Amazônia-acriana; campesinato; territorialidade; resistência.

The reality of peasant family production acreean-Amazon: formation social and territorial expression.

Abstract: *The familiar rural production in the Acrean-Amazon region is treated in this essay according to scientific and political logic of a social/spatial theory of the*

1 Programa Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco (AC) – Brasil – ssimione@bol.com.br

peasantry class, in its process of formation and in its produced spatiality to live in. It was built based on bibliographic revision and as a result of years of field and research work about this topic. We can comprehend the action of social subjects which act under a selfsustentation logic, in the reproduction of the Acrean-Amazonic socialspace. The action of these subjects, encrusted in the local environmental conditions, formed the bases for a constitution of territories of life experiences in the forest and in the countryside.

Keywords: *crean-Amazon; peasantry; territoriality; resistance.*

O sujeito de que estamos falando

Citando Robert Redfield (1956), Teodor Shanin (1979: 215) menciona que “[...] a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico. É um tipo de arranjo da humanidade com algumas semelhanças em todo o mundo”. Então, ressalta o autor que desta forma Redfield sintetiza uma ampla comparação dos grupos camponeses em diferentes períodos, lugares e países.

Mas quem é este sujeito que aqui se quer tratar como camponês na realidade amazônica? Vejamos. O camponês é um sujeito social que, sobretudo, marcha na história sob a certeza de que é produtor de sua própria sustentação, mas, ao mesmo tempo, também produz para outrem. Portanto, produz em primeira instância valor de uso e um excedente para o valor de troca.

A lógica de sua existência é dada pelo controle de seu tempo e espaço de trabalho, no âmbito integral de sua vivência socioterritorial, em ambiente essencialmente familiar. Com abandono ou não, estes sujeitos em seus domínios socioterritoriais e de trabalhos, seguem na labuta cotidiana ignorando das “faltas de...” (assistência na saúde, educação, assistência técnica rural, compreensão de sua lógica vivencial e produtiva etc.). Assim, persistem na terra ou lutando por ela, guiados por um sentimento que quem está fora deste universo pouco consegue compreender. Por esta razão é que lutam pela terra, lutam na terra e lutam para voltar à terra. Assim, o camponês é, acima de tudo, um lutador esperançoso. A subjetividade camponesa se expressa também por concretudes que se revelam, nem sempre materialmente, nos projetos de vida que se constroem na luta; isto ainda que seja de seu trabalho com a terra, no dia a dia pela sobrevivência. Também se mostra no universo de representações que se forma. A resistência camponesa terá, então, sempre esta duplicidade que se apresenta como unidade na diversidade do vivido, em seu território vivencial – colônia, lote ou

colocação²; ou daí projeta-se para o mundo externo, seu espaço de vivência, ou seja, a comunidade, o assentamento, o seringal, os rios, a reserva extrativista, a cidade... e o mundo.

Resgatando o sentido destes aspectos na formação social da Amazônia, percebemos a diversidade das faces dos processos de recriação camponesa na região. Isto provém de uma longa trajetória da história da formação da região com a instituição da população cabocla até a chegada mais massiva dos grupos sociais que formarão a base da força produtiva na economia extrativa da borracha.

Neste ritmo, a constituição destes grupos sociais que dão base a um camponato regional, trazem nas raízes os legados do processo de formação territorial de como esta fronteira foi sendo ocupada e produzida. Isto perante os povos nativos que aqui habitavam e também do que foi recebido vindo do Nordeste. É nisto que se apresentariam como condições objetivas para a formação da classe camponesa amazônica e sua diversidade. Cabe ressaltar que esta diversidade está relacionada com as condições que foram postas a produzir e interagir com os ecossistemas e biodiversidade regional.

Neste sentido é que Witkoski (2000: 1) salienta que “O camponês amazônico e sua família trabalham em três ambientes – terra, floresta e água”. De modo mais ou menos intenso, estes grupos realizam suas atividades denotando uma fina interação com o ambiente natural. Terra, floresta e água estão sob esta ótica colocados como espaço produzido, *locus* de vivência e uso socioprodutivo.

Estes sujeitos, revelam-se aí como homens e mulheres que habitam, trabalham e constroem seu universo significado de luta e vivência na floresta. O *per-tencimento* pretérito ao sertão nordestino castigado pela seca e pelo latifúndio, aqui tende a ser mergulhado nas tramas de exploração postas nos seringais e na rigorosidade da selva tropical úmida amazônica. Porém, em momentos de crise na economia empresarial do seringal (especialmente após 1912), emergem como forças de resistências perante a necessidade de produzir para viver. Então, passam a formar o universo que seria vindouro a esses trabalhadores e agora se veem obrigados a lutar para se autossustentarem na exuberância severa, úmida e densa da floresta, ainda sob a “sombra” do latifúndio extrativista. Cabe

2 - Trata-se do território que forma a unidade de produção familiar nos seringais amazônicos. Assim, a colocação é o local onde reside e trabalha toda família de seringueiro. Está composta por uma clareira, local que situa a casa e outros galpões e toda uma área de floresta onde situa as estradas de seringa, que é trilha na floresta ligando uma árvore de seringueira a outra, de onde se extrai o látex para o fabrico da borracha.

ressaltar que, neste artigo, nos limitaremos a tratar mais da realidade vinculada aos espaços produzidos e aos processos que produzem os espaços da/na floresta.

Sendo assim, no processo de formação e convivência, a cooperação e os conflitos estiveram presentes como faces de uma situação inter-relacionada. Assim, com a floresta, com os nativos remanescentes e com os companheiros já territorializados aprenderam a conviver com o patrão e com o regatão³, e com o latifúndio se completaram, mas também sempre estiveram a lutar.

O *pertencimento* em seu universo de produção, norteado pelas formas de submissão à circulação de seus produtos, apresenta-se como ressonância de sua imbricação ao processo de como este espaço estava sendo produzido, inclusive, como o ambiente social sobre o natural. Do migrante nordestino que chegava, o que se esperava era a reconstrução de um projeto de vida, em terra distante, na floresta, mas que permitisse condições de manter sua autonomia e identidade como construtores de sua própria trajetória existencial; o que, por tempos, estiveram impedidos de conseguir nos seringais, pois sua condição era de força de trabalho sob o regime compulsório.

Assim, foi nas crises da economia empresarial que se abriu espaço para a reconstrução da vivência camponesa. Ao passo que se consolidaram as bases do conflito pelos territórios que se formavam.

O conflito situado no processo de formação social amazônico-acriano

Observe que no centro do processo de apropriação da terra pelo capital que financiou a ocupação econômica, sob a ótica do capitalista, esteve o conflito. Conflito pelas terras em que viviam povos indígenas, numa lógica da economia natural, da busca pela autossustentação. Aqui prefiro falar de uma economia moral, baseada no direito consuetudinário, por anos de resistência ao avanço vindo do leste, pelos agentes do capital, sobre suas terras. Isto fez com que nos séculos iniciais da ocupação os indígenas fossem subindo os trechos dos rios e chegassem aos médios e altos cursos dos rios, como últimos refúgios.

No Acre, os indígenas, perante o jogo de interesse do capital, resistiram, lutaram por suas terras. Os “brancos” (forças da frente pioneira extrativista – seringalista e seringueiros) lhes impuseram as “correries”, o massacre cultural, o extermínio de povos. Surgiu, assim, o território acriano, talvez, etnicamente falando, o mais “branco” dos estados amazônico-ocidentais brasileiros. Mas estavam postos:

3 Comerciantes ambulantes que navegavam os rios amazônicos com seus barcos, abarrotados de mercadorias, comprando os produtos dos extrativistas e vendendo produtos diversos. Em sua grande maioria eram pessoas de origem árabe ou portuguesa que estabeleceram as bases do comércio regional.

- Terra para os antigos sertanejos nordestinos morar – possibilidade de acessar seu meio de produção, embora sob o peso instituidor da economia mercantil do seringal;
- Territórios para o capital, as riquezas explorar – com o barracão tinha-se a ponta de uma rede de exploração (sistema de aviação) que iniciava no exterior com o capital mercantil industrial e chegava às bases territoriais de produção no seringal/colocação;
- Aos indígenas, a desterritorialização, espaços que não lhes cabiam para habitar e eles, novamente, recuaram aos mais longínquos territórios dos altos-rios.

Assim, com o domínio das terras, duas bases territoriais instituíram-se: seringal e colocação. O seringal sobrepôs à colocação numa luta em que, no período de forte poder mercantil da borracha natural, a condição de produtor de sua autossustentação ficou suspensa aos sujeitos trabalhadores da floresta. A territorialidade seringalista é predominante perante os laços em que submerge a condição de ser do seringueiro pela colocação envolvida na trama funcional da empresa extrativista. O conflito se dá em nível individualizado, pois a identidade de classe camponesa estava submersa aos laços compulsórios postos ao trabalho a partir do barracão (expressão local do poder do capital). A resistência aí se dá com o seringueiro atuando na contravenção, inserindo objetos pesados na borracha produzida, desviando a produção etc. Porém, a forma como o capital os atingia era também individualizada, daí a reação também ser.

Foram nos momentos de crises intensas da economia extrativista empresarial da borracha que estes laços se afrouxaram. As lutas, a partir de então, passaram a existir para criar novas condições de viver, sem os laços coercitivos dos seringais, produzir mercadorias extrativas para vender e produtos agrícolas de primeira necessidade para o autoconsumo. A territorialidade seringueira, então, sobressaiu das colocações, mas sob os legados do sertanejo nordestino como marca de seu pertencimento à condição social de ser campesino.

A individualidade já não mais era a marca e os laços coletivos já se reforçavam na floresta e nas colônias agrícolas que foram se formando desde o período do movimento da “revolução acriana”. Segundo o antropólogo Mauro Almeida (1988), vivia-se melhor nesta época, pois se plantava, coletava-se e reconstruíam-se as condições de vida com maior autonomia. Vemos que aí se desenhou um projeto de vida camponês em que se reconstruiu uma identidade. Aqui vemos sim a construção histórica/socioespacial e não uma “invenção de identidade”, como tratou Carlos Walter Porto Gonçalves (1998). O homem da floresta recriou a sua condição de produtor familiar camponês no convívio com

a natureza, mas também no confronto com a realidade de uma territorialidade seringalista falida que, porém, resguardava o domínio privado da terra em mãos de agentes do capital. Na conjuntura que se desenhava para a região, a presença deste sujeito trabalhador familiar na floresta, de imediato, não ameaçava o poder do proprietário fundiário.

Portanto, na reconstrução do projeto social e identitário, ao camponês na floresta, sua territorialidade emergiu da *colocação* sobre o *seringal*. Isto se fortaleceu a ponto de, na década de 1970, como referimos, quando as forças da frente pioneira agropecuária submeteram a região acriana, a reação foi coletiva perante as alterações que os agentes forâneos imporiam na produção e uso do espaço regional. Daí que a resistência foi redimensionada, mas numa ação clara de luta de classes e luta intraclasse (choque de identidades). Falamos disto, pois a luta era contra os agentes do capital – fazendeiros, especuladores e remanescentes seringalistas e a elite acriana; mas também era um conflito de identidades, no âmbito da maior diversificação do campesinato com a ampliação de segmentos (ou tipos sociais) que voltavam suas bases produtivas para a agricultura e a pecuária.

Neste contexto de conflito e resistência, o domínio fundiário da terra dos antigos seringais ganhou maior valorização, num processo intensivo que preferimos chamar de “mercadorização” da terra. A terra mercadoria – valor de troca – sobrepôs a terra de trabalho – valor de uso – que se consolidava no seringal a partir a colocação. A condição de ameaça à territorialidade seringueira que se firmava estava colocada perante a reedificação do domínio fundiário que se concretizava com a frente pioneira agropecuária. A terra, nesse momento, foi medida por hectares e não mais pelas estradas e árvores como na colocação.

Por outro lado, as terras acessadas nos Projetos de Assentamentos ficaram logo expostas aos mecanismos de expropriação. Novamente, foi perante estes processos, na conjugação de destinos, que seringueiros e colonos recém-chegados começaram a se reaproximar. Suas diferenças no uso do espaço diminuíram ou até desapareceram em face da igualdade com que foram atingidos pelos processos expropriatórios.

Então, as lutas acirravam-se num embate em que apenas a territorialidade que dava a legitimidade sobre a colocação, já não bastava; precisavam mesmo territorializar, ou seja, garantir o território. Referimo-nos aqui ao momento em que a luta e resistência institucionalizavam-se com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e com as organizações comunitárias e coletivas.

Portanto, podemos dizer que o conflito e a luta de classes estiveram no âmago do processo de formação socioeconômica e política do Acre e áreas circunvizinhas. Contudo, manifestou-se com faces diversas, respondendo diferentemente

ao momento histórico como o que marca o real sentido de sua espacialização no âmbito contraditório da relação entre capital e trabalho na região. Assim, sob este “clima de conflitos” instituidores das diversas temporalidades da luta, podemos dizer que os embates travados tiveram sempre um caráter socioterritorial. Lutava-se (todos os envolvidos) por terra, pela condição de instituir ou manter bases de exercício de poder sobre um espaço em disputa – o território.

Sob o resplandecer da abertura que o poder estatal deu às forças capitalistas, após 1970, os trabalhadores buscaram firmar as bases territoriais capazes de garantir-lhes condição de fazer territorializar a terra de trabalho sobre a terra de negócio (terra mercadoria). Nascia aí a necessidade de efetivar políticas de assentamentos no estado, ao mesmo tempo em que no seio dos movimentos sociais rurais discutiam-se e formulavam-se as bases do que seriam as reservas extrativistas.

Com o avançar das lutas, outras questões foram postas no campo da política estadual, dos problemas ambientais e dos propósitos do desenvolvimento postos para a região. Mas qual é o real sentido que tudo isso ganha como forma de espacialização da resistência na região até o momento atual?

Neste sentido a resistência coloca-se como condição objetiva da luta em que se busca resguardar, inclusive, a possibilidade de ter garantida a condição de continuar sendo camponês, ter autonomia, ser produtor, ter domínio de seus meios de produção e de buscar dias melhores para viver. Assim, a *resistência* é antes de tudo a possibilidade do renascer de um novo dia a partir da construção que estes mesmos fazem; e isto os seringueiros fizeram no seringal, na labuta com o extrativismo e, mais recentemente, com a organização coletiva na luta sindical e nas organizações comunitárias.

Jeitos e sujeitos que vivem da/na terra da Amazônia

Os grupos camponeses que se formaram na Amazônia-acriana construíram suas identificações ao longo das décadas do século XX. Porém, como recriação do social no interior da floresta, esse processo remonta a legados trazidos do Nordeste. Assim, referimos a *recriação* e não *criação* do campesinato, pois na origem desses está a migração de camponeses nordestinos que vieram para a Amazônia como mão de obra para ingressar na extração da borracha, ainda no final do século XIX.

O processo migratório do Nordeste envolveu dois tipos sociais bem distintos. Por um lado, uma minoria de pessoas com algumas posses ou “bem relacionadas”, que obtiveram financiamentos do capital aviador de Belém e Manaus para comandar a exploração da borracha nas regiões produtoras; e, por outro,

houve uma grande maioria de força de trabalho braçal que, deslocada do Nordeste para a Amazônia, destinar-se-ia quase que exclusivamente ao trabalho de extração do látex⁴.

No processo migratório, o sertanejo nordestino buscava terra para trabalhar, mas o trabalho não era inicialmente com a terra e sim com a floresta. Nesta perspectiva vinham em busca também de nova oportunidade diante da incerteza e da miséria em que viviam na região de origem. Uma característica notável é que esses homens eram, sobretudo, esperançosos e, apesar de tudo, buscavam uma “nova vida” na Amazônia. Para este migrante, a Amazônia era *terra de novas possibilidades*, como a de superar a vida miserável do sertão – castigado muito mais pelo poder do latifúndio nordestino devido à força dos coronéis do que pela seca –, de obter fartura e até riqueza. Isto se deu, pois em suas vidas miseráveis esses homens deslocavam-se para cortar seringa e colocavam-se nas últimas escalas sociais, superando apenas os indígenas. Abguar Bastos (Costa, 1940: 10) refere-se a esses migrantes dizendo que “[...] pertencia às castas infelizes do camponês e do trabalhador rural. É verdade que sobrevivia, mas como cacto no areal. Sobrevivia como fenômeno humano”.

Todavia, não se pode esquecer que se tratou de um processo de mobilidade de força de trabalho dirigido pela empresa extrativista (e não a migração espontânea como a maioria dos estudiosos apresenta), financiada pelo capital industrial e mercantil, sob o apoio do Governo Imperial Brasileiro com políticas migratórias impregnadas de fortes cunhos ideológicos⁵. Os fluxos não eram para a *Amazônia*, mas para áreas específicas dela que possuíam grande potencial produtivo de borracha, embora elas estivessem muito distantes do litoral e das áreas próximas ao Grande Rio.

Com isso podemos ter um breve perfil do homem trabalhador que foi se deslocando para a Amazônia-acriana. Eram, em sua maioria, camponeses nordestinos que lá também viviam no limite da exploração, como *semiexcluídos* da estrutura agrária. Esses, perante o serviço de agenciamento de mão de obra desenvolvido pela empresa extrativista e pelo capital mercantil industrial

4 Samuel Benchimol (1977: 177) colocava que, no contexto da produção no seringal, “[...] seringa e roça, portanto, não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época de crise até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta suas vistas a terra”.

5 As características campesinas dos migrantes nordestinos que vieram para o Acre e as formas de suas arregimentações são ressaltadas no trabalho de Nunes (1996) *Memórias de um seringueiro*. O autor relata a história real de famílias camponesas que habitavam o Arraial de Canudos, lutando na resistência até a destruição. Em face da violência perpetrada pelas tropas militares da época na destruição do arraial, elas fugiram para o litoral e acabaram por se alistar nas agências recrutadoras de trabalhadores e ingressar nas correntes migratórias de mão de obra para a frente pioneira extrativista no Acre, no final da década de 1890.

financiador, eram recrutados para serem (re)inseridos no espaço produtivo na Amazônia produtora de látex. Aí havia vastos campos de trabalho, combinados à escassez de mão de obra.

Temos agora, então, elementos que nos permitem afirmar que se tratou de uma migração de força de trabalho camponesa, recrutada em práticas de peonagem. Na Amazônia produtora do látex, inicialmente, eles não foram recriados como camponeses, mas sim como trabalhadores em sistemas compulsórios⁶, verdadeiros “escravos por dívidas”⁷. Nessas situações residem as bases para a formação e recriação camponesa posterior nas terras da Amazônia Sul Ocidental.

Por volta de 1950-60 os seringais já estavam decadentes. Ao contrário do que diz a historiografia – que “os seringueiros ficaram entregues à própria sorte”, como se nos seringais vissemos em melhores condições sob o domínio do patrão –, esses sujeitos desenvolveram, nesses momentos de crise, alternativas de sobrevivência fora dos laços compulsórios que os prendiam nos seringais.

Nota-se que o espaço produzido no seringal foi base para a reprodução do seringueiro após a decadência econômica da empresa extrativa. Desenvolviam sua produção agroextrativista voltada para a sustentação familiar; firmavam seus modos de vida em bases mais sólidas nas colocações, sem o poder de coação intensa do barracão; redescobriam e recriavam valores da vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. Havia uma simbiose que amenizava os conflitos, pois nos seringais semiabandonados os seringueiros ficavam como uma espécie de “guardiões” do domínio territorial do antigo patrão.

Podemos dizer que o processo geral da formação da Amazônia-acriana deu-se a partir da dinâmica da fronteira econômica brasileira em duas fases históricas: a ocupação inicial com a frente pioneira extrativista da borracha a partir da década de 1870 e a frente pioneira agropecuária a partir do final da década de 1960.

Após 1950, a borracha como principal produto econômico estava decadente no mercado, o que intensificava um processo de estagnação/degradação econômica que vinha se arrastando, cumulativamente, com quebras por décadas seguidas. Mesmo assim, o extrativismo mantinha-se como atividade econômica

6 O termo “trabalho compulsório”, com o qual concordamos, foi designado por Silva (1982) no sentido de trabalho em que os seringueiros eram homens compelidos a produzir em excesso, sob relações de trabalho coercitivas e de constante endividamento.

7 O termo “escravo por dívidas”, que entendemos ter um caráter complementar e explicativo ao de “trabalho compulsório”, conforme Martins (1997: 85), define-se como o “[...] trabalho sob coação, ou seja, são formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador produzidas em momentos de circunstâncias particulares da reprodução do capital”.

principal do seringueiro e a borracha como principal produto da região acriana, ainda na década de 1960.

Até então, no seringal, a exploração do seringueiro dava-se tanto na pesagem do produto entregue quanto na hora da compra de víveres no armazém. Na pesagem do produto (balança), era quando mais se atingia os seringueiros, tanto por parte do patrão (no qual a estrutura produtiva e organizativa do seringal subsistia) quanto por parte dos marreteiros, que “roubavam” no peso de diversas maneiras: balança desregulada, anotações de valores a menor do que o peso real do produto, alto percentual de “quebra” etc.

No âmbito desse mecanismo, é importante entender o papel do seringueiro, que atuava também na *contravenção* de uma “ordem” preestabelecida no seringal. É bom desfazermos a imagem do seringueiro como “homem perfeito, passivo e obediente”. Ora! Os regatões que percorriam os rios da região e traziam a figura do comerciante (atravessador, marreteiro) que buscava produtos sem se interessar pela procedência forneciam uma possibilidade para a contravenção dos seringueiros. Os seringueiros, sempre que possível, usavam apenas parte de sua produção para pagar o que deviam no barracão e a outra parte, “desviavam” para vender ao marreteiro que trazia mercadorias novas; ou ainda para receber em dinheiro, coisa que dificilmente ocorria nos barracões. Também havia a prática de inserir objetos pesados na borracha para aumentar o peso. Estas situações quando descobertas eram, deveras, penalizadas pelos patrões.

Cabe salientar que esta não foi uma prática generalizada entre os seringueiros, atingiu apenas pequena parte deles. Todavia, com base nesses atos podemos afirmar que estavam presentes atitudes de desobediência à ordem vigente, que neles deu base para ações de uma luta individual, escondida e camuflada no cotidiano social desses indivíduos, invertendo a ordem do seringal. Isso demonstrava a manifestação da consciência individual da exploração a que estavam submetidos, que eles tentavam compensar as perdas com ganhos pessoais e que não havia ainda a consciência coletiva suficiente para outras práticas que levassem à resistência em ações de caráter coletivo.

Socialmente, por volta de 1950, os seringueiros que ainda permaneciam com bases produtivas nos seringais moravam em colocações distantes, de duas a cinco horas umas das outras (entende-se que *hora*, refere-se a *uma hora de caminhada a pé*, o que no “passo de um seringueiro” seria, aproximadamente, seis Km/h). Contudo, já demonstravam certa autonomia em seus processos de *convivências*. Uma comunidade de convívio social referia-se a pessoas que se distribuíam por áreas consideráveis. A boa ou má convivência provinha do respeito

pelo que é do outro⁸, ou seja, não se admitia a invasão de estradas e castanhais ou retirar madeira em áreas “alheias”; por outro lado, na permissão à caça, geralmente, não se restringia ao território de vivência familiar, mas o início de uma caçada sempre se dava na área da própria colocação e se prolongava por onde o animal caçado prosseguia em sua tentativa de fuga. O respeito às mulheres e crianças era uma exigência que cada vizinho devia aos “chefes da família”. Mesmo nessa “boa convivência”, não raramente, as brigas e desavenças aconteciam na comunidade, porém nada que após alguns desentendimentos (às vezes, até com atos violentos, em que se resolvia na base da “peixeira”) venha quebrar por total a convivência comunitária (Souza, 1996). Nota-se que não nos referimos à sociabilidade, que politicamente representa uma coletividade de classe social, mas ao convívio comunitário que se baseava em relações de vizinhança.

Esse ambiente de convivência foi sendo recriado na medida em que o seringueiro passava da condição de trabalhador “escravo por dívida”, nos momentos de apogeu da borracha, para *sujeito* que, gradativamente, tanto promovia sua *autonomia* por iniciativa própria quanto aproveitava as “aberturas” do regime de trabalho compulsório que o submetia ao seringal. Todavia, esta “autonomia” da organização produtiva familiar do seringueiro variou (ainda varia) enormemente no tempo e no espaço, desde o início do século XX. Em termos gerais, as condições que os prendiam ao sistema de trabalho compulsório perpassavam por toda a primeira metade do século XX, tendo esse sujeito maior autonomia com o passar do tempo, nos momentos de crise da economia da borracha (1920 a 1940). Inclusive, na década de 1940, uma legislação específica do Governo Federal obrigava seringalistas, em certas circunstâncias, a indenizar as benfeitorias dos seringueiros que porventura tivessem que sair de suas colocações⁹, mas o que certamente não era de conhecimento da grande maioria dos seringueiros.

Podemos dizer que as famílias de seringueiros (camponeses florestais) que se colocaram mais próximas das vias de circulação com maior trafegabilidade (margem), conseguiram maior avanço na construção de sua autonomia e

8 Conforme Souza (1996: 61), os “[...] seringueiros atingidos por qualquer ação nociva a sua vida, praticada por outro seringueiro, colocavam-se sempre como homens que precisavam de respeito pelo seu trabalho e pela vida de sacrifícios que levavam. Esses homens não aceitavam práticas de outros trabalhadores que significassem desonra ao se viver”.

9 Segundo Souza (1996: 49-50) “[...] a função do seringalista era de entregar todas as estradas de seringa em estado de exploração e auxiliar os seringueiros na construção de suas barracas e do defumador, tornou-se obrigatória a partir da exigência do Governo Federal quando da introdução de um Contrato Padrão de Trabalho nos seringais Amazônicos, a partir de 1942”. Caso isto não acontecesse e o seringueiro promovesse esses trabalhos por conta própria, o seringalista teria que indenizá-lo, o que, na prática, raramente acontecia.

na consciência coletiva como classe social do que aquelas que habitavam os rincões mais distantes da floresta (centro). Isso porque, além de ficarem mais expostos às contradições sociais na sociedade, tinham acesso às informações, maior contato com o mercado e, às vezes, a possibilidade de acesso à escola. Foi nessas condições que a espacialidade do seringueiro localizou-se no *seringal* e territorializou-se na *colocação*, redimensionando seu *território vivencial*: como noção concreta de sua área territorial de trabalho; como recanto de suas tradições e valores familiares originários do Nordeste, recriado no convívio semi-isolado da floresta úmida da Amazônia; como convívio familiar e comunitário; como noção de tempo que se torna relativo, devido à distância na floresta e ao ritmo de vida social e produtiva desses sujeitos sociais; e como na herança do domínio da grande propriedade latifundiária e do patrão. Foram dessas condições da territorialidade, e em defesa dela, que os seringueiros lançaram seus protestos para buscar o reconhecimento da sua territorialização sobre a unidade capitalista (o seringal ou a fazenda). Isso, todavia, viria apenas após muitas lutas, com as Reservas Extrativista (RESEXs) e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs).

Assim, por volta do final da década de 1960, o seringueiro aparecia como uma figura social que, devido à sua presença na floresta, questionava a estrutura concentrada dos seringais. Na frente pioneira agropecuária que passava a incorporar o território regional, a partir de então, ocorria uma (re)territorialização do capital, em que mudaram apenas os mandatários. Introduziam-se novos sujeitos sociais e econômicos (investidores/especuladores e camponeses em atividades agropecuárias vindos do Centro-Sul) e novos padrões na reprodução de espaço agrário (baseados em atividades agrícolas e pecuárias). Estes viriam sobrepor o espaço produzido na frente pioneira extrativista economicamente decadente, na qual se produziu o trabalhador tradicional da floresta – o seringueiro. Quando essas “novas forças” da rearticulação econômica e territorial do capitalismo na Amazônia-acriana ameaçaram os trabalhadores florestais, é que se manifestaram as condições objetivas para uma reação coletiva como um *campesinato da floresta*.

Em suma, o que entendemos é que nessa conjuntura aflorava a identidade de uma *categoria social trabalhadora da floresta*, inegavelmente um *camponês*, numa região em que o domínio florestal formou as condições para que ela fosse ocupada e tornada produtiva por forças externas. Nessas condições as lutas dos seringueiros foram se consumando como busca de legitimar seu domínio sobre a colocação, no reconhecimento de um *território de domínio seringueiro*, ou seja, de um *campesinato na floresta*. Aí o ambiente coletivo para se opor a qualquer

força que ameace esta territorialidade seringueira¹⁰ está construído, e é dele que surgem as forças de reação nos movimentos sociais de resistência. Para o seringueiro, isto representava uma condição de continuar seu modo de vida na floresta, ou seja, de localizar *uma territorialidade* construída por um século de convívio e resistência na floresta.

Territórios de vivências e a diversidade da realidade amazônico-acriana

Em sua cotidianidade os grupos camponeses no *campo* e na *floresta* desenhavam ações que conformam seus traços de trabalho, vida familiar e comunitária. Então, recriam ambientes de circulação e de suas práticas sociais mais localizadas. Assim, estabelecem projeção por ações que extrapolam seus locais vividos e por meio da circulação submetem e projetam seu *espaço de vivência*. Este espaço nem sempre resume as dimensões “dos dados vividos”, como “dados da prática social” (Lefebvre, 1999), pois insere-se na dinâmica escalar da circulação e da atuação cotidiana dos sujeitos sociais aqui referidos¹¹. Estamos certos de que as designações de *vivência* e *vivencial*, na realidade camponesa amazônica acriana, contêm em si as dimensões do que é significado no conceito de vivido nos termos referidos. A *vivência* é o *vivido* no movimento das condições presentes, mas interligado dialeticamente em plena relação espaço/temporal visto nas condições de seu *ser* e de seu *vir-a-ser*. Aí está a dimensão da luta pautada: no modo de vida, nos conflitos vividos, na identidade socio-cultural, enfim, na unidade que se forma entre suas perspectivas de ações e todo o conteúdo representado¹² na realidade que os sujeitos que produzem a realidade estão inseridos.

10 É interessante frisar que a identificação do seringueiro com o seu espaço de vivência na colocação era totalmente condizente com a estrutura concentrada dos seringais sob o regime de produção extrativista. Todavia, isso seria amplamente ameaçado com a transformação dos seringais em fazendas de criação de gado bovino, que ameaçavam a condição de existência espacial da colocação.

11 Conforme Sanchez (1991: 215), com relação à “escala vivencial”, pode-se dizer que não se apresenta como dimensões territoriais definidas, mas sim sinalizando “[...] as formas de atuação individual e as relações diretas do homem com o meio em sua vida cotidiana”. Sua importância está em nos permitir considerar as trocas na localização e na própria dimensão dos espaços da vida cotidiana e como se veem afetados pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

12 Neste sentido, vemos a *vivência* como dimensões de “experiências vivas ou vividas”; como “atitudes ou expressões da consciência” (Abbagnano, 2000). Assim, quando os sujeitos sociais mencionam a palavra *vivência*, permitem-nos apreender a sua cumplicidade no seu agir com a realidade na qual estão inseridos. Nisto expressam também seus sentimentos, seus desejos, suas ansias e buscas, pois nas suas condições de ser social, sua vivência é também expressão do seu modo de pensar e agir. Por isso a “vivência é sempre consciente de si mesma” (Dilthey *apud* Abbagnano, 2000), colocada como referência histórica e geográfica quando referida à condição coletiva e de classe pelos camponeses amazônico-acrianos.

Qual é a representação do termo vivencial no âmbito do espaço social produzido pelo camponês? Pensamos em alguns apontamentos para refletir sobre a questão.

Primeiro, é que *viver* é a razão fundamental que todos ganham como direito natural ao nascer, mas *viver socialmente* é ato dinâmico que nos é dado ao sermos inseridos na vida social que herdamos de nossos antepassados. Trata-se da significação de *vivência*, ou melhor, de “*con-vivência*”. A *vivência* situa-se num lugar e é fruto de um processo vivido que se realiza no presente, mas também como movimento projetivo na construção social e espacial da humanidade.

Segundo, o *lugar* é a matriz das ações e do reconhecimento da dimensão de materialidade da espacialidade da *vivência*. Portanto, a noção de *vivência* que estamos propondo incorpora uma realidade contraditória que se, por um lado, deixa marca num território agrário conhecido – a morada familiar do trabalhador (a colocação, o seringal, a colônia, o projeto de assentamento) –, por outro, é projetiva por espaço de ações em que, caso deixe marcas, essas nem sempre serão passíveis de detecção exata, pois se processam em nível de coletividades maiores e dão-se conforme as conveniências de circulação (pessoas e mercadorias). Então, extrapola áreas de atividades familiares e comunitárias, colocando os sujeitos sociais que lhes promovem em contato com o mundo circunvizinho. Assim, estabelece outros níveis de relação que não são, necessariamente, de “*con-vivência*”, ou melhor, de cumplicidade, naquelas de parcerias de comercialização, de embates políticos, entre outros.

A *vivência* pressupõe cumplicidade. Para entendermos melhor isso, aqui cabe a noção de um possível *arranjo da moradia*, da “*casa*”, do “*habitar*”¹³, como muitos usam para definir o significado de “ecologia” (o que não discutiremos aqui). Pela noção de arranjar, administrar, organizar a *casa*, o *habitar* traz o conteúdo espacial e territorial ao qual, às vezes, profissionais que militam nas áreas de ciências humanas e ecologia não dão o devido sentido. A *casa*, o *habitar* significa o lugar onde moramos – a terra em que vivemos e partilhamos nossas emoções, realidade familiar, de onde partimos para nossa faina cotidiana, ou seja, *para a labuta do dia a dia*. Portanto, para nós que consideramos que a Geografia é vista como estudo que tem por base o que é grafado (grafia) da/na terra (geo) pelo homem na interface da sociedade e da

13 Bollnow (1969: 245), recorrendo ao raciocínio de Heidegger, coloca-nos que os homens têm primeiramente de “habitar”, e a respeito disso explica o filósofo: “[...] ser homem significa [...] habitar”. A ação de habitar designa sempre um modo de encontrar-se no espaço, pois habitar significa não ficar abandonado em lugar qualquer, mas estar abrigado no amparo da casa”.

natureza¹⁴, então, como conhecimento humano, processa-se depreendendo da cotidianidade de cada sujeito social (anônimo ou não) que promove as dinâmicas no “arranjar a casa”, ou, para ser mais preciso, no que os gregos chamavam de *oikos* (a casa, o lar, a morada).

Partindo desta concepção vemos, então, que a *colocação*, *lote* ou a *colônia*, para o camponês amazônico-acriano, enquanto unidade geográfica da sua vivência, é mais que um espaço de vital – é *locus* de sua moradia e símbolo territorial de seu “existir”. É território do *habitar*, do *estar* em um lugar determinado “enraizado nele e pertencer a ele” (Bollnow, 1969: 119), da *vivência*. É *locus* em que certas práticas e comportamentos familiares, sociais e coletivos corporificam-se e dão sentido à vida (Gonçalves, 1998). Do ponto de vista geral, pode-se dizer como espaço representacional, a noção que se faz presente aproxima-se daquilo que Bourdieu (1996: 21-22) define como *habitus*, “[...] esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. Mas a *vivência* introduz-se como o motor do espaço social produzido, sendo ainda parte integrante do processo que territorializa o lugar. Portanto, indo além das condições propositadas do *habitus* na visão antes referida, mas contendo-o como um atributo que permeia a dinâmica vivencial.

Mas, o que quer dizer *vivencial*, enquanto signo fundamental que estamos colocando para a apreensão da complexidade do agrário no espaço produzido? O termo *vivencial* é derivado de *vivência*, que provém do latim *viventia*, e que quer dizer *viver*, *estar em vida*. No Norte do Brasil, o termo “vivência” aplica-se a hábitos de vida (Formar, 1966); aplicado aos grupos sociais, o sentido é bem mais amplo, referindo-se às manifestações reais e sensitivas da vida no sentido do compartilhamento de experiências vividas que afetam e são afetadas por elas, interiorizando-a em si, verdadeiramente, num sentido passional (Brugger, 1969). Esta condição, segundo o autor, é como o sentido profundo das sensações que nos prendem algo na “alma”, semelhante à sensação do nascimento ou da morte de um *ente* querido.

14 A reflexão sobre o papel das bases naturais como fundamentais para a produção de alimentos, na apropriação do econômico, feita no excelente trabalho de Lütgens (1954, p. 270-71), já nos adiantava a relação de quando o econômico se intercrusa e até se interpenetra com a natureza e ambos se reproduzem no que podemos dizer geográfico: “[...] no que diz respeito ao problema geográfico-econômico fundamental – assegurar a alimentação e o abastecimento mundial – temos que chamar a atenção [...] sobre o clima, sobre o solo e o problema da água o homem somente pode exercer poucas influências. Estas são as bases de toda a produção de alimentos. Temos que considerar ainda o mundo vegetal e o mundo animal natural [...], o papel que desempenham para a alimentação, rios, lagos e mares [...]”. Isso, todavia, é norteador pela dimensão que o capital se impõe na sua reprodução sobre a natureza.

É esta dimensão de grupos sociais localizados, carregando seus valores socioculturais, seu modo de vida familiar, comunitário e coletivo, relações de trabalho e com o ambiente natural, ou ainda, promovendo suas relações objetivas e subjetivas, no sentido do *existir* em que se dão a forma e o conteúdo (social, ambiental, cultural, político e territorial) que propomos entender por *espaço vivencial*. Sua compreensão vai além da noção de *território de vivência*, pois nesta restringimos a condição de *ser e estar* na sua *moradia*, localizando-o. Vai além da noção de território visto como espaço do exercício do poder sobre área delimitada Raffestin (1993), embora se expresse por territorialidades de sujeitos sociais, pois se define pela dinâmica de circulação¹⁵.

Assim, o espaço vivencial de um grupo ou classe social é o espaço de sua história, de suas paisagens vividas, de seus imaginários e símbolos, do sentido do que foi e será vivido no seu *ser* e no *vir-a-ser*, dos lugares em que se relacionam (por exemplo, que vai de sua moradia à cidade onde compram e vendem produtos e mercadorias), das transformações que ocorrem e seus domínios de vida e no seu ambiente natural e social, entre outros¹⁶. Visto na relação processual de sujeitos sociais localizados numa gradual dimensionalidade de suas formações socioespaciais, isso se refere à espacialidade deles na conjuntura em que se inserem.

Mas o que faz esta ligação entre o espaço e o território de vivência? Com relação ao território também apresentamos alguns pontos. Mas vejamos mais. O *território de vivência* resume os aspectos territoriais, constituindo-se na dimensão nuclear da família – da moradia, as áreas de trabalhos, passíveis de delimitação precisa. Aqui os elementos objetivos e subjetivos que nutrem a dialética do *espaço vivencial* alimentam-se também das dinâmicas do *território de vivência*, mas se localizam formando as bases para esta dimensão mais ampla (referimos espaço vivencial no contexto geral do espaço produzido). Cada território é um universo de representações e significações que se dá por formas concretas no

15 Neste sentido é que a noção de *vivência* se coloca como mais significativa do que o “vivido” de Lefebvre (1999), pois é espaço presente na dinâmica de produção e circulação das ações de sujeitos em práticas sociais. Vemos o *espaço vivencial* como espaço concreto, tal como para Santos (2002: 55), em que “[...] o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’”.

16 Consideramos esta situação no âmbito de uma cultura popular, ou seja, daquela que “[...] tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo” (Santos, 2002: 327). Nestas dimensões de culturas é que se processou a resistência seringueira, por exemplo.

âmbito inter-relacional comunitário e coletivo por ações principiadas do ambiente familiar, como raiz de formação para o espaço vivencial.

Apesar de se processar sobre dimensão de territórios de vivências diversas, o *espaço vivencial* não deve ser tratado como uma dimensão necessariamente contínua, mas sim contendo verdadeiras descontinuidades. Aqui *vivência* é parte de ações e atitudes humanas vitais (Bollnow, 1969) e das contradições que produzem e são produzidas na sociedade em seu cotidiano, na extensão territorial e na circulação (de pessoas). Assim, é parte de um constructo social no qual se formaliza o princípio de redes de relações que unem o lugar, o território de vivência camponesa ao circuito de relações externas. É, por isso, ambiente de *externalização* daquilo que o território de vivência é *internalizador*. Isto se dá numa ação de interconexões por processo de resistências/aderências ao global perante o local¹⁷. Assim, vemos sua abrangência conceitual na análise mais ampla do espaço produzido, por exemplo, como do universo de vivência camponesa amazônico-acriana.

Voltando este conteúdo para a realidade amazônico-acriana, quando nos referimo ao *espaço vivencial* estamos tratando de todo espaço de circulação do camponês, desde a sua pequena propriedade ou posse (colônia ou colocação), passando pela comunidade, organizações coletivas, sindicatos, até o comércio e o seu trânsito pelo espaço urbano/cidadino. Isso significa que nele se dimensiona o socioespacial/territorial, no qual se vivencia o cotidiano social, mas também por onde desfilam seus valores socioculturais e seus símbolos, constituindo-se no espaço para a realização de seu imaginário social e coletivo. É o espaço de seus movimentos no(s) território(s) no dia a dia do seu viver. Quando nos referimos ao *território vivencial*, estamos tratando de lugar da realização social da família, seu território de trabalho (sua posse, colocação ou colônia). É o *habitar* familiar. Então, esse “território” é apenas parte do espaço vivencial em seu movimento, em seu “fluxo” na dimensão condicional do que é o “fixo”, como local onde o sujeito social habita.

Portanto, para os trabalhadores camponeses amazônicos, a relação que se estabelece externamente com o mundo que o circunda se dá no âmbito desta relação território–espaço vivencial. Não perpassa por casualidade mecanicamente concebida entre o ambiente (florestal ou de lavoura) e sua consciência individual ou coletiva, mas sim por uma “espécie” de cumplicidade com sua condição de *ser* em si mesmo (no sentido ontológico), no âmbito do agrário produzido seja no

17 Noutas palavras, do local com o mundo, visto que “[...] o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (Santos, 2002:337).

campo, na *floresta* ou até nas *idades locais*. Daí, o forte senso de resistência social que brota nos momentos em que tais condições em si são ameaçadas; nisso a condição de vivência aflora como expressão de classe social, como expressão de seu *habitus*, ou seja, na consciência de classe manifestada integralmente em defesa própria perante a ameaça externa. A partir de então, o sentido da luta e a resistência terão maior expressão no cotidiano vivencial do camponês.

Expressão da formação da vivência camponesa na floresta

Com a conquista gradativa de liberdade de trabalho, nos momentos de crises econômicas para as empresas extrativistas, crescia o poder de auto-organização desses trabalhadores que se firmavam nas condições de vida na floresta. Definiam-se assim os espaço e territórios de vivências. Por isso, enquanto a propriedade privada da terra não fora apossada de forma estranha ao uso feito da terra na decadente frente pioneira extrativista, seu domínio sobre a colocação praticamente não era questionado. Em sua existência como tal, os conflitos entre trabalhadores *versus* patrões foram amenizados por uma situação de “dormência econômica” da borracha subvalorizada no mercado, devido à crise que se abatia sobre o sistema empresarial na circulação e comercialização do produto, desde a segunda década do século XX.

Nessas circunstâncias, muitos seringalistas abandonaram ou arrendaram suas propriedades, resguardando suas economias em aplicações noutras atividades. Os poucos que persistiram, mergulharam em dívidas que, gradativamente, inviabilizavam a manutenção da produção dos seringais. Assim, quanto maior foi a crise na economia da empresa extrativa regional, mais se afrouxavam os laços que prendiam os seringueiros e mais ocorriam condições para que estes migrassem para as cidades ou se firmassem em condições de posseiro na floresta. Com isso não estamos defendendo que a crise não afetava os seringueiros. As dificuldades também se abatiam sobre eles, mas, por outro lado, isto lhes dava maior liberdade de ir e vir, de tomar decisões próprias, de reconquistar e reconstruir condições para uma vida com maior autonomia plantando, criando, colhendo, coletando e lutando pela colocação, enquanto lugar de sua reprodução integral, e não apenas econômica, sob a base da instituição da família¹⁸.

Neste sentido, em entrevista com um seringueiro (pesquisa de campo, 1998), este argumentava que no início da década de 1970 fora questionado por um

18 A instituição social família, vemos conforme Bourdieu (1996: 127) que “[...] é um princípio de construção da realidade social [...], esse princípio de construção é ele próprio socialmente construído e [...] comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira”.

fazendeiro recém-chegado à região de Brasília sobre seu direito à terra “se sequer tinha documento dela”. Ele contra-argumentou ao fazendeiro que, realmente, não tinha *documento escrito* sobre sua *colocação*, mas tinha documento: a sua presença naquele lugar há anos, a família que construiu e os filhos que ali cresceram, a amizade com a vizinhança, as plantas que cultivou, tudo isso eram seus documentos. Ademais, andando pelos seringais é comum chegarmos em colocações nas quais a família já habita ali por décadas e duas ou três gerações já se passaram – *o cemitério com pais e avós sepultados, próximo da residência é o testemunho desse passado*. Acreditamos que nisso podemos ver uma “economia moral” (Thompson, 2002), baseada no direito consuetudinário garantindo a legitimidade da posse do seringueiro.

O trabalho com o meeiro acolhido no seio da família foi outra prática social desenvolvida no contexto da firmação do modo de vida seringueiro. O meeiro, geralmente, era um homem solteiro que, uma vez contratado por um seringueiro chefe de família, passava a exercer atividades de trabalho na extração do látex, com a totalidade ou partes das estradas da colocação, sendo que, ao final, a produção seria dividida ao meio (daí, o nome meeiro). Para isso, a família do “seringueiro chefe” encarregava-se de prestar todos os outros serviços necessários para que este trabalhador tivesse condições de viver com o “devido conforto”. Por se tratar de um homem solteiro que trabalhava junto a uma família já constituída, ao final do contrato o meeiro acabava casando-se com a filha do seringueiro que o recebeu (Souza, 1996; Silva, 1999).

Outra situação deriva do fato de que o modo de vida seringueiro vincula-se, na essência, ao trabalho na seringa e à coleta de outros produtos naturais. Nisso reside parte de um aprendizado no qual a família é o *locus* principal em seu território de vivência. O filho do seringueiro é iniciado no âmbito da própria família, no trabalho e afazeres para assimilar as práticas paternas e se tornar um trabalhador tal qual o pai¹⁹. À menina, em geral, cabe ser iniciada nos trabalhos domésticos e em trabalhos nos roçados, pois dificilmente seria ocupada na atividade extrativa da borracha. Foi no âmbito da família também que outros trabalhadores recém-chegados (caso de muitos nordestinos que chegaram

19 Esse fato já demonstra o grau de comprometimento da família como elemento dominante nos processos de produção do espaço e do sujeito social na floresta, assimilando aprendizados passados de gerações anteriores e reproduzindo-os. Em geral, isso difere muito do que acontecia com os primeiros seringueiros (os brabos), que eram iniciados por outros trabalhadores mais experientes, num processo cumulativo da técnica de extração que remonta ao habitante nativo da Amazônia e ao “aperfeiçoamento tecnológico” de extração do látex feito pela empresa capitalista promotora (Cf. Reis, 1954).

entre as décadas de 1950 e 1970), não habituados à atividade na floresta – os “arigós” –, foram iniciados nos trabalhos extrativistas.

As relações de sociabilidade comunitária se davam nos “dias santos” e aos domingos com atividades de lazer, celebrações religiosas, jogos de futebol, festas dançantes etc. Mas, também nos mutirões (*os adjuntos*) em que uniam forças familiares comunitariamente em trabalhos, numa atividade de solidariedade a um companheiro e, ao final, como símbolo da união, o dono do “serviço” oferecia um jantar com fartura de comidas, bebidas e uma festa em que se dançava a noite inteira. Tudo isso demonstra o papel da família como local do aprendizado de práticas e valores já desenvolvidos no contexto da luta contra a opressão do patrão e do atravessador, na dureza da vida na floresta e na assimilação do modo de viver a *autonomia* que se conquistava, gradativamente, no embate cotidiano.

É nesse ambiente que o seringueiro firma seu modo de vida, construindo família²⁰, repassando valores desenvolvidos tanto nos anos de contato e vivência na floresta, como no resgate de sua memória social de trabalhador migrante nordestino recriado na Amazônia. Nisso ele firma a *identidade* que entendemos ser *específica* do *camponês florestal*, sob os seguintes pilares: organização familiar, comprometimento com o ambiente local (vida social na floresta), domínio sobre a terra de trabalho (posse da terra florestal), religiosidade (predominantemente católica), legados socioculturais nordestinos, solidariedade coletiva, luta e resistência pela terra de trabalho na floresta.

Para demonstrar processualmente esta ação interna ao território de vivência, entendemos que Souza (1996: 233) explica de forma bastante didática como se dava a formação de um modo de vida seringueiro na floresta, em face às lutas e ao desafio no “seu reconstruir” como sujeito de sua própria história:

Além do patrão seringalista, o seringueiro teve que dominar um mundo natural que se colocava à sua frente. Para colocar em prática seu trabalho no corte da seringa, foram inevitáveis os enfrentamentos dos perigos e dos mistérios da floresta. Acostumados a isso, os trabalhadores seringueiros não se amedrontam, muitas vezes, nem com os esturros da onça-pintada [...]. Na madrugada,

20 O sentido de construir família estava na base social que estruturava a vida na floresta. Assim, a “[...] família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) [...]” lança a base da formação social, na qual homem e mulher vivendo matrimonialmente aguardavam a passagem de autoridades (em geral eclesial) para a efetivação de sua realização como “[...] categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva [...]” (Bourdieu, 1996: 128). Vemos que isso explica a aceitação familiar de viverem juntos, matrimonialmente, sem casar no “Cartório”; porém, ainda que demorasse, o casamento religioso é uma exigência que se inscreve no *ethos* da existência familiar (isto é, no âmbito do *habitus específico* que se constituía na família).

com sua espingarda, com seu balde, com suas facas, com suas tigelas, com seu saco de pano (chamado de marico), amarrado às costas, saem a trabalhar atentos a todo movimento estranho aos caminhos que percorrem diariamente. A onça-pintada que havia esturrado naquela área, na noite anterior, ainda poderia estar ali. Enfrentam os riscos, mas não deixam de trabalhar. O medo era superado pela necessidade de trabalho. Veio o domínio de seu mundo. Passaram a respeitar tais riscos com coragem de enfrentá-los no dia a dia.

Nota-se, então, o sentido da luta como um processo contínuo: a resistência de um sujeito que vive na *fronteira* de “desafios” impostos a uma existência simples, de um homem simples, na complexidade do território florestal. O domínio próprio de seus limites coincide com o domínio do mundo externo, às vezes caminhando em sentido diferente do que, individualmente, poderia fazer²¹. Fazem-se presentes no conjunto de suas lutas elementos que no enfrentamento ao ambiente local, na relação com seus instrumentos de trabalhos, no seu imaginário social e mítico da floresta, instituem a “ordem simbólica” de uma tomada de consciência sobre o *domínio de seu mundo*, a partir do que já existia²². Nisso residem as condições para apreendermos o modo de vida camponês do seringueiro, e as raízes dos conflitos que suscitam quando seu espaço de vivência é sobreposto pelas forças da frente pioneira agropecuária a partir do início da década de 1970.

Assim, seguiu-se a resistência nas décadas seguintes, mas num processo que nos permite ver outras realidades em grupos sociais tal como elas se manifestam. Por isso, a realidade dos seringueiros é um processo que nos instiga ver a luta e outras realidades.

E assim o camponês segue existindo também aqui na Amazônia

O que resta, então, a ver para o camponês? Há muitos anos Lênin (1979) e Kautsky (1986) previam o seu desaparecimento; há muitos que continuam reafirmando esta tese e criaram, teoricamente, até a figura estranha do *produtor familiar*, como se o capital pudesse transformar tudo à sua imagem e semelhança. Mas, teimosamente, os camponeses estão aí, como partes dinâmicas da realidade. Não foram compreendidos e são apropriados, contudo,

21 Por exemplo, servindo como mão de obra a preço baixo para destruir a floresta, como fez o Sr. Jurandir Barbosa de Freitas (em 1998), que em um momento de sua vida trabalhou no desmate para fazendeiros e, noutro momento, identificou-se coletivamente, tornando-se um sindicalista (delegado sindical) e combatendo esta prática.

22 Estamos nos referindo aos valores socioculturais desde as raízes nordestinas até os legados das populações nativas, às relações de vidas desenvolvidas no confronto com o ambiente amazônico, ao sentido da vida comunitária nos seringais etc., como condições subjacentes da “ação de ser seringueiro”.

a luta pela terra tem garantido a sua existência como a classe social que tem perpassado por todos os momentos da história da humanidade com grande força para lutar.

E no Acre? Somos otimistas, porém sem ingenuidade. É possível ter acesso à terra; o desafio é ter as condições para manter-se nela: os assentamentos agrícolas, os polos agroflorestais, os assentamentos extrativistas, os assentamentos florestais, apesar de atuarem também no sentido de desmobilizar a criação autêntica de formas mais adequadas de uso da terra como as RESEXs, por exemplo, são espaços possíveis para firmar bases de territórios de vivências camponesas. Porém, a luta como expressão classista da resistência foi desmobilizada, as instituições coletivas foram desmontadas pelo mesmo poder instituidor estatal de parcerias (palavra importante neste discurso). Agora se fala na ativação de parceria público-privada como solução. A reforma agrária aparece apenas no discurso, como medida compensatória para os problemas que não são resolvidos nem no campo nem na cidade. Temos dúvidas sobre a existência de parcerias possíveis!

Então, arrisco-me a continuar dizendo que hoje, em 2012, o movimento social rural, com poucas exceções, está muito mais enfraquecido de que nos anos finais do século passado. A resistência reduziu-se, novamente, quase a lutas de grupos individualizados perante a força de pessoas cooptadas e vinculadas ao poder e centralidade do Governo que comanda o Estado há mais de uma década. Com tudo isto, na maioria dos casos, não se vai além de um mero “sindicalismo de resultados” que quebra o sentido da luta e leva as conquistas anteriores ao esquecimento. Exceção a tudo isto são focos de resistência existentes, sobretudo, em Brasília e Xapuri. Em Brasília, mesmo fora do STR, o seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues representa uma voz que clama pela autonomia socioterritorial e pelos direitos da classe; institucionalmente, o STR/Xapuri é a principal instância de luta e, sob a liderança da seringueira Dercy Teles, este sindicato tem se colocado como um foco de resistência em defesa da classe camponesa, em ações políticas que mostram ser este o sindicato mais autêntico em atividade hoje no Acre. Com isto tem-se a expressão de que a luta em seus espaços de vivências respeitados e dignificados ainda é importante para as populações que habitam as diversas faces do rural acriano.

As mudanças conjunturais na política as atingiram de tal forma que o movimento hoje encontra dificuldade de ver o outro na luta – os antigos amigos e inimigos aparecem juntos, como “farinha no mesmo saco”. Isto perante um poder público que, por compreender o sentido da luta, transformou os mecanismos da resistência (pois muitos burocratas tiveram origem nestes movimentos em

tempos pretéritos) em opressores de quaisquer manifestações que pudessem reafirmar os interesses da classe, se as ações reformativas ameaçassem atingir os seus propósitos oficiais. Estamos, pois, diante de um processo de transformação do poder oligárquico que se reconfigura em grupo político em que sujeitos do movimento não se veem mais como parte da classe trabalhadora (algo que pode ser visto no pensamento gramsciano como “transformismo”). Assim, usam a sua “herança” histórica para reprimi-la e suas condições políticas (como o argumento dos ideais de Chico Mendes²³) para aniquilar a luta autêntica perante os interesses em defesa de um projeto posto de cima para baixo, sob a lógica ideológica do “desenvolvimento sustentável”.

Com isto, criou-se um ambiente em que a imagem de personagem da luta e as conquistas territoriais pretéritas sucumbem a uma realidade representada. Isto se dá, em especial, a partir da cidade, sendo que nem sempre reflete o que foi e é vivido e vivenciado, sobretudo nas áreas rurais, por suas gentes. Daí, ainda faz muito sentido entender conforme Paula e Silva (2008:115-6):

[...] diríamos que um dos maiores desafios dos movimentos sociais hoje na Amazônia é o de escapar das imagens, do espetáculo que encobre esse monumental aparato de espoliação capitalista em marcha batida também na Amazônia. Trata-se de um período nitidamente diferenciado daquele em que viveu Chico Mendes, marcado pelo triunfo avassalador da hegemonia neoliberal, cujos efeitos sobre as lutas de resistência camponesa e indígena na Amazônia ainda não foram suficientemente analisados. Dito de outro modo, deslindar as imagens que compõem o espetáculo na sua forma contemporânea pode nos auxiliar a compreender as razões que levaram a maioria dos movimentos sociais a aderir de forma ativa a um projeto que na sua essência expressa a negação das bandeiras de lutas empunhadas anteriormente. Estamos nos referindo explicitamente à adesão desses movimentos à ideologia do “desenvolvimento sustentável” preconizada pelo Banco Mundial e demais agências multilaterais, ANGs e ONGs.

Ao olhar para os focos de resistências antes referidos, ainda se pode ter a esperança e a certeza de que a “luta ainda continua”, com se dizia nos tempos de embates mais fortes vividos no âmbito dos STRs e outras formas de representação de trabalhadores.

23 Tratamos do papel Chico Mendes na construção da luta nos movimentos sociais no artigo “Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes” (Paula; Silva, 2008), que pode ser acessado na *Revista Nera* da Universidade Estadual Paulista.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4a. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Utilização dos recursos naturais na floresta amazônica. In: *Seminário: A Amazônia e a questão ambiental*. Rio Branco, CPT/AC, 1988. (mimeo).
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Um-pouco-antes e além-depois*. Manaus, Humberto Calderaro, 1977.
- BOLLNOW, Friedrich. *Hombre y espacio*. Barcelona, Labor, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.
- BRUGGER, Walter. *Dicionário de Filosofia*. 2a. ed. São Paulo, Herder, 1969.
- COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- FORMAR Editora. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado*. 5a. ed. São Paulo, Formar, 1966.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando: nos Varadouros do mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista)*. Tese de doutorado, Geografia, UFRJ, 1998.
- KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- LENIN, Wladimir Ilitch. *O problema agrário II*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1979. (Traduzido pela Equipe Aldeia Global de *La alianza de la classe obrera e del campesinato*.)
- LÜTGENS, Rudolf. *Los fundamentos geográficos y los problemas de la vida económica*. Barcelona, Omega, 1954.
- MARTINS, José de Souza. *Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- NUNES, Jersey de Brito. *Memórias de um seringueiro*. Rio Branco, Gráfica Tico-Tico, 1996.
- PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. “Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes”. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Unesp, Ano 11, n. 13, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- REIS, Artur César Ferreira. *O seringal e o seringalista*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1954.
- SANCHEZ, Joan-Eugene. *Espacio, economia y sociedad*. Madrid, Siglo XXI, 1991. (Economía y Demografía).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

- SHANIN, Teodor. *Campesinos e sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SILVA, Silvio Simione da. *A fronteira agropecuária acriana*. Dissertação de mestrado, Geografia, Unesp, 1999.
- SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: Movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Dissertação de mestrado, Economia, UFMG, 1982.
- SOUZA, Carlos Alberto A. de. “*Varadouros da Liberdade*”: *empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre*. Tese de Doutorado, História, São Paulo, PUC-SP, 1996.
- THOMPSON, Eduard Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. Florestas de trabalho: os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. *Encontro Anual da ANPPAS*, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2000. Disponível In: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GTo8/antonio_carlos_witkoski.pdf>.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

- SILVA, Silvio Simione da. A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 19-43.

Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”¹

Elder Andrade de Paula²

Norma Valencio³

Diego Correia⁴

Resumo: Os desastres são considerados como um dos mais importantes fenômenos deflagradores de migrações em massa. Para além do evento natural – como terremotos, secas ou enchentes –, muitas vezes o que se destaca são as relações socioeconômicas e sociopolíticas que aviltam os direitos e a dignidade humana dos grupos em desvantagem. Esse artigo aborda essa problemática através de três casos, a saber: a expulsão de camponeses brasileiros da faixa de fronteira da Bolívia com o Acre, a desumanização do tratamento público aos haitianos inseridos em Brasiléia (AC) e o modelo de desenvolvimento territorialmente restritivo que está em execução na fronteira do Acre com o Peru.

1 Apoio Capes/Mec - Programa Procad, CNPq e Fapesp.

2 Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco (AC) – Brasil – elderpaula@uol.com.br

3 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil – normaf@terra.com.br

4 Grupo de Estudos em Gestão e Educação Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campo Grande (MS) – Brasil – diego.sociais@gmail.com

Palavras-chave: direitos humanos; desenvolvimento; desastre; mobilidade.

Between catastrophic disasters and controlled mobilities: from the comes and goes of Brazilians peasants to the arrival of Haitian immigrants in the “kingdom of this Amazon world”

Abstract: *Disasters are considered one of the most important phenomena generators of mass migrations. Beyond the natural event – like earthquakes, droughts or flooding – what are often highlighted are the socioeconomic and sociopolitical relations that degrade the rights and human dignity of the groups in disadvantage. This paper focuses this problematic through three case-studies: the eviction of Brazilian peasants in the borderline of Bolivia with Acre, the dehumanization of the treatment of the public power with the Haitians currently in Brasília/AC and the development model territorially restrictive running along Acre-Peru border.*

Keywords: *human rights; development; disaster; mobility.*

Introdução

Os Departamentos de Pando e Madre de Dios, bem como o estado do Acre, situados respectivamente na Bolívia, Peru e Brasil, tiveram suas configurações delimitadas no curso de disputas de ordem geopolítica do controle dos bens naturais e, desde aí, foram suscitando um tipo de mobilidade singular. Enquanto o contexto de modernidade refere-se à compressão do espaço e do tempo para fazer caber a perspectiva de livre circulação dos capitais e das pessoas, correspondente às virtudes ideologicamente atinentes à globalização, a referida região foi palco de uma mobilidade controlada; isto é, onde o deslocamento é compulsório, fruto de opressões, a serviço de outrem, movimento de quem não encontra mais possibilidades de inserção no mundo.

No início do século XX, a borracha natural constituiu-se em uma das matérias-primas mais requisitadas no processo de expansão industrial nucleada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. A demanda por este produto impulsionou uma corrida de capitais em sua busca nos vastos territórios amazônicos portadores de alta densidade da árvore produtora de látex (*Hevea brasiliensis*). A demanda de força de trabalho para viabilizar a instalação da empresa extrativista, voltada para extração do látex e fabricação da borracha, implicou de imediato na indução de migrações, aprisionamento e escravização

da força de trabalho indígena. No caso da Amazônia brasileira, impulsionou-se a migração dirigida de trabalhadores pobres do Nordeste para trabalharem nos seringais. A conjugação daquilo que foi denominado como um *desastre natural*, a Grande Seca de 1877, e as estiagens prolongadas e secas precedentes, com a corrida em busca do ouro negro – a borracha natural – nas selvas concorreu, efetivamente, para que milhares de trabalhadores saíssem em busca da esperança de fazer fortuna.

No caso peruano, utilizou-se massivamente a força de trabalho indígena amazônica e de outras regiões, como foi o caso dos santarossinos, analisado por Klaus Runmeholler (2003). Houve também iniciativas voltadas para impulsionar a produção agrícola com vistas ao abastecimento interno das empresas extrativistas⁵. Na Bolívia, a colonização do atual departamento de Pando valeu-se também da força de trabalho indígena e teve forte influência do departamento de Santa Cruz. Esse processo de ocupação econômica na fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru reitera a racionalidade colonialista europeia nas Américas, com a arregimentação e disciplinarização da força de trabalho em esquemas semelhantes ao da escravidão. A partir da inserção da borracha que passou a ser produzida nos seringais de cultivo da Ásia no mercado mundial, a empresa extrativista na Amazônia entrou em crise. Como sabemos, a expansão desses seringais no continente asiático resultou do processo de domesticação de sementes da *Hevea brasiliensis*, coletadas ilegalmente na Amazônia brasileira pelo inglês Henry Wickham e levadas para o Kew Gardens de Londres em 1876. Levadas, posteriormente, para experimentos na Ásia, a domesticação das sementes de *Hevea brasiliensis* e sua adaptação a outras condições edafoclimáticas redundaram tanto em profundas transformações de ordem técnico-produtivo quanto nos rearranjos de ordem geopolítica mundial. Este episódio acabou constituindo-se, efetivamente, em um dos mais notáveis casos de biopirataria praticado na era moderna (Paula, 2011). Com o término irreversível do extrativismo da borracha natural para fins de comércio internacional, esses territórios foram, gradativamente, readaptados às dinâmicas de acumulação interna e externa do capital.

A partir da década de 1950, a presença do Estado intensificou em parte dessa triplíce fronteira. As políticas de industrialização levadas a cabo pelos países latino-americanos, com vistas à *substituição de importações*, preconizadas

5 Houve, todavia, uma empresa extrativista atuante em Madre de Dios que se valeu de imigrantes japoneses para a viabilizar a produção agrícola. Segundo Arruda (2009: 52) “Entredel caucho 1908 y 1910 La Inca Rubber asentó japoneses en sus postos de acópio a lo largo del rio, quienes al terminar el ‘boom’ se establecieron cerca de Puerto Maldonado”.

no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), repercutiram na ocupação e exploração de seus territórios. No departamento de Madre de Dios, a construção de estradas ligando Pilcopata–Shintuya e Quincemil–Mazuko–Puerto Maldonado, somada ao incremento da mineração de ouro no final da década de 1970, atraiu fortes fluxos migratórios. A produção camponesa, comércio e serviços, bem como a construção civil, constituíram-se nas atividades mais importantes para a absorção de força de trabalho. A população desse departamento é de, aproximadamente, 120 mil habitantes. No departamento de Pando vivem, aproximadamente, 78 mil habitantes, 70%, deles estão concentrados em Cobija, a sua capital. As atividades produtivas estão ancoradas no extrativismo, especialmente na coleta de castanhas e exploração madeireira. A exemplo do que ocorre no estado do Acre e no departamento de Madre de Dios, a pecuária extensiva de corte vem se expandindo aceleradamente neste território. Outra atividade econômica que vem se expandindo é a mineração de ouro. Os grandes projetos vinculados à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IRRSA), como rodovias e usinas hidrelétricas, também afetam os povos indígenas e comunidades camponesas deste departamento. No caso do estado do Acre – com uma população formada por aproximadamente 750 mil habitantes, dos quais 72,61% situados em zonas urbanas –, as políticas desenvolvimentistas adotadas pela ditadura militar no pós-1964 repercutiram significativamente na forma de ocupação e uso do território. A ligação rodoviária com o restante do país, e agora estendida até o Oceano Pacífico, tal como planejado pela referida ditadura, foi seguida por um processo de modernização da agropecuária pautado na expropriação dos povos indígenas e do campesinato, concentração da propriedade fundiária, expansão da pecuária extensiva de corte e exploração florestal madeireira. Novamente, a produção orientou-se para o mercado externo, reiterando a lógica do modelo agroexportador animado, neste caso, pelo anúncio da maximização das *vantagens comparativas* propiciadas pela conclusão da Rodovia Transoceânica.

No intervalo compreendido entre a “Rio 92” e a “Rio+20”, a tríplice fronteira aderiu o quanto pôde aos denominados mercados verdes, tanto por meio da reconfiguração territorial quanto da redução do uso da força de trabalho que as novas tecnologias empregadas requeriam. Nas áreas de domínio estatal, como as unidades de conservação de uso direto em suas distintas modalidades, bem como nos assentamentos rurais, os povos e comunidades que nelas vivem têm sido pressionados a restringir a produção agrícola. A

financeirização da natureza via Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA⁶ tem servido, por um lado, para atenuar essas restrições e, por outro, para pavimentar e legitimar a mercantilização total dos bens naturais, inclusive do ar que se respira, na forma de comércio do carbono retido pelos bosques. Nas áreas de domínio direto dos capitais privados, como pecuária extensiva de corte e exploração madeireira através dos questionáveis Planos de Manejo Florestal Sustentável, o uso de força de trabalho requerido é muito baixo. Dado que a formação dos núcleos não foi seguida pela expansão de atividades industriais, as possibilidades de ocupação da força de trabalho *sobrante* dos campos e florestas tornaram-se muito restritas.

Na referida região, habituados com a presença, nas duas últimas décadas, de estrangeiros *branquinhos de olhos azuis* que falam inglês, português, espanhol e/ou *portunhol* – muitos dos quais chagaram movidos pelos apelos mercantis em torno dos recursos da floresta –, eis que, entre final de 2010 e início de 2012, os moradores surpreendem-se com a vinda de um novo tipo social: sucessivos grupos de centenas de homens, mulheres e crianças negras falando uma língua estranha, o crioulo haitiano. Ao contrário dos *branquinhos*, que venciam desconfianças e cujos rumores em torno de sua vinda evocavam a auspiciosa vinda de novos investimentos, trazendo esperanças (no mais das vezes, vãs) de maior dinamismo econômico onde as perspectivas de trabalho e renda minguavam, o que lhes permitia encontrar as fronteiras abertas e *las bien venidas* por parte das autoridades governamentais, os negros haitianos encontraram nas fronteiras a tendência ao fechamento. Como grupo social em flagrante desvantagem, cuja mobilidade na tríplice fronteira associou-se ao reiterado fracasso na condução político-institucional de uma das maiores crises humanitárias deste século – na sinergia entre o esfacelamento institucional, a pobreza estrutural e um terremoto de grandes proporções –, os haitianos foram desde logo identificados pelas autoridades na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia como um inconveniente problema social. Dito de outra forma, foram vistos como agentes de uma deslocação espaço-temporal arbitrária e desconfortável de uma crise, até então entendida como situada, unicamente, dentro dos limites do território do Haiti. As autoridades locais na tríplice fronteira trataram a vinda dos haitianos como algo inesperado, sobretudo porque traziam consigo e para o continente

6 Por meio deste mecanismo promove-se uma monumental desnaturalização da natureza ao mesmo tempo em que se naturaliza a mercantilização como elemento intrínseco do processo evolutivo. Uma explicação bastante didática sobre o significado do PSA pode ser encontrada no Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (2012) dedicado a este tema, disponível em <http://www.wrm.org.uy>.

sul-americano os efeitos socialmente incômodos e nefastos de um acontecimento compreendido como *remoto* em termos geográficos – na insularidade caribenha, exógena ao contexto amazônico –, *estranho* em termos culturais – na incompreensível narrativa no *krèyol*, pela qual a tragédia era expressa pelo grupo, abordando-a como algo vivo em sua luta cotidiana, até o concernente aos demais hábitos que os distinguiam dos interlocutores locais – e, especialmente, *dessincronizado* com o tempo cronológico do evento do terremoto.

Hodiernamente, o imaginário social sobre desastres é municiado em grande medida pelo discurso do meio perito em emergências, o qual constrói a ideia de que tal fenômeno é apenas uma crise aguda e pontual, consideravelmente restritiva no âmbito espaço-temporal. Significa dizer que, nessa visão, (1) o desastre é concebido como um cenário de danificação e destruição, portanto, circunscrito a um território específico e limitado; (2) o período tido como crítico inaugura-se com os primeiros instantes em que um dado fator de ameaça impacta o meio social vulnerável no território limitado e encerra-se nos dias ou semanas após; (3) os grupos sociais considerados pelas autoridades como seriamente afetados alçam o reconhecimento dessa condição quando sua inserção no cenário de sua rede primária, bem como do seu patrimônio, é objetivamente constatável e, principalmente, (4) os grupos sociais afetados, através de relações assimétricas, são submetidos ao acordo tácito de que, após as primeiras medidas de reabilitação proporcionadas por aquilo que até recentemente se aludia como *assistência humanitária* – da montagem dos acampamentos provisórios ao atendimento médico, donativos em vestuário e alimentação –, *é hora de recomeçar*, isto é, o desastre já virou passado, exigindo-se de cada qual seguir o seu percurso sem reivindicar direitos compensatórios decorrentes da tragédia.

Outros grupos já tinham trazido consigo, na região, as duras marcas da experiência de um desastre vivido; e, assim, buscado nas terras da Amazônia esperanças de sobrevivência. As grandes secas e a sucessão de estiagens prolongadas que acometeu o Nordeste brasileiro ao longo do século XIX, além do episódio de 1877, criaram um exército de *flagelados* – como eram denominados os pequenos proprietários, posseiros, vaqueiros e toda a sorte de subgrupos de camponeses afetados drasticamente com a perda de lavouras, animais de criação, acesso à água e com um rol de doenças associadas à fome – que se punha em migração devido à ineficiência das políticas para lhes permitir enfrentar as adversidades climáticas. O número de mortes associadas diretamente a este fenômeno chegou, de 1825 a 1983, à casa de 3 milhões de pessoas, segundo as estimativas de Villa (2000). Os que sobreviveram, impossibilitados

de tirar da terra o seu sustento mínimo e sem vir ao seu encontro políticas recuperativas mais elementares, foram impelidos a migrar, tornando-se a força de trabalho providencial para se refugiar na floresta amazônica e subordinar-se à lógica da indústria da borracha, que prosperou numa curta parte desse período e à custa da reiterada negação de direitos econômicos e territoriais aos que teimavam em não padecer com os surtos de malária. Nas gerações que sucederam à essas migrações de nordestinos, após a decadência da borracha na Amazônia, muitas famílias encaminharam-se à faixa de fronteira na Bolívia para dali, anos mais tarde, serem expulsas, retornando ao Brasil com o aceno de inserção em assentamentos rurais que em nada correspondem ao arcabouço cultural e de experiência que mantiveram para alicerçar a sua concepção de lugar e estratégias de garantia da reprodução social e que, agora, parece de pouca valia.

Logo, processos que aparentam ser socioespacial e cronologicamente muito distintos, referidos ao drama social dos imigrantes haitianos, de um lado, e dos camponeses brasileiros, de outro, vão convergir na tríplice fronteira, nos dias atuais, como aspecto de uma mesma tragédia dos que ficam nas margens da sociedade exitosa. Recuperemos, pois, através de uma síntese documental, de registros oficiais e jornalísticos, de um lado, e de observação de campo e entrevistas, de outro, sob a luz da literatura no tema, aspectos dessas trajetórias aparentemente dissonantes para enfeixá-las num mesmo caminho que tem tornado irreconciliável as soluções de progresso econômico que vigoram através de grandes investimentos em infraestrutura e a efetividade de proteção dos direitos humanos.

A trilha do Nordeste brasileiro para à Bolívia: a trajetória de camponeses para além dos limites do país

No contexto da fronteira, chama a atenção um precário e massivo movimento migratório de camponeses brasileiros, provenientes do departamento boliviano de Pando, com fixação nas periferias urbanas dos municípios fronteiriços do sul do Acre. Este fenômeno é produto de uma tentativa de institucionalização da fronteira boliviana, iniciada em 2006, sobretudo na margem que se avizinha com o Acre, por ora ocupada majoritariamente por brasileiros. Tal iniciativa, um dos primeiros atos do governo Evo Morales, tem como respaldo o cumprimento do dispositivo constitucional da Bolívia que proíbe a aquisição ou posse de terras por estrangeiros na faixa de fronteira (conhecida também como zona de segurança), correspondente ao que se inicia a partir dos limites

nacionais, seguindo 50 quilômetros adentro⁷. Desde então, os ocupantes irregulares dessa porção de segurança fronteiriça foram intimados a se retirar, sem direito a ter indenizações.

Durante, ao menos, os três anos seguintes às primeiras intimações, foram realizadas negociações entre o Brasil e a Bolívia, intermediadas pela Organização Internacional de Migrações (OIM), que protelaram o prazo definitivo de deslocamento, até o assentamento de tais quadros dentro da ordem legal dos dois países. Porém, o contexto de instabilidade política boliviana, acirrado pelo *Massacre de El Porvenir*, em 2007⁸, e as ameaças realizadas por autoridades e cidadãos bolivianos, fez com que centenas de famílias brasileiras seguissem em direção ao Brasil com seus próprios meios. Entre as fragilidades evidenciadas por aqueles que optaram pelo “retorno”, estão as dificuldades do grupo na adaptação ao meio e às relações urbanas, a autoimagem deteriorada e um sentimento coletivo de desamparo em relação ao futuro. Antes de delinear considerações à respeito desta questão, parece-nos importante um breve apanhado conceitual no que tange à caracterização dos envolvidos.

Como características do campesinato, Mendras (1976, citado por Wanderley, 1996:3) enfatiza cinco traços, a saber: “[...] uma relativa autonomia face à sociedade global, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”. Adicionalmente, José de Souza Martins, a partir da análise das mobilidades e das expropriações no meio rural brasileiro, preconiza que o conceito de campesinato não se restringe aos termos do modo de vida, mas também se integra à “[...] concepção de lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais [...]”, onde a luta dos camponeses pela terra caracteriza-se pela busca da garantia de seu lugar no processo social (Martins, 1995: 22).

Por essas considerações, nota-se que as lutas desse grupo social no Brasil seguiram no empenho de conquistar, garantir e preservar “[...] um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família, e reproduzi-la para gerações posteriores”. Com tais intuitos, continuamente contestados pela racionalidade econômica prevalente, verifica-se uma “[...]”

7 A Constituição Política da Bolívia de 1964 previa, no artigo 25, a proibição da posse de terras, de água ou subsolo por estrangeiros na faixa de fronteira, que é a faixa interna de 50 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. O mesmo princípio foi preservado na Constituição promulgada em 2009, no artigo 261 (BOLÍVIA, 2009).

8 Emboscada cometida contra campesinos partidários de Evo Morales no pequeno vilarejo de El Porvenir, distante 30 quilômetros da fronteira, em maio de 2008 (ver mais em MORAIS; PAULA, 2010).

extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais” (Wanderley, 1996: 12). Um universo em desagregação impõe-se como perspectiva ao grupo em virtude de tais deslocamentos e o conceito de *habitus*, empregado por Bourdieu (2003), ao transcender a fronteira entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida cotidiana, permite captá-lo. Agressões visíveis e invisíveis à identidade coletiva enodoam-se quando há supressões constantes e simultâneas no quadro das conformações políticas (o que vai acontecer?) e das conformações espirituais (o que quero ser no mundo), deslocando-as uma da outra e formando, elas próprias, uma mistura variada de tradição enraizada e de imposição ora econômica, ora legalista. Se for aceita uma heterodoxia interpretativa, diríamos que o conceito de segurança ontológica também é útil para aquilatar o peso de tais supressões posto que “[...] tem a ver com ser ou, nos termos da fenomenologia, ser-no-mundo [...]”, isto é, vincula-se a um fato “[...] emocional ao invés de cognitivo, e está enraizado no inconsciente [...]” (Giddens, 1991: 84).

Nesse sentido, a fronteira internacional é, ao mesmo tempo, o *limite* de onde ao camponês é *permitido* ir e o último lugar na consolidação da frente econômica capitalista. Ademais, é um espaço permeado de alteridades e conflitos sociais, apresentado como um privilegiado campo de investigação das relações de pertencimento e estranhamento, “[...] assim como relações de dominação e exploração, através do espaço, pela apropriação/expropriação dos seus recursos” (Porto-Gonçalves, 2004: 66). Ou, retomando Martins (1996: 27):

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social [...]. Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.

Em tais desencontros, no qual diversas fronteiras confundem-se, a situação de precariedade vivenciada pelos camponeses imigrantes brasileiros não é fruto

do acaso ou da autossujeição e nem está reduzida ao contexto de conflito com os bolivianos. Tal conjuntura está ligada a históricos e persistentes confrontos, e sucessivas contestações ao direito de ocupar, impregnados nas trajetórias do grupo social ao longo de gerações. São descendentes de parte dos nordestinos que migraram para a Amazônia, atraídos pelas histórias e promessas de melhores condições de vida e de renda propaladas durante os dois ciclos da borracha (no final do século XIX e na década de 1940, respectivamente) e, sobretudo, pela inviabilidade de manter o seu lugar no território de origem, uma vez que as secas e estiagens não deram trégua e as políticas recuperativas mantiveram-se nulas.

O temor dos conflitos agrários e da devastação provocada pelo *stress hídrico* no sertão nordestino, por um lado, e a possibilidade de marginalização nas cidades, por outro, apareceram como facilitadores para o arremetimento dos camponeses como mão de obra pela aristocracia da borracha que florescia na Amazônia. Porém, enquanto o primeiro ciclo manifestou-se como uma empreitada privada, o segundo ciclo contou com uma forte intervenção governamental, como na produção de propaganda sobre os “benefícios” da troca da “sequidão nordestina” pela “fartura amazônica” e apoio logístico garantido para o deslocamento.

A análise dos depoimentos obtidos em pesquisa de campo⁹ permite afirmar que os referidos fatores tiveram preponderância em relação ao discurso do ouro negro, ou seja, estava mais vinculado ao terreno das necessidades, do que ao estabelecimento de riquezas. A literatura existente sobre o tema (como em Furtado, 2008), em consonância com dados obtidos durante a pesquisa realizada em 2010 (Silva, 2012), revela o uso de violentos métodos de submissão e aviltamento do camponês nordestino e a utilização de um discurso patriótico a favor dos interesses dos senhores da borracha, seja para a tomada do território da Bolívia, ou da consolidação da *Frente da Borracha*. Em nenhum momento foram observadas garantias de condições dignas de trabalho e subsistência plena pelo aparato estatal.

Com a decadência da atividade gomífera, por volta da década de 1920, e o abandono dos seringais, os camponeses territorializaram-se na condição de posseiros nas matas, amparando sua subsistência através da extração da seringa, da castanha, do açaí, da produção agrícola em pequenas áreas, além da caça e da pesca. É neste processo de territorialização que o camponês oriundo do sertão nordestino incorpora, em seu arcabouço cultural, a dinâmica da floresta, a qual passa a ser o seu novo lugar, que lhe dá sustento à vida diante de uma memória de destituição (Furtado, 2008).

9 Pesquisa de campo realizada em setembro de 2010 (SILVA, 2012).

Porém, a implantação dos planos de integração nacional e dos projetos de modernização agrícola promovidos pelo governo militar (1964-1985) provocaram o avanço da atividade agropecuária sobre as áreas ocupadas pelos seringueiros, os quais não detinham a propriedade da terra. A disseminação da pecuária que diminuiu o universo de possibilidades para tais camponeses na fronteira acreana (Paula, 2005) e violentos embates pelos direitos de ocupação foram travados. Diante de uma luta desigual, a alternativa de famílias camponesas para seguir em rota de fuga do Brasil em direção às matas bolivianas tomava corpo na esperança de manter o seu modo de vida e conquistar um abrigo em face aos barracões tradicionais, à desapropriação, aos conflitos agrários, às ameaças feitas a si e à sua família.

O deslocamento a caminho da Bolívia foi acelerado durante a década de 1960. Entretanto, era um movimento de seguir em frente no espaço geográfico para, ao mesmo tempo, preservar em termos identitários e do *habitus*: na floresta, que ainda pairava no lado boliviano, a produção da borracha ainda era viável, além da caça, da pesca, entre outros. Segundo os depoimentos, as colocações ali se apresentavam como um lugar seguro, livre de conflitos, fresco, bom para criar os filhos, entre outros fatores. Foi ali que se teve a primeira sensação de autonomia, seja para a escolha das atividades de trabalho, ou da decisão de projetos futuros. Além disso, é notável a formação de uma estratégia de fronteira, onde se pode obter os benefícios das melhores características de cada país.

Contudo, ao cruzar o limite geopolítico para a Bolívia, o camponês não se fixou ali apenas como um grupo estrangeiro, mas como um grupo *sem direitos*. Desde a emissão de aviso para a retirada dos brasileiros das terras bolivianas, o território em questão tornou-se um campo de confrontos de diferentes ordens entre brasileiros e bolivianos; por exemplo, houve casos de pressão de bolivianos para a venda de benfeitorias a preço vil, cobrança indevida de taxas e impostos, tomada compulsória da produção agrícola, ameaças sucessivas de expulsão e até mesmo o uso de violência física. Tal ordem de conflitos vem alterando a sociabilidade entre brasileiros e bolivianos ao longo da fronteira, e as rotinas de convivência, até então amistosas, tornaram-se cada vez mais inseguras e conflituosas.

A questão torna-se mais crítica quando, além de enfrentarem a situação de ilegalidade na Bolívia, os camponeses são observados como um problema para algumas autoridades brasileiras e para parte da população local, visto a falta de condições estruturais de cidades de pequeno porte (entre 15 a 22 mil habitantes) em receber entre 300 e 400 famílias. No processo em curso, os camponeses encontraram na cidade uma realidade para a qual não estavam preparados: não

havia trabalho para eles (ou subempregos), eram difíceis (ou inexistentes) as condições para pagar aluguel de moradia, e, em alguns casos, não havia nem mesmo seguridade alimentar. Situações de muita incerteza eram constantes.

Até o momento, foram apresentadas duas alternativas de assentamento aos camponeses. A primeira proposta feita foi a da inserção dos camponeses em agrovilas projetadas pela OIM, a partir do financiamento pelo erário brasileiro, no interior do território boliviano, fora do raio de 50 quilômetros da fronteira. Esta opção é considerada inviável pela totalidade dos entrevistados, que justificam que não há estruturas suficientes no entorno dos lugares propostos, seja por parte do aparato logístico, seja para o acesso aos serviços públicos elementares, como o de educação e o de saúde. Além disso, temem um acirramento dos conflitos em um espaço onde não terão *como fugir* para o lado brasileiro. De certa forma, perde-se totalmente uma relação de fronteira que permitia a existência social, com a garantia de determinados direitos no Brasil (como a seguridade social), o escoamento e venda das matérias-primas produzidas e a manutenção de laços familiares e afetivos do lado brasileiro da fronteira.

Devido a essas resistências, o governo brasileiro propôs o assentamento dos camponeses nos moldes da reforma agrária, por meio dos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta segunda alternativa, apesar de mais bem aceita, também parece estranha ao camponês. Ao contrário da colocação na Bolívia, nos assentamentos existem cercas entre vizinhos, a terra é seca, o clima é desagradável, o vizinho é muito próximo, não há privacidade, não há água disponível, a família não pode ficar junta, a casa é quente e de um desconforto térmico que o clima da região só faz piorar. Ao mesmo tempo, não há garantias de que consigam plantar naquele lugar, pois a agricultura nunca foi a sua vocação e, ao plantar, eles devem se inserir em uma economia de mercado pouco dinâmica, conseguir lidar com financiamentos, entre outras qualificações.

Diante de tais circunstâncias, a terra da colônia é entendida como produtora de mercadoria, não é terra de trabalho, mas será uma terra de negócios, e para isso eles não estão preparados, não têm qualificação, nem condições técnicas e financeiras para lidar com os obstáculos dessa situação específica, e, assim, não sabem o que poderá acontecer. Paira sobre eles o mundo da incerteza. Assim, a prática social de migração no caso em tela não está voltada à garantia de um sonho de uma vida melhor, mas sim pela insegurança à vida sua e dos seus familiares, da falta de condições ambientais, à fuga da marginalidade, da expropriação, entre outros. As más lembranças transmitidas ao longo das gerações, referentes ao trânsito contínuo no território em busca de um lugar, parecem

ficar impregnadas no *habitus*, e servem de aporte na tomada de decisão no ato de migrar, mesmo que esta não seja a opção dos envolvidos.

Dentro do campo aqui brevemente delineado, não é de se estranhar movimentos regulares de contestação ao direito de ocupar dos camponeses. O discurso da legalidade, que busca garantir os termos da propriedade em detrimento da cidadania, segue como uma permanente e tortuosa companhia. O aparato jurídico e policial aparece sempre contra os direitos do camponês e nunca em seu favor.

Numa lógica inversa ao que encontra no retorno ao Acre, para o camponês o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas, principalmente, ao ser. O que se coloca em risco é a existência social desse grupo, pois é ampla a possibilidade de não mais ser, pois lhe é negado estar, em condições que julga como necessárias, em ambos os países, sendo operado dessa forma um processo de descamponesização (Bourdieu; Sayad, 2006). Deixar de ser camponês ou se adaptar a uma nova lógica envolve diversos custos. Tira-lhe a autonomia que por tanto tempo lutou. Se antes era orgulhoso por conta da sua independência e por ter acumulado posses em forma de benfeitorias deixadas na colocação na Bolívia, hoje teme ser estereotipado como ocioso e um peso para a mulher e para os filhos. Da mesma forma, vê-se arrastado para longe do convívio familiar, das práticas formativas (ou educacionais) dos seus filhos e tem, cotidianamente, a insegurança de ter moradia e alimentação garantidas no dia seguinte, questões que impõem debilitação física e psicológica.

Dessa forma, quaisquer que sejam as possibilidades de territorialização, o mundo rural continuará a existir no modo de agir e na forma de pensar dos camponeses, mesmo que sejam obrigados a subjugar suas mãos em outras frentes de trabalho, e conviver em territórios que considera degradados. Há uma “[...] inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim” (Martins, 2001: 32).

“Vão *desastrar* noutro lugar”: a indiferença social ante ao padecimento dos imigrantes haitianos

Após a conjugação de infortúnios – do que se convencionou denominar como um *desastre natural* (o terremoto que vitimou centenas de milhares de pessoas) com os desastres sociais resultantes da exploração econômica do Haiti e o esgarçamento das instituições públicas nacionais – que gerou diretamente centenas de milhares de mortos e feridos e mais de 1 milhão de desabrigados, poucos milhares de haitianos decidiram deixar o seu país e emigrar para o Brasil, numa jornada migratória eivada de dificuldades.

No caso do Haiti, o imaginário social passou a considerar que o terremoto havido em 12 de janeiro de 2010, com magnitude 7,0 na escala Richter – e as mais de três dezenas de réplicas sismológicas nas horas e dias seguintes, com magnitudes acima de 4,0 na escala Richter, segundo informado pelo United State Geological Survey (USGS) –, circunscrevia toda a cronologia do desastre e também os seus domínios, na capital Porto Príncipe e arrabaldes. Tal circunscrição espaço-temporal tornava, perante as autoridades, deveras tardia e deslocalizada a reivindicação de medidas compensatórias por imigrantes haitianos. Duvidava-se da legitimidade de reivindicação do grupo pela identidade coletiva precária de *grupo afetado pelo desastre*, passados meses ou mais de ano após tal evento. O “dia do desastre” teria, providencialmente, virado passado na concepção de mundo forjada institucionalmente, ainda que amplamente sabido o quão pífias fossem as providências recuperativas no Haiti face às dimensões catastróficas ali constatadas. Como um acontecimento passado – entendido, portanto, como socialmente superado –, ocorrido em longínquas terras com um povo estranho, autoridades e moradores da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia supunham legítimo levantar dúvidas em torno das narrativas tanto quanto manifestar, por vários meios, que nada tinham a ver com aquela situação humilhante dos grupos que para ali acorriam, com destaque para as experiências de fome pelo caminho, de falta de condições de prover asseio corporal e para o pouco vestuário disponível, a precariedade dos locais para repouso, a insegurança pessoal e outros.

As demandas dos haitianos por mínimos vitais e pela garantia dos seus direitos civis foram recepcionadas pelas autoridades locais, especialmente no Brasil, com a estranheza peculiar de quem ignora as relações sociais transescalares quando convém; isto é, quando a miséria de quem solicita é tão evidente que o ônus aos cofres públicos parece não apenas ser significativo, mas sem proveitosos efeitos ao nível da atividade econômica onde o grupo se insere. No lugar das boas vindas a tais estrangeiros ou de manifestações de solidariedade aos mesmos devido aos percalços sofridos desde o país de origem no trajeto que os trouxe até ali – ou de ver aquelas circunstâncias como uma oportunidade de explicitar o respeito aos compromissos com os mecanismos protetores previstos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos – o meio social envolvente, nos três níveis de governo, não tardou a emitir aos haitianos os inequívocos sinais de intolerância e desagrado com a sua presença. As limitações impostas à permanência, à circulação, bem como no referente à sobrevivência do grupo, configuraram um conjunto de práticas pouco sutis de expulsão, hostilidade compatível àquela que a sociedade reserva àqueles que são entendidos, no dizer de Bauman (2005), como *refugio humano*. Não há contradição desse fenômeno

de intolerância social e do ambiente de grandes investimentos na região, destacadamente através de obras de infraestrutura que, no segmento energético como viário, prometem integrar economicamente o continente e transcendê-lo, ligando o Atlântico e o Pacífico¹⁰. A simultaneidade entre a aspiração de globalização econômica e o repúdio em relação aos fracassados das Américas é um binômio que enfeixa a Amazônia contemporânea.

Com o intuito de conter esse fluxo migratório, desencadeado no final do ano de 2010, em meados de janeiro de 2012 o governo brasileiro fechou as fronteiras para impedir a entrada no país dos migrantes sem vistos. A entrada no território brasileiro passou a limitar-se aos portadores do visto de trabalho emitido pela embaixada do Brasil na capital do Haiti, Porto Príncipe, não sem antes ter havido um polêmico processo de bloqueio oficial à entrada, no qual a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob o pretexto de preocupação com os riscos que corriam os haitianos no trajeto ao Brasil, pela ação de *coiotes*, concordavam que a cota de vistos para entrada e permanência deveria ser mínima, o que equivale a dizer, como antítese a qualquer política compensatória de garantia de direitos, que o sofrimento do percurso passaria a ter correspondência com a frustração na possibilidade de chegada, num movimento de controle da mobilidade e contenção dos efeitos do desastre catastrófico no seu território de origem, onde a crise deveria continuar a ser vivenciada pelos que dela procuravam escapar.

Em entrevista à *IHU Online*, a diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, Rosita Milesi, estimava em apenas 5 mil os haitianos que teriam entrado no Brasil após dois anos do terremoto de janeiro de 2010, e este processo de deslocamento seria tão legítimo quanto os demais na atualidade, embora considere que as razões humanitárias e não o reconhecimento do *status* de refugiado devesse ser a forma de acolhida das autoridades brasileira em relação a este grupo.

No entanto, as ditas *razões humanitárias* aparecem na Resolução Normativa n. 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), publicada pelo *Diário Oficial da União* em 13 de janeiro de 2012, mas para significar o seu inverso quando

10 Essa ideia fixa da Rodovia Transoceânica como *corredor de exportações* parece ter sido levada ao extremo também pelo Estado peruano. Neste caso, sua concretização material expressou-se de forma dramática na reconfiguração urbanística de Puerto Maldonado, capital do departamento de Madre de Dios. Trata-se da construção de uma das pontes no traçado dessa rodovia, a que faz a travessia do rio Madre de Dios, bem no meio da cidade, e de um corredor com muretas de ambos os lados no perímetro urbano, que cindiu a cidade em duas partes. Essa obra alterou completamente a vida daquela comunidade. Em que pese a realização de inúmeros protestos e manifestações por parte da população de Puerto Maldonado, contra aquela transgressão de seus direitos cidadãos, a obra foi executada sem alterações.

serviram como argumento para deliberar pela limitação de vistos humanitários à irrisória quantidade de cem por mês.

Entrementes, na denominada Ponte da Integração, que liga o Brasil ao Peru – construída sobre o rio Acre no transcurso da Rodovia Transoceânica –, centenas de haitianos ficavam atônitos com a insensibilidade do governo brasileiro e sentiram, paulatinamente, que não faziam parte dessa integração. Não foram informados de que a Rodovia Transoceânica foi projetada para exportar *commodities* e não para importar mercadorias como a força de trabalho que estavam dispostos a oferecer, mesmo que por salários aviltantes. A travessia árdua que haviam feito, do Equador até o Peru, parecia vã. Estavam *encurrallados*, no dizer do Ministério Público Federal, que verificou *in loco* aquela situação:

Ciente desse contexto de tensão, marcado por um clima de crise humanitária e impasse diplomático, em 19 de janeiro de 2012, o Ministério Público Federal destacou equipe de servidores até o local, com o fito de diligenciar e avaliar as reais circunstâncias em que se encontram os haitianos na região da fronteira entre o Brasil e o Peru. Verificou-se [que] aproximadamente 120 imigrantes haitianos, entre adultos e crianças, foram efetivamente impedidos de ingressar no território brasileiro por agentes da Polícia Federal, razão pela qual foram compelidos a retornar à cidade peruana de Iñapari, onde permanecem acomodados precariamente num pequeno coreto de uma praça situada na área central da cidade, sujeitos a todas as intempéries, sem perspectiva de obter abrigo e alimentação adequados, além de amargurarem a indefinição sobre sua situação jurídica perante o Estado Brasileiro (Ministério Público Federal, 2012: 11).

Ao vermos , através das imagens veiculadas por uma transmissora estadual de TV, a dramática situação do bloqueio policial para impedir a passagem dos imigrantes haitianos para o Brasil na fronteira com o Peru, recordamos imediatamente de Alejo Carpentier em *El reino de este mundo*. Passados mais de dois séculos, os descendentes dos bravos guerreiros que derrotaram o império francês e fundaram a segunda República independente das Américas colocavam novamente seus peitos nus diante dos fuzis e desafiavam a Deusa Razão. A mesma razão instrumentalizada para justificar a inserção militar no Haiti de tropas estrangeiras, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), alegando reconstruir o país até o dito *retorno da normalidade*, também o foi para impedir que os haitianos desarmados entrassem no território de origem de parte dessas tropas – do Brasil –, procurando oportunidades

legítimas de trabalho e renda, uma vez que muitas concepções de *normalidade* que vigoram não são ancoradas em condições concretas de viabilização, se perdem na morosidade dos procedimentos que envolvem os atores multilaterais e outras tantas se pulverizam no tensionamento com as forças políticas dominantes. Muitos dos recursos financeiros prometidos para a reconstrução do Haiti jamais chegaram ao destino e a situação local permaneceu crítica nesses mais de dois anos subsequentes ao terremoto. Após um ano do terremoto, declarou o embaixador do Haiti no Brasil, em entrevista a Giraldi (2012):

Objetivamente, a situação está muito mal. É preciso reconhecer e admitir. A situação só não está pior do que no dia 12 [quando houve o terremoto] e nos dias seguintes quando tudo estava muito destruído [...] o dinheiro não está chegando. É fácil aprovar a doação de ajuda humanitária e de recursos. Mas não é simples desbloquear esses recursos. Não se pode confundir nem misturar o que é prometido com o que pode chegar ao país [que aguarda ajuda] [...]. O povo haitiano está acostumado a lutar, são mais de 200 anos de combate [os processos políticos e a guerra civil no país]. Mas não é fácil. Logo depois do terremoto, houve o ciclone que provocou enchentes no país, em seguida surgiu o cólera [...]. A falta de água, de saneamento básico e as más condições de higiene não favorecem o combate ao problema [...]. Não é momento de se dar as costas para o Haiti, peço que a comunidade internacional pense em [continuar a] ajudar o país. (Giraldi, 2011).

E, no ano de 2012, a desolação manteve-se.

Enquanto isso, a diáspora haitiana que, por um veio mínimo, insinuou-se sobre o território brasileiro, num número insignificante de pessoas perto do total de afetados na catástrofe, causou intranquilidade às autoridades brasileiras. O secretário de Comunicação do governo do Acre destacou o fato de haver neste estado mais haitianos do que soldados brasileiros em missão de paz no Haiti e que dos aproximadamente 3 mil haitianos que atravessaram a fronteira, apenas 150 estabeleceram-se trabalhando no Acre.

Tal discurso e práticas institucionais apontam uma ressignificação das relações solidárias do Brasil com o povo haitiano. Foi dito, de início, que a expulsão sumária dos que se aventuravam à sobrevivência no Brasil, embora fosse uma alternativa, seria uma prática pública inapropriada pelo compromisso nacional com o abrandamento da crise humanitária. Os termos iniciais nos quais esse compromisso seria mantido já indicavam uma solidariedade rasa: contra a possibilidade de deportação, confundindo deliberadamente a situação de

indocumentação com criminalidade, qualquer estratégia de acolhida deveria ser vista como válida. A imprensa acriana interpretou, com uma mal velada intolerância, a chegada dos haitianos que deveriam ser deportados, mas, por razões humanitárias, seriam cadastrados e receberiam assistência médica e alimentar, além de abrigo, dado que eles tinham interesse em estabelecer-se em outras regiões do Brasil.

Porém, as alegações de compromisso das autoridades diante da crise humanitária envolvendo o povo haitiano, situação que teria levado tropas brasileiras àquele país, foram gradualmente convertidas num ônus desproposital e desproporcional quando os haitianos por aqui chegaram. De *afetados no desastre*, passaram a ser considerados *invasores* do nosso país, como mostram matérias publicadas em sites e jornais de grande circulação no país. Quando o governo federal ameaçou fechar a fronteira, a prefeita de Brasília referiu alívio porque municípios como esses não têm condições de atender a demanda criada pela chegada dos migrantes haitianos. Se para a referida prefeita a decisão do governo federal de fechar a fronteira foi “um alívio”, para os haitianos foi um pesadelo. A falta de pertinência ao sentido de *invasão* foi destacada por Helion Póvoa Neto, coordenador do Núcleo Interdisciplinas de Estudos Migratórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que comentou a impropriedade do uso do termo *invasão* quando se trata de imigrantes irregulares.

Deve-se ressaltar, todavia, que nesse pesadelo os haitianos não estão sós. Ainda que temporariamente, os imigrantes haitianos em Brasília haverão de encontrar-se, no percurso, com povos indígenas, famílias camponesas e moradores das periferias urbanas vitimados igualmente pela desconfiguração contínua de seus lugares. Na esteira dessa marcha destrutiva, já se deparam com novos desastres. Além dos rios Juruá e Purus, o rio Acre também transbordou e inundou cidades inteiras, em fevereiro de 2012, como foi o caso de Brasília. Apesar da elevação dos níveis das águas ter sido praticamente igual à registrada na grande inundação de 1997, quando o nível do rio atingiu 17,67 metros, o número de atingidos quase dobrou, aproximadamente 120 mil pessoas em todo o estado. Queremos destacar com isto o fato de que um mesmo tipo de fenômeno natural, inundações graduais, associou-se, em um intervalo de 15 anos, a desastres mais graves, o que indica que o estilo de desenvolvimento em curso no estado é problemático. Brasília ficou quase toda sob as águas, com decretação municipal de estado de calamidade pública decorrente de enchentes, reconhecida pelo Governo Federal (Brasil, 2012), e muitos dos haitianos que assistiram a isso já tinham passado, em sua terra natal, pelos

furacões pós-terremoto, como se essas adversidades estivessem seguidamente coladas em suas trajetórias.

Após denúncias de organizações da sociedade civil vinculadas aos direitos humanos, o Ministério Público Federal (MPF) realizou diligência no final de 2011 na tríplice fronteira e, em seguida, acionou o governo brasileiro por violação de direitos humanos, incluindo a resistência do Conselho Nacional de Refugiados a que fosse concedido o *status* de refugiados aos haitianos. Na diligência havida em Brasília, Assis Brasil e Epitaciolândia, e na cidade peruana de Iñapari, o MPF constatou condições desumanas de tratamento dos haitianos que configuravam uma prática social de xenofobia. No relatório produzido pela referida instituição, deu-se destaque à morosidade na expedição dos documentos solicitados (CPF e Carteira de Trabalho), o que obrigava o grupo a ficar em prostração e ociosidade involuntária; à superlotação e precárias instalações sanitárias do local que lhes havia sido destinado para fins de hospedagem (na época, um hotel), incluindo falta de material para o asseio pessoal; à omissão do Governo Federal em relação ao auxílio ao referido grupo; à presença de mulheres grávidas, crianças e pessoas acometidas por doenças transmissíveis sem cuidados especiais, entre outros. Disso derivou o MPF ter elaborado a Recomendação n. 20/2011 PRAC/PRDC/AHCL na qual requer à Presidência da República e a vários ministérios (Justiça, Relações Exteriores, Saúde e Secretária de Direitos Humanos) a providência de colocar os recursos financeiros e técnicos federais em colaboração com os níveis municipais e estaduais para prover abrigo, alimentação, vestuário, material de higiene, água potável, assistência médica e outros. E arremata, no texto da Ação Civil Pública (ACP), encaminhada à Vara Federal da Seção Judiciária do Acre:

Conforme se pode concluir, a proteção jurídica dos migrantes haitianos que já se encontram no Brasil decorre meramente de dois fatos: (i) sua natureza de pessoa humana e (ii) o fato de se encontrarem em território nacional. Logo, a princípio, é indiferente, para a proteção dos direitos humanos dos haitianos, que sejam eles reconhecidos oficialmente como refugiados ou não (Ministério Público Federal, 2012: 17)

Apesar da ACP, a situação dos haitianos só piorou nos meses subsequentes. Em um Relatório elaborado por Marília Lima Pimentel e Geraldo Castro Cotinguiba, pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia, aparece assim descrita a situação que presenciaram na visita que fizeram a Brasília no período de 11 a 13 de janeiro de 2012:

Nossa ida à cidade de Brasília foi fundamental para conhecermos outra parte do processo migratório dos haitianos para Porto Velho [...] vimos as condições precárias em que os cerca de 800 haitianos se encontravam, especificamente para dormirem em um espaço que comporta, no máximo, de 80 a 100 pessoas, dormindo em sistema de revezamento, em camas, colchões, papelão, pelos corredores, chão de quartos e mesmo diretamente com colchões sobre a terra. Vimo-los preparando uma culinária típica do Haiti em local sem saneamento básico. Em conversa com um haitiano delegado dos Direitos Humanos na República Dominicana até 2011, aquela situação lhe causava *vergüenza* [...] e que aquilo *non se hace ni con animales, somos todos humanos...* (Pimentel; Cotinguiba, 2012: 2, grifos dos autores).

As limitações para lidar com a inesperada presença dos imigrantes haitianos somadas à proximidade de possíveis “desastres” provocados pelas alagões recorrentes no inverno amazônico parecem ter aumentado o pânico das autoridades governamentais do Acre e abalado a solidariedade até então manifestada pela população acriana aos haitianos. Em novembro de 2012, em visita aos haitianos, no local que o governo estadual do Acre dispôs como abrigo provisório do grupo, situado no município de Brasília, constatamos as condições ultrajantes que Pimentel e Cotinguiba (2012) haviam visto 11 meses antes e que apontam uma prática pública que vai da indiferença ao sofrimento social à crueldade devido à limitação e morosidade das providências burocráticas para provê-los da documentação necessária para a sua livre circulação no país e busca de oportunidades de trabalho; à redução e/ou corte de despesas voltadas para a manutenção mínima do grupo; à ausência de atendimento público na forma de assistência humanitária, assistência social especial e congêneres; à insuficiência de espaço físico para acolher todo o contingente, incluindo falta de colchões, roupas de cama e afins; às péssimas condições de higiene do local, desde as áreas internas onde dormem, nas áreas do entorno da casa, até os poucos sanitários que são obrigados a partilhar; associadas à falta de material para higienização corporal, do vestuário e das instalações; à ausência de privacidade das famílias e de especial proteção às mulheres e criança ali abrigadas; à fome que estão passando; ao descaso com os aspectos psicossociais decorrentes da trajetória de aviltamento que lhes está sendo imposta; e outros.

No discurso coletivo dos haitianos ali abrigados, em que uns vão se enoando nas circunstâncias da entrevista com os demais pela similaridade do drama, veem-se, como pano de fundo da migração, a crise humanitária que se prolonga no Haiti, a perda de dinamismo da economia nacional e poucas oportunidades de trabalho e emprego, e a morte de familiares no terremoto, que se

mesclam com as dificuldades do trajeto e as privações no atual abrigo para configurar um contínuo sofrimento social.

A jovem haitiana nos relata:

Muitos familiares meus morreram, fui para Santiago, Santo Domingo, vender biscoito para entrar aqui [no Brasil], para buscar a vida [...]. Vim por Porto Maldonado (..) passei muita vergonha [...] passei muita fome [...] não tinha colchão dormi assim, no chão [...] não havia banho, não havia sabão, minhas roupas ainda estão sujas [...] eu tenho força pra trabalhar, para ajudar minha família[...] meu filho ficou lá, é muito pequeno [...] [tradução nossa].

No que um rapaz, complementa:

Só os que chegaram primeiro têm colchão. Uma parte da minha família estava no Haiti, muitos morreram e outros regressam ao campo, quem morreu foram meu tio, primo e prima, a casa caiu [...] outra parte está em Santo Domingo [...] há pouco trabalho no Haiti [...] estou devendo à minha família para pagar a minha viagem [...] [tradução nossa].

Outro jovem aproxima-se e, nesses termos, apresenta os percalços pelos quais tem passado:

[...] vim pela República Dominicana, pelo Panamá, Equador, Peru e Bolívia para chegar em Brasília [...] eu tenho três filhos, pai, mãe e vim aqui, mas durmo no chão, não há colchão, há muita fome [...] muitos da minha família morreram, meus avós, primos e primas [...] eu trabalharia no que seja para alugar um quarto e mandar dinheiro para a minha família, que não tem [...] eu tenho cinco dias aqui, mas há três meses sai do Haiti para vir aqui, fazendo muito trabalho no Equador e Bolívia para vir aqui [...] no Equador fiquei um mês e pouco, depois no Peru 28 dias e Bolívia menos de um mês e cheguei até aqui em carro, ônibus, a pé [...] durmo no chão, não tenho colchão [...] não tenho sabão para lavar roupa, as roupas estão lá atrás numa mala [...].

O gestor do abrigo, representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, apresenta como contraponto a visão institucional do problema:

Eles começaram aqui a partir de dezembro de 2010. A partir de janeiro de 2011 foi chegando um fluxo maior de haitianos aqui no município de

Brasiléia. A maioria deles fala que foi pela questão do terremoto, mas outros, não; disseram que foi pela relação do Brasil com o Haiti, o Brasil está sediando a Copa do Mundo, as Olimpíadas, que o país está em desenvolvimento por isso eles acharam que a saída melhor para eles sobreviverem ou ajudar a manter a sua família foi vir aqui, pra o Brasil. A análise que eu tenho feito é, dos últimos oito meses pra cá, que 70% deles não veem do Haiti, mas da República Dominicana e do Equador [...] em dezembro de 2011 e janeiro de 2012 eles vinham do Haiti [...] foi um susto pra nós, foi um choque, até aquele momento a gente pensava que era um fluxo passageiro [...] quem estava ajudando era a Igreja Católica, no mês de janeiro e fevereiro [...] foi quando teve a cobrança dos órgãos competentes, o governo do estado começou a ajudar [...] tinha 2.500 haitianos comendo três refeições por dia [...] o custo foi todinho pro governo estadual [...] o governo federal repassou 300 mil reais quando já tínhamos um custo de R\$ 2 milhões [...] passava seis meses pra eles tirarem os documentos [...] nós estamos devendo no aluguel dessa casa aqui, oito meses de aluguel nós devemos, estamos devendo mais de 30 mil reais de aluguel [...] o governo do estado alugou por 20 dias, para botar 25 haitianos, pensávamos que ia parar [...] vai pra 40 dias que a energia foi cortada, a alimentação foi cortada dia 19 de setembro [quase dois meses e meio] [...] o governo brasileiro tem que tomar uma decisão no sentido se vai continuar deixar entrar, que dê uma estrutura para o governo do estado; se não vai ajudar, que dê uma freada um pouco na entrada deles, na minha visão estamos criando um caso social pra o haitiano no Brasil [...] Nesses oito meses, passaram a base de 900 haitianos [pelo abrigo].

Tal contexto permite, em linhas gerais, compreender o porquê de nessa faixa territorial formada pela tríplice fronteira Brasil/Bolívia/ Peru, cuja densidade demográfica é de três habitantes por km², não haver *espaço* para incorporar a força de trabalho formada pelos imigrantes haitianos, e como a crise humanitária que não foi bem equacionada em seu país é carregada como um fardo nos ombros de cada um dos membros do grupo. O desastre não é o que num território ocorre, mas como um espaço vivido desestrutura-se com danos às pessoas que a ele se referem identitariamente. Portanto, os imigrantes, cuja mobilidade se deve às pífias medidas recuperativas tomadas tanto pelas autoridades locais quanto pelos demais atores que se diziam comprometidos com a resolução da referida crise humanitária, carregam o desastre consigo, embora já estejam compreendendo em português o sentido antissolidário do povo brasileiro, clamando para que sigam embora. Pelos sinais de indiferença

social, o clamor dos brasileiros fica cada vez mais claro aos haitianos: “Vão *desastrar* noutra lugar!”

Conclusões

É mister considerar que as manifestações de estranheza e hostilidade não estavam reservadas apenas para os negros haitianos na tríplice fronteira. As portas dos direitos humanos e territoriais pouco se abriram para a maioria absoluta dos 29 povos indígenas sobreviventes do processo civilizador nessa região, tampouco para os camponeses e trabalhadores brasileiros empobrecidos que, igualmente afetados nos desastres e vilipendiados continuamente nas relações econômicas, zigzegueiam nos territórios em busca de escassas oportunidades de sobrevivência, mas veem despedaçadas as chances efetivas de produzir um *lugar*. No sentido definido por Zhouri (2010), lugar refere-se a um processo de territorialidade favorável à emancipação do grupo que o anima; indica o desejo coletivo de permanecer, de assentar raízes com a salvaguarda da memória e da identidade. E continua a autora, “[...] o lugar significa aqui o resgate da categoria espaço como ‘esteio da identidade’, como ‘suporte de ser no mundo’” (2010: 445).

Visto sob essa perspectiva, as mobilidades compulsórias de haitianos, povos indígenas e camponeses brasileiros são a antítese do desenraizamento característico da modernidade – aquele no qual os descolamentos entre os sujeitos plenamente integrados à lógica de mercado e territórios, ou o potencial de mobilidade, é imenso e está favorecido pela globalização e homogeneização dos sistemas de objetos aos quais podem ter acesso – posto que esses grupos em desvantagem vão se deparar com enquadramentos normativos que coíbem/restringem tanto sua movimentação quanto o afã de fixação territorial. A sistemática invalidação que as instituições públicas conferem às referências espaciais desses grupos ameaça-os quanto à sua existência social e a durabilidade de suas identidades coletivas. A produção sociopolítica e socioeconômica de um *não-lugar* no mundo aos fracassados é parte constitutiva de uma modalidade de genocídio contemporâneo que o arcabouço legal de várias nações, produzido pelas relações de poder de traços colonialistas, tem dificuldade em incorporar e descompromisso em reverter. Não menos emblemático dessa nulificação socioespacial são os processos de confinamento a que tais grupos são levados, numa mobilidade instrumental, vigiada, controlada, o que na prática equivale a usurpá-la.

No Brasil, a retenção dos imigrantes haitianos em um abrigo improvisado e insalubre, no município de Brasília, com restrição e morosidade na liberação

da documentação que lhes permite o direito ao exercício do trabalho e a oferta de seus préstimos ao meio empresarial, atraído pela possibilidade de aplicação de critérios socialmente desqualificadores para selecionar essa força de trabalho, são aspectos de um processo de desumanização que, sob uma perspectiva arendtiana, exprimiria a banalização do mal. Não é de hoje que as práticas econômicas expansionistas na região nutrem-se do solapamento das condições mínimas de vida dos que são integrados de maneira subordinada e circunstancial, como também eliminam violentamente os grupos sociais vistos como entraves ao domínio territorial capitalista. Como enfatiza José de Souza Martins (2012: 15):

No mesmo período em que o dinâmico ciclo do café revolucionava a economia brasileira, o ciclo da borracha não tinha elasticidade. Criou uma precária economia de refúgio na selva, baseada nas relações servis da peonagem, a escravidão por dívida, sob a vigilância do pistoleiro [...]. Mas o que foi essa economia predatória está também nos resquícios do Império do Acre, cujo imperador caricato, Galvez, nos legou uma muralha de garrafas vazias de uísque e de champanhe no meio da selva, no que foi a capital de choupanas de seu reino. Império inaugurado com um banquete simbólico: para o povo, banana e cachaça; para a corte uma ceia trazida de Paris. Do *menu* consta o champanhe servido: “Veuve Clicquot”.

Aglomerados em uma praça, na frente do posto da Polícia Federal, os haitianos prostraram-se em um angustiante compasso de espera para a definição de seus destinos. No dia 25 de janeiro de 2012, a apresentadora de um telejornal de uma transmissora estadual de TV, ao informar a chegada de empresários de Rondônia em busca de contratação dos imigrantes haitianos, chamava atenção para um “detalhe curioso do critério de escolha: a grossura da canela”. A seguir faz a chamada para a reportagem externa em que um repórter entrevista o dito empresário que afirma sem cerimônia: “[...] os que têm canela fina são preferidos por serem considerados mais dispostos ao trabalho [...]”, e arremata: “[...] esse critério é bem antigo, era usado no tempo da escravidão [...]”. Os escolhidos foram levados para trabalhar em atividades ligadas ao agronegócio, fazendas e frigoríficos localizados no estado de Rondônia. Assim, o governo do Acre foi livrando-se da incomoda presença dos haitianos e os empresários do Sul foram exportando a força de trabalho deles.

Essa *comoção* com o drama dos imigrantes haitianos no Acre vem cessando e a vinda de empresários para lhes oferecer oportunidades de empregos é cada

vez mais escassa, diz o gestor estadual do abrigo provisório aos haitianos em Brasília, e o governo federal não toma as atitudes esperadas, frear o fluxo:

Um empresário que esteve aqui quinta-feira passada está levando 38 haitianos, mas só esse fim de semana já chegaram 65 [...] as notícias que eu tenho é que tem mais de 500 haitianos parados [no Peru, no Equador] para chegar aqui [...] se os empresários deixarem de vir pegar os haitianos aqui será o problema social maior pra o município de Brasília [...] 95% dos empresários só levam homem [...] as mulheres vão ficando [...] eu tive que pegar quatro mulheres com oito meses, seis meses de grávida e levar para uma casa de apoio em Porto Velho [...] se as empresas não vierem, eles ficam aqui jogados [...] o que eu tenho notado é que isso aqui já se tornou normal, já não tem mais impacto, já virou rotina, já virou negócio, os órgãos [federais] já não estão mais... [...] até a população de Brasília está se irritando [...] uma coisa é ser um grupo passageiro [...] aqui tem, em média, 320 pessoas, mas aí vai embora, mas não muda [a situação], o problema é que vai embora 30, chega 50 [...] 30% deles tem alguma coisinha pra ir se movimentando, os outros eu fico conseguindo de ajuda, só que o município já não quer mais ajudar, porque virou uma constância [...] aí os empresários vem buscar e eu peço para eles deixarem uma ajuda, eu compro as mercadorias e fico distribuindo [...] no geral em Brasília passou 3.600 haitianos.

Assim, os haitianos vitimados pelos efeitos dos desastres catastróficos encontram no país uma violação de direitos de que pretendiam escapar em seu país de origem. Emigram de uma situação de domínio do colonialismo externo para uma dominada pelo colonialismo interno. Nesse quadro, as possibilidades de encontrarem no “reino deste mundo amazônico” a realização do sonho que os moveu nessa longa marcha em direção ao Brasil, parece muito remota. Todavia, esperamos que os que vêm do Haiti juntem-se aos explorados, incluindo os brasileiros imigrantes que retornaram desolados da Bolívia, e, nesse encontro, sejam capazes de reconstruírem seus sonhos. Inspirados uma vez mais na instigante imaginação de Alejo Carpentier (2007: 12), queremos crer que

[...] la grandeza del hombre está precisamente en querer mejorar lo que es. En imponer-se Tareas. En el Reino de los Cielos no hay grandeza que conquistar, puesto que allá todo es jerarquía establecida, incógnita despejada, existir sin termino, imposibilidad de sacrificio, reposo y deleite. Por ello, agobiado de penas y de Tareas, hermoso dentro de su miseria, capaz de

amar en medio de las plagas, el hombre solo puede hallar su grandeza, su máxima medida en el Reino de este Mundo.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo *et al.* *Historia y memorias de las tres fronteras Brasil, Perú y Bolivia*. São Paulo, EDUC, 2009.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- BOLETIM DO MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS (WRM), n. 175, fev., 2012.
- BOLIVIA, Congreso Nacional. *Nueva Constitución Política del Estado*. Sucre, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- _____ e SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. *Revista de Sociologia Política*. n. 26, 2006, pp. 41-60.
- BRASIL. DOU – Diário Oficial da União, Seção 1, n. 42, 01/03/2012, p. 49.
- CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo (obras completas)*. México, Siglo Veintiuno, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- GIRALDI, Renata. *Embaixador diz que situação está mal no Haiti um ano após terremoto*. Da Agência Brasil em Brasília. 12/01/2011, 07h46. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/01/12/embaixador-diz-que-situacao-esta-mal-no-haiti-um-ano-apos-terremoto.htm>>. Acesso em: 27 de novembro de 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1995.
- _____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol.* São Paulo, v. 8, n. 1, 1996, pp. 25-70.
- _____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 15, 2001, p. 31-36.
- _____. Incertezas que jorram do mar. *O Estado de S. Paulo*. Caderno Aliás, *A Semana Revista*. Domingo, 02/12/2012, p. J5.
- MORAIS, Maria de Jesus e PAULA, Elder Andrade de. El Porvenir: O 11 de setembro para além da Amazônia Boliviana. In: *VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas (PE), 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE.

Ação Civil Pública. Rio Branco, 2012. Disponível em: <www.prac.mpf.gov.br/atos-do-mpf/acp/acphaitianos/at.../file>. Acesso em 30/05/2012.

PAULA, Elder de Andrade. *(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental*. Rio Branco, Edufac, 2005.

———. *Transgredindo fronteiras, Amazônia no espelho de Caliban*. México, UNAM, 2011. (mimeo).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 2004.

RUNMENHOLLER, Klaus. *Os santarrosinos no departamento de Madre de Dios. A nova democracia*. 2003. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em 08/02/2011.

SILVA, Diego Correia da. *Entre idas e vindas, entre perdas e ganhos: As trajetórias de camponeses brasileiros em vivências na fronteira boliviana com o Acre*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, UFSCar, 2012.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo, Ática, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, *Anais da ANPOCS*, Caxambu, 1996.

ZHOURI, Andrea. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010, pp. 440-462.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

PAULA, Elder Andrade de, VALENCIO, Norma e CORREIA, Diego. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 45-71.

Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia

Jacob Carlos Lima¹

Maria Izabel de Medeiros Valle²

Resumo: Este artigo tem como objetivo introduzir uma agenda de pesquisa sobre espaços da globalização tendo Manaus como referência. A partir da caracterização do Polo Industrial da cidade, busca problematizar a mobilidade do capital e do trabalho num processo permanente de transitoriedade. A situação de enclave é ilustrativa das formas de inclusão e exclusão de territórios aos fluxos do capitalismo globalizado, assim como do deslocamento de empresas em busca de redução de custos, e de trabalhadores em busca de atividades que garantam a sua sobrevivência.

Palavras-chave: mobilidade do capital e do trabalho; indústria e trabalho na Amazônia; globalização.

Spaces of Globalization: The City of Manaus and the Amazon Factories.

Abstract: *This article aims to introduce a research agenda about spaces of globalization. From the characterization of the Industrial Pole of the city of Manaus in the Amazon State, Brazil, raises questions on the mobility of capital and labor in*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – jacobl@uol.com.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus – Brasil – izabelvalle@ufam.edu.br

a process of permanent transience. The enclave is illustrative of forms of inclusion and exclusion of territories in the flows of global capitalism, as well as the displacement of businesses looking to reduce costs, and workers seeking activities that ensure their survival.

Keywords: *the mobility of capital and labor; industry and labor in the Amazon, globalization.*

Introdução

Uma das características do capitalismo global, da pós-modernidade ou da terceira revolução industrial, são as tecnologias informacionais e de comunicação. Essas tecnologias eliminaram as barreiras espaciais que restringiam a sua expansão e possibilitaram a internacionalização da produção e dos mercados mundiais. A produção não necessita estar, geograficamente, próxima do mercado, o que incentiva a busca contínua de custos menores em qualquer lugar. As fábricas deslocam-se para *greenfields* em busca de mão de obra barata e pouco organizada. A indústria deixa de ser característica dos países capitalistas avançados que, por sua vez, se desindustrializam, mas mantém a hegemonia através do conhecimento científico e tecnológico. O mapa da produção industrial não é mais o mesmo do final do século XIX e início do XX.

As fábricas globais deslocam-se para o sul, para a Ásia, América Latina e mesmo para algumas regiões africanas; distribuem-se por continentes e desenvolvem-se nos mais diversos países. O processo de deslocalização e relocalização das unidades e organizações produtivas dá origem a um novo mapa industrial e evidencia a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho e da produção desse novo momento da expansão capitalista.

A mobilidade do capital é acompanhada pela mobilidade da força de trabalho em busca de empregos e melhores condições de vida. A instalação das fábricas de empresas globais nos novos espaços produtivos faz surgir novas conglomerações operárias, mas com características distintas daquelas que moldaram o capitalismo industrial, o conflito de classes e a organização operária. No geral, são fábricas enxutas, com formas de gestão ou tecnologias poupadoras de mão de obra, que utilizam força de trabalho sem experiência urbano-industrial e formas de assalariamento diversas, além de redes de terceirização distribuídas por diversos países nos quais a precarização das relações de trabalho constitui a tônica dominante. Imigrantes e migrantes compõem uma força de trabalho cada vez mais móvel, cada vez mais itinerante, na busca permanente por um

emprego. Esses trabalhadores utilizam-se de redes sociais que lhes propiciam informações e acolhida nos novos territórios da produção e do trabalho, nos quais a instabilidade de permanência, das condições de trabalho, da expectativa de mudança para um local diferente em termos de regiões e países dão a configuração de uma nova classe trabalhadora marcada pela mobilidade e, em grande medida, pela precariedade. Essa precariedade, que deve ser relativizada nos diversos espaços por questões de ordem histórica, política e econômica, está presente nos gargalos da produção que exige trabalho intensivo com grandes variações, conforme o tipo da produção.

Para Sassen (1988), a sociedade contemporânea é caracterizada pelo deslocamento espacial, temporal e intermitente do capital e de trabalhadores, de graus distintos de qualificação que estão em permanente movimento. O autor destaca ainda as políticas de incentivos fiscais em espaços periféricos em termos de industrialização que, para atrair unidades industriais, oferecem infraestrutura e incentivos fiscais para a sua instalação, além do diferencial do custo da força de trabalho.

Essa situação de mobilidade permanente exige, para Urry (2000[1990]), um conhecimento específico, uma sociologia dessas mobilidades que possibilita compreender o caráter transitório, móvel, flexível das relações sociais. Os deslocamentos são contínuos, nada se estabelece. As fábricas são modulares, podem ser montadas e desmontadas em pouco tempo e acompanham os incentivos recebidos; os trabalhadores deslocam-se entre cidades, regiões e países através do globo, sejam qualificados ou não, em busca de novas possibilidades de ocupação remunerada.

Neste artigo analisamos uma situação exemplar de deslocamento espacial da produção, a formação de um importante polo industrial voltado, quase que exclusivamente, para a montagem e a exportação de sua produção. Uma zona de processamento de exportações, com a peculiaridade que é voltada, majoritariamente, embora não exclusivamente, para o mercado interno: a Zona Franca de Manaus (ZFM). Representativa dessa nova configuração espacial, Manaus apresenta as características básicas de uma cidade industrial com uma classe trabalhadora formada na instabilidade das unidades fabris lá instaladas, dependentes de incentivos fiscais e políticas governamentais que as mantêm quase que artificialmente. A retirada de um desses fatores inviabiliza a permanência do modelo – que é absolutamente insustentável – resultando numa luta política permanente dos governantes locais interessados em manter essa situação, considerada propícia ao desenvolvimento local, por mais superficial que seja.

Ao mesmo tempo, a partir dessa configuração peculiar do Polo Industrial de Manaus (PIM) buscamos analisar o que autores como Portes (1999) e Tarrius (2002) chamam de *globalização por baixo*, marcada pelo tipo de empresa montadora que, efetivamente, não apenas não produz nada na região, como também se utiliza somente de força de trabalho local e menos qualificada. Trata-se de uma economia com distintos graus de formalização e de inserção desses trabalhadores, um nomadismo constante de empresas e trabalhadores, assim como resulta na formação de comunidades temporárias de trabalhadores oriundos de todas as partes do Brasil e do mundo que chegam a Manaus com as empresas transnacionais e permanecem enquanto forem úteis para as empresas. Trabalhadores ribeirinhos dos rios da Amazônia que buscam a cidade como uma saída para a precariedade de suas condições de vida e que lá encontram, por um tempo, ocupação e qualificação em fábricas montadoras e que depois permanecem no mercado informal que se agiganta com o crescimento da cidade; trabalhadores qualificados de todas as regiões do país e dos países de origem das fábricas.

Esta análise tem um caráter preliminar com uma proposta de agenda de pesquisa. Manaus se constitui em caso único, e ainda pouco estudado, sobre a mobilidade empresarial e de trabalhadores e suas consequências em termos de construção de uma sociabilidade urbana, metropolitana, num quadro de isolamento espacial no meio da Amazônia. Podemos falar da integração da região ao capitalismo global, mas com especificidades que exigem ser recuperadas por estudos mais sistemáticos para sua compreensão efetiva.

Relocalização espacial da produção: a Zona Franca de Manaus

Quando se pensa na Amazônia brasileira e no estado do Amazonas em particular, as referências são a floresta e a questão ambiental, marcadas pelo avanço da fronteira agrícola e o desmatamento, conflitos fundiários decorrentes da grilagem de terras, a migração de trabalhadores rurais de todo país em busca de terras disponíveis e a questão indígena. Esta última pensada enquanto necessidade de proteção e demarcação de reservas, da atenuação dos impactos dos contatos interculturais e das tragédias que representaram processos anteriores de contato. Esse conjunto de problemas resulta da expansão, ou desenvolvimento, do capitalismo no que poderíamos chamar de novos territórios: a expansão do agronegócio como seu polo mais visível, a produção de *commodities* para a exportação e a constituição de zonas de processamento de exportações utilizando mão de obra abundante e barata.

A ZFM representa, na atualidade, o quarto Produto Interno Bruto industrial do país; sua criação teve um significado ímpar na história da Amazônia: a redefinição econômica do espaço regional na ordem internacional dos anos 1960 (Pinto, 1987). Reincorporada à dinâmica capitalista, após a estagnação que se seguiu à crise da borracha no início do século XX, Manaus constituiu-se em local onde grandes produtores mundiais passaram a montar bens de consumo manufaturados para distribuição junto ao mercado consumidor brasileiro. Uma zona de processamento de exportação voltada, majoritariamente, ao mercado interno, mantida por incentivos fiscais e regime tributário diferenciado.

Delineado na década de 1950, em pleno período de aceleração do desenvolvimento industrial brasileiro, o projeto ZFM ganhou concretude na década seguinte sob o impulso do “Brasil Grande” projetado pelos governos militares. No entanto, a sua viabilidade econômica, assim como a dos demais projetos destinados à região, exigiu investimentos não só do poder público, mas, sobretudo, do capital privado de origem estrangeira. E o cenário internacional foi propício ao deslocamento de capital da Europa, Ásia e Estados Unidos em direção a países menos industrializados no contexto de erosão do Estado fordista-keynesiano nas economias avançadas, da emergência de uma ordem internacional baseada em padrões tecnológicos e comunicacionais que permitiram o estabelecimento de uma nova divisão do trabalho em escala global baseada na produção de conhecimento, tecnologia e inovação pelos países centrais e na reespecialização da produção de manufaturados por todo o globo. As fábricas transferiram-se para a periferia do capitalismo inaugurando, assim, uma nova fase no processo de acumulação de capital em escala global. O deslocamento da indústria para os novos territórios produtivos foi, na interpretação de Hobsbawm, “[...] a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse plenamente a maioria depois... [e só foi possível] graças à revolução no transporte e comunicação,... [e] a moderna tecnologia de informação” (1995: 275).

É no cenário “[...] em que a linha de produção cruzava agora não há hangares num único local, mas o globo... [que as zonas francas começam] a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobretudo feminina e jovem” (Hobsbawm, 1995: 275). É neste cenário que se dá a criação, em Manaus, no interior da floresta amazônica, de uma das primeiras zonas francas do mundo.

Ao longo de sua existência, a ZFM experimentou, na percepção de Seráfico (2011: 111), três fases distintas, “[...] condicionadas por mudanças da ordem

econômica internacional e pelos efeitos destas sobre a política econômica nacional”: a) comercial (1967-1975); b) comercial e industrial (1975-1991) e c) industrial (1991-2008).

A instalação, em meados dos anos 1970, em Manaus, das primeiras plantas industriais dos grandes produtores mundiais americanos e europeus do setor eletroeletrônico e de veículos sobre duas rodas é parte do movimento mais geral de deslocalização e realocização industrial; nele, Manaus foi incorporada na rede de cidades produtoras de manufaturas de empresas transnacionais, e lugar de disputa global dos grandes produtores mundiais. É assim que americanos, europeus, japoneses e outros penetram no mercado brasileiro fazendo de Manaus a sua “plataforma de exportação” para todo o território nacional.

O Polo Industrial de Manaus (PIM)

A origem do capital das empresas que compõem o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus e a quantidade de plantas industriais contribuem para a construção do perfil das indústrias ali instaladas e para a percepção da mobilidade do capital.

No mapa dos investimentos estrangeiros, percebem-se, ao longo da história da ZFM, mudanças na origem do capital das empresas instaladas: entre 1967 e 1975, há a predominância de investimentos oriundos dos EUA; a partir de 1975 observa-se a presença significativa do capital japonês e, de 2000 em diante, incremento dos investimentos asiáticos, notadamente sul-coreanos e chineses (Seráfico, 2011).

O poder de atração de investimentos industriais, estrangeiros e nacionais pode ser percebido pelo número de projetos aprovados e implantados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)³ no período compreendido entre 1967 e 2008: de 208 a 417 empresas, a maioria de origem estrangeira: europeias (Finlândia: Nokia; França: Essilor; Países Baixos: Phillips), asiáticas (Japão: Honda, Yamaha, Sony, Panasonic; e Coréia do Sul: Samsung, LG Electronics, Proview) (Suframa, 2012) e americanas (EUA, Canadá, Colômbia: AMBEV, e Argentina: Texpet).

O perfil da indústria da ZFM no período 1980-2000 apresentou como características: a) elevada concentração na produção/montagem de bens de

3 A Suframa foi criada pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

consumo duráveis, fabricados mediante uso de tecnologias avançadas e em permanente processo de transformação; b) uma forte tendência à especialização em alguns segmentos, notadamente o eletroeletrônico; c) elevado nível de concentração econômica com predominância de poucas empresas na geração dos principais produtos; d) atividade eminentemente de montagem; e) centro de decisão das empresas localizado em áreas fora da abrangência da ZFM (em geral, os escritórios das empresas concentram-se em São Paulo); f) dependência dos mercados internacionais para a importação de insumos e g) elevadas margens de lucro proporcionadas pelo baixo nível salarial e pelo valor dos insumos, ambos com baixa participação no valor da produção (Valle, 2007).

Pode-se dizer que o processo de industrialização de Manaus esteve e permanece ancorado nos grandes investimentos estrangeiros realizados pelos grandes produtores mundiais da indústria eletroeletrônica, seguida da de veículos sobre duas rodas. É, no entanto, no setor eletroeletrônico que se localiza o principal e mais importante polo industrial da ZFM considerando-se os indicadores econômicos quanto ao número de empresas instaladas, volume de investimentos, nível de faturamento e total de trabalhadores empregados (Valle, 2007; Seráfico, 2011; Suframa, 2012).

A presença chinesa

A partir de 2000, o perfil industrial da ZFM sofreu alterações face à presença de novos concorrentes em setores estratégicos da produção mundial, seja o de eletrônicos, dominante até então, o de duas rodas e o de informática. A presença do capital chinês em Manaus, embora ainda seja pequeno, cresceu em importância a partir da crise mundial de 2008, que afetou os investimentos de americanos e europeus ao redor do mundo. Assim, pode-se dizer que no PIM está em curso a formação de uma “pequena China”.

No ranking dos investimentos estrangeiros no PIM, o Japão é o país com a maior participação em volume de investimentos (49%), seguido dos Estados Unidos (13%), Coreia do Sul (6,7%), Países Baixos (5,8) e Finlândia (5%). A China encontra-se na 17ª posição com tímidos 0,32% de participação, atrás de países como França (4,98%), Uruguai (3,98%), Canadá (1,54%) e Ilhas Cayman (0,86%) (Suframa, 2012). Os investimentos chineses no PIM, segundo dados da Suframa, encontram-se distribuídos entre os seguintes setores: termoplástico (Tainan Indústria e Comércio Ltda.); veículos sobre duas rodas (CR Zongshen Fabricante de Veículos Ltda., Haobao Motor do Brasil, Moto Traxx); e mecânico

(Gree Appliance do Brasil Ltda.). Recentemente, a China ampliou a sua participação no total de investimentos estrangeiros no PIM com a aquisição da CCE pela Lenovo, a segunda maior fabricante de computadores do mundo.

No setor eletroeletrônico, associados aos chineses encontram-se quatro grandes produtores de marcas mundiais cujas fábricas foram instaladas no PIM em fins da década de 1990: Samsung, Gree, SDI e Proview.

No setor de duas rodas, aos dois fabricantes das marcas 100% chinesas – Moto Traxx e Hao Bao, com unidades produtivas instaladas no PIM a partir de 2007 –, somam-se as empresas brasileiras Dafra e Sundown, que utilizam tecnologia chinesa. A Fym foi uma das últimas fábricas chinesas a se instalar no PIM na primeira década do século XXI.

A crescente presença chinesa está relacionada à estratégia de expansão de suas indústrias ao redor do mundo. No setor de duas rodas, por exemplo, mercado dominado pela Moto Honda/Japão, os chineses pretendem aumentar a sua participação nas vendas de motocicletas no mercado nacional com a estratégia de preços mais competitivos e ampla rede de concessionárias espalhadas pelo país. Está associada, também, à estratégia chinesa de fazer do Brasil, via ZFM, a base de exportação de seus produtos para a América Latina e para o continente americano. O poder público corrobora a ideia de Manaus como “base de exportação”, como se depreende da declaração do secretário de Planejamento do estado do Amazonas à imprensa: “[...] cada vez mais o PIM se mostra preparado para produzir e atender mercados globais, principalmente do bloco ocidental, com tecnologia e investimentos originados na Ásia. Nossa plataforma de acesso a esses mercados é de grande importância para os investidores chineses e globais.” (*Em Tempo*, 2010).

O contexto de forte industrialização e o padrão tecnológico e organizacional da produção e do trabalho associado às indústrias instaladas na ZFM desde os anos 1970 resultaram na mobilização de grandes contingentes migratórios, vigoroso e caótico processo de urbanização de Manaus, que passou de 321.125 habitantes em 1960 para 1.802.525 em 2010, aumentando cinco vezes a população em 50 anos.

Os investimentos estrangeiros exigem um tipo de qualificação da força de trabalho não disponível no mercado local, qual seja, trabalhadores com domínio de idiomas (inglês, japonês, coreano e mandarim). Assim, as empresas que se instalam no PIM geralmente possuem o seu *staff* formado a partir de São Paulo e outras regiões do país ou importam trabalhadores de seus próprios locais de origem.

Trabalho e trabalhadores

As empresas da ZFM empregavam, em 2011, cerca de 110.611 trabalhadores, incluídos trabalhadores temporários e terceirizados. No final dos anos 1990, 4,1% dos trabalhadores ganhavam acima de 15 salários mínimos; em 2008, eram apenas 2,2%. Neste mesmo período, o contingente de trabalhadores que ganhava até 1,5 salário mínimo cresceu 555%, segundo levantamento realizado por Castelo Branco⁴. Ainda segundo o autor, entre 1988 e 2008 os gastos com salários cresceram 64% na ZFM enquanto o faturamento em dólar cresceu, no mesmo período, 491%. O faturamento das empresas do PIM em 2008 foi da ordem de 30 bilhões de dólares, sendo o campeão o polo eletroeletrônico (30%), seguido do polo de duas rodas (22%), do químico (12%) e do polo de bens de informática (11%). A relação faturamento-salário indica que o pagamento de salários (mais encargos e benefícios sociais) representa aproximadamente 6% do faturamento.

A crise econômica recente teve efeitos no PIM e os empresários recorreram ao corte de mão de obra como primeira medida para fazer frente a ela. Assim, a redução na oferta de trabalho e a precarização das relações de trabalho fizeram-se sentir com toda a força.

Tabela 1 - A força de trabalho no Polo Industrial de Manaus (PIM) no período de 2007 a 2011

Ano	Admissões(*)	Demissões	Saldo	Média mensal de trabalhadores no ano (**)	Média mensal de empresas
2007	43.628	36.610	7.018	98.720	411
2008	48.610	46.560	2.050	106.914	419
2009	31.111	36.945	-5.834	92.700	417
2010	47.008	36.475	10.533	103.663	431
2011	62.068	45.264	16.804	119.909	448

(*) Somente trabalhadores efetivos

(**) Trabalhadores efetivos + temporários + terceirizados

OBS.: refere-se a acompanhamento conjuntural junto às empresas incentivadas.

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – Suframa (<http://www.suframa.gov.br/>, acessado em 20/06/2012).

4 Dados obtidos com o autor, o economista Rodemack Castelo Branco.

A rotatividade da força de trabalho é alta, o que pode indicar, além de sua utilização intensiva, a oferta abundante, a precariedade das condições de trabalho e as oscilações do mercado com reflexos na produção. Em 2007, esse número envolveu 83,9% da mão de obra ocupada; em 2008, 95,8%; em 2009, 118,8%; em 2010, 77,6% e em 2011, 72,9%. Os dados de 2009 apontam para os reflexos da crise internacional do ano anterior, seguida pela recuperação dos dois anos seguintes nos quais a rotatividade foi sensivelmente menor, se comparados com os anos anteriores. Não existe problema de oferta de mão de obra pouco qualificada para os setores ditos operacionais. O problema são os trabalhadores qualificados, recrutados de outras regiões do país e mesmo do exterior, e que geralmente não permanecem na cidade por problemas de adaptação ao clima e à cultura local. Os nordestinos seriam os mais adaptáveis às condições locais⁵. Entre os estrangeiros destacam-se franceses, portugueses, americanos, japoneses, chineses e sul-coreanos, em geral em postos de direção ou mais qualificados.

De acordo com a pesquisa “Diagnóstico da demanda de trabalho no PIM”, realizada em 2007 pela Secretaria Municipal de Trabalho de Manaus, 83,77% dos trabalhadores do PIM têm o diploma de Ensino Médio, 5,48% o ensino fundamental e 10,75% o ensino superior completo. Cerca de 61% dos trabalhadores têm idade entre 15 e 35 anos; 20% têm entre 35 e 45 anos e 7,7% têm mais de 45 anos.

De acordo com a mesma pesquisa, a evolução do faturamento não guarda equivalência com o ganho salarial real do trabalhador. Na verdade, há uma relação inversa, de acordo com os Indicadores de Desempenho Industrial publicados pela Suframa, na medida em que ocorre uma diminuição do salário no período de 2005 a 2010, conforme pode ser observado: em 2005, a remuneração média dos trabalhadores do PIM era da ordem de 3,5 salários mínimos; em 2010, de 2,7 salários. Ainda: em 2005, 30,5% dos trabalhadores ganhavam entre dois e quatro salários mínimos; em 2010, apenas 23,8% encontravam-se nesta faixa de remuneração e 39,7% ganhavam até 1,5 salário mínimo.

Na tabela abaixo, 52,7% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos; em 2008, 56,4%; em 2009, 53,9%; em 2010, 59,2%; em 2011, 60,9%. Em outras palavras, a retomada do emprego a partir de 2010 veio acompanhada por um rebaixamento de salários em termos de salários mínimos, embora este tenha aumentado seu valor nominal.

5 Sobre esta questão, veja-se a pesquisa de Melo (2010) sobre a Fábrica da Honda em Manaus.

Tabela 2 - Evolução da força de trabalho contratada no Polo Industrial de Manaus (excluídos os terceirizados e os temporários) de 2007 a 2011

Ano	Média mensal de empresas contratantes	Faixas salariais (em salários mínimos)							Média mensal de trabalhadores contratados
		Até 1,5	1,5 a 2,0	2,0 a 4,0	4,0 a 6,0	6,0 a 10,0	10,0 a 15,0	Acima de 15,0	
2007	411	27.150	22.758	23.167	6.793	4.973	2.170	2.012	89.024
2008	419	32.471	22.150	24.778	7.650	5.522	2.228	2.106	96.905
2009	417	27.710	18.066	24.193	6.570	4.694	1.976	1.723	84.932
2010	431	35.761	19.167	23.037	6.677	4.657	1.939	1.625	92.862
2011	448	41.476	25.882	26.095	7.770	5.365	2.204	1.831	110.623

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – Suframa (<http://www.suframa.gov.br/>, acessado em 20/06/2012)

Em relação ao faturamento das empresas do PIM, no período de 2005 a 2010, houve um salto significativo no nível de investimento: de US\$ 18,9 bilhões para US\$ 36 bilhões. Neste período, o faturamento das empresas cresceu cerca de 37% enquanto o salário médio dos trabalhadores do PIM cresceu em torno de 24,2% (Dieese, 2012). Em 2009, em função da crise financeira internacional, quase a metade dos subsetores do PIM apresentou perda relativa aos salários e benefícios sociais pagos aos trabalhadores, em relação ao ano de 2008, sendo o eletroeletrônico o que apresentou maior perda com cerca de 16,32% (*A Crítica*, 2010). Informa o mesmo jornal que, para o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), “[...] os índices relativos ao pagamento de salários, diante do crescente faturamento da indústria, não chega a 3% dos ganhos obtidos pelas fábricas”. E ainda, que o índice gerado com o somatório das despesas provenientes do pagamento de salários e de benefícios sociais diante do faturamento industrial não representa 6% do total (Idem).

A precarização das relações de trabalho deve ser qualificada para o PIM e acompanhou uma tendência em todo o país nos anos 1990: a terceirização de parte da produção pelas fábricas que resultou em rebaixamento salarial e piora das condições de trabalho. Deve ser considerado que o polo já tem 40 anos e uma classe trabalhadora urbana consolidada. Entretanto, continua chegando à cidade um grande contingente de migrantes oriundos do interior do estado e da região atraídos pelas possibilidades de emprego no PIM. Isso contribui para o crescimento desordenado da cidade, com as mazelas que lhe caracterizam: violência, informalidade, habitações precárias e uma generalizada falta de infraestrutura urbana. Mesmo sendo o quarto Produto Interno Bruto industrial do país, os baixos salários dão a tônica na população trabalhadora.

O caráter pouco sustentável do PIM encontra-se na distância dos mercados consumidores; no problema da falta de infraestrutura energética e de transportes. Este é, majoritariamente, fluvial ou aéreo, o último com custos elevados. O transporte rodoviário e o asfaltamento da Manaus–PortoVelho enfrentam resistências de órgãos ambientais pelo caráter devastador da floresta que já ocorre no sul do estado do Amazonas. A questão ambiental, por sua vez, é utilizada para destacar a importância do polo na manutenção da floresta, evitando o incentivo para atividades agropecuárias com grande potencial de destruição das matas nativas. Assim, os incentivos fiscais, infraestrutura e baixo custo da força de trabalho terminam por compensar o chamado “custo Amazônia”. Entretanto, a eliminação de barreiras alfandegárias e fiscais compromete a sua continuidade, uma vez que diversas empresas do polo abrem unidades em outras regiões

do país e fecham as da cidade, as quais, por sua vez, passam as instalações para outras fábricas numa grande mobilidade de empresas.

Aproximações para uma agenda de pesquisa

O desenvolvimento industrial da ZFM nesses últimos 40 anos resultou na transformação da cidade de Manaus numa das maiores metrópoles brasileiras, com uma migração permanente de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse desenvolvimento acompanhou as mudanças políticas e econômicas do país e sua maior integração ao mercado mundial. Inicialmente, ainda no regime militar, constituiu-se com base na montagem de produtos industriais garantindo a política então protecionista à indústria nacional. Posteriormente, nos anos 1990, sofreu os impactos da abertura econômica na qual o setor eletrônico foi duramente atingido com a liberação das importações.

Entretanto, a internacionalização da economia num contexto de globalização encontra-se com a mobilidade do capital em busca de menores custos. O caráter continental do país, a dimensão de seu mercado interno, fez com que a plataforma de montagem de produtos para exportação permanesse voltada para o mercado interno. Com a sua expansão na última década, a renovação dos privilégios fiscais, a cidade permanece como atrativa a investimentos industriais.

Diversas pesquisas foram realizadas nesse período sobre a indústria, os trabalhadores de setores específicos, seja fabris, seja na informalidade, que ocupam o centro da cidade, assim como formas de gestão da força de trabalho (Scherer, 2005; Valle, 2007; Seráfico, 2011; Melo, 2010; Oliveira e Valle, 2012; Oliveira, 2009; Lima, 2010; Andrade, 2008; Aquino, 2010; Reis Filho, 2008). Entretanto, ainda faltam pesquisas para melhor conhecer esses trabalhadores que migraram e se estabeleceram na cidade. Os trabalhadores qualificados, vindos de fora, tendem a não permanecer na cidade? Isso é uma questão, pouco se sabe sobre os que permaneceram. O mesmo podemos dizer sobre os migrantes não qualificados do interior do estado do Amazonas e da região que migraram para a cidade e nela ficaram formando o que poderíamos chamar de classe trabalhadora manauara (Salazar, 1992). Quais as implicações culturais da passagem de uma situação de trabalhadores ribeirinhos para trabalhadores industriais, de indústrias modernas tecnologicamente, que os utilizam em tarefas repetitivas, mas que exigem um mínimo de escolaridade? Os baixos salários e a alta rotatividade dos trabalhadores indica uma circularidade destes entre as diversas fábricas e a informalidade, mas faltam mais informações sobre como se dá esse processo. Existe retorno? Em pesquisas realizadas nos anos 1980 destacava-se a

“queima” de força de trabalho em fábricas de trabalho intensivo. Essa “queima” permanece com a abundância da oferta? Os índices de utilização da força de trabalho demonstram um processo de precarização das condições de trabalho e dos contratos de trabalho com a utilização da terceirização. Entretanto, estamos falando de precarização com relação a que situação anterior?

Vale destacar também que Manaus mantém alto índice de desigualdade e violência urbana. Estudos sobre a periferia da cidade de São Paulo e o aumento da violência apontam para as transformações do trabalho industrial na região, através das mudanças tecnológicas e de gestão que precarizaram o mercado de trabalho. Como podemos nos referir a Manaus, com um polo industrial de 40 anos, com grande mobilidade de empresas e um proletariado formado nesse processo?

Por fim, podemos nos referir a uma cultura operária ou industrial formada ou em formação no Amazonas? Dados sobre mobilizações operárias são restritos, afinal é um operariado formado na reestruturação produtiva. Quais as suas características culturais em termos de sociabilidades construídas no trabalho, no bairro, na cidade? Como funcionam as redes sociais de busca e manutenção do emprego na atração de novos migrantes? E as comunidades de “estrangeiros” trabalhadores de todos os escalões, como se estruturam?

Com isso, mais que concluirmos sobre os efeitos da situação de, praticamente, enclave do PIM, propomos questões de pesquisa para efetivamente conhecê-lo, não apenas pelos dados econômicos, fartamente publicizados, mas seu significado e impacto sobre os atores envolvidos, a formação de atores coletivos, a sociabilidade em construção e em que medida podemos nos referir à transitoriedade permanente de empresas e de trabalhadores.

Referências

- A *Crítica*, Manaus, Caderno de Economia, E4, de 21/02/2010.
- ANDRADE, Aldair O. *Perfil do trabalhador da indústria de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus: características e transformações*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2008.
- AQUINO, Soraya F. *O trabalho informal da mulher na feira modelo da Compensa*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2010.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística de Estudos Socioeconômicos. *Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade em Manaus. Observatório do Trabalho-DIEESE, Estudo 4*, 2012.
- EM Tempo*, Manaus, Caderno de Economia, B-2, de 19/09/2010.

- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LIMA, Jacob Carlos. Os novos territórios da produção e do trabalho. In: VALENCIO, Norma, PAULA, Elder Andrade de e WITIKOSKI, Antonio Carlos. (Orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. São Carlos/Manaus/Rio Branco, Rima Editora/ EDUA/EdUFAC, 2010, pp. 187-198.
- MELO, Eudes L. *A formação de redes de produção na indústria de veículos sobre duas rodas no norte brasileiro*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2010.
- OLIVEIRA, Márcio A. A. As redes sociais e as atividades informais no centro de Manaus. In: PINTO, Marilina C. O. S. P., MORAIS, Maria de Jesus, LIMA, Jacob Carlos (Orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. São Carlos/Manaus, Rima Editora/ EDUA, 2012.
- OLIVEIRA, Márcio A. A. *Trabalho informal e redes sociais: um aspecto dos camelôs da praça da Matriz no centro da cidade de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFAM, 2009.
- PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira e _____. *Trabalho e produção capitalista*. Série Seminários e Debates, n. 13. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA. Belém, UFPA/NAEA, 1987, pp. 19-38.
- PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 129, septembre 1999, pp. 15-25.
- REIS FILHO, Milton Melo. *Quem vai descer a Acará? Processo de construção do fazer-se classe do operário do Parque Industrial de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2008.
- SALAZAR, João P. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis: estudo de um grupo de operários*. Tese de Doutorado, Sociologia, USP, 1992.
- SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge (Uk)/New York (USA), Cambridge University Press, 1988.
- SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: trabalho precário e desemprego na Zona Franca de Manaus*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- SERÁFICO, Marcelo. *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus*. São Paulo, Annablume, 2011.
- SILVA, Ivamar M. *Trabalho, qualificação e empregabilidade: um estudo de caso na Gradiente Eletrônica S.A., do Polo Industrial de Manaus*. Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2006.
- SUFRAMA. Página eletrônica: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acessada em 20/06/2012.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas – les nouveaux nômades de l'économie souterraine*. Paris, Éditions Balland, 2002.

URRY, John. Mobile Sociology. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, January/March 2000(1990), pp.185-203.

VALLE, Maria Izabel de Medeiros. *Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

LIMA, Jacob Carlos e VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 73-88.

Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos

Maria de Jesus Moraes¹

Raquel Duarte Venturato²

Resumo: Neste artigo apresenta-se uma análise das mudanças paisagísticas nas cidades de Rio Branco e Manaus, empreendidas pelo poder público na última década. Nestas cidades está em curso um amplo processo de requalificação urbana. A requalificação urbana fruto desse processo tem provocado o “deslocamento forçado” de centenas de famílias de seus locais de moradias, sob o argumento de que estas vivem em “áreas de risco”. Este processo de *deslocamento* e *desposseção* destas cidades está intrinsecamente associado à especulação imobiliária.

Palavras-chave: Prosamim; remoção forçada; áreas de risco; Residencial Cidade do Povo; urbanização na Amazônia.

Urban reform in the cities of Manaus (AM) and Rio Branco (AC) between the “displacement” and forced “dispossession” of material and symbolic goods

1 Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco (AC) – Brasil – mjmorais@hotmail.com; mjmorais@globocom

2 Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo (USP) - São Carlos – Brasil – quelvento@gmail.com

Abstract: *This paper presents an analysis of landscape changes in the cities of Rio Branco and Manaus which is undertaken by the government in the last decade. In these cities is underway a wide-ranging of urban development an ongoing wide-ranging urban redevelopment which has caused the “forced displacement” of hundred of families from their dwellings places, under the argument that they live in “risk areas”. This process of displacement and dispossession, of these cities are intrinsically linked to land speculation.*

Keywords: *Prosamim; forced removal; hazardous areas; Residential City People; urbanization in Amazonia.*

Introdução

Os termos *deslocamento* e *desposseção* aqui utilizados são emprestados de Harvey (2011), quando este discute a produção do espaço urbano no que diz respeito à absorção do capital por meio da “reabilitação urbana”. Ambos os termos estão relacionados à reforma urbana e à retirada da população de baixa renda de áreas valorizadas e/ou em valorização pelo capital imobiliário. *Desposseção* também está relacionado ao processo de “perda de direitos” da população que habita as periferias³ pobres das cidades. O que significa dizer que estas populações estão sendo “despossuídas dos espaços que ocupavam havia muito tempo” (p. 147).

Este processo de *deslocamento* e de *desposseção* é acompanhado pela construção de um “patriotismo da cidade”. Este é, segundo Vainer (2000), um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos cidadãos assumir com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro. Isso significa envolver, simbolicamente, os cidadãos com o “projeto de cidade”, seja pela força física, seja discursivamente ressaltando a importância do empreendimento. O patriotismo da cidade visa construir um sentimento de pertencimento a uma determinada narrativa e a um determinado território e a sua construção apoia-se em obras públicas que lhe dão visibilidade e reforçam o patriotismo cívico dos cidadãos, pois “[...][...] cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade” (Sanchez, 2003: 92).

Nas cidades de Manaus e Rio Branco há uma produção discursiva, nos meios de comunicação e espaços de debates, acerca da vulnerabilidade da população

3 O termo *periferia urbana* não se restringe à dimensão espacial e abrange a dimensão socioespacial, caracterizada pela ausência do Estado e pela carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos (Maricato, 1982).

de baixa renda que vive, principalmente, às margens de rios e igarapés. Estas áreas são apresentadas como onerosas ao serviço público, que não tem condições de investir nestes locais dadas as perdas materiais a cada enchente, e são apresentadas também como áreas em que mais se degrada o meio ambiente. Esta questão é extremamente contraditória, pois a população é retirada, mas o rio ou o igarapé não é despoluído, no máximo, é canalizado e são construídos parques e jardins em seu entorno.

Os projetos de cidade em ambos os casos estão relacionados à dita modernização urbana. O Estado, nesta perspectiva, atua criando as condições necessárias para a reprodução do capital, tornando a cidade mais aprazível aos olhos do capital especulativo. E para isso faz-se necessário erradicar ou esconder os denominados “aglomerados subnormais”. Aglomerados daqueles sujeitos que não têm condições de pagar pela casa-cidade e que vivem nos “[...] arredores de cidades, nas extensas e sujas periferias ou nas áreas centrais ditas deterioradas” (Rodrigues, 1997: 14). Neste caso, a cidade representa para o capital a “fonte de lucro” e para “[...] os trabalhadores uma forma de existência” (Kowarick, 2000: 97).

No que diz respeito às obras da Copa 2014, segundo o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa organizado pela ONU, vários direitos humanos têm sido violados para dar espaço às megaconstruções, a começar pelo direito à informação adequada e antecipada acerca de planos de remoção de comunidades inteiras. Ações estas endossadas pelo Governo Federal, pautadas sobre as justificativas da necessidade de adequação das redes de mobilidade urbana e dos serviços para a melhoria na qualidade de vida de comunidades carentes, mas que, na verdade, não passam de planos para a destruição de comunidades e bairros, aprofundamento das desigualdades urbanas, miséria para muitos e benefícios para poucos. Estima-se que de 150 mil a 170 mil pessoas serão removidas de suas casas para dar espaço às obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 (Dossiê, 2012a; 2012b; Maracci, 2012).

Este artigo contém uma análise dos processos recentes de reforma e/ou requalificação urbana que vem ocorrendo nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC), com o objetivo de trazer ao público uma discussão sobre o urbano na Amazônia. Manaus, por ser a metrópole regional, e Rio Branco, a capital do estado Acre, estado este que é apresentado como o local que mais se respeita as populações locais. Nestas cidades, a exemplo de outros espaços urbanos, têm sido implantados projetos de requalificação urbana que têm remodelado as suas paisagens. A situação de Manaus é analisada a partir do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) e das obras da Copa 2014, e Rio Branco a partir das obras do Residencial Cidade do Povo. Em ambas as cidades estão ocorrendo deslocamentos

de suas populações para outras áreas, sem levar em consideração as redes afetivas e familiares, bem como o local de trabalho e da escola das crianças.

O artigo está subdividido em três seções: A produção do espaço urbano; A cidade de Manaus, o Prosamim e as obras da Copa 2014; A cidade de Rio Branco e o Residencial Cidade do Povo e, por último, as considerações finais.

A produção do espaço urbano

A produção do espaço urbano envolve vários agentes como apontam Corrêa (1989; 1997; 2011), Cavalcanti (2001), Carlos (1992), Rodrigues (1997), Kowarick, (2000). Dentre os agentes destacam-se os promotores fundiários, os grandes comerciantes, o Estado, os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados. Os três primeiros agentes têm interesses às vezes diferenciados, mas, concretamente, as suas ações convergem para a exclusão socioterritorial da população de baixa renda que passa, cada vez mais, a viver em áreas precarizadas.

Na cidade o processo de produção e reprodução do espaço é marcado por diferentes interesses dos agentes sociais. O solo urbano é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os sujeitos e os seus usos. Estes conflitos de interesses de usos são orientados pelo mercado e mediados pelo Estado, uma vez que este é o propiciador das condições gerais de reprodução do capital e o gerenciador dos conflitos sociais. Neste sentido, o papel do Estado é de fundamental importância, principalmente para os promotores fundiários e imobiliários, pois o investimento injetado no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo “[...] como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social” (Kowarick, 2000: 23).

As grandes obras de renovação urbana, como ressaltado em Sanchez (2003), são operações estratégicas que se transformam em “[...] grandes vitrines publicitárias da cidade-espetáculo [...]”, que buscam consagrar os projetos do governo e despertar o espírito cívico, o orgulho e a sensação de pertencimento da população.

A manipulação das informações na construção desses discursos-imagens é atribuída à genialidade de alguns técnicos de marketing, que conhecem os valores e os anseios populares. E para isso constroem uma memória coletiva dos lugares e criam, simbolicamente, uma necessidade de mudanças. A manipulação das informações leva em conta aspectos que “[...] estão plantados no imaginário da população, ligados a seus paradigmas históricos, à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudanças de paradigmas existentes” (Maricato, 2000: 166).

Para o sucesso da produção da cidade espetáculo faz-se necessária a criação de um consenso em torno dos “projetos de cidades”. Este consenso, para Vainer

(2000) e Sanchez (2003), parte primeiro da criação de uma “consciência de crise” urbana, de caos e depois pela construção de um “patriotismo cívico”, de identificação com o projeto. O sentimento de crise está relacionado aos problemas urbanos que precisam ser resolvidos “[...] num consciente e durável patriotismo da cidade [...]” (Vainer, 2000: p. 94).

O discurso sobre a cidade é uma construção material e simbólica. Material no sentido de obras que requalificam o urbano, e simbólica no sentido do civismo urbano, da identidade de seus moradores e da sua identificação com a cidade (Sanchez, 2003). As “imagens construídas constituem”, segundo esta autora, um “discurso sobre a cidade”. E as “[...] intervenções espaciais são discursos em ação, expressões materiais de uma concepção de cidade [...]” (Sanchez, 2003: 87).

Estes discursos veiculados pelos meios de comunicação têm o “[...] objetivo de modificar a imagem da cidade e construir novas ‘imagens de marca’ das cidades ‘re-inventadas’” (Sanchez, 2003: 86). Neste caso, entra em cena o empenho do governo local em tornar a “[...] cidade mais equipada e com belos atrativos, no intuito de viabilizar as empresas, ou seja, ao capital privado, maior grau de exploração e acumulação”.

Para Sánchez (2003: 66) os processos que transformam as cidades constituem-se como “[...] disputa entre os lugares, que se lançam como produtos num mercado mundial [...]”. A “[...] cidade é uma mercadoria a ser vendida [...]”, reforça Vainer (2000), em um “[...] mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda [...]” (p. 78). Internamente, a cidade também é vendida, tanto para os promotores imobiliários e fundiários quanto para a população de alto poder aquisitivo, aquela que pode pagar para “viver bem na cidade”.

Neste sentido, a qualidade de vida nas cidades é um valor e uma mercadoria, e é vendida no mercado de cidades, como ressalta Harvey (2011: 143):

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como a própria cidade, em um mundo onde o turismo, o consumismo, o *marketing* de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano.

Na atualidade a transformação urbana por meio dos “projetos de cidades” implica a produção de discursos por parte dos “donos da cidade”. Em Manaus, a prefeitura usa o *slogan* “Você merece uma cidade melhor”. Em Rio Branco, durante a gestão do governador Jorge Viana, o *slogan* era a “Cidade da florestania”, hoje é “Aqui é o meu lugar”, “Rio Branco: melhor lugar para se viver”.

A cidade de Manaus, o Prosamim e as obras da Copa de 2014

A cidade de Manaus é a capital do Amazonas e possui uma população de 1.802.014, mais da metade da população do estado, sendo que um quarto dela vive em assentamentos precários e 140 mil famílias estão em extrema pobreza, segundo dados do Censo do IBGE de 2010. Localizada às margens do rio Solimões e do rio Negro, Manaus é drenada por inúmeros igarapés.

Na cidade de Manaus ocorreram, pelo menos, três momentos significativos na modelagem urbana. O primeiro com a exploração da borracha e a europeização das habitações; o segundo com o advento da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e o consequente espraiamento do espaço urbano e o crescimento de vários bairros periféricos; e o terceiro com as recentes políticas de reforma urbana, como o Prosamim e as obras da Copa de 2014.

No primeiro momento, no auge da exploração da borracha, a cidade de Manaus foi moldada para a modernidade. O processo de modernização produziu uma cidade com “múltiplas contradições e conflitos” (Oliveira, 2003; 2008).

No início do século XX as casas eram feitas de barro com cobertura de palha. Estas representavam as habitações da população pobre da cidade. Este tipo de construção foi proibido pelo primeiro Código de Posturas do Município de 1872, e mantida pelo Código de 1890, no qual se ressaltava a determinação da demolição da casa, caso o infrator desobedecesse à lei. Já pelo Código de 1910, as coberturas de palhas só eram permitidas na periferia “[...] nos arrabaldes, desde que o morador construa um muro na altura que ultrapasse o telhado da casa sob pena de multa ou demolição” (Dias, 1995, *apud* Araújo, 2012: 02).

A Manaus da *Belle Époque* era a “cidade do fausto”, cidade dos “[...] cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista [...]”, e isto foi fruto da racionalidade que se impôs a partir da “[...] abertura de ruas, da construção de pontes e do aterro de igarapés”. Esta cidade era usufruída pelos moradores de alto padrão de renda, e a maioria da população vivia sem ter “suas necessidades básicas atendidas” (Oliveira, 2008: 66).

Na Manaus do início do século XX foi construída uma “[...] infraestrutura de transportes, de energia e de saneamento [...]” que era vendida “[...] como sinais de progresso e de crescimento”. Neste sentido as políticas urbanas da época estabeleceram “[...] as condições de produção e de reprodução da cidade[...]” para atendimento dos interesses da classe dominante (Oliveira, 2008: 66-67).

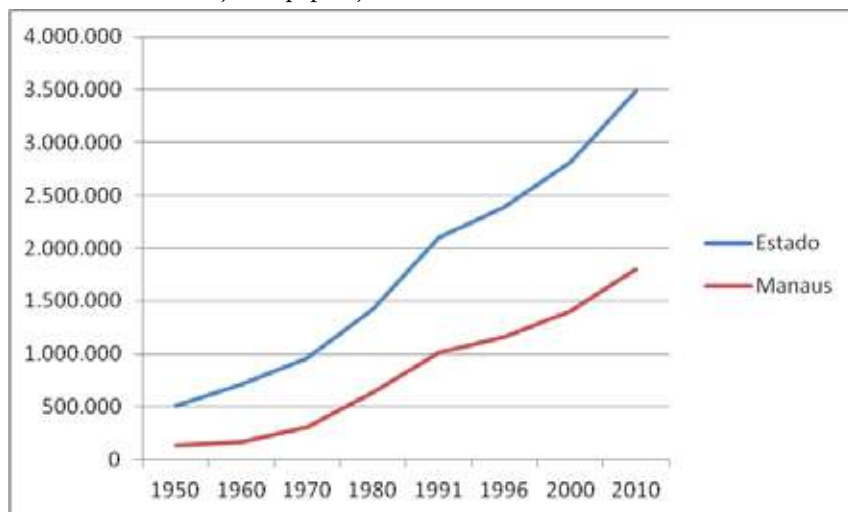
O segundo momento da urbanização da cidade de Manaus foi o da criação da ZFM em 1967. Criada com a finalidade de isenção fiscal, atraiu várias montadoras para o seu polo industrial, e a cidade, ofuscada pela queda dos preços da

borracha, renasceu com um comércio de importados e um polo industrial onde se concentraram dezenas de fábricas. A partir daí, formou-se um novo quadro na paisagem urbana, sobretudo nas margens dos igarapés, em decorrência do intenso processo migratório de população de baixa renda ocorrido em direção à cidade e da atração exercida em virtude da atividade industrial (Oliveira, 2008).

A mancha urbana da cidade ampliou-se e a população de baixa renda que chegava ocupou as margens de igarapés. A ocupação crescente e a periferização da população de pobres foi o reflexo do processo de modernização, que segregou os trabalhadores de baixa renda e os conduziu, de maneira obrigatória, a habitar em “áreas vulneráveis” da cidade. As mudanças da malha tornaram-se aparentes e demonstram o crescimento populacional e as alterações significativas no traçado urbano, na morfologia e nas tipologias das habitações (Araújo, 2012). Neste sentido voltou à tona a “[...] cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés e do outro lado do rio [...]”, como ressalta Oliveira (2008: 68). Segundo este autor, a espacialidade da cidade foi semelhante ao período do *boom* da borracha, quando a mesma era dividida em áreas com construções que obedeciam ao planejamento urbano e áreas que cresciam “espontaneamente”.

Na década de 1960 a população de Manaus era de 173.703 habitantes passando para 311.622 habitantes na década de 1970, e daí em diante não parou mais de crescer, conforme podemos observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da população do estado do Amazonas e cidade de Manaus



Fonte: Dados dos Censos demográficos do IBGE e Contagem da População de 1996.

Para a população migrante de baixa renda, as margens dos igarapés ou a periferia urbana passaram a representar a alternativa para moradia. Também foram construídos conjuntos habitacionais destinados à população de maior poder aquisitivo.

A malha urbana, a partir daí, expandiu-se em várias direções, no sentido norte e leste, com a predominância “[...] das ocupações espontâneas conhecidas como invasões [...]”, e no sentido oeste, com a “[...] predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão” (Oliveira, 2008: 84). No sentido oeste destaca-se a orla da Ponta Negra com os apartamentos de alto padrão de frente para o rio Negro. Neste contexto, morar com qualidade de vida em Manaus significa morar de frente para o rio Negro, mas a população que se encontra às margens dos igarapés é considerada como aglomerados subnormais, dado o porte das construções, de quem são os seus moradores e da infraestrutura existente. Segundo Oliveira (2008: 84), morar com qualidade de vida e “[...] ter o rio como janela é para os poucos que podem pagar [...]” uma fortuna para ter este privilégio.

Nos últimos 10 anos, como aponta Gurgel (2012), Manaus tornou-se a capital das grandes obras e este é o terceiro momento de sua evolução urbana. Nesta década o governo do estado vem realizando projetos de reestruturação da cidade com o fim de criar novas paisagens urbanas e para isto os principais igarapés que drenam a cidade e que, tradicionalmente, concentram a população de baixa renda são os alvos principais. Isso é decorrente e/ou provocador do processo de valorização do solo urbano. Para o sucesso desta iniciativa, e na lógica dos “donos da cidade”, as favelas de palafitas, incrustadas nos igarapés que margeiam as áreas centrais da Capital, precisam ser extintas ou urbanizadas.

O Prosamim foi criado com este propósito, para resolver problemas como falta de saneamento, urbanização e habitação. Para isso estão sendo construídos parques residenciais, praças, pontes, vias de circulação e ornamentadas as áreas de entorno dos igarapés na parte central da cidade (Prosamim, 2012).

O Prosamim tem como bases e diretrizes fundamentais a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. Tem como objetivo:

Contribuir para soluções da problemática ambiental, social e urbanística que afetam a população, visando às condições de saúde nas áreas de intervenção através da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de

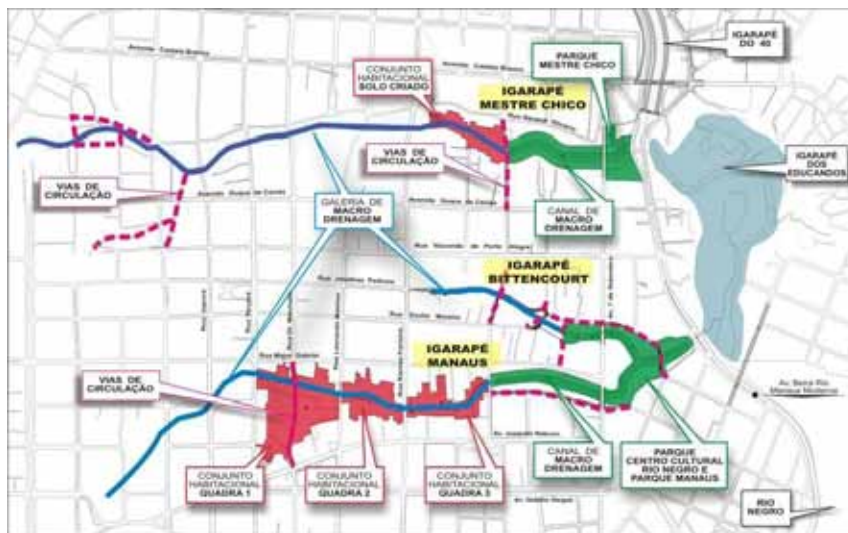
drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas e de resíduo sólidos, recuperação das áreas ambientais, melhoria das condições de habitação da população, regularização das propriedades, regularização do uso do solo e implantação de áreas de lazer (Prosamim, 2012).

De acordo com a Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI), as estratégias de intervenção são:

- 1 - reassentamento da população retirada das margens de igarapés através do ressarcimento que pode ser desde a indenização em dinheiro, carta de crédito no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), permuta com uma casa em conjunto habitacional ou permuta com um apartamento em unidade habitacional de solo criado (este último fruto do aterramento de igarapés);
- 2 - ampliação da oferta de solo criado que consiste em novas áreas disponíveis para construção de moradias de baixo custo, ou seja, nos novos conjuntos habitacionais em áreas longínquas da cidade disponíveis às populações oriundas dos igarapés cujas intervenções estão em marcha;
- 3 - construção de vias e parques como estratégias de contenção a novas ocupações das margens dos igarapés que, desta forma, terão novas configurações. Neste último caso o que ocorre é a “limpeza” da área e o seu embelezamento, o que contribuirá para a valorização do solo urbano (Amazonas, 2011).

As áreas de intervenção do Prosamim situam-se em duas bacias hidrográficas da área central da cidade de Manaus: a bacia do Educandos e do Quarenta, e a bacia do São Raimundo (ver Figura 1 e Fotos 1 e 2). Para a bacia do São Raimundo está em execução a remoção de famílias, a construção de 1.622 unidades habitacionais no local e 978 casas em conjuntos habitacionais. No local, as habitações são construídas após o aterramento dos igarapés e na forma de prédios. A parte que aparece na legenda como áreas de construção de conjuntos habitacionais na Figura 1 refere-se às áreas de solo criado. A bacia do Educandos conta com 33 igarapés e abrange 15 bairros, estendendo-se do Centro até o Distrito Industrial. Nesta bacia vivem cerca de 21 mil famílias. Nesta bacia está proposta a construção de Parques Residenciais com 372 unidades habitacionais para abrigar as famílias já removidas. Já foram removidas 6.683 famílias (Amazonas, 2011).

Figura 1 – Área de Intervenção do Prosamim na bacia do igarapé Educandos e igarapé Quarenta



Fonte: Araujo, 2012.

Fotos 1 e 2 - Igarapé Manaus: condições de moradia e pontes de madeira que interligam as palafitas, antes e depois da intervenção do Prosamim.



Fonte: Araujo, 2012.

Estes igarapés foram selecionados dada a densidade populacional de suas margens. O mais curioso da justificativa do poder público para a escolha destes locais é a argumentação de que o crescimento populacional destas áreas aumentou em “[...] função da acessibilidade aos serviços e trabalho [...]” dos moradores, “[...] pontos principais justificados pelas famílias que ocupam as margens desses igarapés, resultando daí mudanças significativas da malha urbana” (Araújo, 2012: 07). Para o poder público isto é um problema e precisa ser

sanado, ou seja, a população precisa ser removida para áreas distantes e o entorno dos igarapés deverá se transformar em parques urbanos.

O Prosamim visa à requalificação urbanística dos igarapés. Porém, segundo Araújo (2012: 09), o que se tem concretizado são os “[...] aterros de igarapés para uso do solo criado na construção de unidades habitacionais e drenagem dos igarapés a céu aberto para construção de mais unidades habitacionais no mesmo local [...]” e também de parques urbanos.

Além do Prosamim, que é parte do processo de remodelagem urbana de Manaus para torná-la atraente aos olhos do capital especulativo, estão em curso as obras da Copa de 2014, que também irá produzir uma nova remodelagem do espaço urbano e irá deslocar centenas de famílias do seu lugar de moradia. Grande parte das obras está na área de entorno das intervenções do Prosamim. Em Manaus, três grandes obras previstas desapropriarão moradores:

- A.) Bus rapid Transit (BRT) – Zona Leste (rota pré-estabelecida: Cosme Ferreira, Aleixo, Petrópolis, Centro);
- B.) Monotrilho – Zona Norte (rota pré-estabelecida: Jorge Teixeira, Cidade Nova, Torquato Tapajós, Constantino Nery, Centro).
- C.) Reforma estádio Ismael Benigno, o Estádio da Colina, bairro São Raimundo, na Zona Oeste (ver Figura 2);

Figura 02 – Proposta de construção do BRT



Fonte: Andrade, 2012.

A construção do BRT (sistema de transporte com aproximadamente 20 km de extensão interligando 20 estações e três terminais), de Leste a Centro, tem

gerado conflitos entre agentes da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf) com os moradores dos bairros São José, Tancredo Neves e Mutirão. Segundo esses moradores, as casas foram enumeradas sem que houvesse explicação e autorização para a demarcação, estigmatizando socialmente essas pessoas. Em nota após o ocorrido, a Seinf informou que se trata da instalação do sistema de transporte público BRT, em que 905 casas serão retiradas, das quais cerca de 500 já foram demarcadas e cadastradas. No entanto, o projeto recebeu contestações do Tribunal de Contas da União, e a Prefeitura Municipal, responsável pela obra, não tem disponibilizado informações, gerando um clima de incerteza e indisposição entre moradores das comunidades.

O Monotrilho, além de gerar preocupação quanto às possíveis remoções, ainda gera dúvidas quanto à sua eficiência em termos de quantia financeira investida. Enquanto o projeto BRT Linha Leste–Centro, financiado pela Prefeitura Municipal de Manaus, tem investimento previsto em 290 milhões de reais, dos quais 30 milhões serão destinados a indenizações das desapropriações, o governo do estado do Amazonas, investirá no Monotrilho, inicialmente, 1,5 bilhão de reais, dos quais 86 milhões serão destinados a indenizações das desapropriações.

Já a ampliação das dependências e a criação do campo de treinamento no Estádio Ismael Benigno têm deixado moradores do entorno e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil (Sintracomec) preocupados, pois eles temem as ações de desapropriação.

A forma de ressarcimento, quando existente, segundo os Dossiês da ONU, não passam de 4 a 10 mil reais, salvo nos casos em que há titularidade de posse, quando o valor pode chegar a 30 mil reais. Esse fato gerou muitas dúvidas quanto à indenização dos imóveis. Os proprietários alegam, com razão, que os valores ofertados não pagarão sequer o material que fora investido por anos, muito menos a localização e as sociabilidades estabelecidas nas proximidades; bem como não considerarão a presença de algum tipo de comércio junto à residência, como mantenedora da geração de renda familiar.

Segundo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, que se organizou com intuito de protestar contra as remoções compulsórias, não há informações disponíveis, número exato de famílias atingidas, nem sequer esclarecimentos contundentes dos órgãos responsáveis pelas ações de remoção. Até agora o governo recusou-se a informar quantas pessoas pretende remover de suas casas e bairros, mas pela maquete das obras, a área a ser reformada atingirá centenas de famílias. A desinformação constitui, ela mesma, uma forma de violação dos direitos humanos. O Comitê Popular da Copa e o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) já solicitaram informações aos órgãos públicos e deverão entrar com ação

contra o início das obras caso o destino das famílias permaneça incerto. Os moradores que serão atingidos por essas obras vivem sob a incerteza da desapropriação. Incertezas essas alegadas como necessárias para a modernização da cidade.

A cidade de Rio Branco e o Residencial Cidade do Povo

A cidade de Rio Branco é a capital do Acre, possui uma população de 335.796 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, cerca de 60% da população do estado do Acre. A cidade é cortada pelo rio Acre e por inúmeros igarapés.

O povoamento que lhe deu origem remonta ao final do século XIX, naquele momento a busca pelo “ouro negro” desbravou estas terras para a “civilidade”. A história do Acre e de Rio Branco, em particular, está relacionada, portanto, à exploração do látex empreendida a partir da segunda metade do século XIX.

A exploração do látex foi responsável pela anexação do Acre ao Brasil, e também pela institucionalização das primeiras cidades. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi criado o Território do Acre e instituída a sua primeira organização político-administrativa em 1904. Naquela data o Território do Acre foi dividido em três Departamentos (Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus) e foram criadas as suas primeiras sedes administrativas. Para o Departamento do Alto Acre a sede foi escolhida às margens do rio Acre, onde é hoje a cidade de Rio Branco (Morais, 2000).

Em 1920, com a unificação do Território do Acre, Rio Branco passou a ser a capital do referido Território e teve início no final dessa década uma política higienista e modernizante com objetivo de dotar a capital com “ares de civilização”. No governo de Hugo Carneiro (1927-1930) foram iniciadas as construções de obras públicas em alvenaria, como o Palácio do Governo, o Mercado Municipal, o Quartel da Força Policial e reformulado o Código de Postura.

O Mercado Municipal, por exemplo, foi construído como símbolo do conceito de “[...] higiene e sanitização do Território [...]” e o Palácio Rio Branco, dado o porte de sua construção, destoava da paisagem da cidade e representava o poder territorial (Souza, 2001: 15-23). Com Hugo Carneiro um “Acre em alvenaria”, duradouro, começou a ser construído, como podemos aludir nesse trecho do Relatório do seu governo enviado ao governo federal: “[...] estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em alvenaria, sem o caráter transitório das fundações adventícias, um Acre que ficará, que resistirá à ação destruidora do tempo e à poeira da ruína de seu passado” (Souza, 2001: 63).

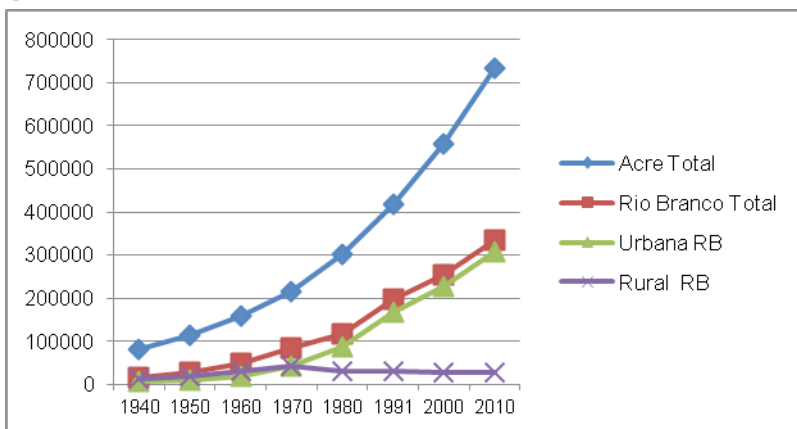
As intervenções em Rio Branco neste governo “deveriam servir” como vitrine da modernidade. As intervenções deveriam transformá-la em “[...] uma

cidade com um novo padrão arquitetônico, em alvenaria [...]” para romper com o atraso que as construções em madeira representavam (Souza, 2001: 64). Com estas iniciativas começou a produção de uma cidade “insustentável” do ponto de vista do conforto ambiental, pois o modelo e o material de construção utilizado não eram adequados para as condições climáticas da região. A arquitetura, tanto de Manaus quanto de Rio Branco, foi produzida de “[...] costas para a localização onde ela é implantada [...]”, ou seja, nos trópicos úmidos, são construções de alvenaria, com telhado de zinco e janelas de vidros, como ressalta Rummenhoeller (2010: 118), que pouco contribui para o conforto ambiental.

Rio Branco não vivenciou a *Belle Époque* como Manaus e Belém, mas vivenciou as características de precarização das condições de moradia. Em Manaus, o crescimento da malha urbana acentuou-se com a implantação da ZFM e em Rio Branco foi com a expropriação territorial decorrente da frente agropecuária.

A mancha urbana da cidade ampliou-se nas décadas de 1970 e 1980, no contexto da frente agropecuária. A expulsão das terras e o movimento migratório foram os fenômenos mais intensos nos primeiros anos da chegada dos agropecuaristas ao Vale do Acre-Purus. Com as terras sendo progressivamente ocupadas por novos donos, é desencadeado o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco, como podemos observar a partir dos dados do Gráfico 2. Os problemas imediatos desse fluxo migratório para Rio Branco foram o surgimento de loteamentos clandestinos em locais onde faltava todo tipo de infraestrutura (Morais, 2000).

Gráfico 2 – Evolução populacional no estado do Acre e no município de Rio Branco no período de 1940 a 2010.



Fonte: dados dos Censos demográficos do IBGE.

Muitos dos bairros surgidos a partir da década de 1970 foram habitados pela população expulsa das áreas rurais e proliferaram tanto ao longo do rio quanto nos vazios urbanos. Ou seja, como aquela população não dispunha “[...] de dinheiro suficiente para comprar terreno ou casa em terra firme [...]”, fizeram “[...] suas casinhas em terrenos alagadiços ou nos barrancos dos rios” (Morais, 2000).

Processo este iniciado nestas décadas e que continua até hoje. Segundo Oliveira (2011: 127), “[...] mais de 10% da população urbana rio-branquense mora em áreas suscetíveis a ocorrência de desastres naturais [...]” ou na periferia da cidade, identificadas pelo zoneamento do Plano Diretor da Cidade (Rio Branco, 2006) e pelo Plano Municipal de Interesse Social (Rio Branco, 2011), como áreas de enchentes e de deslizamentos. Esta população é constituída por famílias de baixa renda e vivem em áreas desprovidas de infraestrutura urbana. Moram em casas feitas de madeira e com poucos cômodos.

Os dados extraídos dos cadastros das 181 famílias desabrigadas pela enchente de 2010 demonstram a vulnerabilidade socioeconômica e habitacional a que estas famílias estão expostas, o que as coloca em situações de desvantagem perante aquelas que na ocorrência do desastre conseguem, pelo aporte financeiro e o nível de escolaridade, reagir e superar com maior facilidade o risco vivenciado (Oliveira, 2011). Na Foto 3, temos uma visão parcial dos bairros 6 de Agosto e Cadeia Velha, ambos às margens do Rio Acre, e no Quadro 1 vemos os dados das vítimas de enchentes na cidade de Rio Branco.

Foto 3 – Vista parcial dos bairros 6 de Agosto e Cadeia Velha durante a cheia de 2010.



Foto: EIA-RIMA (2012).

Quadro 1 – Número de vítimas das inundações de 2006, 2009, 2010 e 2012 na cidade de Rio Branco-AC

Ano	Vítimas	Nº. Bairros atingidos
2006	41.846	47
2009	18.582	16
2010	18.790	16
2012	90.000	50

Fonte: Oliveira (2011) e www.ac24horas.com.br, acessado em 11/11/2012

Parte dos moradores atingidos pelas enchentes tem sido retirada das áreas alagáveis e colocada em situação de aluguel social em vários bairros da cidade, como a Vila Acre, Calafate e Residencial Rosa Linda. Em 2012, 700 famílias estavam nesta situação. Destas, 140 famílias estavam com o aluguel social atrasado há mais de três meses, pois a prefeitura de Rio Branco não tem repassado o dinheiro. Com o projeto da construção do Residencial Cidade do Povo parte desta população será deslocada para este local.

Apesar dos Planos Diretores de 1986 e 2006 preverem a saída da população destas áreas porque elas foram identificadas como impróprias para serem residenciais, o que se tem visto ao longo do tempo são ações pontuais, mais voltadas para ao atendimento quando o desastre já ocorreu (Oliveira, 2011).

A Prefeitura Municipal de Rio Branco, com base no Plano Municipal de Regularização Fundiária, elencou 196 parcelamentos de terras como irregularidades na cidade. Praticamente toda a cidade não possui título de propriedade, mas isso não significa que estes bairros ou estes parcelamentos sejam os ditos aglomerados subnormais.

Para “corrigir” essas discrepâncias ou para embelezar a cidade, uma ampla reforma urbana iniciou-se a partir de 1999 com a chegada ao poder da Frente Popular do Acre (FPA)⁴ ao executivo estadual. As obras das duas primeiras gestões da FPA, isto é, do governo de Jorge Viana, foram direcionadas à comemoração do centenário do Acre (Morais, 2008).

Durante os oitos anos de mandato do governador Jorge Viana foram construídas várias obras arquiteturais em Rio Branco, foram reconstruídos e recuperados prédios públicos com o objetivo de materializar um discurso identitário, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. O “Governo da Floresta” revitalizou trechos da paisagem urbana, criou novos espaços de memória, investiu

4 Frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

no “resgate” de um modo de vida cidadão a partir da reinvenção de tradições com objetivos de “resgatar” certa memória de algumas cidades do Acre.

Neste sentido prédios foram reformados, como o Palácio Rio Branco, atualizando assim o ideário do governo de Hugo Carneiro e de Guiomard dos Santos, governos que investiram em um Acre em alvenaria. Praças foram revitalizadas e renomeadas, como a da Revolução e a dos Povos da Floresta. Com as reformas foram retirados das praças os vendedores ambulantes e, conseqüentemente, os seus compradores, pois eles “não mais combinavam” com os espaços revitalizados. Além dos prédios e praças, foram “urbanizadas” as margens de alguns igarapés, com a construção de parques urbanos. Todos os empreendimentos que foram reformados, construídos ou renomeados naquele momento estavam em consonância com a construção do discurso identitário da acrianidade (Morais, 2008).

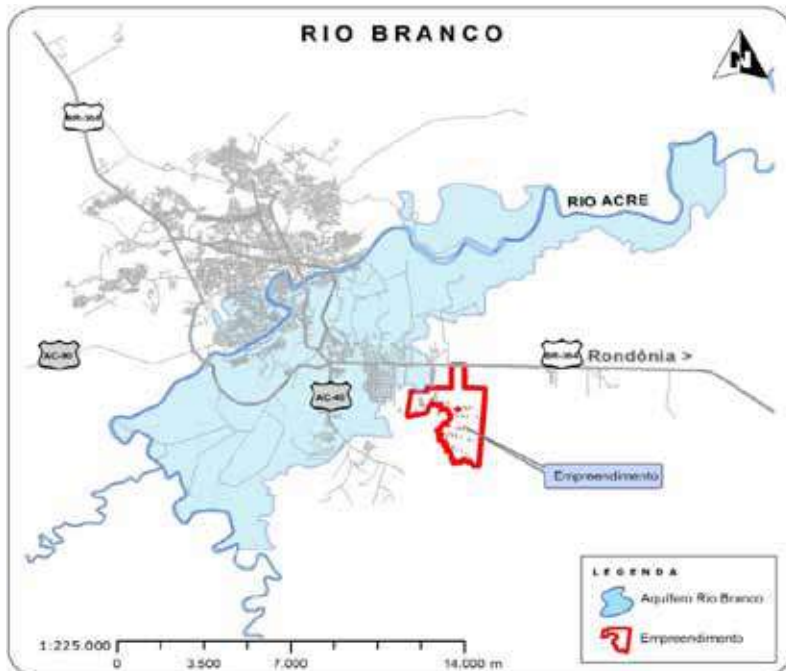
Nas cidades acrianas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implantado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de “embelezamento urbano”, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão, como a iluminação em tons verde, que traz um “ar de floresta” para a cidade. O urbanismo-marca também se expressa na construção de pontes sobre o rio Acre, dado o aspecto arquitetural das mesmas. Foram construídas duas pontes e uma passarela. A terceira ponte em uma área que não está densamente ocupada, mas a quarta ponte é nas proximidades do centro da cidade, abrangendo direta ou indiretamente os bairros 6 de Agosto, Cadeia Velha, Habitasa e Centro. Isso significa que para a construção desta ponte houve remoção de moradores. Alguns, com poder aquisitivo maior, como os moradores da Habitasa, não tiveram grandes problemas para conseguir outra moradia com o dinheiro da indenização, mas a maioria dos deslocados não teve a mesma sorte e saiu à força, seja porque não tinha título de propriedade ou porque não “soube” negociar. Com a quarta ponte houve uma valorização do solo urbano e já são visíveis os conjuntos de apartamentos de uma classe média alta que se aproxima desta área.

Nos governos posteriores ao de Jorge Viana, o de Binho Marques e o atual de Tião Viana, a reforma urbana em curso diz respeito, principalmente, às obras de “urbanização” das margens do rio Acre e do igarapé São Francisco. Neste sentido, o Residencial Cidade do Povo está sendo construído para abrigar a população de áreas de risco que será removida das margens dos cursos d’água.

Este Residencial faz parte do PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e enquadra-se no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O mesmo será construído na perspectiva dos donos da cidade ou no sentido da criação de

um consenso em torno do projeto de cidade, com o objetivo de sanar o déficit habitacional de Rio Branco, que segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) é da ordem de 46.048 unidades, e de resolver a questão da população que vive em áreas de risco. O mesmo objetiva, até o ano de 2014, remover esta população das áreas de risco, ou seja, a população que anualmente sofre em consequência das cheias do rio Acre e do igarapé São Francisco, e sanar o déficit habitacional. O Residencial será edificado em uma área de, aproximadamente, 700 ha, com um número aproximado de 10.600 unidades habitacionais para famílias com renda salarial variando entre 0,00 (zero) a 10,00 (dez) salários mínimos, distribuídos em três faixas: 0 – 3 salários, 3 – 6 salários e 6 – 10 salários (EIA-RIMA, 2012). Será construído a 30 km do Centro da cidade de Rio Branco, na zona de expansão urbana (ver Mapa 1). Isto significa que valorizará o solo urbano neste entorno e, conseqüentemente, provocará um novo processo de “expulsão” da população pobre, pois sempre “[...] que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, [...] ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta de serviços, davam preferência a outras localizações” (Singer, 1982: 34).

Mapa 01 – Localização do Residencial Cidade do Povo, em Rio Branco (AC).



Fonte: EIA-RIMA, 2012.

Mesmo havendo vazios urbanos em Rio Branco, a área escolhida é distante do centro, prática esta comum nas cidades brasileiras. A expansão descontínua da mancha urbana aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento *per capita* dos equipamentos existentes (Bolaffi, 1982: 58). O que nos cabe perguntar é de quem são estas terras? E porque elas foram escolhidas?

O empreendimento está localizado dentro da microbacia do igarapé Judia e microbacia do igarapé Belo Jardim. São cerca de 13 bairros ou comunidades onde predomina população de baixa renda ou áreas da periferia urbana. A população da área de entorno é de 18.568 habitantes, ou 5,3% da população da capital (EIA-RIMA, 2012).

As obras do Residencial estão em fase inicial, mas os seus futuros moradores estão vivendo no aluguel social ou nos bairros de origem, conformados ou brigando para não serem “despossuídos” de seus locais de moradia, como é o caso de parte dos moradores do bairro 6 de agosto. Vejamos trecho de uma matéria publicada no blog Insurgente Coletivo, em 15 de agosto de 2010, de um morador do bairro, que retrata bem o processo do *deslocamento* e da *desposseção* em curso na cidade de Rio Branco:

[...] em setembro do ano passado, representantes do governo passaram nas casas que ficam próximas aos viadutos e à quarta ponte fazendo um cadastro. Como diziam coisas diversas sobre um mesmo cadastro, a insegurança, a confusão e a indignação tomaram conta da população dessa área.

Mentiram e fizeram pressão nas casas para que as pessoas saíssem e fossem morar em aluguel pago pelo governo, até que sua casa ficasse pronta. Sendo o valor desse aluguel apenas 300 reais, muitas famílias têm que complementar com dinheiro tirado do próprio bolso. Por outro lado, como vez em quando atrasa o dinheiro do aluguel, pessoas já foram despejadas de algumas casas alugadas.

Em menos de um ano, há pessoas que já fizeram cinco mudanças. Perderam parte de seus móveis e se dizem profundamente arrependidas de terem saído de suas casas por insistência das equipes do governo.

O governo só parou a retirada das famílias quando alguns moradores, tendo esgotado sua paciência e todos os meios de diálogos, resolveram fechar a quarta ponte. Então, uma equipe do governo foi à comunidade e disse que “não mexeria com mais ninguém ali”. Como sabemos, o que aconteceu foi que o governo abandonou essa população.

Agora, novamente, o governo volta ao bairro e faz outro cadastro, com a mesma confusão e falta de transparência. Mas agora, além da área referida, os agentes estatais passaram em, pelo menos, seis ruas [...].

Sabemos que eles estão vinculando esses cadastros com a Cidade do Povo. Os moradores temem que seus nomes e dados estejam sendo utilizados para finalidades que eles desconhecem.

A equipe do governo, em tom confuso, afirma que seria bom ir para a Cidade do Povo. Todavia, esse projeto é muito problemático. O IMAC e o Ministério Público já afirmaram isso. Recentemente, também os militares comprovaram, em reunião feita para apresentar a eles o projeto [...].

Talvez em razão do caráter problemático desse projeto e da força de resistência do povo desse bairro [...] é que o governo, outra vez, age ali com falta de transparência (<http://insurgentecoletivo.blogspot.com.br/> acessado em 11/11/2012).

Considerações Finais

Diante do exposto podemos afirmar que tanto Manaus quanto Rio Branco vêm passando por transformações de impactos de âmbito espacial e social. Em detrimento dos projetos de cidades, as mesmas vêm reestruturando seus espaços e seus usos. A “urbanização” das margens de rios e igarapés está sendo transformada em uma nova paisagem. E a realização das obras para Copa de 2014 torna-se a oportunidade ideal para alimentar o processo de higienização já em curso em Manaus.

As populações que antes habitavam ou que ainda habitam as suas margens estão sendo *deslocadas* para áreas mais longínquas ou para conjuntos habitacionais construídos para alojá-las. Trata-se de uma expulsão sutil das populações pobres ao mesmo tempo em que estas áreas estão sendo valorizadas para o capital especulativo. Neste caso a produção do espaço urbano empreendida pelo poder público e pelos agentes imobiliários e fundiários passa a atender, preferencialmente, aos capitais privados.

Referências

- AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. *Plano de sustentabilidade socioambiental*. Manaus, UGPI, 2011.
- ARAÚJO, Elizângela Francisca Sena de. A urbanização espacial (des)igual para todos e seus impactos. In: *Anais do 3º Encontro da Região Norte da SBS*. Manaus, UFAM, 2012.

- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, pp. 37-70.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: _____. *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia, Alternativa, 2001, pp. 11-32.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, USP, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço urbano*. Rio de Janeiro, Contexto, 1989.
- _____. *Trajéórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- _____. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina Duarte (Orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Florianópolis, Insular, 2011, pp. 17-30.
- DOSSIÊ: *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011a.
- _____. *Dossiê: Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011b.
- EIA-RIMA. *Parecer Técnico Nº. 006/2012. Empreendimento Residencial Cidade do Povo*. Rio Branco, IMAC, 2012.
- GURGEL, Núbia Irailde Fernandes. Globalização e política urbana: uma análise do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim. In: *Anais do 3º Encontro da Região Norte da SBS*. Manaus, UFAM, 2012.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- MARACCI, Marilda Teles. BNDES e violações de direitos: fichários dos casos. In: PINTO, João Roberto Lopes. *Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilidade das Instituições Financeiras*. Brasília, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2012.
- MARICATO, Ermínia (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: _____. e ARANTES, Otilia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 121-192.
- MORAIS, Maria de Jesus. *Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.
- _____. *Acreanidade: invenção e re-invenção da identidade acreana*. Tese de doutorado, Geografia, UFF, 2008.

- OLIVEIRA, José Aldemir de. A circulação na Manaus da *belle époque*: modernização e exclusão. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, n. 4, 2003, pp. 45-56.
- _____. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole. In: CASTRO, Edna (Org). *Cidades na floresta*. São Paulo, Annablume, 2008, pp. 59-98.
- OLIVEIRA, Regiani Cristina de. *Estudo psicossocial e econômico das famílias atingidas por desastres naturais em áreas de risco na cidade de Rio Branco – Acre*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, UFAC, 2011.
- PROSAMIM. Página eletrônica. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim>>. Acessado em 10/11/2012.
- RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. *Plano diretor da cidade de Rio Branco*. Rio Branco, 2006.
- _____. *Plano municipal de habitação de interesse social de Rio Branco*. Rio Branco, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo, Contexto, 1997.
- ROSSIN, Antonio Carlos. *Prosamim: um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia*. Governo do Estado do Amazonas, 2008.
- RUMMENHOELLER, Tanith Olórtegui Del Castillo de. *Crítica à cidade tropical – Rio Branco: uma análise para além dos elementos arquitetônicos convencionais*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, UFAC, 2010.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó, Argos, 2003.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, pp. 21-36.
- SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. *Fábulas da modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920*. Dissertação de mestrado, História, UFPE, 2001.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia, _____ e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 75-103.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

- MORAIS, Maria de e VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.

Duas igrejas expoentes do novo empreendedorismo pentecostal

André Ricardo de Souza¹

Marilina Conceição Oliveira Serra Pinto²

Resumo: Este artigo discute o crescimento de novas vertentes pentecostais tomando como foco duas denominações sediadas em capitais brasileiras distantes: a Igreja Mundial do Poder de Deus, de São Paulo, e o Ministério Internacional da Restauração, de Manaus. Elas têm em comum o fato de serem relativamente novas no cenário religioso nacional e terem se tornando igrejas com consideráveis proporções. Emergem alguns pontos para a compreensão do modo como elas nascem e se conformam socialmente aos anseios do público atingido. O texto trata de facetas emergentes do pentecostalismo brasileiro.

Palavras-chave: empreendedorismo religioso; neopentecostalismo, líderes religiosos, Igreja Mundial do Poder de Deus, Ministério Internacional da Restauração

Two churches exponents of the new pentecostal entrepreneurship

Abstract: *This article deals with the growth of new Pentecostal branches focusing two churches settled in two Brazilian big cities distant from each other: the World-wide Church of God's Power in São Paulo and the Restoration International*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – Pesquisador Fapesp – anrisouza@uol.com.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus – Brasil – marilina-pinto@ig.com.br

Ministry in Manaus. Both of them are relatively new in the national religious scenario and have been increasing fast. It is possible to build up some considerations in order to understand the way those churches were founded and have been socially getting adjusted to the wishes of the public aimed. We have analyzed some emerging features of the Brazilian Pentecostalism.

Keywords: *religious entrepreneurship, neopentecostalism, religious leaders, World-wide Church of God's Power, Restoration International Ministry*

Introdução

Com o desenvolvimento do neopentecostalismo, o cenário religioso brasileiro sofreu uma considerável mudança. Iniciada na década de 1970, a onda neopentecostal tornou-se um objeto de pesquisa privilegiado pelos cientistas sociais da religião. Tal vertente tem como cerne a *Teologia da Prosperidade*. Chamada também de *Healphy and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines* e *Positive Confession*, a Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos da década de 1940, no âmbito de grupos evangélicos que enfatizavam crenças sobre cura, riqueza material e poder da fé. Ela teve no televangelismo norte-americano dos anos de 1950, liderado por Oral Roberts, seu principal fator de difusão (Hadden e Shupe, 1987). No Brasil, as igrejas Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus foram as primeiras propagadoras dessa inovação teológica, abraçada também pelas denominações Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Nacional do Senhor Jesus Cristo, entre outras, além de algumas associações para-evangélicas (Mariano, 1999).

A essência da Teologia da Prosperidade é a crença de que Jesus Cristo já redimi a humanidade. Através dela, o adepto evangélico professa ter um legítimo direito à riqueza, saúde e sucesso na vida atual, neste mundo, sem precisar esperar por outro. Quando tal êxito não ocorre, a explicação é que a pessoa estaria em dívida com Deus e por isso entregue à influência dos demônios. Para sair dessa situação o crente deve fazer doações financeiras à denominação religiosa, de modo a contribuir, concretamente, com o trabalho institucional de evangelização³. Quanto maiores os donativos, mais “direito”, supostamente, tem o fiel de “exigir” da divindade o cumprimento de sua parte do acordo, ou “contrato de fé”.

3 Vale dizer que o apelo permanente por doações financeiras, remetendo-se à ideia de prosperidade, não era totalmente novidade no meio evangélico brasileiro quando a Teologia da Prosperidade aqui chegou (Léonard, 1963; Mariano, 2003).

O pedido enfático e insistente por doações está baseado em uma peculiar interpretação do adágio franciscano: “É dando que se recebe”. Com o sustentáculo de tal crença e através de testemunhos de pessoas que se dizem exitosas, são realizados eventos e campanhas chamados de descarregos, correntes e desafios, em que os fiéis são levados a contribuir com a causa da igreja, seja ela a construção de um grande templo, a compra de uma emissora de televisão, a ampliação de uma rede de rádio ou algo semelhante.

O neopentecostalismo é uma vertente religiosa bastante adaptada ao modo como a sociedade contemporânea estrutura-se, sobretudo nas grandes cidades, com base na concorrência e na valorização do consumo individual. A expansão de suas denominações contribuiu, decisivamente, para tornar explícito o mercado religioso brasileiro (Pierucci e Prandi, 1996; Mariano, 1999; Negrão, 2000). Na atualidade nacional, as principais igrejas desse segmento são: Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus⁴.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi a que mais cresceu nos recenseamentos de 1990 e 2000, bem como aquela com maior destaque em termos de proselitismo neste período. A literatura das ciências sociais da religião sobre esta instituição aponta a influência que ela teve sobre outras denominações evangélicas e também sobre o catolicismo carismático, em face da concorrência religiosa (Souza, 2005). Esta igreja foi apontada por vários pesquisadores, não só brasileiros, como o maior fenômeno religioso da América Latina nas três últimas décadas⁵. Fundada em 1977, a IURD saltou de 269 mil adeptos no censo demográfico de 1991 para 2,1 milhões no de 2000, tendo uma variação média anual quase quatro vezes maior que as demais denominações pentecostais (Jacob *et al*, 2003).

A Igreja Internacional da Graça de Deus tem como iniciador e líder Romildo Ribeiro Soares, conhecido como missionário R. R. Soares. Cunhado de Edir Macedo e também fundador da IURD, Soares desligou-se daquela igreja em 1980, sendo recompensado financeiramente, e formou no mesmo ano a sua própria denominação. Contando com a assessoria do pastor Jaime Amorim, Romildo

4 Outra denominação que chama atenção no cenário neopentecostal é a Renascer em Cristo. Fundada em 1986 pelo casal Sônia e Estevão Hernandes, ela cresceu de modo rápido, investindo intensamente em mídia e atividades juvenis, como a Marcha para Jesus. Mas vem sofrendo uma grande crise com consequente evasão de fiéis, algo diretamente relacionado aos graves problemas judiciais enfrentados por seus líderes, amplamente divulgados na mídia secular.

5 A IURD assume alguns traços diferentes nos países latino-americanos, conforme as peculiaridades nacionais e regionais com as quais ela se depara (Oro *et al*, 2003).

Soares é o comandante simbólico e responsável jurídico do grupo empresarial chamado Graça, com escritórios de representação em todas as unidades da Federação. Cada um deles é responsável pela distribuição de carnês – para serem pagos por adeptos e simpatizantes – e também pela venda de produtos ligados à igreja (Mariano, 1999; Romeiro, 2005).

Assim como a IURD e contrariamente à maioria das denominações pentecostais, o foco da Igreja da Graça é a televisão. Romildo Soares foi o primeiro líder evangélico a apresentar um programa televisivo, o *Despertar da Fé*, na TV Tupi, em 1977. Desde 2003, ele vem apresentando em canal aberto, principalmente pela Rede Bandeirantes, o programa *Show da Fé*, pagando mensalmente mais de 2,5 milhões de reais pela transmissão.

Neste artigo, apresentamos os principais aspectos de duas denominações neopentecostais relativamente novas que vêm se destacando, sendo uma a partir do Sudeste, mais precisamente de São Paulo: a Igreja Mundial do Poder de Deus; e a outra na Região Norte, com origem em Manaus: o Ministério Internacional da Restauração. Elas foram tomadas para análise por serem bastante representativas dessa feição nova do empreendedorismo pentecostal brasileiro, surgida nos anos de 1990. Discutimos alguns fatores comuns dessas igrejas no cenário mais amplo do pentecostalismo.

A Igreja Mundial do Poder de Deus

A mais nova dissidente da denominação de Edir Macedo e que está em crescimento bastante acelerado é a Igreja Mundial do Poder de Deus. Foi fundada em 1998, na cidade paulista de Sorocaba, por Valdemiro Santiago de Oliveira, mais conhecido como apóstolo Valdemiro, que teve uma intensa participação por 18 anos na IURD, na qual foi obreiro, evangelista, pastor, líder regional, bispo, radialista, membro do seletto Conselho de Bispos e missionário no continente africano. Ao voltar da África, Santiago teria discordado do modo como a IURD era conduzida e então decidido formar sua própria denominação (Oliveira, 2005; Bitun, 2007).

Com uma adolescência marcada pela condição de usuário de drogas e morador de rua, assim como uma trajetória de trabalhador braçal, Santiago recorre à sua biografia para se comunicar de modo simples, direto e popular com seus seguidores. Uma proeza, chamada por ele de “grande livramento” e razoavelmente noticiada quando ainda era bispo da IURD, tem papel destacado na construção da imagem de predestinado desse líder religioso e de milagrosa da sua igreja: a sobrevivência a um naufrágio na África. Há muitos relatos de cura de

várias enfermidades por uma capacidade atribuída a Valdemiro Santiago, algo que constitui seu maior trunfo para atrair pessoas aos cultos da Igreja Mundial, principalmente aqueles realizados em sua sede no bairro paulistano do Brás, chamada de Grande Templo dos Milagres. Com capacidade para 15 mil pessoas, o templo costuma ficar lotado nos finais de semanas com as caravanas oriundas de diversas cidades. Muitas pessoas dizem ter sido curadas ao tocar o corpo de Santiago, tomar contato com seu suor ou então encostar fotos e documentos nas roupas dele.

De modo bastante semelhante à IURD, recorrendo a bordões como “Vem pra cá Brasil” e “Aqui o milagre acontece”, a Igreja Mundial teve uma intensa expansão em apenas 14 anos de existência. Está presente, atualmente, em 17 países das Américas, Europa, África e Ásia, com destaque para Argentina, Estados Unidos, Japão, Angola, Moçambique, Paraguai, Portugal e Espanha.

Assim como as outras duas grandes denominações neopentecostais, a Igreja Mundial expande-se fazendo uso dos meios de comunicação social. Em 2005, lançou o jornal *Fé Mundial* com tiragem de mais de 50 mil exemplares. Três anos depois, tal periódico já circulava com um volume dez vezes maior. A instituição de Valdemiro Santiago conta com algumas emissoras radiofônicas próprias, sendo as primeiras adquiridas a Rádio Mundial e a Rádio Terra FM. Mas é na televisão também, como aquelas rivais neopentecostais, que a Igreja Mundial faz seus maiores investimentos. Começou com o programa *O poder sobrenatural da fé*, apresentado por ele diariamente no Canal 21 UHF e na Rede TV (Bitun, 2007; Souza, 2011).

Para acentuar o confronto com a IURD, Santiago tem como seu principal auxiliar o também ex-pastor daquela igreja, Ronaldo Didini, que ficou conhecido pela apresentação do programa *25ª Hora* na TV Record até poucos meses antes de deixar a denominação, em 1997, após haver ajudado Macedo a abrir templos e emissoras de rádio na África e na Europa. Ele foi praticamente expulso da IURD quando apoiou o pastor Sérgio Von Helde, autor do episódio que ficou conhecido em 1995 como o “chute na santa”⁶.

Ronaldo Didini tem novamente como tarefa ajudar o líder de uma denominação neopentecostal na área de comunicação e na instalação de templos

6 Em 12 de outubro daquele ano, dia de Nossa Senhora Aparecida, o bispo Sérgio Von Helde apareceu em dois programas matutinos da Rede Record tocando com os pés e as mãos a imagem da Virgem, ridicularizando-a. A cena foi exaustivamente reproduzida pela Rede Globo, que cunhou a expressão “chute na santa”. A indignação inflamada de católicos levou bispos a organizarem concentrações públicas de desagravo, que tiveram respostas iurdianas.

no exterior. A ele também coube ser o gestor do maior investimento televisivo da Igreja Mundial: a compra de 22 horas diárias do Canal 21, da Rede Bandeirantes de Televisão. Em agosto de 2009, Valdemiro Santiago e sua instituição fizeram tal aquisição pelo prazo de cinco anos. A compra foi feita por um valor estimado em 3 milhões de reais mensais. Tal investimento somou-se a cerca de 1 milhão de reais mensais pagos à Rede TV para exibir programas matinais.

Atualmente, a denominação de Santiago dispõe de 23 horas de programação no Canal 21, bem como duas horas diárias na Rede TV e quatro horas na Rede Bandeirantes, o que gera um gasto mensal de 35 milhões de reais. Além das doações de fiéis, Santiago conta com uma volumosa comercialização de livros e DVDs, escritos ou protagonizados por ele. Mais de 8 milhões de unidades ao todo já foram vendidas, sendo que o mais recente CD vendeu cerca de 1 milhão de cópias ao custo de 20 reais cada. Eis a escalada comercial crescente dessa igreja “milagreira”.

Há entre as igrejas neopentecostais significativas semelhanças. Elas expandem-se rapidamente, diversificam suas áreas de atuação e praticam de modo contumaz a Teologia da Prosperidade pedindo, enfaticamente, doações financeiras. As três denominações que mais se destacam têm nomes bastante parecidos e histórias interligadas, sendo as concorrentes: Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus. Da Igreja Nova Vida, fundada pelo canadense Robert McAlister, surgiu a IURD em 1977. Após fazer acordo financeiro com seu cunhado Edir Macedo, Romildo Soares fundou em 1980 a Igreja da Graça. E a Igreja Mundial é a mais nova dissidência iurdiana, instituída em 1998 por Valdemiro Santiago.

Além da questão da origem, a IURD tem provocado, nessas e em outras instituições religiosas, mimetismo também em termos de organização institucional, com feições empresariais (Campos, 1997; Oro *et al*, 2003). Alguns líderes neopentecostais têm auxiliares diretos, que são também ministros pastorais e administradores dos negócios eclesiais. Na IURD, Honorilton Gonçalves apoia Edir Macedo, sobretudo na condução da Rede Record, sendo seu vice-presidente. Jaime Amorim é o principal auxiliar de Romildo Soares na administração dos empreendimentos ligados à Igreja da Graça. E Valdemiro Santiago conta com Ronaldo Didini, que também rompeu com a IURD e passou pela instituição de Soares, sendo um especialista em abrir templos no exterior, além de conduzir programação televisiva. Esses auxiliares são executivos cumprindo o papel de gerentes e representantes dos fundadores nos negócios vinculados às respectivas denominações.

Edir Macedo e Valdemiro Santiago vêm fazendo acusações mútuas, mantendo suas instituições em confronto aberto. Um acontecimento recente, com considerável repercussão, colocou ainda mais lenha nessa fogueira de conflitos. Em 18 de março de 2012, a Rede Record exibiu em seu programa de notícias *Domingo Espetacular* uma longa reportagem em que denunciou suposto uso ilícito das arrecadações financeiras da Igreja Mundial através de seu líder⁷. Nos dias posteriores, Santiago apresentou sua defesa, inclusive movendo processo judicial contra a Record pelo direito de resposta e fazendo novos ataques à IURD e a Macedo. Por meio de programas de elevada audiência, o embate entre esses dois líderes neopentecostais ganhou ainda mais notoriedade. Tal confronto deve-se ao fato de a IURD no censo demográfico de 2010 ter apresentado um decréscimo de 9,5% de adeptos, ao passo que Igreja Mundial apareceu neste recenseamento, que foi para ela o primeiro, com nada menos que 315 mil adeptos. Estima-se que pelo menos um terço desse contingente seguidor da denominação de Valdemiro Santiago veio da concorrente IURD.

Mas disputas e dissidências se dão também no âmbito de outras igrejas pentecostais brasileiras, gerando denominações novas que se expandem com rapidez. Além da Igreja Mundial, cujas controvérsias aparecem com destaque na mídia televisiva, abordamos neste artigo outra denominação pentecostal que chama atenção no norte brasileiro pelo seu rápido crescimento e pela amplitude de sua sede.

O Ministério Internacional da Restauração

O Ministério Internacional da Restauração (MIR) foi fundado na capital do Amazonas em 1992 e tem se destacado no cenário religioso regional. Inicialmente, este grupo adotou o nome de Primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus (Pibrem). Seu fundador é o apóstolo Renê de Araújo Terra Nova que, anteriormente, foi pastor da Igreja Batista Memorial, situada na mesma cidade.

Inovações no culto e algumas concepções teológicas já estavam sendo questionadas antes mesmo da chegada de Terra Nova ao grupo que geraria a nova igreja⁸. Outro pastor da Igreja Batista Memorial, Anselmo Vasconcelos,

7 Santiago teria comprado fazendas avaliadas em 50 milhões de reais utilizando dinheiro arrecadado na igreja. Podemos inferir que se o líder da Igreja Mundial também dispusesse de uma rede televisiva, provavelmente exibiria reportagens sobre o vasto patrimônio de Edir Macedo.

8 Ele havia se tornado pastor da cidade baiana de Porto Seguro.

havia iniciado um trabalho com o grupo de jovens que já continha algumas características do movimento pentecostal, como ênfase na cura, valorização do dom de línguas e batismo do Espírito Santo. Esses preceitos são rejeitados pelas igrejas históricas, ramo do qual a Igreja Batista faz parte.

Por iniciativa de Vasconcelos, foi iniciado em 1990 um trabalho sistemático de oração chamado de “Culto da Brecha”, que consistia em 12 horas ininterruptas de preces e louvor. O resultado desse trabalho foi contraditório, pois, ao mesmo tempo, causou impacto positivo na membresia, mas também estranhamento por parte dos dirigentes da Convenção Batista Brasileira. Imediatamente após chegar a Manaus, Renê Terra Nova deu continuidade aos “Cultos da Brecha”, com orações fervorosas “pelo bem da nação brasileira, pelas famílias, pela aquisição da casa própria, pela cura de enfermidades”, entre outros motivos. A partir de então, “milagres” passaram a ser relatados, tendo sido o primeiro o da suposta cura de uma mulher que era estéril e conseguiu conceber três filhos depois que passou a frequentar os cultos.

Com a divulgação do trabalho de oração o número de adeptos passou, rapidamente, de cem para duzentas pessoas, aproximadamente. A Convenção Batista Brasileira acusava o grupo de um desvirtuamento do modelo tradicional de culto. Devido ao acirramento do conflito, o grupo acabou rompendo com Igreja Batista Memorial para fundar a primeira Igreja Batista da Restauração. O episódio foi encerrado com um culto de despedida e de bênçãos dirigidas aos que estavam saindo e àqueles que resolveram permanecer. Uma das lideranças da igreja, que pediu para não ser identificada, afirmou que as dificuldades iniciais trazidas com o rompimento foram logo superadas e o MIR começou a adquirir uma identidade própria:

[...] Na Avenida Joaquim Nabuco, nós chegamos a ter uma média de cinco cultos aos domingos. O único culto que não formava fila para entrar era o que acontecia pela manhã. Paralelamente a esse mover pentecostal, o pastor Renê estabeleceu a base desse ministério, que é a família. Neste período ele começou um trabalho de seminário de família que era todo ano, iniciando em maio e indo até meados de junho. Nesta época, a igreja atingiu, aproximadamente, 5 mil membros, batizados nas águas, conforme estabelecia a doutrina batista. A estratégia usada para organizar essa multidão era o Grupo Familiar. Esse modelo era baseado numa estratégia de uma igreja sul-coreana. Ainda na Memorial, o pastor Renê criou um grupo de discipulado, que foi dividido em quatro. Com nossa mudança para Igreja Batista da Restauração, restaram apenas dois grupos, que logo depois ficaram

esquecidos. Porém, o pastor Renê entendia que a igreja deveria crescer com uma base de discipulado, baseado no exemplo deixado por Jesus. Com isso, foi enviado um missionário para Santarém, pois tínhamos ouvido falar de uma igreja, denominada Igreja da Paz. Esse missionário residiu por um ano em Santarém. Nesse período ele estudou e aprendeu sobre como funcionava essa estratégia do Grupo Familiar. Após esse período, foi implantado na igreja o Grupo Familiar, que contava com um líder, que reunia um grupo, cujas reuniões poderiam ser em sua casa ou de outra pessoa, entre dez a quinze pessoas. Havendo apenas um diferencial, que era um líder específico para cuidar de crianças, enquanto o líder majoritário se reunia com os outros participantes. Mas esse modelo inicial não agradava completamente o pastor Renê, pois havia riscos. Ou seja, as mulheres eram acompanhadas e orientadas pelo líder do Grupo Familiar, e dessa forma poderia haver problemas. Foi quando, entre 1997 e 1998, ele ouviu falar de uma igreja colombiana que adotava um modelo diferenciado do Grupo Familiar. Neste período, ele enviou à Colômbia o pastor Mauricio Castro, hoje dissidente dessa igreja. A “do Grupo dos Doze”, do pastor Cesar Castellanos, foi então trazida da Colômbia para Manaus, pois este modelo estratégico agradava ao pastor Renê, pois havia uma separação entre homens e mulheres, além da divisão por faixa etária. Assim sendo, esse modelo foi copiado e adaptado e passou a funcionar da seguinte maneira: células de homens, que possuem um culto próprio, denominado Rede de Homens; células de mulheres, com a respectiva Rede de Mulheres; células de jovens e adolescentes, com a respectiva Rede Juvenil e células de crianças e sua Rede de Crianças. Aos domingos todas essas células e redes se reúnem em um grande culto, denominado Culto de Celebração.

Como se pode ver, o MIR é uma igreja organizada em células designadas “grupos familiares”, a partir da experiência chamada de G12 iniciada pelo pastor colombiano César Castellanos, da Igreja Batista da Lagoinha, principal denominação do ramo batista renovado. O modelo de organização celular dessa vertente batista reúne 12 pessoas, sendo chamado de M12. O MIR acabou tornando-se uma importante referência do modelo de organização celular, implantado também em outras igrejas pentecostais. Ao romper com Castellanos, Renê Terra Nova adaptou o modelo para sua própria denominação, chamando-o de G12.

O movimento de igrejas celulares, ou grupos familiares, teve início na Coreia do Sul com o pastor David Yonggi Cho, cuja igreja sediada na ilha de Yoido

congrega cerca de 800 mil adeptos. Foi Cho quem transmitiu a Castellanos a estratégia de evangelismo a partir de reuniões nas casas das pessoas, em vez de templos.

A história do MIR, assim como a de inúmeras igrejas evangélicas, está intimamente ligada à biografia do seu fundador. Uma característica marcante das denominações pentecostais é exatamente esse personalismo religioso, que mistura a trajetória do líder com o desenvolvimento institucional. Tal organização religiosa é uma dissidência da Igreja Batista Memorial. O surgimento do MIR se deu a partir de uma denominação protestante histórica, acompanhando a onda de dissidências eclesiais ocorridas a partir dos anos de 1950. Neste período, muitas denominações adotaram práticas que até então eram características dos grupos classificados como pentecostais clássicos. Ou seja, aqueles que enfatizam o fenômeno da glossolalia (oração em línguas estranhas), valorização do Espírito Santo e práticas de cura. Esta igreja contava em seu início com cerca de 150 pessoas, que se reuniam na garagem da casa dos atuais pastores, Anselmo e Rose Vasconcelos. Posteriormente, o grupo alugou o espaço de uma conhecida sala de projeção de filmes, o Cinema Novo, situado no centro de Manaus, conforme tendência recorrente na trajetória dessas denominações. Com a adesão crescente de novos integrantes, foi dado início ao projeto de construção de um grande templo, que é o maior da capital amazonense.

Conforme suas feições e práticas, verifica-se que se trata, efetivamente, de uma denominação neopentecostal. O MIR promove liberação comportamental (algo contrário ao pentecostalismo clássico) e oferta serviços mágico-religiosos. Além desses traços, faz promessas de cura e prosperidade mediante as ofertas financeiras e realiza intenso proselitismo visando à atração de indivíduos de todos os estratos sociais. Enfim, pratica a Teologia da Prosperidade. É comum neste seguimento religioso a caracterização dos males, principalmente pobreza e enfermidade, como algo de origem espiritual, causado por demônios que atormentam o ser humano, gerando problemas que não poderiam ser resolvidos pela medicina e pela ciência modernas (Mendonça e Velas Filho, 2002). Tais males devem ser combatidos com uma “guerra espiritual”, visando à libertação das pessoas que procuram a instituição religiosa. Com a prática desses “atos proféticos” toda pobreza, doença e opressão são expurgadas, desde que o seguidor da igreja seja fiel no pagamento de dízimos e nas ofertas financeiras. O descumprimento desses preceitos supostamente atrai o tormento que havia sido repellido.

É comum nessas denominações aquilo que Bourdieu (2005) descreveu como sistemas de práticas e representações religiosas que visam legitimar a ordem social estabelecida, através de um discurso que ressalta o valor dos que

cumprem os imperativos eclesiásticos. Nesta perspectiva, as práticas religiosas “[...] impõem aos grupos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do mecanismo arbitrário de dominação, por exemplo, o estilo de vida bem como a religiosidade das classes dominantes” (Bourdieu, 2005: 53). Por isso é considerado abençoado aquele membro que consegue ostentar uma vida próspera, caracterizada pela posse de carro novo, moradia própria, de preferência em local elitizado da cidade, vestimenta de grife, enfim, gozar uma vida compatível com o discurso da Teologia da Prosperidade. Os testemunhos de ascensão social devido à frequência e contribuição financeira com a igreja são frequentes e propalados na mídia religiosa.

Em Manaus, o MIR tem sido uma referência em termos da concorrência entre as igrejas, cuja consequência é a padronização no discurso e na forma de pensar desse seguimento, produzindo um neopentecostalismo nortista. Para Mariano (2004), essa vertente evangélica desencadeia um processo de aproximação das correntes menores para as mais dinâmicas, ocorrendo uma espécie de mimetismo ou “neopentecostalização” das igrejas. O grupo pesquisado encaixa-se com precisão na descrição bourdieusiana: apontado inicialmente como uma “seita”, atraiu e manteve adeptos, sendo reconhecido como uma igreja. A nova denominação torna-se depositária e guardiã de uma ortodoxia, identificada com as suas hierarquias e seus dogmas e, por esta razão, fruto de uma “nova reforma”⁹. O perfil de seu líder também corresponde às afirmações do sociólogo francês. Aclamado como apóstolo, Renê Terra Nova conseguiu rapidamente a adesão da maioria dos adeptos da Igreja Batista Memorial de Manaus, pois, como aponta Bourdieu (2005:60): “A força de que dispõe o profeta (empresário independente de salvação) cuja pretensão consiste em produzir e distribuir bens de salvação de um tipo novo e propensos a desvalorizar os antigos”. Com seu magnetismo pessoal, Terra Nova tem conseguido atrair seguidores para sua nova e crescente denominação neopentecostal.

O processo de estruturação do MIR consiste, basicamente, na adoção de uma estratégia de crescimento chamada de “A Visão Celular no Modelo dos Doze”. Este formato assemelha-se ao marketing corporativo de empresas que estimulam a realização de reuniões de divulgação nas casas de famílias, potenciais consumidores do seu produto. Essa maneira de construção de relacionamentos em corrente, com o propósito de atrair e fidelizar clientes, é praticada

9 Vale lembrar que a história do protestantismo é marcada por cismas e desmembramentos, algo que prossegue com intenso dinamismo. Os resultados do censo demográfico de 2010 mostram a pulverização de igrejas, sobretudo nas maiores cidades brasileiras.

no Brasil, destacadamente, pela multinacional do setor de nutrição Herbalife. Cesar Castellanos assimilou a proposta na Coreia do Sul e veio a introduzi-la no universo protestante latino-americano com o nome de G12. Tal modelo, voltado não para o possível cliente de empresa, mas sim para o potencial fiel de igreja, adota a seguinte representação:

Figura 1: Escada do Sucesso



Fonte: www.montesiao.pro.br/estudos/visao/escada_sucesso.html/. Acessada em 19/07/2012.

Renê Terra Nova, em um discurso feito em sua denominação em 2009 e extraído da mesma fonte anterior, procura explicar essa “escada do sucesso”:

O *Ganhar* acontece através do evangelismo pessoal, das células de multiplicação, cultos das redes e cultos de celebração. Podemos realizar programas que atraiam as pessoas segundo a sua faixa etária, como chás, cafés, jantares, reuniões de oração, lazer com propósito evangelizador. Devemos sempre utilizar recursos, buscando alternativas que funcionem; tudo debaixo da direção de Deus. *Consolidar* é o processo mais singular da Visão Celular, tanto que chamamos a consolidação de “pulmões da Visão”. Quando alguém aceita Jesus como senhor e salvador de sua vida, precisa de cuidado e acompanhamento para que se sinta seguro e possa dessa forma ser conduzido ao Pré-encontro, Encontro e Pós-encontro. *Discipular ou Treinar*, diz respeito à fase do discípulo que ingressa na Escola de Líderes, recebe inúmeros ensinamentos acerca da Palavra de Deus. Isso gera um desejo de não apenas ganhar as vidas, mas discipliná-las. Então, no segundo bloco da Escola, o aluno já está liberado, debaixo do acompanhamento do seu discipulador, para começar a liderar uma célula. É muito importante ter zelo no cuidado

com os discípulos, pois isso os faz se sentirem amados e criará neles o desejo de serem líderes que formarão posteriormente outros líderes. *Enviar*, nesta etapa envia-se os discípulos quando eles estão preparados para liderar células, o líder forma a sua 1ª geração, realiza seus próprios encontros, possui Escola de Líderes sob a sua direção; está conquistando territórios. Enfim, ele tem experimentado os resultados benéficos que a Visão Celular produz.

Tal discurso descreve a maneira como parte das pessoas atraídas ao MIR é treinada para tornar-se liderança de grupos e com isso reproduzir a dinâmica para a atração de mais pessoas. Este “discípulo”, como prefere Terra Nova, que passou por todas as etapas de treinamento, é considerado apto para constituir sua própria “célula”. Ou seja, está, supostamente, preparado para formar um pequeno grupo de pessoas que são convidadas a ir à sua casa ou à de outro integrante do mesmo grupo, a fim de participarem de um culto doméstico, que deve ser o mais atrativo possível. Este novo líder tem como objetivo principal “levantar 12 discípulos”, semelhante ao que fez Jesus Cristo, ao escolher seus apóstolos. Tal simbolismo é marcante nesta prática de busca de expansão da organização religiosa. Com essa estratégia, baseada em metas claras, o MIR tem conseguido atrair adeptos de outras denominações pentecostais, além de algumas igrejas protestantes históricas. Através dessa sistemática, a denominação de Terra Nova vem oferecendo um tipo de “consultoria religiosa”, pois o modelo é ofertado mediante pagamento para pequenas igrejas que a procuram. Tal serviço é feito, principalmente, através de eventos.

São realizados congressos denominados de Visão Celular, em que vários pastores e lideranças pentecostais buscam entender e copiar esse modelo de expansão. Tais reuniões costumam ter certo requinte, às vezes em hotéis sofisticados, para impressionar os participantes. Nesses eventos, é resgatado o imaginário religioso do Antigo Israel, com danças hebraicas, estandartes que fazem menção às 12 tribos israelitas, símbolos judaicos como a Arca da Aliança, o uso do Shofar (instrumento de sopro feito de chifre de carneiro) e do Talit (xale típico de oração).

A influência judaica sobre o MIR é marcante. Ressalta o valor de Jerusalém como “a cidade do grande rei”. A igreja de Terra Nova não comemora o Natal, considerando-o uma festa pagã com traços babilônicos e nórdicos, que estaria a serviço do consumismo. Por outro lado, celebra festas judaicas, como Tabernáculos, Páscoa, Pentecostes, Yom Kippur, Purim e Chanucá, apontando que Jesus Cristo participou de algumas delas. Não por acaso Terra Nova detém uma agência de turismo, cujo principal produto é a viagem à capital de Israel. Outro formato

do religioso “marketing de relacionamento” do MIR é o Fruto Fiel. Um relato de Terra Nova, extraído da mesma fonte já citada, procura explicar a proposta:

Manter os frutos (pessoas) que estamos ganhando e, mais que isso, descobrir que a arma mais poderosa para firmar uma vida, um discípulo, um líder no Reino é deixá-lo seguro de que ele é amado. Após implantarmos o Mover Celular – Fruto Fiel, sentimos a necessidade de buscar em Deus a resposta para obter melhor resultado na retenção dos frutos que estávamos ganhando.

Esclarece ainda que esta estratégia esteja dividida em vários passos, a saber:

A Primeira fase do Mover Celular – Fruto Fiel é ganhar o Fruto Fiel pelas células. Com esse objetivo, a igreja volta à sua função celular: evangeliza, cuida, prepara e leva o indivíduo aos passos da Visão. Na segunda fase, ocorre a consolidação do Fruto Fiel pelas células, pois o fruto nasceu na célula, relaciona-se e cresce nelas. Também nas células, desata-se o líder. Durante três meses trabalha-se de forma que todos possam compreender qual a sua função na Visão. Nessas 12 semanas, as gerações serão reunidas para um desatar de graça e, claro, a Visão sairá dos riscos. Na terceira e última fase, ocorre a Multiplicação do Fruto Fiel pelas células. Isso é extremamente beneficiador, pois toda a função do Mover Celular é colocar a credencial da Visão nas células que devem ser administradas pelos 12, ou seja, pelas gerações. É possível se levantar essa multidão e multiplicá-la. O Mover Celular – Fruto Fiel, em suas três fases, é uma resposta de persistência, através da qual os líderes deverão cumprir cada fase, estabelecer os alvos e metas sem trauma, estudar com os discípulos e acompanhar o desenvolvimento da Visão.

O Mover Urbano é outra iniciativa surgida no âmbito da Visão Celular, a partir do Congresso Interno de Consolidação, ocorrido em fevereiro de 2012. O fundador do MIR afirma que o objetivo consiste em “ganhar cidades para o Senhor Jesus”. São instaladas bases em uma determinada região da cidade, constituindo-se 12 células nessa área demarcada. Na sequência, 12 bases celulares deverão formar uma base chamada setorial e, por sua vez, 12 unidades setoriais devem constituir uma base regional, que chega a arregimentar até mil frequentadores. Segundo Terra Nova, esse crescimento expressa “um tempo de maturidade da visão celular em Manaus”. Com suas práticas, ele afirma buscar a conquista da capital amazonense “para Jesus”.

Lideranças do MIR costumam designar a igreja como “restauração do cristianismo para uma vida com saúde e abundância”. Trata-se de um discurso

marcado pela Teologia da Prosperidade, que promete respostas às necessidades materiais das pessoas que contribuem fielmente com doações à igreja. O Projeto Mover Urbano conseguiu fixar-se em três regiões setoriais e cada uma delas possui bases com, no mínimo, 12 células. O MIR estabeleceu uma espécie de aliança estratégica com outras igrejas e pastores e os assiste dando “cobertura” em relação ao desenvolvimento da visão celular.

Em Manaus, o MIR conta com um único templo com capacidade para 9 mil pessoas no bairro Santo Agostinho. Costuma estar lotado, o que mobiliza os adeptos para a construção de outra edificação de tamanho um pouco maior. Muitas reuniões ocorrem nas chamadas bases setoriais da igreja. A prática celular tem feito o MIR expandir-se para além do Amazonas, chegando à Bahia e Roraima.

Considerações finais

O neopentecostalismo formou-se no Brasil no final do século XX capitaneado pela Igreja Universal do Reino de Deus, que tem supremacia e é imitada em grande medida pelas denominações congêneres nesse segmento religioso específico. Como dissidência e com nomes parecidos ao dela, surgiram as concorrentes igrejas: Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus.

O rápido crescimento da Igreja Mundial vem se dando, principalmente, devido à atração de seguidores da IURD e, conseqüentemente, provocando reação da denominação de Edir Macedo. Os ataques televisivos explicitam o grau de concorrência e a animosidade atual no meio neopentecostal. Essa é de fato uma parte dinâmica, crescente e bastante controversa, do cenário religioso atual. Tal embate tende a prosseguir, pois esta fração do mercado religioso brasileiro está em franca e agressiva disputa.

O desenvolvimento da Igreja Mundial do Poder de Deus e do Ministério Internacional da Restauração aponta como é versátil e dinâmico o segmento neopentecostal. Cada qual ao seu modo, sendo uma partir de São Paulo e a outra de Manaus, elas têm em comum a ênfase na Teologia da Prosperidade e o rápido crescimento. Do Sudeste e do Norte, essas denominações espalham-se para as outras regiões do país, incomodando aquelas antes estabelecidas e apontando novas tendências. O empreendedorismo de seus líderes tem sido um fator fundamental em todo esse processo.

Enquanto a Igreja Mundial faz uso intenso da televisão e da prática de cura por meio de seu líder, Valdemiro Santiago, o Ministério Internacional da Restauração baseia-se em um método de expansão na forma de células ou grupos

familiares, com reuniões nas casas das famílias envolvidas. Grande parte das pessoas convertidas é desafiada a trazer outras para a Igreja através dessas reuniões, na expectativa de uma progressão geométrica. Tal método celular, de origem coreana, vem sendo implantado em outras denominações pentecostais, sendo parte delas influenciadas pelo MIR.

O pentecostalismo tem como marco inicial da sua primeira onda no Brasil exatamente a Região Norte, especificamente a capital paraense de Belém, onde se fixou em 1910 aquela que é a maior denominação evangélica no país: a Assembleia de Deus. Ganharia impulso com a versão de cura divina, iniciada em São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960, cuja maior representação atualmente é da igreja paulista Deus é Amor. E a terceira onda pentecostal surgiu ao final da década de 1970 no Rio de Janeiro, sob a liderança da IURD (Freston, 1993). Essa onda teria como marca a Teologia da Prosperidade, tornando-se conhecida como neopentecostalismo (Mariano, 1999). Outra característica importante desse jeito novo jeito de ser pentecostal é a liberalização de costumes traduzida, sobretudo, na vestimenta dos adeptos e nas atividades para os jovens, como as chamadas baladas e marchas para Jesus.

A igreja de Valdemiro Santiago resgata a ênfase na cura, incorporando a maneira peculiar neopentecostal de pedir e obter doações financeiras, algo que é compartilhado pela denominação de Renê Terra Nova, cuja essência é a organização celular. Chamados de apóstolos, ambos os líderes religiosos vêm, rapidamente, estruturando suas instituições de modo a incomodar aquelas que dominam o campo evangélico brasileiro, respectivamente, a Assembleia de Deus e a IURD. Santiago e Terra Nova detêm empreendimentos econômicos conduzidos em prol da evangelização e da expansão de suas igrejas. O rápido crescimento delas vem projetando esses líderes no cenário religioso brasileiro.

Referências

- BITUN, Ricardo. *Igreja Mundial do Poder de Deus: rupturas e continuidade no campo religioso neopentecostal*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis/ São Paulo, Vozes/, Simpósio Editora/ UMESP, 1997.
- FRESTON, Paul Charles. *Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 1993.

- HADDEN, Jeffrey K. e SHUPE, Anson. Televangelism in America. *Social Compass*, v. 34, n. 1, 1987, pp. 61-75.
- JACOB, César Romero (Org.). *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da PUC-RJ/Loyola, 2003.
- LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo, Aste, 1963.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.
- . O reino de prosperidade da Igreja Universal. In: ORO, Ari Pedro (Org.), CORTEN, André e DOZON, Jean Pierre. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003, pp. 237-258.
- . Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 18, v. 52, 2004, pp. 121-138.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa e VESLAQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo, Loyola, 2002.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Mercadolicismo: mercado na religião e religião no mercado. *Estudos da Religião*. São Bernardo do Campo, v. 18, 2000, pp. 55-67.
- OLIVEIRA, Valdemiro Santiago de. *Os pensamentos de Deus*. São Paulo, Ela Print, 2005.
- ORO Ari Pedro ; CORTEN, André e DOZON, Jean Pierre (Orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.
- . Neopentecostais e Afro-Brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Debates do NER*, ano I, n. 1, 1997, pp.10-36.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo (Orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- ROMEIRO, Paulo Rodrigues. *Decepcionados com a Graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal*. São Paulo, Mundo Cristão, 2005.
- SOUZA, André Ricardo de. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2005.
- . O empreendedorismo neopentecostal no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. v. 13, n. 15, 2011, pp. 13-34.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 10/03/2013

Como citar este artigo:

SOUZA, André Ricardo de e PINTO, Marilina Conceição Oliveira Serra. Duas igrejas expoentes do novo empreendedorismo pentecostal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 111-127.

Uma carreira como sociólogo da música

Howard Becker¹

Resumo: Neste artigo, Howard Becker retrança sua trajetória como sociólogo da música desde sua formação como músico profissional e seus estudos na Universidade de Chicago, passando por sua experiência como pesquisador no Brasil e o contato com a produção acadêmica francesa. O relato constitui um exercício de reflexão metodológica sobre como fazer sociologia da música evitando o etnocentrismo e reconhecendo a importância da interdisciplinaridade.

Palavras-Chave: sociologia da música – interdisciplinaridade – fontes empíricas – linguagem musical – metodologia

A career as sociologist of music

Abstract: *In this paper, Howard Becker retraces his trajectory as a sociologist of music from his education as a professional musician himself and his early studies at the University of Chicago passing by his research experience in Brazil and the contact with the French academic production. His account is a methodological reflection on how to do sociology of music avoiding ethnocentrism and acknowledging the importance of interdisciplinarity.*

Key-Words: *sociology of music – interdisciplinarity – empirical sources – musical language – methodology*

Quando eu era doutorando em sociologia na Universidade de Chicago, meu orientador Everett C. Hughes me ensinou uma lição fundamental: “Toda

1 Pesquisador Independente – San Francisco – Califórnia – Estados Unidos. Tradução: Richard Miskolci; Revisão: Jacqueline Sinhoretto.

atividade é o trabalho de alguém”. Isso quer dizer que para compreender uma atividade, qualquer que seja, é necessário pesquisar junto às pessoas para quem aquela atividade é um trabalho. É uma ideia simples, mas se a tomamos seriamente as consequências são importantes.

Sem dúvida, o resultado mais importante é o seguinte: não devemos buscar definir, como se faz em certas tradições da sociologia da arte, a essência do que se escolhe como objeto de investigação, a saber, sua alma. No caso da música, isso quer dizer que não devemos tentar encontrar uma qualidade essencial que a distinguiria de toda outra atividade, a qualidade única pela qual se saberia, sem sombra de dúvida, que isso é verdadeiramente música e aquilo não é. Esse problema, que é no fundo uma questão filosófica, não encontra resposta na sociologia. Os sociólogos podem descrever as formas de atividade coletiva necessárias para fazer música, mas não podem encontrar a solução para o quebra-cabeça seguinte: “esta peça é mesmo música, sim ou não?”. Tampouco pode resolver outra versão do mesmo problema: “esta obra é boa música ou não?”.

E por que não? Porque não há resposta empírica a essa questão e a sociologia é uma disciplina empírica. Nesse caso, trata-se de preferências: posso explicar as razões de minha preferência por tal peça musical, mas elas nunca convencerão alguém que já não estivesse de acordo comigo. De outro modo, as coisas não se passam assim quando se trata de uma experiência ou de quando se pode provar, por exemplo, que algo aconteceu ou que um objeto existe. Neste caso, posso, em princípio, demonstrar a um cético que tenho razão, mesmo se ele estivesse decididamente convencido do inverso anteriormente.

Assim, livre da obrigação de se preocupar com questões filosóficas concernentes ao valor musical, o sociólogo está livre para conduzir suas pesquisas sobre a música tanto quanto sobre qualquer outro objeto e, portanto, sobre o trabalho que consiste em fazer música.

Meus dois mundos: a sociologia e a música

Como a maior parte dos sociólogos da música (acho), tive a sorte de chegar à sociologia com uma boa formação musical. Eu sabia ler uma partitura. Eu tinha conhecimento funcional da harmonia no teclado. Aos 19 anos já tinha bastante experiência profissional como pianista.

Comecei minha carreira como sociólogo com uma pequena pesquisa sobre as pessoas que Marc Perrenoud² chama “musicos” ou “os músicos comuns”; tra-

2 PERRENOUD, Marc. *Les musicos. Enquête sur des musiciens ordinaires*. Paris, La Découverte, 2007.

tava-se de um diário de campo sobre os músicos com quem eu trabalhava nos bares de Chicago. Essa pesquisa tratava das relações de trabalho – dos músicos entre si, entre eles e seus públicos, com seus patrões e no seio de suas famílias. A pesquisa tratava a música não tanto como um objeto de pesquisa, mas como um dado. Contudo, a música tinha um papel importante. Os músicos falavam de música continuamente. E foi exatamente a minha participação no grupo de músicos profissionais de Chicago, e no seu trabalho cotidiano, que tornou a pesquisa possível.

Mas, para mim, o primeiro progresso verdadeiro foi feito quando eu entendi como articular a compreensão do *trabalho* musical (seguindo a pista de Hughes) e a compreensão *da música*, a saber, *o conteúdo* desse trabalho. Encontrei essa chave nas ideias do musicólogo americano Leonard Meyer³, o qual mostrou como manipular os dispositivos musicais convencionais – os meios melódicos e harmônicos que são utilizados em todas as músicas – para criar as alternâncias de tensão e pausa que criam, por sua vez, os efeitos musicais emocionais. Assim, os dispositivos convencionais da música são, ao mesmo tempo, fatos sociais e fatos musicais, se assim podemos dizer. De fato, como o termo “convenção” indica que os significados partilhados tornam a vida social possível, disto decorre que as convenções musicais tornam a atividade musical coletiva possível. É aí que se encontra a ligação entre as ideias musicais e as ideais sociológicas.

Elaborei durante anos minhas ideias sobre a arte, de início tomando a música como modelo de todas as artes. Depois pensei que deveria fazer uma sociologia das artes mais geral, um projeto que resultou no livro *Os mundos da arte*⁴.

A importância teórica da música para a sociologia

Parece-me – e isto depois de muitos anos – que a música é central para qualquer sociologia das artes. Com todas as outras artes pode-se evitar tratar o centro do problema, que é, na minha visão, a linguagem técnica, a linguagem artesanal específica com a qual os artistas trabalham e se comunicam.

Quando se trata de literatura, podemos falar de personagens e seus destinos, da representação das classes sociais, das relações entre os sexos ou de qualquer fato social que é representado na obra. Pode-se igualmente discutir a significação do romance ou da peça de teatro para as grandes questões sociais, filosóficas e políticas. E é a mesma coisa com os filmes. E o mesmo com as artes plásticas:

3 MEYER, Leonard B. *Emotion and Meaning in Music*. Chicago, University of Chicago Press, 1956.

4 BECKER, Howard S. *Les mondes de l'art*. Paris, Flammarion, 1988.

se um quadro trata de uma situação à qual podemos atribuir um sentido social, procede-se como no caso do romance, se o quadro mostra uma imagem abstrata, podemos discutir a ausência desse tipo de significação.

A música, por sua vez, não fabrica imagens realistas. Ela vocaliza relações entre entidades que são, por natureza, abstratas. É por causa disso que os sociólogos, que não são nem pintores nem romancistas, falam sem medo do romance ou da pintura. Mas os sociólogos da música, por sua vez, quase todos tocam um instrumento ou cantam. (Uma exceção: pode-se ainda falar da letra de uma canção e utilizar assim as estratégias disponíveis para as artes que buscam mostrar a realidade.)

Quando se fala de música, discutem-se principalmente aspectos técnicos: as estruturas harmônicas, por exemplo, ou as variações rítmicas. Não se pode falar dessas questões sem utilizar a linguagem das notas e dos sinais cujo sentido é dado por um sistema de significações completamente arbitrário, mas bem conhecido pelos músicos que o utilizam e se servem dele para organizar suas apresentações públicas. É necessário que o sociólogo que faz uma pesquisa sobre a música aprenda esse sistema exatamente como faria um aprendiz. Senão ele não pode se comunicar com as pessoas com as quais pesquisa e não pode compreender as ações que ele vê. Pois nesse mundo a linguagem técnica é o instrumento da comunicação.

A situação de um sociólogo da arte então se parece com a de um pesquisador que faz seu trabalho em um país estrangeiro, onde as pessoas falam uma língua diferente e partilham uma cultura diferente da sua. Como os antropólogos aprenderam, não sem dificuldade, é necessário aprender a língua e os costumes indígenas para fazer uma pesquisa em uma sociedade pouco familiar. Caso contrário, arrisca-se a cometer sérios erros de compreensão.

Evitar o etnocentrismo

Na época em que comecei a trabalhar em sociologia da arte, minha participação profissional no mundo da música tinha diminuído. Cada vez mais minhas ideias estavam sendo nutridas pela leitura e por outras experiências e não pelo trabalho musical em si. Para mim, a busca de outras fontes de conhecimento estava ligada ao meu desejo de evitar o etnocentrismo e o provincialismo frente aos gêneros musicais e às culturas nacionais, aprendendo a conhecer as tradições e as práticas diferentes das minhas. É por essa razão que os etnomusicólogos aprendem sempre a tocar instrumentos das culturas que eles estudam. Para mim é mais simples do que para eles, porque me basta escutar os

diferentes tipos de músicas que estão disponíveis em meu entorno. A escuta dessas músicas ensinou-me a perceber a que ponto a emergência de um tipo de música resulta de uma escolha entre numerosas possibilidades. Cabe, então, investigar para aprender como e em que meio social essa escolha foi feita.

Mas é igualmente importante aprender a conhecer as pesquisas feitas nas tradições científicas e nas sociedades diferentes da sua própria. Apreendi muito com tradições musicais, sociológicas e antropológicas diferentes das minhas. Nunca aspirei a um conhecimento enciclopédico das músicas do mundo, como faria um etnomusicólogo. Busco apenas exemplos que possam chacoalhar meus hábitos intelectuais, comparações que possam provocar ideias novas. Encontrei o que buscava nos livros e nas experiências de ultramar, nas músicas brasileiras e francesas e nas pesquisas feitas pelos pesquisadores em ciências sociais e nos conhecedores da música desses países.

Sempre adorei a música popular brasileira, mais especialmente dos anos 1960, a bossa nova, que tinha uma ligação forte com o jazz da América do Norte, e que influenciou muito o jazz norte-americano, inclusive minhas próprias práticas musicais. Desde a primeira visita ao Brasil, quando fui professor convidado de antropologia social no Museu Nacional do Rio de Janeiro, constituí uma grande coleção de discos e de partituras, e eu mesmo tocava essa música ao piano. Além disso, li os trabalhos de doutorandos cariocas sobre a música, o Carnaval e todos os fenômenos da vida musical brasileira. Um livro em particular me chamou a atenção: o de Hermano Vianna sobre as reuniões de fãs de música funk⁵ em torno das quais se encontrava todo um mundo, inteiramente formado pelas pessoas mais pobres da cidade e que eram invisíveis aos cidadãos mais ricos e mais conformistas, incluindo mesmo os outros antropólogos. (Mais tarde, Vianna escreveu outro livro⁶, igualmente interessante, sobre o processo pelo qual o samba se tornou a dança nacional no Brasil.)

Minhas experiências brasileiras me ensinaram o valor de uma familiaridade com a literatura sociológica estrangeira sobre a música. Então, quando comecei a vir frequentemente à França e a ler em francês, comecei imediatamente a buscar livros sobre música. Compreendi rapidamente que a sociologia da arte e da música na França se beneficia, em parte, de uma tradição teórica longa e distinta, e, por outra, de uma tradição de trabalho de campo que é pouco conhecida pelos sociólogos de outros países.

5 VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

6 VIANNA, Hermano. *The Mystery of Samba: Popular Music and National Identity in Brazil*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1999. (Original: *O misterio do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor e Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.)

O primeiro livro sobre música que li foi de Pierre-Michel Menger⁷ sobre o fenômeno Boulez. Aprendi, entre muitas outras coisas, como o Estado francês, mais dinâmico nas artes do que o Estado norte-americano, criou um monopólio quase total para Pierre Boulez, de uma maneira que seria impossível, e também impensável, na situação americana menos centralizada.

O livro de Menger foi o primeiro que li, mas certamente não o último. Logo li o livro de Antoine Hennion sobre a indústria do disco e outro dele, que me tocou profundamente, sobre o ensino do solfejo nas escolas de música, com sua mistura de ideias e de trabalho de campo⁸. Lendo essas obras, aprendi muito sobre a cena musical francesa, mas também sobre toda uma tradição sociológica que converge com a minha.

Aprendi também que muitas coisas não são tão diferentes se comparamos as duas tradições musicais, francesa e americana. Graças ao livro de Marie Buscatto⁹, aprendi que o papel das mulheres no mundo do jazz é quase idêntico na França e nos Estados Unidos. Da mesma forma, os modos de vida e de trabalho de um músico “comum” – um músico que toca em casamentos, festas, shows e nos bares e clubes – são muito similares, uma coisa que o livro de Marc Perrenoud me mostrou.

Mas há também diferenças importantes. Por exemplo, a música que um músico comum toca para uma festa bebe em uma tradição que ultrapassa uma única música nacional, e as tradições nacionais bebem em diferentes fontes em países diferentes. Portanto, pode ser que um músico francês conheça ao menos um pequeno repertório de música de origem cigana, a qual está inscrustrada na memória coletiva. Além disso, as ideias musicais de origem cigana afetaram o jazz francês, e todos os músicos de jazz, suponho, têm alguma familiaridade com elas. Para um músico norte-americano, por sua vez, isso será somente uma curiosidade, ideias e peças que seus colegas não conhecem e que não desejam conhecer, pois ninguém as conhece; então não vale a pena aprendê-las, pois não interessaria a ninguém ouvi-los tocar. (Se há traços disso em seu modo de tocar, pode ser que venha de uma vaga lembrança de um disco de Django Reinhart.)

Às vezes, se passa de outra forma. A música folclórica brasileira forneceu um pano de fundo fundamental para a música popular brasileira, especialmente

7 MENGER, Pierre-Michel. *Le Paradoxe du musicien: le compositeur, le mélomane et l'Etat dans la société contemporaine*. Paris, Flammarion, 1983.

8 HENNION, Antoine. *Comment la musique vient aux enfants. Une anthropologie de l'enseignement musical*. Paris, Anthropos, 1988.

9 BUSCATTO, Marie. *Les femmes du jazz: Séduction, féminité(s), marginalisation*. Paris, CNRS Editions, 2007.

para a *música popular erudita*, que é um desenvolvimento harmonica e ritmicamente muito sofisticado de músicas populares mais simples. Nisso, ela lembra o caso da música cigana na França. Por muitas razões, essa música de origem folclórica acabou por se tornar uma parte essencial do repertório de todo músico americano competente, e agora de todos os músicos comuns do mundo, sob a forma da bossa nova. Mas isto concerne apenas a certas peças, somente as mais conhecidas. Os ritmos brasileiros, por sua vez, são utilizados em toda parte, nos Estados Unidos e fora, nos *standards* americanos assim como nas canções brasileiras. Foi por acaso que a bossa nova alcançou esse lugar na música americana, depois que o guitarrista Charlie Byrd trouxe de sua viagem ao Brasil as canções que ele ouviu e que eram novas na época: de Tom Jobim, de João Gilberto e de outros compositores brasileiros.

É necessário igualmente evitar o etnocentrismo organizacional, a saber, a ideia de que a situação que se conhece no seu próprio país é a mesma em toda parte. Um exemplo pertinente é o problema recorrente do desemprego dos artistas do espetáculo. Depois do desaparecimento das cortes reais e imperiais e o quase desaparecimento dos postos permanentes para os artistas do espetáculo, o trabalho é regulado pelo mercado, ou seja, não se pode ter certeza de onde virá o próximo “negócio”, como dizem os músicos. Consequentemente, a maior parte – não todos, mas a maioria – dos músicos conhece uma situação perpétua de precariedade econômica.

Contudo, a situação francesa difere muito da americana. Não existe nada semelhante ao sistema francês de seguro desemprego, do qual muitos músicos dependem (devo ao livro de Marc Perrenoud a compreensão do funcionamento do sistema do *cachê*) e que não existe para os artistas e músicos nos Estados Unidos. Assim, um sociólogo da arte americano não pode imaginar todas as astúcias para acumular os *cachês* que entram nos cálculos dos músicos comuns na França, e que constituem seu trabalho cotidiano e contínuo, tampouco as enormes possibilidades de perturbação do conjunto das artes no nível nacional que esse sistema lhes confere.

Da mesma maneira, pode ser que um sociólogo da música francês teria dificuldades para compreender o *system* americano, no qual a grande maioria dos artistas do espetáculo considera como dado que é preciso ter um *day job*, dito de outra forma, um trabalho “paralelo”, na economia comum, a fim de sustentar sua atividade artística com grande variedade de artimanhas que os artistas americanos se esforçam para continuar a ter. Mas pode ser que eu subestime o conhecimento que os franceses têm de nossa situação.

A comunicação internacional

Adoraria que os sociólogos dos Estados Unidos (ou de outras partes) pudessem partilhar de meu entusiasmo pelos trabalhos de pesquisa de países que não o seu e aproveitar da ampliação das perspectivas que resulta disto. Infelizmente, eles não o fazem. Meus colegas (com raras exceções próximas) só leem em inglês, salvo traduções, e o problema não vai desaparecer de um dia para o outro. A escolha das traduções de obras do francês (e de outras línguas também, naturalmente) é muito restrita. Apenas as traduções de livros para os quais uma boa venda é garantida é que encontram um editor. Nos Estados Unidos, a venda de livros de sociologia de outros países precisa de um público que ultrapasse aquele apenas dos sociólogos. No caso, esse público leitor, que vem de disciplinas como a literatura ou a filosofia, parece preferir as obras teóricas às empíricas, em particular uma lista de autores que talvez causasse estranheza entre os sociólogos franceses: Derrida e Baudrillard, por exemplo, são conhecidos e entre os “verdadeiros sociólogos” estão principalmente Bourdieu e Foucault. Mas entre os livros e as pesquisas que me inspiraram não se encontra quase nada.

Por isso, para quase todo sociólogo americano, o termo *French sociology* (a sociologia francesa) não significa o corpus completo de pesquisa e livros franceses, antes algo muito mais restrito, a saber: *French theory*. De fato, os livros e artigos que mencionei há pouco sobre a sociologia da música não existem para muitos sociólogos americanos que poderiam utilizá-los.

Que pena! Para os sociólogos americanos é uma grande perda. Eles não têm à sua disposição uma coleção de casos diferentes que lhes permitiria fazer comparações, nem a oportunidade de fazer descobertas teóricas que essas comparações poderiam produzir. Pode-se dizer que o resultado é um erro de amostragem.

Por hora, não sou muito otimista e não vejo sinais de melhora da situação entre meus compatriotas. Felizmente podemos discernir em outras partes do mundo tendências mais cosmopolitas. Apesar da propensão europeia de adotar o inglês como *lingua franca*, é verdade que muitos sociólogos da América do Sul, por exemplo, leem regularmente o francês, inglês e, sem dúvida, outras línguas. Da mesma forma, alguns sociólogos franceses leem mais ou menos bem o espanhol e mesmo o português.

Como um amigo me disse: “Depois das três ou quatro primeiras línguas, as outras são fáceis”.

Considerações finais

Os responsáveis pelo colóquio me pediram para desenvolver algumas ideias sobre o futuro da sociologia da música, nos Estados Unidos e na França, e mesmo no mundo.

Podemos falar de posições e de organizações, mas isso envolveria mais política e burocracia do que atividade intelectual. Certamente, a burocracia tem efeitos enormes sobre a atividade intelectual. Não obstante, seria temerário conjecturar sobre essa questão e prefiro não o fazer.

De outra forma, podemos especular livremente e explorar os temas mais encorajadores. Mencionarei apenas um.

Primeiro, é necessário prestar atenção séria às interações entre os músicos de todos os tipos que vêm de toda parte do mundo. Os etnomusicólogos reconheceram que se concentrar unicamente sobre a “música indígena” pretensamente pura não funciona. Então, eles decidiram fazer pesquisas sobre todas as músicas, feitas por qualquer membro da sociedade. Ao invés de investigar a música havaiana autóctone, podemos aprender mais focalizando a música que faz o *entertainer* Don Ho nos grandes hotéis da praia de Waikiki. Os intérpretes atuais não respeitam as fronteiras entre os gêneros musicais, por que nós respeitaríamos essas fronteiras? Podemos evocar muitos exemplos de promiscuidade musical como a prática do pianista americano Uri Caine, o qual toca jazz baseado nas peças folclóricas que Béla Bartók compilou na Hungria no início do século XX. A realidade é a mestiçagem e devemos aceitá-la como objeto de nossa pesquisa.

A pesquisa de Hermano Vianna, à qual já fiz referência, mostra também a necessidade de levar em consideração essas interações. Os DJs de funk do Rio de Janeiro viajam regularmente de avião para Nova York para comprar os discos que não estão disponíveis no Rio. Assim, a cena da música carioca está completamente inserida no contexto de empresas e mercados cujos atores, contudo, não têm consciência da existência dos fãs.

É necessário estar sempre atento aos perigos da sobrepolitização dessas questões. Seria fácil supor que os DJs brasileiros são otários nas mãos das grandes empresas musicais americanas que os usam como ferramentas para estender seu monopólio cultural sobre o planeta, mas não é este o caso. As grandes companhias não têm nenhum conhecimento desse pequeno mercado e não têm interesse em explorá-lo.

Tudo isso contribui então para sublinhar a importância da mundialização da música.

Os responsáveis pelo colóquio também me demandaram que eu dissesse alguma coisa sobre as relações entre a sociologia e as outras disciplinas, em especial a musicologia. Já fiz alusão à importância de um conhecimento da linguagem musical para a sociologia da música. Esta é a linguagem na qual os participantes de quaisquer mundos da música se comunicam. São os musicólogos que têm as ferramentas para analisar esta linguagem e é necessário que os sociólogos aprendam a utilizá-las da mesma maneira que utilizamos as palavras da língua de um país onde fazemos pesquisa.

Robert Faulkner e eu, em nosso livro sobre os “músicos comuns”, utilizamos, por necessidade, as citações em linguagem musical para ilustrar e para explicar as observações da vida profissional na qual nós vivemos e trabalhamos durante numerosos anos¹⁰. Não é possível compreender o gene de um músico que não conhece os encadeamentos dos acordes (as *changes* como dizem os músicos) de uma peça sem ter uma compreensão da linguagem dos acordes e da maneira como os músicos os utilizam quando eles tocam um *tune*, quer dizer, uma melodia. Isso coloca um problema, com certeza, pois os não-músicos não compreendem essa linguagem, então para eles nosso livro pode ser difícil de ler. Mas a harmonia prática do teclado (isso que chamamos em inglês de *keyboard harmony*), essas convenções dos movimentos harmônicos no modo como são executadas todos os dias no estudo ou sobre o palco, são a chave da organização social e os musicólogos dispõem da linguagem para analisá-la. É por essa razão que a maior parte dos sociólogos da música são eles mesmos músicos.

Nós temos muito a aprender com os musicólogos. Eles têm muito a aprender conosco? Espero que possamos dar algo em troca da dívida que eles nos fazem de sua linguagem analítica, e que isso se encontre na linguagem analítica que nós utilizamos para descrever as relações entre os atores sociais. Não é o vocabulário da sociologia que é importante, são suas ideias. Para mim, é evidente, uma das ideias-chave que a sociologia levou adiante é que uma obra de arte é o produto de um mundo de pessoas em interação. Para os atores que interagem no mundo da música, esta ideia não é nova, no entanto, eles não estão acostumados a formulá-la desta maneira em sua vida profissional. Nesse meio, eles são, como todas as pessoas competentes, plenamente capazes de analisar sua vida cotidiana. Mas eles raramente têm o hábito de transferir os conhecimentos que eles dominam com perfeição a um nível mais abstrato, de generalizar e de fazer análises sociológicas. Cabe a nós, sociólogos, mostrar a eles como os

10 Faulkner, Robert R., Becker, Howard S., “Do You Know...?” *The Jazz Repertoire in Action*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 2009.

detalhes de sua vida profissional são a matéria-prima de uma análise sociológica e sublinhar que não é necessário ter uma linguagem muito rebuscada para fazer sociologia.

Uma palavra de advertência, enfim. Pensamos frequentemente que a interdisciplinaridade foi alcançada quando colocamos em uma mesma sala pessoas de disciplinas diferentes. De forma alguma. A verdadeira interdisciplinaridade se passa na cabeça de cada um, uma vez que realizo a aprendizagem da musicologia e uma vez que o musicólogo aprende a sociologia. Pode ser que eu me sirva das ideias da musicologia de uma maneira nova, pode ser também que o musicólogo se servirá das ideias sociológicas de uma maneira inesperada; mas os dois aprenderão algo do exercício.

Recebido em: 28/09/2012

Aceito em: 30/09/2012

Como citar este artigo:

BECKER, Howard S., Uma carreira como sociólogo da música. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 131-141.

Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais¹

Jordão Horta Nunes²

Resumo: O objetivo aqui é reconstruir a perspectiva analítica dos movimentos sociais, avaliando sua fecundidade e também suas limitações na pesquisa das novas formas de ação coletiva. Alguns exemplos de aplicação da teoria do *frame* na análise de movimentos sociais na América Latina são comentados. Algumas considerações sobre problemas relacionados à construção da identidade coletiva, requerida na perspectiva interacionista, encerram a argumentação.

Palavras-chave: movimentos sociais, análise do *frame*; interacionismo simbólico, ação coletiva, identidade coletiva.

Frame and collective identity: an interactionist perspective on social movement's analysis

Abstract: *The aim here is to reconstruct the interactionist perspective that analyses social movements, availing its methodological fecundity and also its inadequacies on the research of new collective action configurations. Some examples of frame theory applications on the analysis of social movements in Latin America are*

1 Este artigo tem como ponto de partida comunicações efetuadas em Mesa Redonda sobre contribuições recentes do Interacionismo Simbólico no XV Congresso Brasileiro de Sociologia e no GT “O pluralismo na teoria contemporânea”, durante o 35º Encontro Anual da Anpocs, ambas realizadas em 2011. No entanto, as considerações aqui expressas atualizam, incorporam novos elementos, mas também deixam de incorporar alguns aspectos, dos textos originalmente apresentados.

2 Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG - Goiânia - Brasil - jordao@cienciasociais.ufg.br

commented. Remarks about problems related to the collective identity construction, required by the interactionist perspective, conclude the article.

Keywords: *social movements, frame analysis, Symbolic Interactionism, collective action, collective identity.*

A mobilização coletiva consiste, sem dúvida, na característica que mais identifica um movimento social em suas mais diversas concepções teóricas. Reconhecida e explicada de diversas formas (comportamento coletivo, ação coletiva, redes, ação conjunta ou coordenada etc.), a mobilização coletiva, propondo mudanças e efetivada com algum nível de organização e persistência temporal, intervém na realidade social. Embora diversas reconstruções contemporâneas sobre a caracterização dos movimentos sociais reconheçam o papel ontológico de uma identidade e uma agência coletiva, as teorias dos movimentos sociais são fundamentadas por princípios diferentes, ligados mais à estrutura ou ao macrossocial, à psicologia do comportamento social, à racionalidade estratégica, a dimensões culturais, simbólicas, expressivas ou identitárias. Tem sido comum na literatura o reconhecimento de algumas famílias de teorias sociais, agrupadas em suas características principais: mobilização dos recursos (McCarthy e Zald, 1977), processo político (Tilly, 1975), novos movimentos sociais (Touraine, 1978; Habermas, 1981; Melluci, 1981, 2001), *frame* do protesto (Snow, Benford, 2000; Johnston, Noake, 2005).

No entanto, esses tipos classificatórios guardam tantas distinções internas e, por vezes, podem ser identificados sob várias combinações em suas efetivações empíricas, que se poderia endossar a posição de autores como Melucci (1981) e Castells (2005), que ressaltam a indeterminação do conceito de movimento social. A apreensão teórico-metodológica dos movimentos sociais torna-se ainda mais complexa com a recente intervenção de outros domínios analíticos que têm por objeto transformações identitárias e organizacionais na realidade social contemporânea: sociedade de consumo, sociedade em rede, sociedade de serviços, pós-modernidade, crise das identidades. Longe da ambição de enfrentar os inúmeros desdobramentos do repertório conceitual recente dos movimentos sociais, procura-se aqui desenvolver uma leitura da produção teórica sobre movimentos sociais a partir de uma perspectiva interacionista. Parte-se de um foco metodológico, em nível metateórico, analisando a questão do coletivo, característica inequivocamente comum em toda a produção analítica dos movimentos sociais. A reconstrução do repertório conceitual interacionista, desde a teoria do comportamento coletivo até a teoria do *frame* do protesto e

seus desdobramentos recentes, conduz a valorizar a fecundidade e considerar algumas limitações da perspectiva na orientação e pesquisa de mobilizações sociais, bem como resgatar elementos comuns incorporados em outras perspectivas ou famílias teóricas. Alguns exemplos de aplicação da teoria do *frame* na análise de movimentos sociais na América Latina são comentados, antecedendo as considerações finais.

O coletivo, atributo ontológico e característica primordial dos movimentos sociais, está subjacente a todas as famílias de teorias de movimentos sociais, associado a uma série de termos primitivos: identidade, intencionalidade, ação, consciência coletiva. O problema, clássico na metodologia das ciências sociais, pode ser enunciado da seguinte forma: o comportamento coletivo pode ser explicado pelo comportamento individual? Segundo o individualismo metodológico, fenômenos sociais de larga escala, como mobilizações, insurreições e revoluções devem ser abordados pelas situações, disposições e crenças de indivíduos. Já para os holistas, o comportamento social de indivíduos deveria ser explicado em termos das posições ocupadas ou funções desempenhadas pelos indivíduos no sistema social e das leis que governam esse sistema, consideradas *sui generis* e não derivadas de propriedades ou princípios individualísticos (Cf. Mandelbaum, 1957).

A reivindicação de uma identidade coletiva para o movimento social tem, por um lado, raízes no pensamento sociológico clássico, inequivocamente holista, de Marx (Marx, Engels, 2007) e seguidores como Lukacs (1989), e, por outro lado, de Durkheim (1999, 2000). Uma consciência de classe coletiva, “para si”, é necessária para o movimento revolucionário. Também para Durkheim uma consciência coletiva e solidária é indispensável para a efetivação da coesão e de uma moralidade social compartilhada. Já para Weber o fato de um indivíduo se posicionar numa situação de classe específica não implica uma forma de identidade ou participação na ação coletiva. Os grupos de status também não implicam formas de ação coletiva, embora se tornem conscientes de compartilhar um tipo de identidade coletiva. No entanto, a organização social em termos de uma identidade coletiva só se efetiva no partido político, que envolve associação e está sempre direcionado a metas, de uma forma planejada (Cf. Weber, 1991).

A tradição interacionista, na esteira de G. H. Mead, sustenta uma fundamentação sociopsicológica da construção da identidade coletiva, com base na relação entre mente, *self* e sociedade (*mind, self and society*). O *self*, ou pessoa social, é construído com base em pressuposições, sentidos e estruturas sociais pré-existentes. Interagindo com outras pessoas nas diversas situações sociais, o

self modela, por sua vez, as estruturas sociais, contextos e sentidos emergentes. Sociólogos influenciados pela fenomenologia, como Berger e Luckmann (2004), desenvolveram uma perspectiva construcionista que articula dialeticamente a realidade objetiva e sua apreensão subjetiva, psicológica.

Outras aproximações da psicologia social, como a da teoria das representações sociais, de Moscovici, parecem conceber a identidade coletiva como produto de interações e de estruturas sociais (Cf. Hunt, Benford, 2004). Blumer, em “Comportamento coletivo” (1939), incorpora as contribuições clássicas e o instrumental sociopsicológico para construir uma ideia de identidade coletiva aplicada aos movimentos sociais, ou seja, em instâncias em que o comportamento coletivo dá lugar à ação coletiva: a organização do movimento deve construir um espírito de equipe, a partir de uma liderança reconhecida e pela constituição da consciência do coletivo, mediada por regras e valores associados a um conjunto de expectativas.

Blumer é o autor da mais célebre formulação dos princípios do Interacionismo Simbólico (doravante IS), no ensaio “The methodological position of Symbolic Interactionism” (1969: 1-60): os seres humanos agem com as coisas com base nos sentidos que as coisas apresentam para elas; essas “coisas” incluem tudo que os seres humanos podem perceber no mundo, como objetos físicos, categorias de objetos, instituições, ideais, atividades e situações; o sentido dessas coisas é derivado ou emerge da interação social que temos com nossos semelhantes; esses sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas que ela encontra (Cf. Nunes, 2005: 25-26). Já há indícios desses princípios epistemológicos no capítulo “Comportamento coletivo”, escrito 30 anos antes para uma coletânea editada por Robert Park. Na teoria blumeriana do comportamento coletivo, o motor de fenômenos sociais coletivos, desde a explosão incontrollável de uma multidão num estádio de futebol até a ação coordenada de movimentos sociais ambientalistas, é um estado de inquietude social (*social unrest*). Blumer vê os movimentos sociais como processos com origem na insatisfação com a forma de vida, de início espontâneos e mal organizados mas que, em seu desenvolvimento, adquirem uma cultura e uma organização social, com regras e valores, uma liderança estabelecida e uma divisão de trabalho duradoura. Quando ocorre uma cristalização desses motivos de insatisfação e uma reorientação do *self* diante de novos anseios e desejos, focalizando e objetivando esse tipo de motivação, estamos diante das condições para a emergência de um movimento social específico, em que a ação coletiva toma o lugar do comportamento coletivo.

Blumer, prefigurando o repertório conceitual do interacionismo simbólico, não se inclina ao individualismo metodológico e privilegia epistemologicamente a situação social, identificando *selves* e papéis sociais em consonância com tipos de situação diferentes. Quando ainda não há consciência da injustiça entre os agentes sociais, cabe ao “agitador” social conduzi-los a questionar seu modo de vida, fazendo emergir a inquietude social. Em situações em que já ocorre o descontentamento, mas há incerteza sobre como agir, o agitador intensifica, libera e orienta as tensões que os agentes já experimentam. Há um perfil de *self* e um tipo de performance adequados ao agitador em cada situação característica (Cf. 1939: 260).

A análise da situação social remete, no interacionismo simbólico, a um processo cognitivo-perceptivo que precede e condiciona a ação social. Segundo William Thomas, “*antes de qualquer ato de comportamento autodeterminado há sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação*. Na realidade não só os atos concretos são dependentes da definição da situação, mas toda uma conduta de vida e a personalidade do próprio indivíduo derivam, gradualmente, de uma série de tais definições” (1923: 42, destaque do autor). *A situação é vista como manipulável pelos agentes, por meio de estratégias de representação e condução da aparência; os indivíduos e grupos têm um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições de status. Por outro lado, sempre que os participantes numa situação social compartilham uma mesma definição, a coordenação é facilitada e isso é fundamental para o êxito dos movimentos sociais.*

Definição da situação e construção da identidade

O recurso metodológico à situação social seria empregando de forma mais *profícua por outros interacionistas, como Goffman (2002) [1964] e Lyman & Scott (1989)*. Influenciados pelo seminal artigo “Situating actions and vocabulary of motives”, de Wright Mills (1940), admitiram a possibilidade de caracterizar linguisticamente uma situação, comparando “vocabulários” associados a determinados tipos de ações contextualizadas. Há exemplos de aplicação da teoria dos vocabulários de motivos na análise de movimentos sociais, como o caso de Robert Benford (1993), que analisou processos de mobilização para recrutamento e participação em movimento social pelo desarmamento nuclear, identificando quatro vocabulários que emergiram da interação entre os ativistas, patrocinadores, simpatizantes e outros significantes: severidade, urgência, eficácia e decência. Essas formas de falar forneceram aos atores razões convincentes para agir em prol do movimento ou de sua organização.

O tema da identidade coletiva, na concepção interacionista dos movimentos sociais, está mais associado à identificação de situações típicas de confronto, de subalternidade ou de depreciação do *self*, em que se efetiva uma definição da situação com potencial capacidade não só de recuperar a autoestima, mas também de orientar a ação coletiva transformadora. A perspectiva interacionista considera o coletivo como um artefato, e nesse sentido aproxima-se do construcionismo social, rejeitando assim qualquer concepção essencialista da identidade, que atribuiria a esta algum atributo fundamental como propriedade única do coletivo de seus membros. A identidade coletiva seria “uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com roteiros culturais e centros de poder” (Cerulo, 1997: 387). Entretanto, tal concepção construcionista social de identidade coletiva foi compartilhada por analistas de movimentos sociais e políticos entre as décadas de 1960 e 1990, que enfatizaram sobretudo as implicações políticas derivadas de construções coletivas de gênero, raça e classe. Análises críticas da naturalização de práticas culturais ou discursivas empregadas na construção de gênero na socialização doméstica, escolar ou pela produção cultural e mantidas como estratégia de discriminação e valorização diferencial surgiram (e.g., Goffman, 1977; Hochschild, Machung, 1989). Apesar de se situarem em tradições diferentes e áreas de conhecimento correlatas às ciências sociais, mantinham em comum a visão do gênero como uma realização interacional, em constante renegociação por meio de trocas linguísticas e performances sociais. Da crítica da dominação passou-se a enfoques propositivos, visando reverter as situações identificadas e construir novas identidades. Um exemplo está no trabalho de Verta Taylor e Nancy Whittier sobre identidade coletiva em mobilizações lésbicas feministas (1992), em que se identificam os seguintes passos desde a situação criticada à mobilização: a) a construção de limites que segregam e diferenciam os grupos não convencionais do coletivo sexual dominante; b) a emergência de uma consciência e de metas compartilhadas entre os grupos sexuais não convencionais; c) processos de politização que valorizam um grupo.

Karen Cerulo, recorrendo a diversos autores, como Melucci, Giddens e Charles Taylor, argumenta que, diferentemente de movimentos política e ideologicamente orientados ou organizados por uma mobilização de recursos em vista de metas pré-definidas, os coletivos movidos pela identidade não têm por finalidade a emancipação ou a liberdade, mas procuram ampliar essa liberdade e lutar pelo direito a uma existência mais significativa, que pode ser objeto da escolha de seus membros. A política de identidade e os novos movimentos sociais sugerem um novo tipo de agência coletiva que, além de controlar e transformar um ambiente social, cujos participantes “conscientemente desenvolvem

ataques e defesas, conscientemente segregam, diferenciam e marcam, cooperam e competem, persuadem e exercem coerção” (1997: 393-394).

A fronteira com a psicologia social, alimentada sobretudo com a teoria de Mead, caracterizou as análises dos movimentos sociais até os anos 1950 e 1960. A teoria da mobilização de recursos (doravante TMR) compartilhava com esta o enfoque micro, embora privilegiasse a racionalidade estratégica em contraposição aos determinantes culturais. As outras duas famílias teóricas adotaram uma perspectiva macrossociológica e histórica e contestavam as explicações economicistas da ação coletiva. As teorias do processo político (TPP), que tem entre seus principais propositores Charles Tilly, enfatizam a “estrutura de oportunidades políticas”, um conjunto de subsídios ou constrangimentos políticos, que favorece ou restringe as possibilidades de escolha. A dimensão explicativa do cultural aparece na adequação entre os repertórios do movimento social, ou seja, entre os tipos de recursos empregados para a ação política (passeatas, listas de assinaturas, declarações públicas, panfletagem, violência direta etc.) e o contexto histórico social. O regime político, no entanto, desponta como o fator que estrutura propriamente o repertório de um movimento social para sua prática de “interação contenciosa” entre desafiantes e detentores do poder.

A TMR e a TPP priorizam a racionalidade da organização e a ação política como fatores explicativos ou motivadores dos movimentos sociais. Valorizando mais o processo de mobilização organizada, os adeptos da TMR tendiam a desconsiderar situações como as que viriam a se tornar comuns na América Latina das décadas de 1970 e 1980, em que camadas muito pobres, carentes de recursos e organizadas precariamente, em contextos de desigualdade social pronunciada e repressão política, produziam formas de resistência social “ocultas” ou “submersas”, incapazes de alcançar objetivos políticos, ainda que inscritas em processos mais abrangentes de transformação cultural. Teóricos adeptos da abordagem dos processos políticos, como Sidney Tarrow, tendiam a analisar a estratégia dos movimentos no contexto do saldo entre riscos–oportunidades para os desafiantes e de apoio–repressão pelas autoridades (1998). Em relação à TPP, embora alguns críticos critiquem a opacidade das teorias que enfatizam as oportunidades políticas em relação a questões de gênero e aspectos culturais e identitários (e.g. Abdulhadi 1998), vários de seus defensores vieram a considerar a cultura como um elemento de um processo político mais amplo, “que incluía maior ênfase a origens sócio-históricas do descontentamento, do protesto e da mobilização” (Edelman, 2001). Assim, há proximidade com o cultural, mas este é dependente, como no caso dos repertórios de mobilização e contensão, do regime político e do contexto histórico-social.

As teorias dos novos movimentos sociais (TNMS) comportam condições epistemológicas mais favoráveis à compatibilidade com as teorias interacionistas dos movimentos sociais, inclusive as teorias do *frame* da ação coletiva ou do protesto. Entretanto, é importante ressaltar a repercussão entre analistas de movimentos sociais na América Latina da proposta de Jean Louis Cohen (1985) para uma “síntese emergente” agrupando propostas analíticas europeias e norte-americanas e valorizando o conceito de sociedade civil. Em artigo recente, Euzenéia Carlos recuperou a crítica efetuada por Cohen e Arato das insuficiências dos paradigmas até então vigentes para a compreensão dos novos movimentos sociais na América Latina:

As escolas norte-americana e europeia de movimentos sociais, ora enfatizando a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos, ora a identidade coletiva dos sujeitos na formação do movimento social (Cohen, 1985), impediram a formação de uma visão mais abrangente deste fenômeno social; capaz de elucidar de modo integrado tanto os nexos internos à ação coletiva quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais, como o Estado e o sistema político mais geral. (Carlos, 2011)

No que concerne às teorias europeias dos NMS, acata-se aqui, inicialmente, a posição de Angela Alonso (2009), admitindo que as teorias dos novos movimentos sociais, embora não evidenciem uma coesão suficiente para serem consideradas escolas, do ponto de vista metodológico, compartilham “um ar de família” entre seus principais teóricos: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Os “velhos” movimentos privilegiam a classe social como principal categoria analítica; os novos movimentos sociais emergem da crise da modernidade e têm origem em disputas envolvendo recursos culturais, simbólicos e informacionais e da reivindicação de direitos sobre a especificidade e a diferença. Seus objetivos não são inteiramente realizáveis pela mediação política e também não há o interesse pela tomada do poder ou pelo controle do Estado.

Habermas, entre os principais autores das TNMS, desponta como o que teve maior influência da escola interacionista. Considerando analiticamente os processos sociais em termos de mudanças de linguagem, Habermas demarca seu interesse sobre uma problemática, muito presente no interacionismo simbólico, que viria a desenvolver em profundidade em *A teoria da ação comunicativa*: quais são as estruturas e regras básicas que todos devem dominar para aprender uma língua e se relacionar com o mundo, com outras pessoas, levando em conta intenções, desejos e sentimentos? (Habermas, 1984, 1987).

A teoria do *frame* influenciou significativamente na metodologia de pesquisa sobre os movimentos sociais, a partir dos anos 1980. Em *Frame Analysis* (1974), Goffman considera o *frame* como um quadro que organiza a percepção e a experiência e que constrange a interpretação, constituindo também uma condição necessária para sua existência. Existe sempre uma ação subjacente ao *frame* e que não é definida ou estruturada unicamente pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso. O enquadramento (*framing*) exige técnica e arte, é um artifício, ou artefato, que condiciona a percepção e a experiência. O construto do *frame* traz várias vantagens à análise dos movimentos sociais, por constituir uma perspectiva que permite articular posições epistemológicas outrora dispostas dicotomicamente, como criador e obra, produção e recepção, plateia e palco, ativista e potencial ativista a ser recrutado.

O *frame* do protesto

Em meados dos anos 1980 Snow e Benford (1986) criticaram a “visão estática da participação” nas teorias sobre os movimentos sociais, encontrando na análise do *frame* elementos para identificar os fatores que contribuem para o sucesso dos movimentos. O modo em que um movimento social enquadra um problema é um dos indicadores da sua tendência para formar a opinião pública. Os *frames* servem como “andaimes conceituais” para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes. Portanto, o estudo dos obstáculos que limitam o potencial desenvolvimento de *frames* num dado contexto social transforma-se em estratégia político-ideológica (Nunes, 2004).

David Snow reconstrói o esquema conceitual do interacionismo simbólico e identifica o princípio de simbolização como foco principal da perspectiva, considerando o conceito de *frame* como a “ilustração e a amplificação concreta do modo pelo qual o sentido e a simbolização podem ser culturalmente impetrados e incorporados” (2001: 371). Para o movimento social interessa saber quais tipos de contextos e processos sociais, formas organizacionais ou relações facilitam ou retardam a fixação dos sentidos, ou tornam as simbolizações justificadas e rotineiras, até que se incorporem nos *habitus*, na acepção de Bourdieu, ou nas estruturas primárias (*primary framework*) do *frame*, no dizer de Goffman. Uma das funções mais constitutivas dos movimentos sociais é, afirma Snow, estipular “*frames* novos ou alternativos de queixas e infortúnios reconhecidos, transformando-os em injustiças ou transgressões morais” (2001: 372).

David Snow e Robert Benford tiveram experiência prática nos frames que analisaram ou de que participaram. Foram pioneiros na identificação das funções que um quadro da ação coletiva deve desempenhar, criando um esquema conceitual que já transcendeu o contexto acadêmico e figura na agenda prática dos movimentos sociais. A construção de um quadro da percepção aos potenciais afiliados ao movimento deve conter (Snow & Benford, 1988): o enquadramento diagnóstico, em que se apresenta uma nova interpretação dos assuntos ou eventos, com a intenção de mobilizar para a ação; o enquadramento prognóstico, apresentando uma solução ao problema diagnosticado; o enquadramento motivacional, em que se tenta prover uma razão ou motivo para agir conjuntamente.

O emprego metodológico da teoria do *frame* à análise e organização de movimentos sociais é bastante profícuo. No próprio *Frame Analysis* já há elementos que, empregados em nível metateórico, apresentam grande potencial heurístico na extensão de diversas teorias existentes sobre movimentos sociais. O primeiro deles é a propriedade de transformação dos quadros. As transformações em quadros são de dois tipos: modulações (*keyings*) ou fabricações (*fabrications*). Realizamos uma modulação¹ no quadro quando “organizamos a experiência em termos de outro domínio (universo de significado sustentado por uma atividade) da experiência vivida, conhecendo apenas o que está envolvido, ou quando criamos outros domínios para nós mesmos ou ainda subvertemos a credibilidade de um domínio para outros” (Nunes, 2004: 158-159). No *frame* da ação coletiva, uma petição coletiva pode ser realizada da forma tradicional, por lista de assinaturas em papel, mas também por mensagens de correio eletrônico ou chamadas telefônicas.

O quadro conceitual das teorias clássicas da comunicação, baseado na tríade emissor-mensagem-receptor, seria insuficiente para analisar comunicações mediadas por artefatos eletrônicos (telefone, celular, teletransmissão etc.) ou por computadores. O modelo do *self* como falante na comunicação, ainda que elaborado por Goffman numa época em que a telemática ainda estava no horizonte, contribuiu significativamente para a análise do quadro da ação coletiva. Na teoria do *frame* de Goffman, o *self* como falante divide-se em quatro entidades diferentes: *responsável*, *estrategista*, *animador* e *figura* (cf. Goffman, 1974: 5). Numa conversação normal, o próprio falante pode incorporar as quatro entidades, embora em muitos casos não o faça. Apresenta-se

1 Goffman faz aqui uma analogia entre as transformações em quadros da percepção e as mudanças de tonalidade na música. Para uma análise das analogias e do “modelo do estúdio” que Goffman constrói para explicar as transformações nos *frames*, consultar Nunes (2004, p. 175-180).

abaixo, para ilustrar o modelo, um trecho de mensagem enviada por correio eletrônico pela rede ativista Avaaz, em uma de suas campanhas, no dia 7 de maio de 2012:

Há alguns dias, o Congresso aprovou um projeto de lei catastrófico que vai devastar nossas florestas, da Amazônia à Mata Atlântica. Agora, **somente a presidenta Dilma pode barrar essa lei**. Ela está sob pressão para vetá-la, mas cabe a nós aumentar essa pressão e levá-la até o limite. **Não temos tempo a perder. Clique para salvar a Amazônia e compartilhe essa petição.** [Destaques no original]

Na mensagem original o texto reproduzido figura num quadro à direita de um texto explicativo mais extenso, como uma chamada jornalística em destaque com o conteúdo essencial acompanhada de uma contextualização factual informativa e argumentativa, mas também com apelo emotivo, de uma identificação de atos contenciosos e de seus protagonistas, bem como da justificação da intervenção, mediante a apresentação de uma petição representativa da sociedade civil. No quadro em destaque o discurso indireto é utilizado em duas sentenças que remetem à aprovação de um projeto de lei com efeitos danosos à preservação do ambiente pelo Congresso e o veto da presidenta Dilma que poderia barrar essa lei. O texto explicativo à esquerda do quadro relaciona o “efeito perverso” do projeto de lei a madeireiros e fazendeiros, que, respaldados pela lei, obteriam a “carta branca para desmatar enormes faixas de nossas preciosas florestas, da Amazônia à Mata Atlântica”. Entretanto, a ação da presidente Dilma ao vetar o projeto não poderia ser relacionada diretamente a suas motivações e figurar como exclusivamente de sua responsabilidade, já que a aproximação entre o executivo e esse tipo de ação contenciosa poderia afastar vários ativistas de apoiar a petição, pois ainda é forte a concepção dos movimentos sociais como ligados à sociedade civil e com autonomia, pelo menos em grau considerável, do Estado. Assim, o envolvimento motivacional direto da presidenta com a causa ambientalista é afastado quando se acrescenta:

O universo está conspirando a nosso favor. Em algumas semanas, Dilma será anfitriã da maior conferência ambiental do mundo. Informantes nos disseram que **ela não aceita pagar o preço de ser considerada a líder que aprovou a devastação da Amazônia**. Dezenas de pessoas já foram assassinadas por serem contra o desmatamento – agora é a nossa vez de fazer pressão e forçar Dilma a escolher a opção do veto. [Destaque no original]

O contrafactual de sua omissão a vetar a lei conduziria Dilma a um constrangimento em seus futuros encontros com representantes estrangeiros na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Qualquer possível motivação individual pela causa por parte da presidenta fica eclipsada nesse tipo de argumentação, que atribui a responsabilidade pelo veto e seu mérito à iniciativa da sociedade civil, mediante a campanha promovida pela Avaaz. Não são os congressistas ou parlamentares que “conspiram em nosso favor”, pela causa ambientalista, mas “o universo”, ou seja, uma contingência externa, a realização de uma conferência internacional em que o Brasil seria desacreditado caso não houvesse pelo menos a rediscussão do projeto em seus termos mais polêmicos.

A campanha envolveu uma segunda mensagem, enviada em 14 de maio, praticamente reproduzindo a mesma argumentação, mas acrescentando o seguinte texto no início da mensagem: “Obrigado por ser um dos 1,6 milhão de pessoas que assinaram a petição para salvar a Amazônia! Entretanto, nós temos uma emergência – *clique aqui* e faça um telefonema para a Presidência da República agora e encaminhe o email abaixo para amigos e familiares e nos ajude a alcançar 2 milhões de assinaturas!”. Esse tipo de estratégia, que é empregado em diversas campanhas da Avaaz em muitos países e que se pode considerar já convencionalizado no repertório das redes de ativismo globais, motiva o virtual apoiador da campanha a efetivar uma comunicação que, embora tecnicamente mediada por telefone, implica um efeito físico e simbólico muito maior do que, por exemplo, uma petição assinada, ainda que a chamada não seja atendida diretamente pela interlocutora desejada. Em geral as primeiras mensagens solicitam a adesão a uma petição a ser enviada a um membro do executivo nacional, geralmente um presidente ou primeiro-ministro. Depois são enviadas mensagens solicitando uma ação mais direta. Embora, no caso de campanhas realizadas pela Avaaz no Brasil, as mensagens estejam em nome de “Ben, Graziela, Alice, Ricken [presidente da Avaaz, cuja sede é nos Estados Unidos], Rewan e toda a equipe da Avaaz”, pode-se conjecturar que eles sejam, mais propriamente, “animadores” de um texto em que a responsabilidade autoral não possa ser creditada totalmente a um ou a todos eles. Esse texto já faz parte de um “repertório” da ação coletiva em redes ativistas globais, em que muitas outras pessoas trabalharam como “estrategistas”, disponibilizando, inclusive, na própria mensagem, um vocabulário de motivos adequado para uma educada (pelo menos nessa fase da campanha), ainda que direta, franca e justificada, declaração de oposição à construção da obra. Na campanha “Veta Dilma” o leitor que clicava no link para telefonar à presidenta Dilma, encontrava as seguintes instruções:

Algumas sugestões do que dizer:

- Enquanto brasileiro, eu exijo que V. Ex.^a veto o novo Código Florestal aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.
- A Amazônia e todas as florestas preciosas do Brasil estão ameaçadas por essa lei.
- Ao passo em que nos aproximamos da Rio+20, o mundo quer que V. Ex.^a mostre verdadeira liderança global e use o veto para essa lei catastrófica.
- 79% de nós brasileiros somos contra o novo Código Florestal – veto agora.
- Medidas mais fortes devem ser tomadas urgentemente para proteger os ativistas ambientais e prevenir mais assassinatos.

Por favor tenha em mente que a maioria dos escritórios de governo têm horário de funcionamento entre 9am e 6pm [sic]. *Lembre-se de ser polido, pois seremos mais convincentes se formos cortezes [sic] e moderados!*

Se continuarmos a análise empregando o esquema goffmaniano das entidades do *self* veremos que a estratégia emprega dois *frames* comunicacionais: o e-mail e o telefone. O vocabulário de motivos que constituem as “figuras” nos dois tipos de comunicação é praticamente o mesmo nos dois *frames*, ou seja, frases que relacionam consequências políticas, econômicas, sociais ou ambientais à aprovação de um Código Florestal que não respeita as diretrizes de um desenvolvimento econômico sustentável como causa. Entretanto, quando as consideramos no contexto mais abstrato de um *frame* da ação coletiva, ou do protesto (Cf. Jonston, Nokes, 2005), ocorre uma modulação, uma transformação do quadro, quando se faz a mesma solicitação de apoio diretamente à presidente Dilma, por telefone. Na “figura” do e-mail as proposições sociais, políticas, econômicas ou ambientais estão articuladas. No entanto, ao remeter o potencial colaborador a uma *homepage* que contém informações sobre como telefonar à presidenta, a organização da Avaaz emprega um hiperlink que desloca o leitor do âmbito considerado privado do e-mail para o de uma *homepage*, outro recurso de comunicação mediada por computador, com mais recursos imagéticos. Nesse novo *frame* o leitor tem, no setor superior esquerdo, uma imagem representativa da campanha (no caso uma foto de uma floresta sendo devastada, supostamente na Amazônia) acima de um contador eletrônico, que registra on-line, em grandes algarismos coloridos, o número de pessoas que estão se associando à campanha, enviando petições, em tempo real. No lado esquerdo são colocadas as instruções para a comunicação por telefone, empregando a estratégia operacional, mas também efetivamente simbólica, de separar essas

proposições que, no entanto, estão articuladas ao *self* de cada interlocutor, que pode acatar a(s) que reconhece e valoriza mais. Em outras palavras, o leitor tem à sua disposição diversas motivações que o levariam a apoiar a causa da campanha, argumentativa e factualmente associadas ao conteúdo do Código Florestal e à ação de vetá-lo, bastando tomar essa decisão e efetivá-la, do lugar onde está, já que a transmissão pode ocorrer inclusive a partir de internet móvel, tecnologia em rápida expansão, inclusive no Brasil.

A campanha “Veta Dilma” registrou uma participação impactante, sendo entregue, no dia 24 de maio de 2012, uma petição com mais de 1,9 milhão assinaturas à presidência, das quais, segundo afirmou o diretor da campanha no Brasil, Pedro Abramovay, apenas 300 mil enviadas por brasileiros. No dia seguinte o governo, por decisão da presidenta, vetou 12 pontos do Código, inclusive todo o artigo 61, que, na versão proposta pela Câmara, anistiava desmatamentos ilegais feitos em área de preservação permanente. O sucesso estrondoso da campanha no Brasil ilustra a aplicação de um *frame* de mobilização coletiva, construído pela transformação consecutiva e integrada de outros *frames* de interações comuns ou mediadas por computador, aplicável principalmente para pressionar líderes políticos no mundo globalizado. O mesmo *frame* tem sido empregado, com surpreendente replicação dos argumentos, construções simbólicas e dispositivos de animação visual eletrônica para mobilizar o envio de petições de telefonemas para lideranças em diversos países, como Obama nos Estados Unidos (e.g., contra a exploração energética de areias betuminosas), Sarkozy na França (o escândalo de Karachi), Kirchner na Argentina (após o acidente metroviário na estação Onze em Buenos Aires), além de muitas outras.

Porém, este exercício de adequar o esquema de Goffman é apenas reconstrutivo para este contexto, pois o quadro conceitual do *frame* do protesto, um desdobramento emergente da análise interacionista dos movimentos sociais, nos levaria a interpretar a estratégia ativista que vimos tomando como exemplo como uma instância de alinhamento do *frame* (*frame alignment*). Snow e Benford conceituaram o alinhamento do *frame* como a associação de orientações interpretativas do indivíduo e do movimento social, de forma que algum conjunto de interesses, valores, crenças e atividades individuais e as atividades, metas e a ideologia da organização do movimento social sejam congruentes e complementares (1986: 464). No entanto, o *frame* da ação coletiva não apenas orienta crenças e sentidos que inspiram e legitimam as atividades e campanhas organizadas pelo movimento social, como querem as vertentes mais construcionistas das teorias de movimentos sociais, mas também constitui os próprios resultados desses significados compartilhados e em negociação (Cf.

Snow, Benford, 2000). Os autores, na esteira de Goffman, empregam diversas metáforas e analogias para identificar e caracterizar os processos de alinhamento no *frame* de protesto: fazer uma ponte (*bridging*), amplificação, extensão e transformação.

A “construção de pontes” compreende interligar diferentes *frames* que sejam ideologicamente congruentes, mas estejam estruturalmente desconectados em relação a determinado problema. As redes de ativismo global, como a do exemplo aqui utilizado, efetivam intensivamente o *bridging*, principalmente por difusão em redes sociais virtuais, mas também por telefone, pela grande imprensa e até por formas tradicionais de comunicação, como panfletos, folderes e correio.

A amplificação consiste em intensificar, esclarecer, estetizar ou revigorar crenças e valores existentes, pois os sentidos dos eventos e coisas que competem à questão social fundadora ficam em geral submersos pela indiferença, pela manipulação ideológica ou intencional por certos grupos. Entre os valores mais amplificados pelas organizações de movimentos sociais, estão a justiça, a igualdade, a solidariedade, a liberdade, a fraternidade etc. A amplificação é usada com mais ênfase na organização de movimentos que foram ou são estigmatizados porque seus valores confrontam crenças e valores dominantes. Os movimentos antipublicidade, por exemplo, amplificam os valores da esfera privada e da intimidade, tradicionalmente conservadores, para combater invasões da privacidade por venda de produtos via call-centers, spams, outdoors apelativos, manipulação, propaganda enganosa, violência simbólica etc. Com base em motivações crítico-libertárias, mas também tradicionais ou religiosas, tais movimentos “modulam” o conteúdo de anúncios e práticas e anúncios publicitários, articulando-os ironicamente a outros contextos e esvaziando seu potencial de promoção de produtos, valores ou atitudes.

O alinhamento por extensão requer que se ampliem os principais interesses na organização de um movimento social, incluindo aspectos e assuntos considerados como importantes para potenciais partidários. Alguns movimentos ambientalistas, por exemplo, empregaram bandas de rock ou música étnica, organizando concertos e outros eventos para mobilizar a opinião pública e atrair partidários. No Brasil há significativos exemplos similares de extensão, mas com estrutura primária em movimentos culturais religiosos, como os ministérios de música do movimento de renovação carismática, ligados à Igreja Católica, e os ministérios de louvor e o gospel evangélico, ligado a igrejas da linha neopentecostal.

Snow e Benford, certamente inspirados nas metáforas sonoras empregadas por Goffman para explicar as laminações sucessivas do *frame* e sua ancoragem

na estrutura primária (Cf. Goffman: 247-300; Nunes, 2004: 102-106), criaram o conceito de ressonância, relacionado à efetividade do *frame*, ou seja, sua capacidade de sucesso para resolver as situações e dilemas sociais que conduziram à sua organização. As situações de dominação, injustiça ou subalternidade experienciadas pelos agentes devem se tornar reconhecíveis, de alguma forma, no *frame* construído, conferindo credibilidade ao *frame*. É preciso, portanto, associar marcadores empiricamente identificáveis a três variáveis que importam na ressonância de um *frame*: os produtores ou empreendedores de um *frame*, a audiência-alvo, receptora do *frame* e o conteúdo esquemático do próprio *frame*. Como a construção do *frame* é uma atividade prática e analítica, evidencia-se a importância metodológica do construto de ressonância e das variáveis a este associadas, são cruciais para o desenvolvimento e manutenção dessa perspectiva, bem como sua avaliação diante de outras famílias teóricas, como a da mobilização de recursos, do processo político e a de novos movimentos sociais. Noakes e Johnston, reconhecendo a ausência de suporte empírico para o número de distinções conceituais que a formulação inicial de Snow e Benford a respeito da ressonância comportava, reformularam o quadro conceitual. Em relação aos produtores do *frame*, importam três fatores: credibilidade (organização, credenciais e expertise); autoridade carismática (qualidades pessoais de um líder); orientação estratégica (marketing). Sobre a audiência-alvo, são relevantes as orientações ideológicas (para alinhamento por construção de pontes) e as orientações demográfica, atitudinal e moral (para alinhamento por extensão e transformação do *frame*). Finalmente, no que compete às qualidades, ou ao conteúdo de um *frame*, importam a compatibilidade cultural (*slogans*, fidelidade narrativa, necessários para alinhamento por amplificação), a consistência do *frame* e sua relevância, sendo que esta inclui a credibilidade empírica e a comensurabilidade de experiências.

Os alinhamentos de *frames* por transformação, que se evidenciam por um processo estratégico em que o velho quadro da percepção e suas crenças discrepantes são reenquadrados para dar lugar a novos sentidos, estilos de vida e quadros interpretativos, são muito importantes na perspectiva do *frame*. No entanto, conforme Snow e Benford, ainda é insuficiente a documentação empírica de sua realização na agenda dos movimentos sociais (Cf. Snow, Benford, 2000).

Se, por um lado, as variáveis supostamente relacionadas a um *frame* se distribuem em domínios e até áreas de conhecimento diferentes, quando se avalia a sua efetividade, permanece a ideia de um ou poucos motivos agregadores, de certa forma reminiscentes da característica de “inquietude social” que Blumer atribuía constitutivamente aos movimentos sociais. Nas teorias do *frame* da

ação coletiva ou do protesto, há o conceito de “quadros mestres” (*master frames*), que “estão para os movimentos de ação coletiva específicos assim como os paradigmas estão para as teorias finalizadas”, segundo Snow e Benford (1992). Entretanto, poucos *frames* de protesto foram considerados como suficientemente amplos em termos de abrangência interpretativa, flexibilidade e ressonância cultural para operar como quadros mestres. Pode-se considerar, se nos pautarmos no caso brasileiro, que os *frames* de direitos sociais, de injustiça e de direitos ambientais atenderiam a esses requisitos.

O *frame* como perspectiva interpretativa de movimentos sociais na América Latina

A literatura sobre movimentos sociais na América Latina foi bastante fertilizada pelos diversos tipos de movimentos que aqui ocorreram principalmente a partir da segunda metade do século XX, em resposta “ao autoritarismo militar, a intervenções estrangeiras, à indignação das massas e à aproximação mal concebida das chamadas políticas de ‘desenvolvimento econômico e social’ impostas pelos países ricos e incentivadas por oligarquias locais” (Fals Borda, 1992: 303). A partir do final dos anos 1970, com o retorno à democracia em diversos países da América do Sul, emergem também os novos movimentos, como os feminismos, camponeses sem-terra, homossexuais, indígenas, populares urbanos, ambientalistas, os de comunidades religiosas e os ciberativistas.

Algumas coletâneas organizadas (Escobar, Alvarez, 1992; Alvarez, Dagnino, Escobar, 1998, 2000; Slater, 1985) marcaram a produção científica sobre movimentos sociais na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. Houve uma inclinação mais pronunciada, pelos intelectuais latino-americanos, à produção europeia sobre movimentos sociais, por diversas razões, como a vinda de Touraine para o Chile, a partir do final dos anos 1950, e seu contato com sociólogos latino-americanos na década de 1970, como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. Houve também um sentimento de rejeição à produção estadunidense por intelectuais latino-americanos de países que experimentaram a interferência dos Estados Unidos na articulação de golpes militares que reprimiram manifestações coletivas populares, praticamente inviabilizando o emprego de teorias como a TMR e a TPP.

O conteúdo dessas coletâneas sobre movimentos sociais na América Latina é muito diversificado, abrangendo desde as transformações do Estado diante das novas mobilizações sociais até a cibercultura e as comunidades eclesiais de bases. No entanto, há uma ênfase geral no conceito de política cultural e concordância em que “na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põem

em prática uma política cultural” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000: 22), desde os “velhos”, como os de camponeses e os urbanos de bairros, mais voltados a lutas por necessidades e recursos, até os “novos”, em que a identidade é importante e há preocupação com novas formas de fazer política, como nos movimentos indígenas, étnicos, femininos, ambientais e de direitos humanos. Mais do que a política da representação cultural, cuja base empírica são as formas de representação textual (textos publicados em diversos meios, produções em áudio e vídeo etc.), analisa-se o “resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes – nunca puras, sempre híbridas, mas apesar disso, mostrando contrastes significativos em relação às culturas dominantes – e no contexto de determinadas condições históricas” (idem, ibidem: 25).

A postura analítica da política cultural nos movimentos sociais da América Latina, mais referendada por antropólogos(as), aproxima-se do enfoque interacionista do *frame* quando aborda movimentos que reivindicam com base em práticas culturais. Poderíamos lembrar, nesse sentido, o movimento *Nueva Canción Chilena* nas décadas de 1960 e 1970 ou, em época mais recente, a atuação de grupos culturais negros como o Olodum em Salvador ou o Afro Reggae no Rio de Janeiro. Cunha (2000), que analisou as “políticas de identidade” do Grupo Cultural Afro Reggae, compara a estratégia de mobilização, que incluía a incorporação musical de gêneros internacionais, como o reggae e o rap, em práticas de formação cultural, com início na edição do jornal *Afro Reggae Notícias*, em 1993. A autora ressalta a diversidade interna do grupo, que incluía profissionais de nível médio, estudantes de pós-graduação, até profissionais de nível superior, como um jornalista e um dentista. Embora se autodenominassem “negros”, adotavam diversas referências culturais e territoriais para constituir suas identidades, ou seja, não havia uma uniformidade entre o binômio raça/classe que pautava sua construção identitária e suas formas de autopercepção. A valorização de certas bases da identidade étnica negra, como a do dialeto nagô/iorubá, bem como de sua conversão em reivindicações relacionadas a políticas públicas, como as de reparação ou de ação afirmativa, perdem terreno para as relações interpessoais num contexto prático em que a miscigenação é um fato, a comunicação em redes sociais se expande e os valores simbólicos coletivos rivalizam com as formas de reconhecimento subjetivo. A autora ressalta, remetendo à posição de Craig Calhoun sobre a política de identidade, primeiramente a substituição de um discurso militante de conscientização pela noção de identidade, “que passa a integrar perspectivas subjetivas sob um arranjo coletivizante” (Cunha, 2000: 370). O tipo de intervenção impetrada foi recontextualizado com base numa noção de “cidadania”, em que se valorizam atividades que propiciem

autoestima, oportunidades culturais e educacionais, além do acesso a alguma experiência ocupacional no mercado de trabalho, diminuindo a clivagem social e cultural entre os moradores das favelas e os de regiões urbanas mais valorizadas e também obstaculizando a criminalidade e a marginalização em virtude das oportunidades culturais, recreativas ou profissionais engendradas.

Embora não haja, pelo menos até o momento, trabalhos que tenham analisado movimentos culturais negros no Brasil privilegiando a perspectiva do *frame*, é possível considerar que o processo de “conversão” para práticas de valorização cultural e resgate da cidadania, realizado por organizações não-governamentais em populações carentes, como as realizadas pelo Olodum, em Salvador, seriam bem explicadas pela transformação do *frame* tradicional de movimentos culturais negros, que valoriza práticas culturais ligadas a raízes culturais africanas e à manutenção de uma identidade coletiva unitária, para o *master frame* dos direitos humanos ou da pluralidade cultural, num contexto de valorização igualitária resguardado por políticas públicas e fiscalizado por associações ou ONGs. A argumentação se deslocaria para a ressonância do novo *frame* cultural, ou seja, para o conjunto de práticas ou representações culturais que se relacione às múltiplas situações da vida cotidiana vivenciadas por seus possíveis integrantes.

A perspectiva do *frame*, mais pautada no domínio cognitivo-perceptivo, não seria contraditória à valorização da política cultural ou das oportunidades políticas, mas complementar a estas, facilitando a percepção e identificação de quadros culturais preexistentes, oriundos da tradição, mas já transformados pela indústria cultural ou por políticas de dominação ou exclusão, para a construção de novos quadros adequados a competências comunicativas trazidas pela hibridação ou a serem construídas mediante negociação com representantes da própria sociedade civil ou do Estado. As palavras de Chico César, músico popular com atuação na Secretaria da Cultura no estado da Paraíba, em uma de suas canções, exemplificam bem as novas situações sociais que ilustram a transformação tradicional do *frame* de mobilização pela cultura negra: “Mama África/ A minha mãe/ É mãe solteira/ E tem que/ Fazer mamadeira/ Todo dia/ Além de trabalhar/ Como empacotadeira/ Nas Casas Bahia/ Deve ser legal/ Ser negão no Senegal.../ Quando Mama sai de casa/ Seus filhos de olodunzam/ Rola o maior jazz/ Mama tem calo nos pés/ Mama precisa de paz...”. “Mama Africa” também é título de um reggae composto por Peter Tosh, cantor e militante jamaicano, em que ele denuncia o esquecimento do continente negro, ancestral de todas as culturas, que estaria fora de nossa vista e deveria ser recriado na prática cultural: “*There’s so many things about you/ Wondering where you are/ They try their best to hide you Mama/ But I search and I find you/ In you there’s so much beauty/ In you there’s so much life/ In you there’s*

so many kingdoms/ To me it's out of sight". Na canção de Chico César permanece a forma musical do reggae e a evocação da identidade negra, mas incorporando outros instrumentos e elementos rítmicos, principalmente do maracatu. No entanto, a letra conduz não mais para a valorização idílica de raízes ancestrais deslocadas pela dominação cultural, mas ao trabalho de construção de uma nova identidade, que se renova diante de novas situações que demandam redefinições que não se limitam ao plano definitivo ou cognitivo, mas se tornam "vocabulários de motivos" que orientam as pessoas em contextos de enfrentamento.

O uso estratégico do *frame* cultural em mobilizações sociais pode ser bem ilustrado com a criação do *Superbarrio* (Superbairro), um personagem ativista que atuou na cidade do México em movimentos urbanos desde a década de 1980. Vivienne Bennett comenta o surgimento de *Superbarrio* no contexto de realizações da Assembleia de Bairros, constituída na cidade do México em 1987 e voltada a resolver os problemas de habitação na populosa capital, exacerbados pelo terremoto ocorrido em 1985, que desalojou dezenas de milhares de famílias de seus locais de moradia. A Assembleia procurava resolver de forma coletiva os problemas de realocação, que seriam tratados caso a caso pela administração local. A criação de um personagem vestido com roupas de super-herói e mascarado, de identidade oculta, que se apresentava em eventos públicos, reuniões da Assembleia e contatos com os governo conferiu à organização um reconhecimento em nível local, nacional e até internacional: "O bairro estava em constante crise no México e, assim, um super-herói surgia e era quem poderia intervir para garantir que os juristas atendessem as necessidades do povo. E ainda porque a história do México não é material para história em quadrinhos, é mais importante reconhecer que as próprias pessoas tenham engendrado um representante invencível" (1992: 254). O comentário da autora não leva em conta a construção de um *frame* para explicar o sucesso do personagem no movimento urbano, apesar de sinalizar uma crítica irônica às autoridades locais. Entretanto, o recurso às teorias do *frame* do protesto conduz a uma compreensão mais rica da atuação do movimento.

Superbarrio era um personagem inspirado, por um lado, no repertório cultural da luta livre no México e, sob outro aspecto, nos personagens de histórias em quadrinhos, os *comic books* surgidos nos Estados Unidos. A *lucha libre* era um espetáculo bastante popular no México e em alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil. Era praticada profissionalmente desde as primeiras décadas do século XX. Os lutadores se exibiam em praças e locais públicos, além de ginásios cobertos. A prática se tornou incrivelmente popular no México e os lutadores, que em geral lutavam com máscaras coloridas, tornavam-se famosos e respeitados. Há um caráter dramático na luta livre, em clara analogia com

situações de enfrentamento na vida comum. Um deles encarna o bem, luta de acordo com as regras, é muito ágil e surpreende os espectadores com inúmeros golpes acrobáticos, como tesouras e voadoras. Outro encarna a luta desleal, aplicando golpes baixos, cotoveladas e até objetos pontiagudos ou soqueiras de forma dissimulada. O juiz muitas vezes se comporta de forma ambígua, ignorando as faltas dos lutadores ou claramente protegendo o “vilão”. Os golpes desleais e perigosos são, no entanto, evidentemente encenados.

A imagem do Superbarrio surgiu como resultado de uma dramatização estratégica de emoções derivadas de episódios de injustiça e menosprezo, em narrativas de exploração abusiva dos proprietários de imóveis diante das carências dos inquilinos, agravadas com o terremoto. O personagem atraía a atenção dos jornalistas, que a ele se dirigiam para ouvir as reivindicações de seus protegidos. Nesse aspecto a pessoa que inspirou o típico Dom Quixote das periferias, um herói com barriga proeminente e sem músculos definidos, com as pernas tortas, foi o lutador El Santo. Rodolfo Guzmán Huerta, que passou a adotar o cognome de El Santo em 1942, fez um acordo com um empresário para produzir uma série em quadrinhos empregando uma técnica inovadora de colagem e foto-composição, inspirada nos *comics* estadunidenses e nas fotonovelas populares na época. O primeiro número da revista *Santo*, lançado em 1952, inaugurava as aventuras do herói popular, que ajudava as pessoas indefesas do bairro de Santa Cruz, o “mascarado de prata”, enfrentando o mal, primeiramente na forma de bandidos comuns, mas em fases subsequentes da revista, entidades imaginárias e fantásticas. (Cf. <http://www.kingdomcomics.org/historietas.html>). Assim, o *frame* do ativista dos movimentos urbanos, o mascarado defensor dos desalojados, resultou de uma complexa *bricolage* de quadros culturais.

Jorge Cadena-Roa, sociólogo mexicano, analisou a atuação de Superbarrio na Assembleia de Bairros da cidade do México empregando elementos da teorias do *frame* do protesto, mas também do processo político. No entanto, a novidade da análise de Cadena-Roa não está propriamente nessa síntese de famílias teóricas, mas no destaque ao papel das emoções nas performances empregadas em *frames* de protesto. O primeiro ativista que interpretou Superbarrio não falava, não se comunicava com o público. Já o segundo Superbarrio criava histórias bizarras sobre sua origem e missão. Atuando no *frame* da luta livre, Superbarrio remete muito mais ao picaresco do que aos super-heróis dos *comics*. Contudo, ao criar histórias fictícias e até absurdas que amplificam sentimentos de identificação ou repulsa, o personagem emprega uma das formas de falar que David e Snow identificaram, no final da década de 1980, quando pesquisaram as estratégias de valorização discursiva do *self* empregadas por desabrigados e

peças em situação de rua na cidade de Austin, Texas, nos Estados Unidos: distanciamento (associativo, de papéis, institucional), o apegar-se (*embrace*) (a papéis, a instituições, a ideologias) e as narrativas fictícias. Essas formas de falar constituem ações e compõem um “trabalho de identidade” (*identity work*), “intervalo de atividades em que os indivíduos se engajam para criar, apresentar e sustentar identidades pessoais que são congruentes e suportam sua autoavaliação” (1987: 1.348). Snow e McAdam (2000) reconstruíram esse conceito para que abarcasse a identidade coletiva; nesse caso, o trabalho da identidade explica como os membros de um movimento vieram a se reconhecer como integrados num coletivo. Nos dois casos, a identidade não é algo que se possui, mas algo que se faz. Os espectadores diante dos ringues onde Superbarrio enfrentava seus adversários, travestidos de políticos, autoridades ou policiais, identificavam-se emocionalmente com o lutador mascarado, que defende bravamente pessoas comuns, que contam lorotas, que emolduram suas vidas com histórias e papéis que nem sempre correspondem à verdade, mas que são honestos e justos e lutam contra o mal encarnado em outros personagens mascarados que simbolizam instituições corruptas e práticas de dominação injustas. As encenações de Superbarrio ajudam os espectadores a identificar as injustiças, a se indignarem e a lutar contra elas. Trazem grande ressonância emocional. Entretanto, o sucesso da Assembleia de Bairros em suas demandas não pode ser explicado apenas por estratégias dramáticas convincentes. São também importantes as associações com outros movimentos sociais, com instituições públicas em nível local ou nacional e com organizações internacionais, ou seja, a aquisição de recursos políticos convencionais, os *lobbies* e negociações.

É ainda pequena a produção brasileira de análise de movimentos sociais empregando a perspectiva interacionista do *frame*. Contudo, a teoria do *frame* é comentada em algumas obras de referência sobre os movimentos sociais no Brasil (Gohn, 2002, 2008; Scherer-Warren, 2005). Gohn considera o *frame* da ação coletiva como incorporação, pela organização do movimento, de “crenças pré-existentes, assim como de novos valores, criados em oposição ao status quo vigente, que emergem no decorrer das lutas dos movimentos” (2002: 70). Scherer-Warren, analisando a ação coletiva na perspectiva das redes, identifica quatro dimensões de sociabilidade na ação de movimentos sociais: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição. A construção de *frames* seria relacionada sobretudo às dimensões da estratégia e da cognição. A pesquisa de Kelly C. S. Prudêncio (2006) sobre a mídia ativista nos movimentos por justiça global traz uma profícua aplicação da teoria do *frame*, de origem goffmaniana, ao debate sobre o ciberativismo contemporâneo. Prudêncio problematiza a

relação entre sociedade civil, Estado e a mobilização da opinião pública, reconstruindo-a com base na literatura sobre movimentos sociais. O instrumental de reconstrução conduz a análise dos “coletivos em rede”, considerados, a partir de Scheren-Warren, como “conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta” (2006: 43). A informação produzida e divulgada nesses coletivos em rede é visualizada através dos websites que os atores sociais dispõem na internet e que constituem, digamos, a base empírica da pesquisa realizada.

O jornalismo constitui um *frame* já reconhecido e tipificado na sociedade da informação. A proposição básica da argumentação de Prudêncio é que o jornalismo, como estrutura primária de organização da percepção, é reenquadrado (*re-framed*), por um processo de modulação (*keying*), gerando o jornativismo, um tipo de *frame* ativista, que organiza seletivamente o conteúdo e o dirige a certos públicos. O jornativismo não pode ser considerado propriamente uma comunicação alternativa, pois mantém as mesmas rotinas produtivas do jornalismo tradicional, que se resumem à seleção rigorosa do conteúdo e adequação a uma linguagem padrão, nesse caso a “militante”: “a diferença está na abordagem e no conteúdo e, ainda que haja um espaço mais democrático de participação na produção dessas mensagens, o que o caracteriza é uma postura de contra-informação” (2006: 11). O jornativismo seria produto de um *frame contest* (Ryan, 1981), uma arena de confronto de informações de atores em diversas instituições e posições sociais, em que os contendores são construídos e reconhecidos e também em que se estabelecem as mudanças de significado que integrarão o *frame* resultante. Assim, o *frame contest* torna possível até o reconhecimento positivo do adversário, numa situação em que os conteúdos dos ativistas tornam-se fonte de informação para os *mainstream media*. Assim, o *frame contest* pode ser considerado uma ação reflexiva, em que os atores têm que redefinir a situação em interações com outros, porque a realidade, que fornece o conteúdo a ser selecionado, não se efetiva de forma típica. As infovias propiciam maior empoderamento dos movimentos sociais, pois facilitam a difusão do ponto de vista dos ativistas à esfera pública, ou seja, ao *frame* do jornalismo, que tende a ser simbolicamente reorientado no jornativismo. Mas as próprias redes experimentam disputas de poder e não se tornam completamente autônomas em relação às práticas simbólicas e sociais que contestam.

Os movimentos por justiça global (MJG), recorrendo à terminologia empregada por Prudêncio, tiveram um início simbólico em 1996, quando foi realizado o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo,

convocado pela internet pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México. Esse tipo de movimento social, organizado em redes transnacionais, é designado por termos diferentes, além do MJG adotado por Prudêncio. Sidney Tarrow, por exemplo, os considera “movimentos sociais transnacionais”, que são grupos sociais pertencentes a pelo menos dois países e engajados em ações de *contentious politics*, “sequências de políticas organizadas em redes, por membros da sociedade civil, com estruturas de ação coletiva que possuem a capacidade de manter desafios contra oponentes poderosos” (Tarrow, 2001). As políticas de contenção dirigem-se a pelo menos um ator governamental que é alvo da ação ou, pelo menos, participa da instituição contra a qual é dirigida a ação coletiva. As campanhas da Avaaz, como a que foi comentada antes, constituiriam bons exemplos desse tipo de estratégia.

Beatriz Carbone desenvolveu, recentemente, uma pesquisa sobre a campanha “Diga não à engenharia genética”, desenvolvida pela organização não-governamental Greenpeace. Respalhada pela teoria do processo político, Carbone considera que a governança global em relação aos transgênicos é parte fundamental da estrutura de oportunidade dos atores não estatais mobilizados em relação aos riscos dos transgênicos. Além das disposições nacionais de cada governo, influem sobre a questão as disposições de diversos acordos internacionais, que possuem um grande impacto sobre a forma como este comércio é gerido cabendo à pesquisa apontar as instâncias com maior impacto sobre a regulação do tema. A autora analisa a estrutura de oportunidades da campanha e identifica a atuação junto à União Europeia como a principal oportunidade política e estratégia sobressalente por parte do Greenpeace. A partir daí recorre à teoria do *frame* do protesto para analisar o repertório contencioso no discurso do Greenpeace e os *frames* empregados na mobilização na campanha. Empregando a técnica de análise de conteúdo com referência em Laurence Bardin (1978), Carbone seleciona 150 notícias no site do Greenpeace concernente à campanha “Diga não aos transgênicos” e identifica três tipos de vocabulários de motivos na mobilização: questões econômico-sociais, questões especificamente concernentes ao meio ambiente e proposições voltadas à saúde humana. Os dois primeiros vocabulários seriam reconhecidos subjetivamente primeiramente por camponeses pequenos produtores, principalmente de Portugal e Espanha, que cultivam orgânicos e procuram, sem sucesso, a concessão de políticas públicas de financiamento. O terceiro vocabulário, não relacionado com demandas anteriores, pelo menos no período investigado, entre 2002 e 2008, é engendrado pela campanha e visa a captação de consumidores de poder aquisitivo e capital

cultural mais alto, preocupados com sua saúde e longevidade, mas também sensíveis aos apelos ecológicos e socioeconômicos.

A campanha “Diga não à engenharia genética” atribuiu à Organização Mundial do Comércio a principal responsabilidade pela comercialização dos transgênicos. O movimento efetua um alinhamento por *bridging* (construção de pontes), atribuindo um caráter pouco democrático à OMC, alinhando também o *frame* por amplificação, ou seja, intensificação dessa característica de carência democrática. Assim, as demandas de agricultores por áreas livres de transgênicos compõem o repertório contencioso do movimento contra os organismos geneticamente modificados na União Europeia e a identificação de um oponente comum, a OMC, permite que problemas urbanos e rurais se alinhem na mesma pauta. Por outro lado, argumenta Carbone, a ênfase nos riscos ao consumir transgênicos e na falta de conhecimento científico sobre as consequências de seu cultivo conseguem cooptar um público consumidor, mas “descrente das instituições em questões sanitárias e inseguro quanto a políticas governamentais de segurança alimentar”, que também poderia afetar as decisões das empresas produtoras de alimentos.

Observações finais

A análise de situações e interações, e de sua relação com o *self* e a ação social, ideia tão cara aos interacionistas, recobra seu valor metodológico na TNMS e na própria organização dos movimentos, de modo reflexivo. A situação social foi, durante muito tempo, uma variável explicativa negligenciada pelas ciências sociais, em comparação a outras como sexo, raça, classe, geração (Cf. Goffman, 2002 [1964]). No entanto, considerar situações atuais em que o reconhecimento positivo do *self* é precário ou inexistente, levar o coletivo a questioná-las, identificar elementos, relações e discursos que precisam ser transformados e redefinir sua orientação para agir e intervir contra essa classe de situações desfavoráveis e injustas, são atividades fundamentais em mobilizações ativistas. *A teoria do frame do protesto possibilita a compreensão dos motivos relacionados à manutenção de uma situação desfavorável e instrumentaliza a construção de estratégias e artifícios necessários à intervenção social, conduzindo o coletivo a redefinir os elementos culturais que figuravam aquela situação como tolerável ou insuperável, a despeito do sofrimento experimentado. O compartilhamento dessa redefinição linguística, prática e cognitiva facilita e aprimora a organização do movimento social, colaborando para o sucesso da intervenção.*

A dificuldade de fundamentar a ação coletiva em nível metateórico tem uma extensão, em nível teórico, ao problema de justificar a identidade coletiva nos movimentos sociais. Embora já se tenha logrado um progresso teórico na consideração da identidade pessoal na tradição interacionista, a passagem do pessoal ao coletivo requer o recurso a outras tradições. Nesse sentido, as considerações de Snow e Benford sobre a transição do *identity work*, o trabalho da identidade que ergue a autoestima abalada, não se coadunam com o alinhamento do *frame*, ou seja, a concordância entre as expectativas, motivações e orientações interpretativas dos potenciais ativistas e os valores e orientações cognitivas e interpretativas que compreendem o *frame* da ação coletiva. No entanto, espera-se que a manutenção de pesquisas empíricas orientadas por essa problemática venha a fornecer elementos para um aprimoramento da compreensão do trânsito entre identidade pessoal e identidade coletiva.

Aguarda-se que as considerações e exemplos de aplicação da perspectiva interacionista justifiquem o enunciado de que a eficácia na organização de um movimento social não depende apenas da natureza do trabalho interpretativo ou dos recursos da organização ou da relevância do conteúdo do *frame* e seus vocabulários de motivos em relação às experiências vividas pelos alvos da mobilização, mas também da recepção do *frame*. Em outras palavras, a ressonância do *frame* da ação coletiva está relacionada com fatores externos à sua produção e que remetem ao perfil social e atitudinal dos prováveis constituintes, além de suas orientações ideológicas. Ainda assim, pode-se considerar que a teoria do *frame* privilegia um tipo de percepção e orientação seletiva do *self* diante de um estoque cultural compartilhado desigualmente graças a distinções de classe ou de posição social. Portanto, torna-se bem vinda a incorporação de elementos da teoria do processo político, como a consideração estratégica da estrutura das oportunidades políticas, aliás conforme se pode verificar em vários exemplos da literatura, inclusive na América Latina ou especificamente no Brasil. A seletividade para acentuar eventos, motivações ou situações e a coordenação desses elementos escolhidos com os tipos de recursos para reivindicação empregados não dependeria apenas do alinhamento do *frame*, mas também de constrangimentos ou incentivos das interações entre os ativistas e os detentores do poder, bem como do contexto histórico social e do regime político.

Referências

- ABDULHADI, Rabab. The Palestinian women's autonomous movement: emergence, dynamics, and challenges. *Gender and Society*, v. 12, n. 6, 1998, pp. 649-73.

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, 2009, pp. 49-86.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). *Cultures of Politics/ Politics of Cultures: Re-Visioning Latin American Social Movements*. Boulder, CO: Westview, 1998.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latinoamericanos. In: _____. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas Leituras, Ed. UFMG, 2000, pp. 15-57.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BENFORD, Robert D. “You could be the hundredth monkey”: collective action frames and vocabularies of motive within the nuclear disarmament movement. *Sociological Quarterly*, v. 34, n. 2, 1993, pp. 195-216.
- BENNETT, Vivienne. The evolution of urban popular movements in Mexico between 1968 and 1988. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. *The Making of Social Movements in Latin America*. Boulder, Westview, 1992, pp. 240-259.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 2ed. Lisboa/Petrópolis, Dinalivro/Vozes, 2004.
- BLUMER, Herbert. Collective behavior. In: PARK, Robert (Ed.). *An Outline of the Principles of Sociology*. New York, Barnes and Noble, 1939, pp. 221-280.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism*. Perspective and Method. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969.
- CADENA-ROA, Jorge. Strategic framing, emotions and Superbarrio – Mexico city’s masked crusader. In: JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A. (Eds.). *Frames of Protest. Social Movements and the Framing Perspective*. Lauham, Rowman & Littlefield, 2005, pp. 69-86.
- CARLOS, Euzenéia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, pp.153-166.
- CARBONE, Beatriz Junqueira Lage. *Segurança alimentar e governança para transgênicos: um estudo sobre o ativismo transnacional*. 2006. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2006.
- CERULO, Karen A. Identity Construction: New Issues, New Directions. *Annual Review of Sociology*, n. 23, 1997, p. 385-409.
- COHEN, Jean Louis. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985, pp. 663-716.
- COHEN, Jean Louis e ARATO, Andrew. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: _____. *Sociedad civil y Teoría Política*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Depois da festa. Movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas Leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, pp. 333-380.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- EDELMAN, Marc. Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, 2001, pp. 285-317.
- ESCOBAR, Arturo e ALVAREZ, Sonia E. The making of Social Movements in Latin America. Boulder, Westview, 1992.
- FALS BORDA, Orlando. Social movements and Political Power in Latin America. In: ESCOBAR, Arturo e ALVAREZ, Sonia E. The making of Social Movements in Latin America. Boulder, Westview, 1992, pp. 303-316.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Bianca T. e GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional*. 2ed. São Paulo, Loyola, 2002, pp. 13-20.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York, Harper, 1974.
- GOHN, Maria da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 2002.
- GOHN, Maria da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action – Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon, 1984 [1981].
- HABERMAS, Jürgen. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action – Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston, Beacon, 1987 [1985].
- HOCHSCHILD, Arlie Russell e MACHUNG, Anne. *The second shift*. New York, Penguin, 2003 [1989].
- HUNT, Scott A. e BENFORD, Robert D. Collective Identity, Solidarity and Commitment. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A. e KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, Blackwell, 2004, pp. 433-457.
- JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A. Frames of protest: a road map to a perspective. In: JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A (Eds.). *Frames of protest. Social movements and the Framing Perspective*. Lauham, Rowman & Littlefield, 2005, pp. 1-29.
- LYMAN, Stanford M. e SCOTT, Marvin B. Accounts. In: *A sociology of the absurd*. 2ª ed. Dix Hills, General Hall, 1989 [1968], pp. 112-132.
- MANDELBAUM, Maurice. Societal Laws. *British Journal for the Philosophy of Science*. v. 8, n. 31, 1957, pp. 211-224.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

- MCCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977, pp. 1212-1241.
- MEAD, George H. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago, University of Chicago, 1932.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, 1981.
- MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992.
- NUNES, Jordão Horta. *O interacionismo simbólico e a dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo/Goiânia, Humanitas/Editora da UFG, 2004.
- PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. *Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet*. Tese de doutorado em Sociologia Política, UFSC, 2009.
- RYAN, Charlotte. *Prime time activism. Media strategies for grassroots organizing*. Boston, South End Press, 1991.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. e SILVEIRA, R. (orgs.). *Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul, EdUnisc, 2005.
- SLATER, David (Ed.). *New Social Movements and the State in Latin America*. Amsterdam, CEDLA, 1985.
- SNOW, David A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 1986, pp. 464-481.
- SNOW, David A. Extending and Broadening Blumer's Conceptualization of Symbolic Interactionism. *Symbolic Interaction*, v. 24, n. 3, 2001, pp. 367-377.
- SNOW, David A. e ANDERSON, Leon. Identity Work Among the Homeless: The Verbal Construction and Avowal of Personal Identities. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 6, mai. 1987, pp. 1336-1371.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, A. D. e MUELLER, C. M. (Eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven, Yale University, 1992, pp. 133-155.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, pp. 611-29.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H. e TARROW, S. (Eds.) *International Social Movement Research*, v. 1. London, JAI Press, 1988.
- SNOW, David. A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.A. e KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, Blackwell, 2004, pp. 380-411.

- SNOW, David A. e MCADAM, Doug. Identity work processes in the context of social movements: Clarifying the identity/movement nexus. In: STRYKER, S.; OWENS, T. e WHITE, R. W. (Eds.). *Self, identity and social movements*. Minneapolis, University of Minnesota, 2000, pp. 41-67.
- TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 2ª ed. Cambridge, UK, Cambridge Univ. Press, 1998.
- TAYLOR, V. e WHITTIER, N. E. Collective identity in social movement communities: lesbian feminist mobilization. In: MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992, pp. 104-29.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records. 1978.
- TOURAINÉ, Alain. *La voix et le regard*. Paris, Seuil, 1978.
- WEBER. *Economia e Sociedade*. V. 1. Brasília, Editora UnB, 1991.

Recebido em: 06/12/2012

Aceito em: 25/01/2013

Como citar este artigo:

- NUNES, Jordão Horta. *Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais*. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 143-172.

A política cultural à época da ditadura militar

Natalia Ap. Morato Fernandes¹

Resumo: A atuação governamental no âmbito da cultura, durante o regime militar, possibilita evidenciar um planejamento estratégico para a área, como demonstram a criação do Conselho Federal de Cultura (1966) e os documentos voltados a elaboração de uma Política Nacional de Cultura. Tais ações relacionam-se tanto ao projeto de modernização do país quanto aos objetivos de Integração e Segurança Nacional e caracterizaram-se pela censura a determinado tipo de produção cultural, investimentos em infraestrutura e criação de órgãos estatais voltados a formular e implementar a política cultural oficial.

Palavras-chave: Estado e cultura; política cultural; Brasil: ditadura militar.

Cultural policy under the military dictatorship

Abstract: *Governmental actions in the cultural context during the military regime may indicate implementation of strategic planning in this field. The creation of the Federal Council for Cultural Matters in 1966 and documents used in the elaboration of a National Cultural Policy are some of the evidences. Such actions are related not only to the modernization project of the country but also to the National Security and Integration objectives and are characterized by the censorship to specific kinds of cultural production, investments in infrastructure and the creation of state organs with the objective of formulating and implementing an official cultural policy.*

1 Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Uberaba – Brasil – natmorato@gmail.com

Key-words: *State and culture. Cultural policy. Brazil. Military dictatorship.*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo evidenciar o modo como as ações governamentais no âmbito da cultura, durante a ditadura militar, estão intimamente relacionadas com o projeto político-ideológico que se buscou implantar no Brasil a partir do golpe de 1964. Procura-se demonstrar que a cultura tem papel relevante nesse projeto político e que não se trata, apenas, de estabelecer um *modus operandi* para a censura a obras, produções culturais e artistas considerados opositores ao regime militar, mas, sim, de construir e implementar uma política de cultura para o país.

Para tanto, apresentamos, inicialmente, as características das ações governamentais na área da cultura no período indicado. Na sequência, buscou-se evidenciar de que modo a cultura se integra ao projeto político do grupo que estava no exercício do poder naquele momento e de como ela é parte importante de políticas estratégicas, como as de integração e segurança nacional.

O planejamento da cultura nesse período é demonstrado a partir da criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966, e da análise de dois documentos, resultantes do trabalho desse Conselho e seus desdobramentos, que visavam estabelecer as bases de uma Política Nacional de Cultura. Finalmente, são apresentados alguns exemplos do modo de funcionamento da política cultural projetada nesses anos, especialmente a partir da criação de órgãos governamentais destinados a esse fim, como a Funarte (Fundação Nacional de Arte).

Assim, é possível identificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura no período da ditadura: uma, de censura a determinado tipo de produção cultural considerada de oposição ao governo ou nociva à cultura nacional; outra, de investimento em infraestrutura em telecomunicações – ações que se coadunam com o projeto de modernização do país e com as políticas de integração e segurança nacional, mas que também favoreceram a consolidação da indústria cultural no país; e a terceira, de criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial.

No entanto, é necessário dizer que, apesar de se poder demonstrar a preocupação dos governantes do período com a área cultural e os rumos de suas ações nessa seara, como se pretende fazer neste artigo, tais ações não constituíram uma política homogênea e nem linear. Estas são permeadas de ambiguidades e contradições, mas, ainda assim, nos trazem elementos importantes para a compreensão desse período e da atuação do Estado brasileiro em relação à cultura.

O lugar da cultura no planejamento estratégico da ditadura

A existência de um tipo de produção cultural no país marcada por forte conteúdo político durante os primeiros anos de ditadura, não significa que os governos militares não tenham se preocupado com as questões culturais ou que tivessem concentrado suas ações nessa área apenas em atos repressivos. Ao contrário, o exame do período em que os militares estiveram no poder, em particular de 1964 a 1979, evidencia a existência de complexa estratégia de atuação, que pode ter apresentado diferentes nuances ao longo de sua trajetória: ora com características mais repressivas, ora incentivando a indústria cultural, outras vezes criando instituições culturais preocupadas em preservar/consolidar a identidade e a cultura nacionais. Atuação que não pode ser considerada linear ou progressiva, ou mesmo que já estivesse definida *a priori*; que apresenta ambiguidades e contradições, mas que nos permite vislumbrar, em seu desenvolvimento, articulações com uma estratégia maior de governo, que buscava mudar os rumos político, econômico, social e, também, cultural do país.

Dessa estratégia tornaram-se evidentes três linhas principais de atuação: 1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país.

Dentre os aspectos apontados acima, o da censura foi o que recebeu maior atenção dos estudos sobre a produção cultural do período, tanto por parte de artistas e intelectuais (que buscaram diferentes meios de denunciar as arbitrariedades), quanto por parte de analistas que tomaram tal período como objeto de estudo. Por esse motivo, não nos aprofundaremos nesse aspecto – ainda que haja muito a se pesquisar sobre este assunto, especialmente após a abertura de arquivos que permitem o acesso a documentos que certamente trarão novos elementos para as interpretações sobre tal momento histórico.

Apenas para caracterizarmos a ação da censura nesses anos, tomemos como exemplo o caso do teatro. Segundo a argumentação de Schwarz (1978), os gêneros públicos como o teatro, o cinema e a música popular estiveram em maior evidência no período de 1964-68 e serviam como instrumento de contestação ao regime ditatorial. Apesar do impacto do golpe de 1964 para a produção

cultural, esta seria atingida mais violentamente pelo AI-5 (Ato Institucional nº 5), decretado em 13 de dezembro de 1968, fato evidenciado pelo aperfeiçoamento do aparato de censura: “Toda produção cultural, para ser veiculada, deveria obedecer às normas e padrões estabelecidos pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, criado na década de 40, que adquire em 1972, o status de Divisão” (Oliveira e Resende, 2001: 1).

Os reflexos do AI-5 para o teatro foram quase imediatos, com a redução do número de peças em cartaz e com o afastamento do público. Outro golpe viria no início do ano de 1970, quando é decretada a censura prévia a livros, jornais, peças teatrais, entre outros.

As peças teatrais e demais espetáculos, para serem encenadas dependiam de censura prévia, da análise do ensaio geral e da expedição do certificado de censura. Além de três exemplares do texto, deveriam ser apresentados à DCDP [Divisão de Censura de Diversões Públicas] dados relativos aos cenários, às cenas e ao guarda-roupa. Aprovado o texto, definia-se dia e hora para o ensaio geral. Após a liberação do espetáculo, nenhuma alteração, seja no texto ou nos elementos cênicos, poderia ser feita (Oliveira e Resende, 2001: 4).

A ação da censura no teatro se dava por meio da supressão de palavras e de cenas, da proibição de encenação de peças e do adiamento indefinido da liberação das mesmas. O período de maior cerceamento à atividade teatral ocorreu de 1969 a 1974. Entretanto, mesmo com o aceno de abertura política, divulgado pelo governo Geisel a partir de 1975, a ação da censura continuaria. Diante de tal cenário, produtores de teatro passariam a praticar a chamada “censura econômica”, recusando-se a aceitar peças com conteúdo político ou que pudessem enfrentar problemas com a censura, impondo, dessa maneira, “dificuldades reais à sobrevivência material do artista ou do intelectual” (Franco, 1998: 72).

De acordo com Franco, a ação da censura tinha propósito mais amplo do que cercear essa ou aquela peça de teatro, esse ou aquele romance ou música. Tal ação configurava-se como “um dos modos de romper a tradição para apressar a adequação da cultura às exigências do processo de modernização” (Franco, 1998: 71). Nesse sentido, pode-se dizer que a censura foi o instrumento utilizado para calar determinado tipo de produção cultural que havia se estruturado no país desde os anos 1930², cujo fundamento está no conceito de intelectual e ar-

2 Conforme a análise de Antonio Candido no artigo “A revolução de 1930 e a cultura”. In: CANDIDO, A. A *educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 2000.

tista como opositor, isto é, um tipo de produção cultural em que o intelectual e o artista adotam posição crítica em relação aos regimes autoritários, rompendo com uma tendência de submissão de artistas e intelectuais à tutela do Estado.

Dessa forma, a ação da censura durante o regime militar serviu não apenas para calar seus opositores imediatos, mas para romper com certa tradição de produção cultural que vinha se estabelecendo no país. Além disso, tais ações coadunam-se com o propósito de expansão do mercado de produtos culturais, conforme as tendências internacionais da época:

[...] pressionada pelas múltiplas exigências de nosso processo modernizador, a atividade cultural se via forçada a experimentar uma abertura – quer nos temas, quer nos procedimentos técnicos – para as tendências culturais dominantes nos países hegemônicos; ao mesmo tempo, era impelida a romper – atenuar, ao menos – seus laços tanto com a tradição cultural quanto com as questões locais. [...] Talvez não seja supérfluo afirmar que tal processo teve, como impulso decisivo, a decretação do AI-5 em 1968 e que a censura estatal, truculentamente imposta ao país no início dos anos 70, favoreceu-o de modo acentuado: afinal, ao pretender calar a voz da sociedade, é a cultura local que a ditadura militar desejava suprimir (Franco, 1998: 78-79).

Como parte do projeto de modernização do país, durante os anos do regime militar, ocorreram grandes investimentos do Estado em obras de infraestrutura, inclusive no setor de telecomunicações, que permitiram a criação das redes nacionais de TV.

Em 1965 é criada a Embratel, que inicia toda uma política modernizadora para as telecomunicações. Nesse mesmo ano o Brasil se associa ao sistema internacional de satélites (Intelsat), e em 1967 é criado o Ministério das Comunicações. Tem início a construção de um sistema de microondas que seria inaugurado em 1968 (a parte relativa à Amazônia é completada em 1970), permitindo a interligação de todo o território nacional (Ortiz, 1994: 117).

Com tal infraestrutura torna-se possível a construção das redes nacionais de TV, passo significativo para a “Integração Nacional”. Além disso, as redes permitiriam “promover e organizar um mercado de massa para os bens produzidos pelo processo de industrialização que os militares implementaram, baseado na importação de capital e tecnologia [...]” (Jambeiro, 2001).

A diversidade regional era um dos fatores a se superar para se alcançar a integração do país. Nesse sentido, a TV presta grande contribuição, pois, com a

formação das redes, Rio de Janeiro e São Paulo, além de sede das emissoras, tornam-se grandes centros produtores de programas televisivos que seriam transmitidos para todo o território nacional. De acordo com Jambeiro, as emissoras de TV procuraram unificar, sob os padrões urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, as heterogêneas audiências nacionais de TV no Brasil, além de produzir programas que visavam aumentar a audiência, especialmente entre as classes média e baixa, e vender bens de uso popular.

A influência da televisão e, particularmente, da formação das redes de TV sobre a vida cultural brasileira, no contexto do regime militar, foi analisada por Franco (2003). O autor emprega a perspectiva adorniana para demonstrar como a televisão, integrada ao sistema da indústria cultural, pode servir aos interesses de dominação tanto do capital como políticos:

O estímulo estatal à criação das redes de televisão aberta não deve ser menosprezado pelos investigadores do período da ditadura militar: ele é claramente um sintoma da modernização da própria forma da administração social no país. Como em todos os lugares, o Brasil também entrava nesses anos na época da administração total.

[...] a televisão é autoritária, exige submissão do espectador, isola-o, é regressiva e impõe um tipo artificial de socialização: nesse sentido, ela cria condições objetivas que dificultam consideravelmente a produção cultural autônoma. Como ela também ajuda a calar a voz da sociedade, seu êxito e alcance torna supérfluo e desnecessário a uso da censura. (Franco, 2003: 23).

Outro aspecto a ser destacado são as medidas tomadas pelo governo que facilitavam a compra de produtos nacionais – oriundos da recente expansão industrial, particularmente no setor de bens duráveis –, que provocaram um aumento na venda de televisores da ordem de 48% em 1968, em relação ao ano anterior (Mattos, 2001). Isso dinamizava o setor como um todo, pois o aumento do número de telespectadores tornava a televisão um meio de propaganda mais interessante que as revistas e jornais. Por sua vez, a renda com publicidade permitia às emissoras maiores investimentos em programas com conteúdo e temática nacionais que obtinham as maiores audiências. Mas, se por um lado, observa-se a nacionalização dos programas de TV, por outro, é notável a dependência desta em relação à publicidade das multinacionais. Vale lembrar também a expressiva participação do Estado, “que através de suas inúmeras empresas mistas, bancos ou através dos próprios órgãos públicos, torna-se cada vez mais um importante anunciante da televisão brasileira” (Silva, 1983: 26).

Também ocorreram, nesse período, incentivos fiscais para a importação de equipamentos visando à modernização das emissoras de rádio e TV, gráficas, editoras etc. Nesse sentido, a atuação dos governos militares na área cultural visava “não só manter os valores considerados consagrados pela tradição cultural brasileira, mas também assimilar novos valores decorrentes das transformações capitalistas, permitindo assim a inserção do Brasil no círculo dos países de primeiro mundo” (Silva, 2001: 95).

Tais indicações demonstram que havia, por parte dos militares, preocupação com a área cultural do país e que esta se encontrava inserida num complexo de relações ideológicas e mercadológicas que, para seu efetivo controle, exigiam o estabelecimento de metas e claro planejamento para sua consecução. Dessa forma, tal estratégia envolvia várias frentes de atuação que, como dissemos anteriormente, tiveram diferentes pesos ao longo do período, de acordo com a conjuntura sócio-político-econômica do país.

O planejamento da cultura

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado em 1966, já no primeiro governo do regime militar, o do marechal Castelo Branco (1964-67), e tinha como uma de suas principais atribuições elaborar de um Plano Nacional de Cultura. Os trabalhos desse Conselho se estenderam por vários anos e resultaram, em 1973, durante o governo do general Médici, no documento intitulado *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*.

Gabriel Cohn analisa, no artigo *A concepção oficial da política cultural nos anos 70*, dois documentos que são expressões formais da atenção despendida pelos governos militares para a formulação e implementação de uma política cultural para o país. O primeiro documento é o *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, de 1973, o outro é *Política Nacional de Cultura*, de 1975.

Num esboço de periodização, o autor destaca que a primeira metade da década de 1970 teria sido marcada:

[...] pela elaboração de propostas programáticas mais abrangentes mas com escassos efeitos, e o período subsequente se caracterizaria pela diversificação e redefinição dos temas relevantes, numa ótica mais operacional e cada vez mais propriamente política, e pela renovação institucional, iniciada pela criação da Funarte em 1975 (Cohn, 1984: 87).

Nos anos iniciais da década, enquanto o Conselho Federal de Cultura trabalhava na elaboração das diretrizes para a política cultural, a ação do Estado

concentrava-se em “desbaratar as forças adversárias e neutralizar sua produção com vistas a assumir o processo cultural no passo seguinte” (Cohn, 1984: 87). Isto é, atuava por meio da censura e da intervenção nas instituições culturais com o intuito de romper a “hegemonia cultural da esquerda” para, no momento seguinte, assumir o controle do processo cultural. Cohn pretende demonstrar, por meio da análise dos referidos documentos, que a atuação dos governos desse período no âmbito da cultura foi deliberadamente planejada:

A busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural. [...] O regime pós-AI-5 pode não ter logrado alcançar a hegemonia cultural, mas certamente a buscou e lhe deu importância, à sua maneira. Resta então ver como os principais documentos produzidos na época indicam isso (Cohn, 1984: 88).

O autor desenvolve, então, análise comparativa entre os dois documentos. Sua primeira observação indica “uma grande similaridade doutrinária” entre eles, “a tal ponto que o de 1975 parece constituir basicamente uma reelaboração mais nuançada do anterior”. No entanto, algumas diferenças são salientadas: a principal delas parecendo relacionar-se com a reivindicação, sugerida no documento de 1973, de maior autonomia para o setor cultural:

[...] a argumentação [do documento] encaminhava-se no sentido de enfatizar a “necessidade de criação de um novo organismo ou de adaptação de órgão já existente, aumentando-lhe a hierarquia e a área de competência, assim como poderes de planejamento e execução, coordenação e avaliação, de forma a se obter um conjunto harmônico e integrado” (Cohn, 1984: 88).

A reivindicação de maior autonomia parece trazer de forma subentendida a proposta de criação do Ministério da Cultura, situação que explicaria, em parte, os atritos gerados no interior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante a elaboração do documento pelo CFC e a relutância, por parte do governo, em torná-lo público. O debate sobre a criação do Ministério da Cultura foi encerrado pelo ministro Jarbas Passarinho³, ao afirmar que era contrário à criação desse Ministério e, sintomaticamente, o tema não reaparece no documento de 1975. Cohn sugere que este também pode ter sido o motivo pelo qual o documento foi retirado de circulação e substituído, “ainda em 1973, por um plano mais limitado e aprovado pelo presidente

3 Ministro da Educação e Cultura de 1969 a 1974, no governo Médici.

da República, o ‘Programa de Ação Cultural’ [PAC] para o biênio 1973-74” (Cohn, 1984: 89).

O documento de 1973 parte da caracterização ampla de cultura e busca articular *participação e desenvolvimento*. Assim, a cultura seria vista como “a somatória das criações do homem no prosseguimento da obra da própria criação” (*Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, citado por Cohn, 1984: 89). Dá, portanto, certa ênfase ao caráter espontâneo do processo cultural, do qual deveria participar o cidadão comum. Cohn vê nessa argumentação uma manobra dos responsáveis pelo documento no sentido de que a ênfase no cidadão comum, que é apresentada como componente antielitista, tem, na verdade, “a função de tornar dispensáveis as elites indesejáveis”, que se identificariam com os segmentos sociais adversos ao regime.

O aspecto do *desenvolvimento* dá o mote para a presença estatal na área da cultura, que atuaria no sentido de garantir o acesso à produção cultural. Entretanto, a concepção de política cultural expressa no documento deixa clara sua relação com as políticas de segurança e de desenvolvimento. Nesse sentido, afirma que “a presença do Estado [na área da cultura se fará] como elemento de apoio e estímulo – que não se confundirá com coerção ou tutela, na integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global do desenvolvimento brasileiro” (Cohn, 1984: 90).

A definição de política cultural a que o documento chega, segundo Cohn, reduz a esfera de atuação do Estado ao “apoio e estímulo” à cultura, orientada pelos seguintes objetivos: a preservação do patrimônio, o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais. “Este último ponto inclui a ‘democratização da cultura’, entendida como ‘apresentação ao povo pelos meios modernos de comunicação de massa das suas manifestações em todos os setores’” (Cohn, 1984: 91). No entanto, definição mais clara sobre as ações a serem implementadas aparece no final do documento, quando são indicadas dez medidas básicas,

[...] relativas à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas, folclore; à criação do “fundo nacional de desenvolvimento da cultura”; à criação de “casas da cultura” em centros de influência regional; à colaboração com universidades; a cuidados com monumentos particulares tombados; e ao financiamento de projetos de natureza cultural (Cohn, 1984: 91).

Quanto ao documento de 1975, *Política Nacional de Cultura* (PNC), Cohn aponta que “os fundamentos doutrinários são semelhantes” ao das *Diretrizes* de 1973, “mas o tom é mais nuançado, sem o esforço, tão visível no texto anterior,

para construir uma linguagem que fosse simultaneamente do agrado dos militares e dos tecnocratas do desenvolvimento”. Esse novo documento combina uma concepção *essencialista* e uma concepção *instrumental* de cultura. “O argumento básico já não invoca as exigências de segurança e do fortalecimento nacionais”, o foco agora está em: “o desenvolvimento brasileiro não é apenas econômico, mas sobretudo social, e que dentro desse desenvolvimento social há um lugar de destaque para a cultura” (Cohn, 1984: 92).

Os fatores participação e desenvolvimento que compunham a noção de cultura que embasava o documento anterior são reequacionados na PNC sob as concepções *essencialista* e *instrumental*, explicitadas no documento da seguinte maneira:

[...] o documento é todo redigido numa perspectiva “humanista” (daí a visão essencialista da cultura que aludi acima), que permite falar em “uma verdadeira política de cultura, isto é, a plena realização do homem brasileiro como pessoa”, e enfatizar que “cultura não é apenas acumulação de conhecimento ou acréscimo de saber, mas a plenitude da vida humana no seu meio” [...]. No entanto, do essencialismo à concepção instrumental é um passo: “A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural”, e portanto a cultura é “o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade”. Conservação e desenvolvimento – entre esses dois polos oscila uma argumentação que concebe um deles pelo viés essencialista e o outro pelo viés instrumental (Cohn, 1984: 92).

Desse modo, a articulação de concepções com princípios diversos expõe as exigências contraditórias com as quais os formuladores da PNC tiveram que lidar: espontaneidade e intervenção estatal, modernização e conservação, desenvolvimento e preservação da cultura de seus efeitos, difusão dos resultados e ênfase na participação criativa.

O documento propõe como atribuições da política cultural a promoção e o incremento da participação no processo cultural, o incentivo à produção e à generalização do consumo e o estímulo às “concorrências qualitativas entre fontes de produção”. Os aspectos de “difusão” e de “consumo” de bens culturais aparecem como os principais elementos definidores da política governamental. Caberia ao Estado criar os mecanismos necessários para assegurar o acesso de todos ao “consumo” de bens culturais, estimulando assim a consolidação do mercado para tais produtos.

Disso resultaria, segundo Cohn, um paradoxo: “Na realidade o texto é construído de tal modo que a combinação entre suas premissas e as exigências de

intervenção que contempla o conduz à beira do paradoxo de uma proposta antiestatizante a ser efetuada por órgão estatal” (Cohn, 1984: 93). Seriam exemplos da implementação dessas propostas o Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973, e a criação da Funarte, em 1975, que deveriam funcionar como instrumentos dinâmicos de apoio e estímulo governamental à produção artística e cultural, sem intervir no processo criativo.

Essa passagem para uma postura dinâmica, atenta para as diferenças e para as dificuldades de elaboração de um sistema fechado de política cultural, resulta numa postura muito diversa daquela da primeira metade da década. A consciência da ausência de uma política cultural integrada conduz a esforços voltados para a maior flexibilidade da intervenção efetiva, e não para a busca de um enquadramento prévio de toda ação.

[...] Não se trata mais de educar o povo para receber de volta o que já fez, como se queria em 1973, mas de incentivar as demandas de base e buscar responder a elas antes de tentar codificá-las em propostas formais sistemáticas. Com isso contornam-se os riscos mais imediatos de imposição autoritária, mas permanece o problema de escapar à ação *ad hoc*, subordinada às expressões pontuais do processo cultural (Cohn, 1984: 95).

A implementação da política cultural

No âmbito de suas atribuições, ou seja, estabelecer um plano de ação governamental na esfera da cultura, o CFC propôs a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura. O objetivo principal era o de que cada estado e cada município estabelecessem locais onde fossem reunidos arquivos, bibliotecas, galerias de arte e outros elementos, de acordo com a realidade local (Rodrigues, 1996: 23). Vale ressaltar que as noções que orientavam as proposições do CFC eram as de “tradição” e de “defesa” da cultura nacional, identificada com elementos do passado. Assim, privilegiavam-se ações de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural (museus, folclore, arquivos, obras de arte).

Apesar do CFC e do documento por ele elaborado não terem alcançado suas expectativas, a sua criação e o debate suscitado em torno das ações culturais podem ser entendidos como um avanço do governo brasileiro no reconhecimento das diferenças entre as áreas da cultura e da educação, e da necessidade de ações e investimentos específicos em cada uma dessas áreas. Como, entre as duas, a da educação sempre foi prioritária, chegava o momento de dedicar maior atenção à cultura. Entretanto, se isso, por um lado, pode ser visto como

algo positivo – maior atenção à esfera cultural, com investimentos, incentivos a novos projetos etc. –, por outro, traz consigo toda problemática do controle, da administração.

Diante do impasse em torno do documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura* e do próprio CFC, há uma mudança de rumo na estratégia de atuação do MEC no setor cultural. Ainda em 1973, foi lançado o Programa de Ação Cultural (PAC),

[...] com vistas a minorar a carência de recursos e de pessoal na área cultural do MEC. Embora não tivesse a função explícita de formular uma política oficial de cultura ou encargos de coordenação a exemplo daqueles conferidos ao Departamento de Assuntos Culturais [DAC], o PAC acabou firmando um estilo novo e uma doutrina própria de prática cultural. Operando através de *núcleos e grupos-tarefas* voltados para o atendimento das diversas áreas de produção (teatro, dança, literatura, patrimônio, artes plásticas, etc.), o PAC derivava sua flexibilidade quer do vultuoso montante de recursos à sua disposição, quer da disponibilidade de contratar pessoas de fora da estrutura funcional de carreira do MEC. Formalmente o PAC deveria cumprir três objetivos primordiais, quais sejam: a preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais, e a capacitação de recursos humanos (Miceli, 1984: 56).

Esse programa acabou sendo responsável por uma grande movimentação nas áreas artística e cultural, com desenvolvimento de projetos que abrangiam as diversas regiões brasileiras. No entanto, revelou também as precárias condições dos espaços culturais distribuídos pelo país, bem como de seus recursos materiais e humanos. Ainda assim, as experiências desenvolvidas pelo PAC foram consideradas bastante positivas, a ponto de as pessoas envolvidas nessas atividades o considerarem uma referência para a criação de uma instituição que congregasse as várias atividades artístico-culturais (inclusive os órgãos já existentes nessas áreas), mas herdando a flexibilidade organizacional e financeira do PAC.

Mesmo com todos esses acontecimentos na área cultural, na avaliação de Miceli,

[...] a gestão Passarinho ficou muito mais marcada pela expansão descomunal do ensino superior e por outras medidas na frente educacional do que por empreendimentos inovadores na área cultural. No entender de vários administradores culturais atuantes na década de 70, “foi um período de aquecimento de motores, de início de decolagem” (Miceli, 1984: 56).

Ou seja, tal contexto revela que a cultura foi progressivamente ocupando espaço entre as preocupações dos governantes da época, mas que, de maneira similar ao que ocorreu com o ensino superior, não visava sua expansão qualitativa; ao contrário, evidencia o compromisso desses administradores com os interesses de alguns grupos que, talvez, naquele momento se aproximassem dos seus.

Esse momento – início dos anos 1970 – parece caracterizar o rompimento da produção cultural engajada e torna evidente o esforço do governo para assumir tal espaço. Claro que esse movimento na área cultural está inserido numa estratégia maior dos governantes para derrotar a esquerda no país, que teve início com o golpe de 1964, mas assume proporções brutais a partir de 1968.

No período que compreende os governos Costa e Silva e Médici (1967-73), o enfrentamento político chega a seu ápice com a realização de protestos públicos e passeatas nos principais centros urbanos do país, liderados pelo movimento estudantil e por artistas e intelectuais. As pressões também vinham da classe trabalhadora, cujas principais expressões foram as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968. O governo responde com o acirramento da repressão e em 13 de dezembro de 1968 é decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse é considerado o momento de maior ruptura com a legalidade dentro do regime militar, tratado por muitos como um “golpe dentro do golpe”. Com a decretação do AI-5 e todo o aparato repressivo utilizado a partir de então, o país passa a viver, paradoxalmente, um estado de insegurança em nome da “Segurança Nacional”. As medidas repressivas impostas à sociedade calaram todo tipo de oposição ao regime e dizimaram os grupos engajados na luta armada. A censura aos meios de comunicação aliada à

[...] propaganda do governo, difundida nacionalmente pela AERP⁴ bombardeava permanentemente a população com a mística do “Brasil Grande”, com as evidências dos progressos alcançados e o apelo agressivo dos projetos-impacto procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais (PASEP, PRORURAL, FUNRURAL, PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos, dos quais a Transamazônica provavelmente terá sido o mais desastroso (Cruz e Martins, 1983: 42).

Assim, restabelecida a “ordem institucional” – do ponto de vista dos governantes –, é que se inicia o governo do general Ernesto Geisel, o qual, num de

4 Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República.

seus primeiros pronunciamentos como presidente, sinaliza à nação com um projeto de “distensão” do regime⁵.

Retomando nosso tema, esse clima de propensão à “abertura” parece repercutir na esfera cultural, tanto nos projetos do governo para a área como nas expectativas (e pressões) dos produtores culturais.

É nesse momento que aparece mais claramente a preocupação dos militares com a cultura, cujo ponto culminante foi a aprovação do documento *Política Nacional de Cultura*, em 1975. A importância desse documento é destacada por estudiosos da cultura desse período, não só pelo que ele representa para a área cultural como também porque a insere no âmbito das preocupações estratégicas do Estado (com repercussões nacionais e internacionais), articulando-a com outras áreas governamentais. De acordo com Miceli:

Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidade de colaboração entre órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas (Miceli, 1984: 57).

Nesse período, em que a direção do MEC ficou a cargo do ministro Ney Braga, houve uma significativa ampliação das ações do MEC na área cultural, a saber: a implantação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Conselho Nacional de Cinema (Concine), a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), a expansão do Serviço Nacional de Teatro (SNT), a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Dentre essas, a criação da Funarte talvez expresse com maior clareza a importância estratégica da cultura na política governamental, já que tal órgão teria sido concebido “para ser o instrumento da política cultural da gestão Ney Braga” (Silva, 2001: 103), isto é, como o instrumento por meio do qual se viabilizaria a Política Nacional de Cultura.

A criação da Funarte deve muito à experiência anterior do PAC. Este contribuiu para dinamizar as ações culturais oficiais, no entanto, gerou também certa indisposição com outra vertente no interior do MEC, a dos “patrimonialistas”,

5 Alguns historiadores afirmam que, num primeiro momento, o presidente Geisel, ao se referir à abertura política, fala em “distensão lenta, gradual e segura” e que o termo *transição* só será utilizado com maior frequência a partir de 1979, no início do governo de João Figueiredo.

que privilegiava projetos de restauração de monumentos e obras de arte, enquanto os agentes do PAC, identificados como vertente “executiva”, voltavam-se ao financiamento de diversas atividades culturais. À parte esse debate com a vertente patrimonialista⁶, a atuação do PAC gerou conflitos inclusive com instituições culturais oficiais, como o SNT (Serviço Nacional de Teatro), por exemplo, pois seus recursos eram destinados a grupos privados, fato que, por um lado, poderia dar um caráter “previdenciário” aos financiamentos concedidos pelo PAC e, por outro lado, gerar transtornos com as instituições oficiais, já que estas possuíam recursos bem menores que os administrados pelo PAC. Assim, com os recursos disponíveis, o PAC gerou certo volume de atividades culturais no país, mas que, por serem pulverizados entre grupos/agentes culturais de diversas áreas, assumiam o caráter de “eventos”. Tal atitude, por sua vez, contrastava com a proposta de implementação de *uma* Política Nacional de Cultura. Dessa forma, a criação da Funarte passa a figurar como a melhor maneira de equacionar todas essas questões, pois centralizaria as atividades culturais desenvolvidas sob a jurisdição do MEC.

Contudo, houve resistência por parte dos demais órgãos e instituições culturais à incorporação, e a Funarte assumiu apenas as áreas da produção cultural que ainda não contavam com organizações próprias na estrutura do MEC, por exemplo, a música erudita e as artes plásticas (Silva, 2001: 104).

Outro acontecimento de destaque no âmbito cultural durante o governo Geisel foi a abertura a determinados setores artístico-culturais (em particular o cinema e o teatro) para que escolhessem diretamente seus representantes para cargos de direção dos órgãos oficiais. De acordo com a análise de Miceli, as condições necessárias para tal realização podem ser encontradas nos seguintes fatores: 1) a presença de um ministro forte à frente do MEC – “um militar reformado cuja carreira política se consolidara através de sucessivas vitórias eleitorais e que se beneficiava ainda da imagem de prócer simpático ao patrocínio das artes” (Miceli, 1984: 65) –, que pudesse ao mesmo tempo gozar de prestígio no meio político-militar para garantir os recursos necessários à sua pasta, bem como uma aproximação amistosa com os setores artístico-culturais para que pudesse obter destes o reconhecimento das instituições culturais oficiais e, mais que isso, sua participação nestas; 2) a própria conjuntura política que, como dissemos anteriormente, vivia desde o início do governo Geisel forte expectativa

6 Esse assunto é explorado por Miceli no artigo “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In: MICELI, S. (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

de abertura com a possibilidade de ser estendida à área cultural, evidenciada “no empenho em incorporar ao legado da gestão Geisel as realizações em prol de setores intelectuais e artísticos que pareciam arremidos ao regime” (Miceli, 1984: 65). Nesse sentido, nomes de difícil trâmite no meio militar passaram a ocupar importantes espaços em instituições no interior do MEC, como ocorreu, por exemplo, no caso da Embrafilme, que passou a ser dirigida por Roberto Farias e Gustavo Dahl.

O sentimento de poderem enfim não apenas expressar suas reivindicações mas inclusive contribuir diretamente para a fixação de diretrizes da política governamental em suas áreas de atuação contribuiu, por exemplo, para a adesão extensiva do pessoal do “cinema novo” ao projeto geiselista de “abertura”. Outros grupos de intelectuais e artistas vieram se juntar às manifestações de reconhecimento aos gestos de aproximação governamental, que se traduziam em concessões generosas ao orçamento das instituições culturais públicas e na ampliação do mercado de trabalho do qual dependem esses setores (Miceli, 1984: 65-66).

Entretanto, consideramos que tal análise não pode ser estendida para todas as áreas artístico-culturais, adequando-se principalmente às áreas que demandam vultuosos investimentos, como no caso do cinema, ou àquelas consideradas de menor interesse para o investimento privado e que, portanto, encontram dificuldades para sobreviver no mercado da indústria cultural, como parece ser o caso do teatro, da ópera, da dança, da música de concerto, de algumas manifestações das artes plásticas, entre outros (Machado, 1984).

A exemplo do que aconteceu historicamente com a industrialização do país, os maiores investimentos na crescente indústria cultural brasileira, em geral os de maior risco, ficaram a cargo do Estado. Depois de consolidados, tais empreendimentos passam às mãos do setor privado por um valor apenas simbólico diante dos lucros que seriam alcançados. Ou simplesmente passam a ser controlados por grupos particulares a título de concessão pública, como ocorre com os canais de rádio e TV. Isto é, os investimentos são públicos, mas os lucros são privados.

Assim, mesmo quando esteve preocupado com a criação de órgãos e instituições culturais oficiais, responsáveis pela implementação de uma Política Nacional de Cultura – pautadas pelo referencial da tradição e com o objetivo de proteger e ao mesmo tempo incentivar a cultura e a identidade nacionais –, os governos militares estavam dando as condições para a consolidação da indústria cultural no país, pois, com tais ações acabaram por consolidar e ampliar o mercado de bens culturais ao investir na criação e/ou refuncionalização

de espaços culturais, atuando desde a capacitação profissional e formação de agentes culturais até o financiamento de projetos e espetáculos culturais, contribuindo, dessa maneira, para a formação de um público consumidor desses produtos culturais.

O modelo inaugurado com o PAC e a Funarte marca uma mudança no tipo de atuação no âmbito da cultura verificado no Brasil até então. Antes, os recursos, além de mais escassos, eram voltados majoritariamente à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Agora, destinavam-se também ao incentivo a outras atividades artístico-culturais. Como consequência, há uma dinamização do setor cultural, com aumento de público e de demanda por formação de pessoal especializado. Esse fortalecimento do setor implica em maior burocratização, que culminaria com a criação do Ministério da Cultura, em 1985.

Entretanto, este é um processo tenso e permeado por ambiguidades, principalmente em seus aspectos político-ideológicos, e alguns pontos merecem ser considerados: primeiro, o incentivo à diversificação das atividades culturais, por parte das novas instituições criadas no período da ditadura, tinha como objetivo ocupar o espaço deixado pela produção cultural de esquerda, que havia sido reprimida e censurada. Esta, por sua vez, após os golpes já sofridos e o abrandamento da censura, tem seu ímpeto arrefecido. Em segundo lugar, recebiam apoio estatal produções que estivessem afinadas com os valores e a identidade nacionais – de acordo com a visão dos militares, norteadas pelas concepções da Escola Superior de Guerra (ESG). Esse viés nacionalista, cuja justificativa centrava-se na defesa de tais valores contra culturas “alienígenas” (de esquerda e da indústria cultural), estava afinado com os ideais de Segurança Nacional. Terceiro ponto: a diversificação de atividades culturais em meio ao cenário de abertura política cria expectativas de democratização da cultura, isto é, abertura de espaços para diferentes tipos de manifestação cultural e ampliação do acesso a tais produções.

Decorrem daí alguns impasses: como manter o controle ideológico sobre tal produção ampliada e diversificada? Além disso, o aumento do volume dessas atividades requer investimentos cada vez maiores no setor, impondo o desafio de se buscarem novas fontes e instrumentos de financiamento da cultura.

Considerações Finais

Como afirmamos ao longo do texto, a política cultural adotada nos anos de ditadura não se esboça de forma linear; ela apresenta ambiguidades, contradições e reflete as diferentes forças políticas em disputa no período.

Durante o regime militar, o mercado de produção de bens culturais expandiu-se e contou com o estímulo do Estado, interessado em rechaçar a presença de intelectuais de esquerda que, no período anterior, se destacaram na construção da hegemonia no âmbito cultural. A política cultural da ditadura foi marcada pela ideologia de integração e de segurança nacional, segundo a qual a identidade nacional e os valores tradicionais seriam norteadores da produção.

Essa ideologia sustentou as principais intervenções do Estado na cultura. Neste período, a extensão da lógica do planejamento estratégico, reinante na economia, ao campo da cultura permitiu o que se pode chamar de “racionalidade administrativa”, segundo a qual as ações eram planejadas por órgãos estatais – como, por exemplo, o Conselho Federal de Cultura – e implementadas por órgãos criados especificamente para tais funções (DAC, Funarte, entre outros).

Na política cultural dos governos militares, delinear-se três grandes formas de atuação: censura, investimento em infraestrutura e criação de órgãos estatais. Observadas em bloco, essas formas atenderam tanto aos interesses dos militares quanto aos da indústria cultural, em expansão. Na primeira forma de atuação, a censura promoveu o fechamento do mercado de bens culturais aos produtores de esquerda, cumprindo assim, o papel de saneamento ideológico pretendido pela “segurança nacional”.

A segunda forma de atuação dos militares, o investimento em infraestrutura, é a mais ambígua, pois atendeu não somente ao objetivo de integração nacional, mas, também, aos interesses da indústria cultural. O Estado assumiu papel de protagonista no desenvolvimento das condições infraestruturais necessárias à indústria, assumindo traço marcadamente desenvolvimentista. Um dos exemplos citados que evidencia tal intervenção é a criação das redes nacionais de televisão. Aos investimentos em infraestrutura seguiram-se os subsídios para modernização dos equipamentos de gráficas e editoras, emissoras de rádios e TV, bem como a facilitação de crédito para que o público pudesse adquirir aparelhos de TV, entre outros. Uma contradição que se evidencia em tal política é que a abertura do mercado de bens culturais brasileiro ocorreu com a disseminação da indústria cultural, especialmente a norte-americana, que, como sabemos, distinguia-se da identidade nacional pretensamente defendida pelos militares.

Por sua vez, a criação de órgãos estatais permitiu o desenvolvimento e o fortalecimento do controle estatal sobre a produção e circulação de bens culturais, centralização característica dos governos autoritários. As ações fragmentadas e, especialmente, os experimentos regionais e localistas cederam espaço às ações de “integração nacional”.

Se comparado com os períodos que os antecederam, os governos militares representaram, no âmbito da cultura, a consolidação de uma política cultural nacional.

Referências

- COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, S. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- CRUZ, S. C. V. e MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: Uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FERNANDES, N. A. M. *Cultura e política no Brasil. Contribuições para o debate sobre política cultural*. Tese de doutorado, Sociologia, Araraquara, Unesp, 2006.
- FRANCO, R. Censura, cultura e modernização no período militar: os anos 70. In: _____. *Itinerário político da produção cultural: indústria da cultura e práticas de resistência após 1964*. Tese de Livre Docência, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, Unesp, 2003.
- FRANCO, R. *Itinerário político do romance pós-64: A Festa*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- IANNI, O. A organização da cultura. In: _____. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- JAMBEIRO, O. O papel do governo militar. In: _____. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador, Ed. UFBA, 2001
- MACHADO, M. B. Notas sobre política cultural no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- MATTOS, S. O impacto sócio-econômico e político no desenvolvimento da televisão. In: _____. *A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)*. Salvador, Editora PAS/Edições Ianamá, 2001.
- MICELI, S. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- OLIVEIRA, E. B. de e RESENDE, M. E. de. *A censura de diversões públicas no Brasil durante o regime militar*. Junho de 2001, mimeo, p. 01.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, L. C. A “Era FUNARTE”: *Governo, arte e cultura na década de 70 no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SILVA, C. E. L. da. Comunicação transnacional e cultura brasileira. In: *Comunicação e Sociedade*. Ano V, nº 9, jun. 1983.

SILVA, V. M. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. Dissertação de mestrado, Sociologia, USP, 2001.

Recebido em: 16/02/2012

Aceito em: 19/11/2012

Como citar este artigo:

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192.

À procura de trabalho: a pertinência de um novo objeto¹

Priscila Pereira Faria Vieira²

Resumo: Partindo de uma revisão da literatura da Sociologia do Trabalho, Sociologia do Desemprego e Sociologia Econômica, este artigo pretende argumentar a relevância de enfrentar a procura de trabalho como um objeto de estudo, tanto pelas novas configurações do fenômeno do desemprego quanto pela escassez de estudos sobre esse tema. O segundo alvo deste texto é apresentar um eixo de achados da pesquisa empírica realizada no Centro da cidade de São Paulo, tratando de uma situação de procura de trabalho e seus principais processos microsociológicos.

Palavras-chave: desemprego, emprego, procura de trabalho, interacionismo simbólico

On the job search: the relevance of a new research object

Abstract: *Through a literature review of Sociology of Work, Sociology of Unemployment and Economic Sociology, this article aims to show the relevance of presenting job search as an object itself. This analytical relevance is based on the unemployment new features and the scarcity of studies on this subject. The second object of this text is to present some empirical findings of qualitative research realized in downtown São Paulo, especially those ones related to micro-sociological process of job search situation.*

1 Este artigo é uma versão revisada e complementada da comunicação “Do desemprego à procura de trabalho”, apresentada no Congresso Luso Afro-Brasileiro (Salvador, 2011) e apresenta resultados da dissertação de mestrado *A experiência da procura de trabalho: um estudo de caso*, defendida em 2009.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade de São Paulo (USP)/ Centro de Estudos da Metrópole / Cebrap – São Paulo – Brasil – prifariavieira@yahoo.com.br

Keywords: *unemployment, employment, job search, symbolic interactionism*

Apresentação

Ainda que o interesse acadêmico pelo tema do desemprego seja crescente, pouca atenção tem sido dedicada à questão da busca de ocupação. Tal perspectiva importa não apenas porque a existência da procura é a variável definidora da condição de desempregado, mas por se tratar de um objeto relevante que, conquanto pouco estudado, desvenda muito sobre o mundo do trabalho hoje. Essa comunicação é fruto de um estudo que pretende, por isso mesmo, arguir sobre a pertinência sociológica de se tomar a procura de trabalho como um objeto em si. No esforço de avançar no entendimento desse objeto, tal pesquisa se dedicou a analisar a experiência da procura de trabalho. A relevância dessa abordagem pode ser argumentada tanto através da ausência de trabalhos desse tipo na produção acadêmica quanto pelas interessantes e importantes questões que ela permite analisar. Pretende-se chamar a atenção para a relevância do tema da procura de ocupação no campo temático das ciências sociais que se preocupa em analisar o trabalho e os fenômenos ligados a ele.

Através de revisão de bibliográfica, o texto apresenta o objeto de interesse analítico, a procura de trabalho, destacando como um fenômeno socialmente tão relevante num contexto marcado pelo desemprego pode ser tornado um problema de pesquisa, constituindo-se em um objeto pertinente por preencher lacunas analíticas que persistem na produção acadêmica da sociologia. Seguindo pistas de alguns poucos estudos que se dedicaram ao tema, seja no quadro da sociologia do desemprego, seja no âmbito da sociologia econômica, apresenta-se a perspectiva através da qual a procura de trabalho será aqui analisada, reforçando a pertinência em fazê-lo.

Por fim, além da revisão de literatura, o artigo apresenta um eixo de achados analíticos da pesquisa empírica que partiu dessa reflexão³. Reiterando a pertinência do objeto, foi realizado um estudo qualitativo no principal e tradicional espaço de procura de trabalho da cidade de São Paulo para entender um pouco mais sobre a experiência social da procura de trabalho e seus processos micro-sociológicos. Neste espaço foi realizado um estudo qualitativo, de tipo etnográfico, conduzido entre 2005 e 2009. Entrevistas em profundidade e observações sistemáticas foram as técnicas de pesquisa utilizadas. Demandantes de trabalho em procura, funcionários das agências de emprego da região, plaqueiros e todos os tipos de atores envolvidos nesse processo foram considerados importan-

3 Outros eixos de achados são apresentados em Vieira (2009; 2012).

tes e, portanto, incorporados à investigação. O espaço também foi considerado elemento analítico dessa situação social.

Do desemprego à procura de trabalho: revisitando a literatura

Convém iniciar o artigo explicitando que ainda que o esforço aqui realizado seja o de argumentar em favor da procura de trabalho como um objeto em si, é inegável que ela é parte constitutiva do fenômeno do desemprego, tanto no que diz respeito às medidas e estatísticas, quanto no que diz respeito à vida dos desempregados. Portanto, este será o ponto de partida da reflexão do texto.

Tradicionalmente o desemprego é definido como ausência temporária de trabalho que deve vir associada à procura regular de atividade ocupacional. É a procura de trabalho que normativa e administrativamente diferencia um trabalhador desempregado de uma pessoa inativa, constituindo-se, portanto, na variável fundamental da construção das taxas de desemprego e atividade. Por ser uma das variáveis definidoras da condição da situação de desemprego, a busca de ocupação já seria objeto analítico suficientemente relevante.

Entretanto, ainda que a procura de trabalho seja, via de regra, tratada apenas como dimensão constitutiva das medidas de desemprego, é preciso ressaltar que pode haver busca de emprego mesmo por parte de trabalhadores empregados. A procura de trabalho não está, assim, obrigatoriamente associada ao desemprego; pode também estar associada à busca de uma nova ocupação. Ou seja, independentemente da condição de desemprego ou de ocupação, ela constitui um processo social em si mesmo. Aquele que busca uma oportunidade ocupacional, seja ele desempregado ou não, é o demandante de trabalho.

Se a procura de ocupação supõe, na imensa maioria dos casos, a ausência de trabalho – ainda que, como argumentado, também possa ser movida pelo desejo de encontrar um trabalho melhor –, não é descabido começar a refletir sobre a mesma tomando a porta de entrada habitualmente empregada pela literatura no tratamento do tema, ou seja, o fenômeno do desemprego.

O desemprego passa a entrar na pauta do debate intelectual e governamental a partir do século XX, tornando-se uma questão social, de fato (Castel, 2005). Mesmo se configurando como “questão social”, até meados do século passado a questão do desemprego foi alvo quase exclusivo da economia, envolta no clássico debate entre os neoclássicos e os keynesianos⁴. A partir de 1930, quando o modelo neoclássico pareceu esgotar-se e a explicação keynesiana ganhou

4 Para mais detalhes sobre as duas tradições do pensamento econômico ver Amadeo e Dutt, 1994; Keynes, 1936; Mankiw, 1995.

espaço, o desemprego passa a ser visto como uma falha do sistema econômico e como um risco à coesão social, surgindo assim o reconhecimento da necessidade de medidas de intervenção nos mercados por parte dos governos. Após a crise econômica mundial ocorrida entre os anos de 1929 e 1933, surgem as políticas de mercado de trabalho nos chamados países de economia desenvolvida. Essas políticas públicas de emprego⁵ se desenvolveram lentamente na esteira da concretização do Estado de Bem-Estar⁶.

Porém, como Castel (2005) corretamente chama atenção, esse tipo de proteção ao desemprego baseou-se numa concepção de sociedade e de Estado que hoje estão, ambos, abalados. O desemprego, classicamente definido como uma situação transitória e ocasional nas trajetórias de trabalho, tem se tornado um fenômeno inerente ao mercado de trabalho, especialmente quando emergem o desemprego de longa duração e o desemprego recorrente. Essas novas formas, por sua vez, dificultaram a continuidade da proteção social tal como antes talhada, pelo substancial aumento dos custos de financiamento de tais políticas, e demandaram reformulações nas políticas. Desse modo, ao longo do século XX, o desemprego tornou-se um problema social e um desafio intelectual. E, na esteira desse movimento, ele adquire também status de questão sociológica, segundo argumento de Castel.

Com a análise voltada para a Europa, Castel (2005) aponta uma mudança que levou à passagem de políticas de integração para políticas que visam a inserção. As primeiras tentavam promover o acesso de todos aos serviços públicos e à consolidação da condição salarial. Já as políticas de inserção definem suas clientelas específicas e tentam reduzir a distância dessas em relação aos grupos considerados integrados. É importante destacar que não podemos dizer que a América Latina, incluindo o Brasil, experimentou ou esteja experimentando esse movimento de mudança drástica de políticas de integração para inserção, já que as primeiras nunca foram fortemente institucionalizadas por aqui e a sociedade salarial, a que se refere Castel, também apresentava aqui outros contornos, menos institucionalizada e mais heterogênea e informal (Cacciamali, 2005; Guimarães, 2002; Guimarães, Hirata, Montagner & Sugita, 2004).

Na sociologia, por um longo período, o trabalho se constituía no tema analiticamente relevante; o desemprego era então apenas um tema marginal. Nas últimas décadas, porém, as sociedades vêm experimentando, e de forma

5 Para mais detalhes sobre as políticas públicas de emprego ver: Barbosa e Moretto, 1998; Cacciamali, 2005.

6 Sabe-se que o Estado de Bem-Estar, enquanto fenômeno social, político e econômico não se desenvolveu de forma unívoca, apresentado variações em diferentes contextos nacionais. Ver Esping-Andersen, 1991.

acentuada, um conjunto de mudanças no mercado e nas relações de trabalho. Entre as mudanças mais destacadas pela literatura sobressaem: o acentuado aumento dos níveis e da duração do desemprego, a flexibilização das relações contratuais de trabalho, o aumento da terceirização e da subcontratação, a diminuição dos postos de trabalho para o operariado industrial tradicional, o crescimento dos postos na área de serviços e o aumento da elasticidade da demanda de trabalho, efeito da globalização nos mercados de trabalho (Offe, 1989; Demazière, 2006; Maruani e Reynaud, 1993; Freyssinet, 1984; Antunes, 1999; Guimarães, 2004; Singer, 2000; Castel, 2005; Rodrik, 1997; Dedecca, 1996; Baltar e Proni, 1996). Nesse mesmo período, houve um aumento significativo do interesse sociológico pelo tema do desemprego.

O mundo acadêmico (especialmente o europeu, onde a norma do trabalho estável e protegido e as políticas sociais para fazer face às incertezas foram certamente mais desenvolvidas) passou se debruçar crescentemente sobre o fenômeno do desemprego. Identificou-se uma nova configuração do fenômeno, que se caracterizaria não só por seu aumento de volume – do número de desempregados – mas também pelo aumento do tempo de duração de tal situação, o “desemprego de longa duração” (Demazière, 2006; Maruani e Reynaud, 1993). Além disso, identificou-se que a trajetória profissional dos indivíduos passava a estar marcada, com frequência cada vez maior, pela recorrência do desemprego (Freyssinet, 1984; Guimarães, 2002). Assim, além de uma diversificação das modalidades de ocupação e de relações contratuais de trabalho, houve uma significativa ampliação do volume, da duração do desemprego, mas também das formas do desemprego. Este passa ser abordado não apenas como uma situação particular e transitória, mas como uma dimensão constitutiva do mercado. A importância da nova categoria social dos “desempregados de longa duração”, aliada à intensidade com que o desemprego se apresentava nas economias capitalistas, notadamente as europeias continentais, até então mais caracterizadas pela proteção e regulação do trabalho, explicitou a ruptura do nexo, antes “natural”, entre emprego e desemprego – o que constituía para aquelas sociedades uma grande novidade e um desafio⁷. Vale dizer, a saída do desemprego não se dava mais pela obtenção de um trabalho estável e protegido, mas abria caminho a uma multiplicidade de formas de inserção e de utilização de trabalho (Guimarães, 2002; Demazière, 1995).

7 Abre-se, na Europa, um amplo debate sobre as políticas públicas de apoio ao desempregado, que naquele momento tendiam a restringir a cobertura e a duração dos benefícios com a crise do Estado de Bem-Estar, o qual andava *pari passu* com o aumento da duração e a da recorrência do desemprego.

O movimento que levaria do trabalho ao desemprego passou a ser crescentemente investigado. Na Europa, e especialmente na França, os autores se apropriam do desemprego como tema de pesquisa e como questão sociológica, reivindicando, inclusive, a pertinência de uma “sociologia do desemprego”. Para completar as abordagens estatísticas e fazer face ao tratamento econômico da questão, os sociólogos sublinhavam a importância de encarar o desafio de analisar a vivência do desemprego, incorporando à agenda intelectual do campo os estudos da dimensão do vivido com respeito a esse fenômeno.

Desenvolveu-se, então, uma série de trabalhos⁸, em torno da experiência subjetiva e moral do desemprego, retomando experiências precursoras como o estudo realizado em Marienthal por Lazarsfeld, Yahoda e Zeizel (1981) na primeira metade do século XX. Como resultado desses estudos, vários autores têm ressaltado que essa série de transformações nas formas de trabalho determina uma profunda alteração nas formas de organização material e subjetiva da vida dos indivíduos que vendem ou têm a intenção de vender sua força de trabalho. Sabe-se, assim, e com extensa literatura, que o desemprego implica mudanças na organização do cotidiano, na utilização do tempo, e que ele envolve sentimentos de injustiça, vergonha e estigmatização social, entre outros efeitos de natureza social, moral e subjetiva (Lazarsfeld, Yahoda e Zeizel, 1981; Ledrut, 1966; Demazière, 1995, 2003, 2006; Antunes, 1999; Demazière, Guimarães e Sugita, 2006; Sennett, 2003; Castel, 2005; Borges, 2006). Porém, vale ressaltar, à medida que cresceu o interesse pelo movimento que leva do trabalho ao desemprego, o movimento contrário, de retorno ao trabalho, foi pouquíssimo explorado e menos ainda a experiência subjetiva e moral associada à procura de trabalho. A dimensão do vivido no que diz respeito à procura de trabalho foi negligenciada mesmo nas abordagens da sociologia do desemprego que buscam investigar as vivências e experiências sociais.

Outro aspecto central a essa sociologia do desemprego, de inspiração francesa, é o argumento de que tal fenômeno deve ser visto pela ótica sociológica como constituído e delineado por características dos contextos sociais, institucionais e históricos, que dão sentido às formas subjetivas de (auto)reconhecimento. Assim, sabe-se que, enquanto categoria oficial, a condição de “desempregado” é uma classificação socialmente partilhada e, nesse sentido, o indivíduo desempregado é um ser que incorpora, (re)interpreta ou (re)constrói categorias e classificações, sintetizando símbolos e características específicas a

8 Para mais detalhes sobre os variados tipos de tendências teóricas e metodológicas que seguiam esses trabalhos dedicados ao desemprego ver Demazière, 2003.

diferentes comunidades ou contextos sociais. Ou seja, a significação – tanto institucional quanto subjetiva – do desemprego varia conforme os espaços nacionais e intranacionais e deve ser sociologicamente considerada. Esses estudos chamam a atenção para o fato que uma abordagem sociológica dessa questão deveria encarar que as fronteiras entre desemprego, atividade e inatividade são construções sociais específicas (Demazière, 1995, 2003, 2006; Guimarães, 2002; Guimarães, Hirata, Montagner e Sugita, 2004). A procura de trabalho é, como ressaltamos, fundamental ao delineamento das fronteiras entre desemprego e inatividade, mas, vale repetir, foi muito pouco explorada dentro dessa perspectiva que defende a pertinência de tomar as fronteiras entre situações no mercado de trabalho como construções sociais e subjetivas. Além disso, conquanto tenha havido um significativo esforço de analisar sociologicamente a construção da categoria de desempregado, a categoria de demandante de trabalho só muito esporadicamente entrou na pauta desses debates.

O que se pretende ressaltar é que essa agenda de pesquisa internacional, mesmo ampliada, muito pouco se dedicou a enfrentar o movimento de saída do desemprego e os elementos analiticamente relevantes para o seu entendimento. Com efeito, se alguma literatura internacional, principalmente no âmbito da sociologia econômica, atentou para as formas de procura de trabalho, e em especial para o papel das redes sociais nesses processos (Granovetter, 1973, 1974), pouca atenção tem sido dedicada pela sociologia do trabalho ao estudo dos mecanismos acionados pelos indivíduos com vistas a obter uma nova ocupação e, menos ainda, à experiência da procura de trabalho. A importância de fazê-lo é inescapável quando levamos em conta esse recente debate internacional, antes referido, o qual tem apontado insistentemente para uma nova configuração do desemprego, especialmente nos países com experiências bem-sucedidas de proteção social institucionalizada, destacando, como expresso acima, o crescimento do desemprego de longa duração e a ampliação da recorrência de transições entre situações no mercado de trabalho (Demazière, 1995, 2006; Maruani e Reynaud, 1993; Freyssinet, 1984).

Além disso, a construção social e cognitiva, ou institucional e subjetiva, da figura do desempregado é indissociável da imagem da procura de trabalho, seja de um ponto de vista prático, seja de um ponto de vista analítico, já que é a procura o elemento-chave a diferenciá-lo do inativo. Ainda mais, a procura representa um importante passo rumo à saída da situação de desemprego e, portanto, suas dinâmicas constitutivas e graus de eficiência são de extrema pertinência sociológica. Por fim, essa é também uma situação crucial do ponto de vista sociológico, pois é no momento de procura que o indivíduo assume publicamente a condição de desempregado, incorporando, de fato, tal classificação social e desempenhando

um determinado papel, que corresponde a um conjunto socialmente construído de expectativas de comportamento, ou seja, uma conduta social.

Pode-se dizer, por tudo isso, que nos estudos sobre desemprego é inescapável abordar, ainda que tangencialmente, a busca de ocupação. Entretanto, na maioria das análises produzidas pela sociologia do trabalho ela não é tomada como um objeto em si.

Há, no entanto, um esforço que foi no sentido contrário a esse, alguns estudos passaram do desemprego à procura de trabalho. É importante destacar, no âmbito da literatura internacional, o clássico estudo de Granovetter (1974) acima citado e, para o caso brasileiro, as recentes pesquisas de Guimarães (2009) e Guimarães e Melo (2008), que mostraram a complexidade do fenômeno da procura de emprego, apresentaram as características dos demandantes de trabalho e do mercado de intermediação brasileiro, ressaltando, entre outros aspectos, que a intermediação de mão de obra na Região Metropolitana de São Paulo é um fenômeno territorializado e que a intermediação pública é, por aqui, pouco relevante. É na esteira desse movimento que enfrenta a questão da procura de oportunidades que se localiza o interesse dessa pesquisa.

Retomando o argumento do texto, seria pertinente tomar a procura de trabalho como um objeto de pesquisa e tratá-la como uma experiência social. Essa perspectiva da “experiência de procura” poderia ser bem desenvolvida através do recorte empírico das “situações de procura”. A noção de situação social está baseada nas elaborações de um conjunto de autores ligados ao que usualmente reconhecemos com o nome de interacionismo simbólico, especialmente nos autores George Mead (1952), Herbert Blumer (1969), Erving Goffman (1963, 1964, 1982, 1983, 1983-b, 1988, 1986, 2003) e Anselm Strauss (1979, 1988, 1999).

Partiu-se da ideia central de que a procura de trabalho é uma experiência social que se organiza segundo um variado repertório de situações socialmente construídas, as quais têm seus vocabulários e espaços cognitivos próprios. Situações, tal como aqui se entende, são episódios da vida pública, cotidiana e trivial. Nesses episódios ocorrem interações revestidas de lógica e de sentidos próprios ao contexto em que transcorrem; nelas se reconstrói cotidianamente a natureza dessa mesma situação. Segundo os autores citados, as situações sociais, enquanto unidades de análise sociologicamente significativas, são compostas por três elementos analíticos: i) o espaço em que transcorrem, ii) as interações sociais entre os atores e iii) as condutas sociais desses atores, tais como construídas nas interações sociais que ali se tecem⁹.

9 Para mais detalhes sobre a discussão teórica que funda a noção de situação social, seus componentes e processos característicos, ver Vieira, 2009; 2012.

Assim, no trabalho aqui apresentado, e seguindo a inspiração dos interacionistas, toma-se a situação social como unidade de análise, sabendo que esta é apenas uma entre as muitas possíveis maneiras de recompor a experiência social. Como unidade de análise, cada situação social tem uma dinâmica própria e interna, que a torna uma unidade sociologicamente significativa; entretanto, por ser parte de uma experiência social mais ampla, mantém relações de contato com outras situações sociais e com dimensões macrosociológicas. Desse modo, a experiência social da procura de trabalho seria constituída pela vivência de diversas e distintas situações sociais por parte dos demandantes. Partimos do estudo de uma situação social de procura, entre várias possíveis, para, captando parcela da experiência social da busca de trabalho, entendê-la melhor. A intenção foi analisar a experiência da procura a partir da forma como ela é vivida num determinado local, num determinado momento, envolvendo determinados atores que, em parte são transitórios e em parte fixos. A noção interacionista de situação social se mostrou relevante para a apreensão das representações sociais que estão envolvidas na procura de trabalho e de processos microsociológicos que compõem essa experiência, a qual é enfrentada pelos trabalhadores, nos dias de hoje, com maior frequência e por maiores períodos de tempo, como procuramos mostrar nesta seção.

Para alcançar esse objetivo, foi escolhido um caso de situação de procura territorializada, um importante espaço de procura da metrópole paulista: o cluster de intermediação de mão de obra do Centro da cidade de São Paulo, concentrado na rua Barão de Itapetininga e adjacências, conhecido também, pelos próprios frequentadores do lugar, como “rua dos desempregados” ou “rua do desemprego”.

A rua Barão de Itapetininga fica no chamado Centro Novo e tem 330 metros de extensão por 20 metros de largura. É um largo calçadão formado por três quarteirões. Conta com aproximadamente 28 edifícios (de 8 a 14 andares), 400 lojas e seis galerias. Ela é cortada por várias transversais: avenida Ipiranga, rua Dom José de Barros, rua Marconi e rua Conselheiro Crispiniano, e acaba na Praça Ramos. As ruas Vinte e Quatro de Maio e Sete de Abril são paralelas à rua Barão de Itapetininga e juntamente com ela e com as transversais citadas formam o que aqui é denominado “território da procura de trabalho”. Inúmeras agências de emprego estão instaladas nessas adjacências: desde a mais importante empresa brasileira do mercado de intermediação de mão de obra, até agências extremamente pequenas e precárias. Só na rua Barão de Itapetininga existem quase 30 agências de emprego. Se computarmos as agências sediadas nas ruas de seu entorno esse número chega a mais de 60. Os prédios e galerias que sediam as agências de emprego tornam-nas quase invisíveis, não fosse pelo imenso número de

panfleteiros e plaqueiros¹⁰ que representam, na rua, a “cara” desses estabelecimentos – e, ao fazê-lo, imprimem uma dinâmica específica à procura de trabalho naquele espaço, dando ao personagem do plaqueiro um papel fundamental no funcionamento desse mercado. A estratégia do uso maciço desses trabalhadores só é possível porque essa rua é uma via exclusiva de pedestres desde os anos 1970. De segunda a sexta, no horário comercial, esse espaço é completamente tomado por pessoas à procura de trabalho, em sua grande maioria, jovens de classe baixa ou média baixa e com escolaridade média. É importante reter a imagem de que há nesse território uma dinâmica complexa e imprecisa, ainda que estabelecida e articulada, que gira em torno de ofertar ou demandar trabalho. Além do espaço físico do território da procura, os quatro tipos de atores privilegiados na análise da situação foram: demandantes de trabalho em procura, funcionários das agências de emprego da região, plaqueiros e funcionários dos estabelecimentos que ofertam serviços correlatos à busca, como cópia e manufatura de currículos, lan houses e cursos, o chamado mercado de condutas. Esses quatro grupos de atores foram entrevistados e observados sistematicamente agindo na situação, em interação e encenando suas condutas sociais.

Alguns achados empíricos: os processos microssociológicos da situação de procura

Foi possível compreender, ao longo deste estudo, que a procura de trabalho configura uma experiência social na qual são engendrados processos sociais peculiares e que configura também um universo simbólico próprio. Ainda que o objetivo da procura de trabalho seja a obtenção de uma nova ocupação ou a reinserção no mercado de trabalho, a vivência da procura está pautada por códigos, práticas, condutas e significados que provêm da esfera do trabalho, mas é igualmente tributária de outros códigos, práticas, condutas e significados que não necessariamente se desenvolvem nesta esfera, mesmo que possam revelar muito sobre ela. Esses elementos sociais que regem a prática cotidiana da procura ajudam a compreender o processo de convergência entre uma vaga de trabalho e um candidato, ou seja, o resultado final do encontro entre ofertantes e demandantes de emprego, que é o processo mais fundamental do mercado de trabalho. Estudando a procura tal como vivida numa situação específica foi possível tornar visíveis e compreender melhor os processos microssociológicos que constituem essa experiência, assim como desvelar ao menos alguns dos constrangimentos, significados e sentimentos que a compõem, enquanto fenômeno que contempla uma dimensão do vivido que lhe é essencial. Nessa seção busca-se apresentar,

10 Para mais detalhes sobre o trabalho do plaqueiro ou “homem-placa” ver Vieira (2007; 2009; 2012).

ainda que de forma resumida, esse eixo de achados e questões que o estudo de caso possibilitou apontar sobre a experiência da procura¹¹. Nesse espaço apresentamos alguns desses aspectos de natureza micro, principalmente aqueles com maior potencial para alterar o curso do processo de convergência entre uma vaga de trabalho disponível no mercado e um candidato que a ela se apresenta.

Primeiro, é importante ressaltar o papel do espaço¹² como variável que influencia na dinâmica das interações e que dá novas dimensões e significados à experiência da procura. A atividade da procura de trabalho pode ser, e muitas vezes é, espacialmente pautada. Isso não quer dizer simplesmente que a procura de trabalho se realiza num determinado espaço, mas que, na situação investigada, ela é diretamente influenciada pelo espaço em que se realiza. O território de procura de trabalho é, portanto, o que dá a base espacial para a encenação da situação de procura, determinando a sua dinâmica microsociológica de interações. Homens-placa circulando na rua ou sentados em banquinhos, tornam aparentes estabelecimentos pouco visíveis e competem entre si por visibilidade e por seu espaço na rua. Funcionários das agências e do mercado de condutas ocupam os estabelecimentos onde trabalham, recebendo os demandantes, em busca de trabalho ou de serviços correlatos à busca, e interagindo com eles nesses espaços circunscritos. Os demandantes circulam pelas ruas, onde interagem entre si e com os plaqueiros, mas também pelos edifícios e pelas galerias, buscando as agências e os estabelecimentos do mercado de condutas. Esse território é configurado pelos usos sociais do espaço e cada ator tem uma forma de se apropriar dele. Ademais, ele é fluido, não é fixo e concretamente delimitado, abrigando e criando as condições de possibilidade para um conjunto de práticas e condutas razoavelmente articuladas e organizadas em torno da atividade da procura de trabalho.

Porém, o espaço é especialmente importante na experiência da procura de trabalho por mais algumas razões. Primeiro, porque se constituindo numa atividade, a procura de trabalho é circunscrita num tempo e num espaço. E o espaço é ainda mais importante na medida em que se sabe que o mercado de intermediação de mão de obra é uma construção territorializada (Guimarães, 2009). Então, a procura de trabalho em agências de emprego na metrópole paulista é uma atividade circunscrita em determinados espaços do tecido urbano. Além disso, o próprio trabalho de campo pode comprovar que a procura no Centro da cidade é

11 A pesquisa realizada explorou outros dois eixos de achados empíricos: elos entre processos microsociológicos e macroestruturais, e a dimensão subjetiva da experiência da procura de trabalho, com seus sentimentos, constrangimentos e significados. Ver Vieira (2009; 2012).

12 O papel do espaço e dos processos espaciais no delineamento das situações sociais é tratado principalmente por Strauss (1979).

não só uma experiência de natureza econômica, mas é também uma experiência urbana, uma experiência de deslocamento e de localização simbólica na cidade¹³.

A maior parte das vagas de trabalho ofertadas naquele território é intermediada pelas agências de emprego; elas estão no centro das iniciativas de procura de trabalho naquele espaço; vale dizer, a procura passa por elas e pelas relações que os atores com elas estabelecem, através de seus funcionários. Além disso, a conduta do demandante de trabalho é construída com base nas representações sociais difundidas por esse tipo de instituição e é construída para ser encenada dentro dela. As agências de emprego não são atores, no sentido interacionista do termo, mas são núcleos concentradores de atores que interagem com outros a partir de seu lugar nessas instituições e com práticas e discursos pautados nas regras, códigos e representações próprios a cada uma delas. Os funcionários das agências de emprego são os atores que dão voz às representações dessas instituições e interagem com os demais atores em nome delas, e, por isso, constituem um dos grupos de atores determinantes da dinâmica da procura.

As agências de emprego que operam ali são especialmente enraizadas e, majoritariamente, de pequeno porte. Muitas delas operam unicamente naquele espaço ou possuem, no máximo, mais uma filial. Essas agências pequenas operam com poucos funcionários, em média menos de dez, segundo observações e relatos de funcionários. A grande maioria dessas agências, pela falta de estrutura, faz principalmente seleção e recrutamento de candidatos, enquanto que a terceirização e a subcontratação ficam mais por conta das agências de médio e grande porte.

Uma das especificidades do mercado de intermediação de trabalho que atua na situação de procura escolhida é que ele concentra principalmente informações sobre vagas de trabalho de má qualidade e atrai especialmente demandantes jovens e pobres, os quais, diante da escassez de informações ocupacionais, se lançam numa procura pouco seletiva e urgente.

Sabendo que as condutas são situadas e interativas, e ao mesmo tempo constroem a situação e a interação (Goffman, 1964, 1982, 2003; Strauss, 1999; Mead 1952), apresentaremos a seguir achados sobre as interações e as condutas na procura de trabalho, articulando essas duas dimensões da situação investigada.

Os demandantes de trabalho constituem o mais numeroso e variado grupo de atores que transitam naquele território e constituem a situação de procura de trabalho. Mais que isso, eles são, na verdade, o objeto primeiro do interesse de todos, já que são os principais clientes dos mercados que ali operam, vale dizer, tanto

13 Os processos de apropriação do espaço por cada tipo de ator da situação são apresentados em detalhe em Vieira (2009; 2012), assim como os achados que caracterizam a procura como experiência urbana e de deslocamento e localização simbólica na cidade.

do mercado de intermediação de mão de obra quanto do “mercado de condutas”. Diferentemente dos outros atores, que têm uma atuação diária, estável e repetitiva naquela situação, os demandantes de trabalho são transitórios, atuam nela apenas por algumas horas, ou até mesmo, por alguns minutos e estão ali em constante movimento de rotatividade. No entanto, o demandante de trabalho é aquele que está conectado a todos os outros atores e que, ao mesmo tempo, os conecta entre si. É esse o ator que tem como objetivo encontrar um trabalho e que vive a experiência social da procura de trabalho, da qual aquela situação de procura é parte. Os outros atores da situação de procura de trabalho têm outros objetivos, que se resumem na tarefa de tornar possível a convergência entre uma vaga e um trabalhador.

O estudo permitiu apontar que os demandantes de trabalho têm que desenvolver uma performance¹⁴ própria, a qual é composta por certas práticas e códigos. Essa forma de atuação típica se dá através de ações, gestos e discursos e constitui a “conduta do demandante do trabalho”. Ela será julgada e avaliada no processo de procura tanto pelos funcionários das agências, sejam eles as recepcionistas, os selecionadores ou até os plaqueiros que ficam na rua divulgando as vagas e recolhendo currículos, quanto pelos seus concorrentes, ou seja, os outros demandantes. Assim, essa performance é constituída em interação com os outros atores da situação e dentro de uma dinâmica de interações relativamente articuladas e organizadas¹⁵, em que demandantes e funcionários do mercado de intermediação sabem (e, simultaneamente, aprendem) qual papel devem desempenhar. A procura de trabalho é, nesse sentido, um processo interativo.

O processo de convergência entre vagas de trabalho ofertadas e candidatos pode ser interpretado como um conjunto de interações e cada uma delas é delimitada por regras implícitas e por técnicas interativas diferentes. Dentro desse processo, o objetivo do demandante é a obtenção de um trabalho (o melhor trabalho possível do seu ponto de vista) e o preenchimento de uma dessas vagas que estão em jogo no mercado. Para tanto, ele tem um longo percurso interativo a fazer e, nele, lhe cabe construir uma performance convincente.

No caso do demandante, a manipulação das informações que constroem sua imagem, ou seja, sua conduta, é especialmente importante, pois determina

14 A noção de performance, assim como a de fachada social e de representações coletivas são cunhadas por Goffman especialmente em: Goffman, 1983; 1988. Performance é noção usada para tratar das condutas sociais adequadas a cada situação por cada tipo de ator.

15 Para Goffman as situações sociais se fundam em uma ordem interativa (“*interactional order*”) e constituíram um domínio legítimo da Sociologia e uma unidade de análise possível para a microsociologia (Goffman, 1983; 1983-b; 1963). Essa ordem interativa é construída através de processos de manipulação de informações por parte dos atores que precisam manter uma performance e também por readaptações desta performance de acordo com mudanças na situação, de forma a atender às expectativas dos outros atores em cena e manter o “consenso operacional” (Goffman, 1988), fundamental à manutenção dos episódios cotidianos da vida social

sua relação com os outros atores, mas pode também determinar seu sucesso ou fracasso na obtenção de trabalho, retomando o argumento de Goffman. Porém, essa conduta, ao mesmo tempo em que é constituída de um conjunto de códigos, é também flexível e permite negociações e reinterpretações por parte dos atores sociais, assim como a manipulação de informações, na qual se esconde aquelas que podem ser negativas e ressalta-se as que podem ser positivas. Da necessidade de desempenhar um conjunto esperado de práticas e da possibilidade de reinterpretá-las advém toda a preocupação do demandante com o vestuário, com a aparência, com a confecção do currículo e o desejo de entender, de fato, o que é que se espera de um bom candidato, para, a partir do entendimento dessa expectativa social, poder dominar esses códigos e bem representar seu personagem – ou a atitude social generalizada, nos termos de Mead (1952), ou as condutas socialmente institucionalizadas, nos termos de Goffman (2003). Para manipular positivamente suas informações, o demandante de trabalho tem que saber qual é a performance esperada do “bom candidato”, o que eles nem sempre sabem e por isso encontram dificuldades no seu processo de busca.

Mas, além de um processo interativo, a procura de trabalho é um processo de julgamento e avaliação. A interação entre demandantes e funcionários das agências é completamente pautada pelo julgamento dos primeiros pelos segundos, o que configura uma interação regida pela diferença e desequilíbrio dos papéis sociais. Esse julgamento se dá a partir de critérios que os selecionadores elegem como legítimos e que os demandantes podem desconhecer. Alguns desses critérios que direcionam a expectativa que o mercado de intermediação tem em relação aos demandantes são independentes dos pré-requisitos específicos a cada tipo de vaga: boa apresentação de si (tanto através do currículo quanto da aparência física), boa capacidade de expressão oral, domínio da língua culta, capacidade de elaborar opiniões e construir argumentações, além de juízos fortemente subjetivos e de difícil aferição comparativa numa situação de concorrência, como “força de vontade”, “determinação”, “pró-atividade”, “comprometimento”, “responsabilidade”, “segurança”, “iniciativa” e “liderança”.

Mas, quando não há partilha das regras e dos códigos que formam a base do léxico social de uma dinâmica de interação e dos critérios de julgamento, pode haver conflitos ou frustração de expectativas, pois aí pode se romper o “consenso operacional” (Goffman, 1988). No caso da procura de trabalho, quando o demandante não sabe o que os representantes do mercado de intermediação esperam dele ou quando não consegue encenar adequadamente essa conduta o que se frustra é a expectativa de obtenção de trabalho. Para o sucesso na procura não basta ao demandante preencher os pré-requisitos do mercado de trabalho, como

qualificação e experiência profissional, é preciso ter acesso às informações ocupacionais, que são escassas, há que dominar o conjunto de códigos e de práticas da procura, que é complexo e subjetivo, e é imperioso cumprir as expectativas dos outros atores econômicos em relação a ele. Essa incompreensão das expectativas ou a falta de domínio dos códigos de conduta do demandante é apontada pelos selecionadores como o principal problema dos processos de seleção e recrutamento; mais ainda, eles sugerem que essa é uma característica do perfil dos demandantes que ocorrem ao espaço de procura estudado, geralmente jovens e provenientes de classes pobres, ainda que possam ter escolaridade média ou até superior. Como foi possível identificar nos relatos, há realmente muitas incompreensões, por parte desses demandantes, a respeito do que se espera deles na busca, e como isso pode ser fator de insucesso nessa empreitada, gera-se ansiedade, insegurança e medo, sentimentos frequentemente associados à vivência dessa atividade.

É importante notar que, tanto através dos plaqueiros quanto através das recepcionistas, a princípio a relação do demandante com a agência de emprego é mediada por um instrumento fundamental: o currículo. Os selecionadores entrevistados foram categóricos em dizer que a maioria dos candidatos não sabe fazer um “bom currículo”. Demandantes narraram, de diversas formas, suas dificuldades na preparação desse documento; contaram recorrentemente que pediam ajuda a parentes e amigos e/ou pagavam para os estabelecimentos “especializados” na elaboração de currículos.

Aqui cabe um parêntesis para tratar do que se identificou como “mercado de condutas”. Na situação estudada há um amplo conjunto de estabelecimentos comerciais que conforma um mercado em torno da procura de trabalho, oferecendo serviços que estão direta ou indiretamente relacionados a ela e tornam aquele lugar mais atrativo para as pessoas em busca de trabalho, tais como: confecção e cópia de currículos, lan houses, treinamentos na forma de cursos, médicos e advogados trabalhistas, entre outros; há inclusive oferta de palestras e cursos sobre “como procurar trabalho”, tratando de temas como o que vestir e o que falar nessas situações. Esses estabelecimentos são bem característicos daquele território e têm os demandantes de trabalho como clientes alvo. Esse mercado mostrou-se importante para a análise da experiência da procura, pois dota os demandantes de instrumentos, qualificação e modos necessários a uma busca eficiente de trabalho; assim sendo, através da prestação desses serviços, lhes confere os códigos simbólicos e os elementos materiais necessários à construção da “conduta de demandante de trabalho”. Ou seja, os serviços do mercado de condutas dotam demandantes pobres e com pouca qualificação – e, às vezes, com pouca ou nenhuma experiência de trabalho – daqueles conhecimentos,

instrumentos e posturas requeridos para que se pleiteie entrar na competição por uma vaga. Portanto, pode-se apontar que as condutas sociais são situadas e construídas no curso das interações, mas também são articuladas às outras situações sociais e outras dimensões da vida dos demandantes e podem até ganhar caráter mercantil. A busca e a própria composição da conduta de demandante de trabalho – com seu discurso, suas práticas e instrumentos próprios – são ali mercadejadas na forma de serviços. Tal construção passa crescentemente pela esfera mercantil, por um processo de compra e venda, constituindo aquilo que denominamos (por mais estranha que possa parecer a ideia) um “mercado de condutas”. Ele é o espaço para adquirir ou aprender códigos e instrumentos que, não tendo sido forjados na socialização familiar, escolar ou na trajetória ocupacional prévia – e sendo crescentemente requeridos pelas firmas – vão ser mobilizados, por exemplo, nas agências de emprego.

Além das interações com selecionadores e recepcionistas das agências, há uma outra interação, típica daquela situação de procura, e que se revelou capaz de interferir no curso do processo de procura, com potencialidade para, inclusive, determinar seu resultado final. Trata-se da interação entre plaqueiros e demandantes. Como as agências da situação estudada localizam-se dentro de prédios e galerias, naquele espaço faz-se uso maciço do trabalho de panfleteiros e plaqueiros, também chamados “homens-placa”. Os homens-placa vestem coletes de plástico nos quais são divulgadas as vagas de trabalho intermediadas pelas agências. Eles são a “cara” das agências na rua e relevaram-se um personagem essencial ao funcionamento daquela dinâmica, pois podem também recolher currículos na rua, encaminhar demandantes para vagas, além de buscar ativamente candidatos de determinados perfis (Vieira, 2007, 2009 e 2012). Portanto, os demandantes podem, durante o processo de interação, fazer negociações com os plaqueiros persuadindo-os a recolher um currículo que, a princípio, não preencheria todos os requisitos da vaga. Nesse processo simples, um demandante que estaria fora da concorrência por uma vaga, insere seu currículo nessa competição a partir de uma negociação¹⁶ com o homem-placa, e passa a ter chances de ser selecionado. A situação de procura de trabalho, tomada como unidade analítica, também pode configurar um contexto de negociação no qual vagas de

16 Para Strauss, a ordem social observável nas situações sociais é, antes de tudo, uma “ordem negociada” (Strauss, 1988). Importa nessa ordem o contexto da negociação. Cada um desses contextos seriam unidades que delinearíamos uma configuração particular de negociação, definindo o que é negociado, por quem, de que maneira, com qual propósito e com quais consequências. Cada contexto de negociação é, de alguma forma, conectado a outros contextos, os quais são interconectados entre si e podem formar uma escala organizacional mais ampla e complexa. Na situação de procura várias coisas podem ser negociadas pelos atores. Buscou-se captar o que era negociado, por quem e com quais objetivos.

trabalho e adequação de demandantes a essas vagas são negociadas, entre outros elementos¹⁷. Mas, esses personagens não só divulgam vagas e recebem currículos, mas também podem ser agentes ativos de captação de demandantes através de sua rede pessoal de contatos e de sua clientela. Através dessa relação diferenciada, um demandante pode ter acesso privilegiado a informações sobre postos de trabalho, o que é fundamental dada a grande dificuldade com que circulam tais informações. A partir da análise das relações entre demandantes e funcionários das agências (receptionistas, selecionadores e plaqueiros), é possível afirmar que as diversas interações sociais, pela forma como transcorrem, ou seja pelo modo como são socialmente negociadas nos microcontatos, podem igualmente determinar o curso do processo de convergência entre uma vaga e um candidato, mesmo quando tal processo se dá no bojo de instituições de intermediação.

No que diz respeito à natureza das relações entre os próprios demandantes de trabalho no seio do processo de procura, elas podem ser tanto de cooperação e cumplicidade quanto de competição e concorrência. No primeiro caso, pode haver troca de experiências e informações sobre oportunidades ocupacionais e esse tipo de interação pode vir a produzir, inclusive, o conhecimento de alguma possibilidade de obtenção de trabalho que eventualmente se concretize. Esse tipo de interação se dá principalmente na rua e no momento da distribuição de currículos, quando, a princípio, os demandantes não competem pelas mesmas vagas. Porém, durante um processo seletivo a interação entre candidatos à mesma vaga é pautada pela concorrência e pela necessidade de que um candidato se sobressaia frente aos demais. Nesse caso, quanto menos informações um candidato partilhar com seu concorrente, melhor, pois o que rege essa interação é a competição econômica. Nas interações entre candidatos nas dinâmicas de grupo, por exemplo, é fundamental que eles demonstrem suas qualidades, evidenciando as fragilidades dos concorrentes. Ou seja, as interações entre os próprios demandantes, cúmplices da mesma condição ou concorrentes econômicos, podem contribuir para o resultado final do processo de procura, positiva ou negativamente.

Um achado interessante da pesquisa é que, diante das incompreensões e falta de domínio dos códigos e da conduta que se espera de um “bom demandante”, pode haver, e muitas vezes há, uma busca ativa de informações a esse respeito. Motivados por interesse e curiosidade, os demandantes, especialmente os mais jovens, fazem desse um assunto privilegiado nas esferas da família e, principalmente das amizades, e podem investir em uma investigação sobre esse tema em internet,

17 Isso pode acontecer, embora com menor frequência, com outros funcionários das agências de trabalho, como, por exemplo, as receptionistas.

pesquisas e livros. Busca-se “aprender” aquilo não foi socialmente incorporado. Isso porque a conduta do demandante de trabalho não é, como outros papéis sociais podem ser, socialmente incorporada ao longo da trajetória dos indivíduos. Não é na esfera do trabalho nem nas instituições de ensino que esses códigos são formalmente transmitidos. Esse conjunto de regras e práticas é apreendido em múltiplas dimensões da vida social do demandante, como família, amigos e meios de comunicação, mas também pode ser incorporado, a partir de observações, no próprio processo de procura e, como acontece na situação investigada, virar alvo de serviços mercantis, como a elaboração de currículo, por exemplo. A conduta de comportamento desempenhada por uma pessoa à procura de trabalho é, portanto, construída também a partir da vivência de outras dimensões da vida social, nas quais esses códigos podem ser observados, aprendidos, discutidos e trocados. A construção da conduta social do demandante de trabalho é, portanto, múltipla e constante. É múltipla à medida que os códigos que a constituem são incorporados através da vivência de diversas situações e dimensões sociais, não só da situação de procura de trabalho; e constante porque a cada novo código incorporado há uma reconfiguração dessa conduta como um conjunto.

A incorporação da conduta do demandante, que é fruto de um processo múltiplo, pode ser e, na grande maioria das vezes é, um processo difícil, cheio de dúvidas, incertezas e incompreensões, mesmo que compartilhado com amigos e parentes, como deixaram explícitos os discursos. E o julgamento constante dessa conduta gera insegurança e medo. Uma dinâmica de grupo, por exemplo, pode gerar nervosismo, gagueira, suor excessivo e até tremedeira em uma pessoa m busca de trabalho. O mercado de trabalho, visto pela ótica daqueles que acorrem ao mercado de intermediação de mão de obra, é tratado como uma entidade misteriosa e distante, que é regido por códigos que os demandantes não dominam muito bem. Assim, mesmo que a importância do mercado de intermediação de mão de obra tenha aumentado tanto para as empresas quanto para os demandantes, pode-se dizer que ele é um domínio que opera por um novo conjunto de regras e códigos que escapam a esses últimos, os quais, portanto, nutrem por tal conjunto de códigos, sensações ambivalentes de curiosidade e medo. Desse ponto de vista, a experiência da procura de trabalho pode assumir, e via de regra assume, uma faceta dolorosa.

Considerações finais

A procura de trabalho é uma atividade que se desenvolve no bojo da esfera da economia, mas, como todo processo econômico, é permeado por relações e constrangimentos sociais. Para que, ao final, haja convergência entre um posto

de trabalho e um candidato é necessário que os atores econômicos passem por um longo caminho de interações, negociações, manipulação de informações, partilha de expectativas e julgamentos, como a análise permitiu desvelar. A observação da prática da procura permitiu identificar que nessa dinâmica cada ator econômico tem uma função e um conjunto de práticas a ela relacionadas. Ainda mais, é possível reiterar que a operacionalização prática dessa convergência se dá através de inúmeros processos microssociológicos e deles depende, inclusive, o seu resultado final.

O processo econômico de procura de trabalho em instituições de intermediação é, se abordado por uma lente microssociológica, também um processo interativo, um processo de construção de condutas, um processo de julgamento, um processo de concorrência, um processo de negociação, um processo de aprendizagem de códigos, um processo de troca de informações ocupacionais e um processo de deslocamento e localização simbólica na cidade.

A observação de um cluster de intermediação de mão de obra, como aquele que se localiza no Centro de São Paulo, sugere, assim, que a procura de trabalho não é um empreendimento simples, como poderia parecer a princípio. As análises qualitativas das situações de procura deixam entrever o longo caminho que por vezes tem que ser percorrido para o desempenho da atividade da procura de trabalho e para qualificar-se como um bom demandante de emprego, ou seja, alguém apto a concorrer por uma vaga no mercado de trabalho e merecer essa vaga. Não tem nada de trivial ou natural nesse processo, como em nenhum outro processo econômico e social. Não basta estar desempregado, ou à procura de trabalho, para “naturalmente” ser considerado habilitado a ocupar uma vaga. Há um processo de legitimação do indivíduo enquanto demandante de trabalho; o curso desse complexo processo se dá exatamente durante a procura de trabalho (Guimaraes, 2009; Tartuce, 2010). Há um conjunto de códigos e práticas que regem o desempenho da atividade de procura de trabalho, assim como uma série de relações sociais e interações que são estabelecidas ao longo dessa atividade e delas pode depender, inclusive, o sucesso e eficiência da procura.

Referências

- AMADEO E. J. e DUTT, A. *A teoria econômica do desemprego*. São Paulo, Hucitec, 1964
- ANTUNES, Ricardo *Os sentidos do trabalho*. 6ª ed. São Paulo, Boitempo, 1999.
- BALTAR, P. e. PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta, 1996, pp. 109-149.

- BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. Coleção ABET – Mercado de trabalho, v. 1. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1988.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism. Perspective and method*. New Jersey, Prentice Hall, 1969.
- BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista brasileira de estudos populacionais*. São Paulo, v. 23, n. 2, 2006, pp. 205-222.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. Tipos, sínteses de estudos de avaliação e reorientação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São Paulo, vol. 19, n. 55, 2005, pp. 85-104.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta, 1996.
- DEMAZIÈRE, Didier. *La sociologie du chômage*. Paris, La Découverte, 1995.
- . *Le Chomage: Comment peut-être chomeur?*. Paris, Belin, 2003.
- . Uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego. In: GUIMARÃES, N. e HIRATA, H. (Orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo, Editora Senac SP, 2006, pp. 25-42.
- DEMAZIÈRE, Didier; GUIMARÃES, Nadya A. e SUGITA, Kurumi. Unemployment as a biographical experience. In: KASE, K. e SUGITA, K. (Orgs.). *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective: Comparative Studies of Japan, France and Brasil*. Tokyo, The University of Tokyo Institute of Social Sciences, ch. 4, 2006, pp. 68-148.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, 1991, pp. 84-116.
- FREYSSINET, Jacques. *Le chômage*. Paris, La Découverte, 1984.
- GOFFMAN, Erving. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indiana, Bobbs-Merril Company Inc, 1961.
- . *Behavior in public places. Notes on the social organization of gatherings*. New York, Free Press, 1963.
- . The neglected situation. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 66, part 3: the ethnography of communication, , 1964, pp. 133-136.
- . *Interaction ritual*. New York, Pantheon Books, 1982
- . *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- . The interaction order. American sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, vol. 48, n.1, 1983-b, pp. 1-7.

- _____. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1988.
- _____. *Frame Analysis*. Boston, Northeastern University Press, 1986.
- _____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2003.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, n. 6, 1973, pp.1361-1380.
- _____. *Getting a job – a study on contacts and careers*. Cambridge, Harvard University Press, 1974.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, São Paulo, 2002, pp. 103-122.
- _____. *Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, Editora 34/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004.
- _____. *À procura de trabalho. Instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte, Argvmentvm.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; MONTAGNER, Paula e SUGITA, Kurumi. Desemprego – mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social*, v.16, nº 2, São Paulo, 2004, pp. 257-287.
- GUIMARÃES, Nadya e MELO, Frederico. *Quem recorre às instituições do mercado para encontrar trabalho?* Comunicação no Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, mimeo., 2008.
- KEYNES, Jonh. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1978.
- LAZARSELD, Paul; YAHODA, Marie; ZEIZEL, Hans. *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris, Ed. De Minuit, 1981.
- LEDRUT, R. *Sociologie du chômage*, Paris, PUF, 1966.
- MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. São Paulo, LTC Editora, 1995.
- MARUANI, Margaret e REYNAUD, Emmanuèle. *Sociologie de l'emploi*. Paris, La Decouverte, Collection Repères, n. 132, 1993.
- MEAD, George H. *Mind, Self and Society*. Chicago, The University of Chicago Press, 1952.
- OFFE, Claus. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, n. 10, jun. 1989, pp. 5-20.
- RODRIK, Dani. *Has globalization gone too far?*. Washington DC, Institute for international Economics, 1997.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 2000.

STRAUSS, Anselm. *Social words and spatial processes: an analytic perspective*. San Francisco, Department of Social and Behavioral Sciences, University of California,, 1979. Disponível em: <http://www.ucfs.edu/ansemstrauss>.

———. *Negotiations: Varieties, Contexts, processes and Social Order*. Califórnia, Jossey Bass Publishers, 1988.

———. *Espelhos e máscaras. A busca da identidade*. São Paulo, Edusp, 1999.

TARTUCE, Gisela. *Jovens na transição escola-trabalho. Tensões e intenções*. São Paulo, Annablume, 2010.

VIEIRA, Priscila. O homem e a placa ou a placa e o homem: os homens-placa e a procura de trabalho no Centro. In: GUIMARÃES, N. *À procura de trabalho: Instituições de intermediação e redes sociais na saída do desemprego*. São Paulo numa perspectiva comparada. Relatório de Pesquisa, pp. 229-250, 2007. Disponível em: www.centrodametropole.org.br.

———. *A experiência da procura de trabalho. Um estudo de caso*. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2009.

———. *A experiência da procura de trabalho: interações, vivências e significados*. São Paulo, Annablume, 2012 (no prelo).

Recebido em: 28/06/2012

Aceito em: 20/01/2013

Como citar este artigo:

VIEIRA, Priscila Pereira Faria, À procura de trabalho: a pertinência de um novo objeto. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 193-214.

“Fornadjeiras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África¹

Carla Carvalho²

Sergio Schneider³

Resumo: Nas pequenas comunidades rurais de Cabo Verde/África está em curso um processo social que vem alterando as posições de gênero e o lugar das mulheres nas atividades produtivas. Este processo transcorre numa sociedade em que historicamente houve forte dominação masculina e poucas chances de mobilidade social. O objetivo central do trabalho consiste em mostrar como a redução da presença dos homens nas famílias e na comunidade, em razão da emigração, produziu um conjunto de novas relações sociais no espaço de produção da “fornadja”, permitindo que as mulheres conquistassem e construíssem a nova identidade de “fornadjeiras”.

Palavras-chave: gênero, “fornadja”, Cabo Verde, meio rural, emigração.

1 Agradecimentos à CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) pela concessão da bolsa no âmbito do Programa de Bolsa de Redação de Teses e Monografias. Agradecimentos também aos pareceristas pelas alterações sugeridas que permitiram enriquecer o trabalho.

2 Escola de Negócios e Governação – Universidade de Cabo Verde – Praia – Cabo Verde – carla.carvalho@docente.unicv.edu.cv

3 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Departamento de do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Pesquisador do CNPq – Porto Alegre – Brasil – schneide@ufrgs.br

Abstract: *In the small rural communities from Cape Verde/ Africa it is in course a social process that is altering the gender positions and the women's place in the productive activities. This process elapses in a society in which historically there were strong masculine dominance and few chances of social mobility. The central objective of this work consists in showing how the reduction of the men's presence in the families and in the community, on account to emigration, it produced a set of new social relations in the space of production of the “fornadja”, allowing the women to conquer and build a new identity of “fornadjeiras”.*

Key-Words: *gender, “fornadja”, Cape Verde, rural community, emigration.*

Introdução

Nas pequenas comunidades rurais de Cabo Verde/África está em curso um processo social que vem alterando as posições de gênero e o lugar das mulheres nas actividades produtivas. Este processo transcorre em uma sociedade em que historicamente houve forte dominação masculina e poucas chances de mobilidade social. Cabo Verde é um país arquipelágico, constituído por dez ilhas, situado no oeste africano, com cerca de 505.756 habitantes, das quais 51,5 % são do sexo feminino e 48,5 % são do sexo masculino, segundo as projeções do INE (Instituto Nacional de Estatística, 2008). Estima-se que, além desta população de cabo-verdianos, estejam residindo em outros países, tais como Estados Unidos, França, Holanda etc., cerca de 400 mil cabo-verdianos emigrados ou descendentes de segunda e terceira geração. Este fenómeno faz parte da vida socioeconómica e cultural de Cabo Verde, desde finais do século XIX.

Este estudo foi realizado na ilha de Santiago, na comunidade rural de Ribeira de Principal. Este trabalho caracterize-se, basicamente, por uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo etnográfico. A etnografia descreve os usos e costumes dos povos, e constitui um registo de fatos observados durante o trabalho de campo (Laplantine, 2004). A realização de pesquisa qualitativa, no caso o recurso à etnografia, é pertinente porque esta pesquisa não pretende ser representativa, nem fazer generalizações ou quantificar os dados, mas procurou imergir da esfera de subjectividade, daí que o trabalho de terreno facilitou a penetração nas intenções e motivos, a partir dos quais as ações e as relações dos sujeitos sociais adquirem sentido. Para a realização da etnografia utilizaram-se técnicas de pesquisa como observação participante, entrevista semiestruturada e história de vida. A observação participante permitiu observar e anotar (no diário de campo) acontecimentos e detalhes que se revelaram indispensáveis, tanto na sequência do processo de

recolha de dados e informações quanto no processo de análise e interpretação. Como principal instrumento para a obtenção das informações e dados primários, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Esta revelou-se um instrumento adequado para a pesquisa, pois conferiu uma flexibilidade importante para o processo ao permitir que as entrevistas não se limitassem a perguntas preestabelecidas. Foram realizadas dezassete entrevistas com informantes-chave da localidade, a maioria está ligada à produção do grogue. Doze dessas entrevistas foram realizadas com “fornadjeros” e “fornadjas”, sendo sete mulheres e quatro homens. Realizaram-se cinco entrevistas com pessoas que estão em contato com as “fornadjas”, mas trabalhando em outras atividades fora do espaço da “fornadja”, e uma entrevista com um “fornadjero” que é simultaneamente proprietário de “fornadja”. Fez-se recurso à história de vida com duas “fornadjas”, para captar o que acontece na interseção do individual com o social, e como afirma Burgess (2001) permitiu que elementos do presente se fundissem em evocações passadas.

O interesse em estudar esta comunidade surgiu a partir de visitas realizadas à comunidade, que tinham como propósito efetuar um levantamento de questões ou temáticas que poderiam revelar-se importantes para a elaboração do projeto de investigação. Nas primeiras visitas à Ribeira de Principal percebeu-se que em várias famílias havia membros que estavam emigrados. Essa emigração acontece essencialmente para os países da Europa, como Holanda, França e outros. Outro fato interessante que logo saltou à vista foi a existência de um número significativo de mulheres que estavam a trabalhar nas “fornadjas”⁴. Algumas observações e relatos permitiram constatar que até recentemente as “fornadjas” eram um espaço de produção eminentemente masculino. As mulheres somente frequentavam este espaço para ajudar⁵ os homens em tarefas como o transporte da água e lenha, levar refeições aos maridos e transportar o grogue para casa. Paulatinamente, foi aumentando a presença da mulher na “fornadja”, na produção e comercialização do grogue. No sentido inverso, alguns homens deixaram o espaço da “fornadja”, muitos deles em virtude da emigração ou para desempenhar outras actividades produtivas fora da comunidade, particularmente como pedreiro na construção civil, regressando no período das sementeiras⁶.

Neste contexto, as mulheres passam a adquirir uma centralidade cada vez maior na “fornadja” e também na comunidade, uma vez que passam a ocupar os

4 Espaço de produção do grogue (aguardente) constituído por alambiques (equipamentos, feitos de cobre, para a destilação do grogue) e “trapiches” (equipamentos para a moagem da cana sacarina).

5 Refere-se ao trabalho enquanto um processo de inserção no circuito de produção, comercialização e decisão dos bens produzidos.

6 Plantio dos cereais.

espaços de organização socioeconômicos antes restritos aos homens. As mulheres passam a desempenhar as mesmas tarefas que antes eram exclusivas dos homens no espaço público, nomeadamente na agricultura e na produção do grogue. Neste sentido, este artigo pretende mostrar a relação que há entre a migração masculina e a reconfiguração do espaço social público e familiar, particularmente as relações de poder e de gênero. A emigração masculina contribui para redefinir a posição da mulher no processo de trabalho e, por consequência, afecta as estratégias de reprodução do grupo doméstico como um todo. Daí propõe-se, provisoriamente, uma linha explicativa em que a migração tende a modificar e, no limite, desestruturar, os padrões tradicionais de organização do espaço social e familiar, fazendo com que os *habitus* dos agentes sociais sejam mudados ou fragilizados.

O objetivo central deste artigo consiste em mostrar como a redução da presença dos homens nas famílias e na comunidade, em razão da emigração, produziu um conjunto de novas relações sociais no espaço de produção da “fornadja”, permitindo que as mulheres conquistassem e construíssem a nova identidade de “fornadjeras” (mulheres que trabalham na “fornadja”), atribuindo-lhes também um novo papel social, o de provedoras do grupo doméstico.

A literatura vem mostrando que as relações de gênero nos espaços rurais tem sido alvo de discussões em vários espaços, por exemplo, o caso do Brasil, onde a partilha de uma língua comum poderá permitir destacar um elemento comparativo de discussão, embora está-se ciente que as relações de gênero se diferenciam dependendo das características dos países e regiões. As principais conclusões dessas pesquisas demonstram que, embora, ocorram transformações nas relações de gênero, as relações de poder continuam se reproduzindo, na maioria das situações, com os homens a assumirem uma posição de dominador e as mulheres a posição de dominada. Na verdade, as relações de gênero que se conformam como relações de poder se reproduzem independentemente da distância espaço-temporal, ou seja, no Brasil e em Cabo Verde a posição das mulheres é parecida, com a dupla ou tripla jornada de trabalho: o trabalho produtivo no campo, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

O trabalho de Silva e Schneider (2010), intitulado “Gênero, trabalho rural e pluriatividade”, conclui que os papéis sociais das mulheres no meio rural não se alteraram significativamente, embora realizando um conjunto de tarefas que se enquadram no campo da pluriatividade, pois trabalham na produção, ou em outros locais, e fazem o trabalho doméstico; ou como Torres e Rodrigues (2010), no trabalho intitulado “O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica”, em que apontam o trabalho não reconhecido nas comunidades tradicionais.

No meio rural da Ribeira de Principal, Cabo Verde, os espaços público e privado podem ser analisados pela contraposição de espaços, em que os espaços de produção (“fornadja”) e de reprodução (casa) tendem a ser representados como universos marcados pela distinção. Embora simbólicos e ideologicamente separados, os espaços público e privado são tão imbricados que, ao nível da aparência, não se pode ver nem estabelecer fronteiras (Costa, *apud* Fischer, 2007). Ademais, a análise dos espaços público e privado remete para o lugar do homem e da mulher. No meio rural, as mulheres inserem-se no espaço público – na produção agrícola como ajudantes – e no espaço privado – da casa. Enquanto os homens inserem-se no espaço público como sujeitos políticos. Não obstante, na prática cotidiana as mulheres rurais participam no espaço público desde tenra idade, trabalhando na agricultura. Para os homens, este é o espaço público político, enquanto para elas trata-se apenas do espaço público. Segundo Fischer (2007), as desigualdades entre mulheres e homens são construídas tanto no espaço público como no espaço privado e se apoiam em interesses e privilégios, alinhados a um projeto hegemónico de dominação masculina.

Para Bourdieu (1999), é através de um imenso trabalho de socialização contínua que as diferentes identidades se estabelecem como *habitus* claramente diferenciados e percebidos, segundo o princípio da divisão dominante. Assim, cabe ao homem o lugar externo, do oficial, do público, de realizar todos os atos visíveis e arriscados, como, por exemplo, as guerras. E, à mulher cabe o lugar interno, o privado, o escondido, como as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Mas, na prática cotidiana das mulheres rurais, elas participam, no espaço público – por exemplo, o campo – desde tenra idade, trabalhando na agricultura, que, para o homem, é espaço público político, mas para ela, é apenas espaço público.

O trabalho da mulher, não valorizado e oculto, até mesmo nas transmissões da propriedade, ganha uma nova face em Ribeira de Principal, com a entrada da mesma na “fornadja”. A reflexão de Whitehead (1984) conclui que homens e mulheres sempre tiveram papéis separados na produção agrícola e foram responsáveis por suprir as diferentes necessidades dentro do grupo doméstico. A divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades rurais é nítida e de carácter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de tarefas é o homem, “chefe da família”. O entendimento “de quem deve fazer o que” é passado de geração para geração, naturalizando-se, tornando-se, portanto, um modo de ser que se aproxima do conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu.

Assim, neste artigo, a proposta de Bourdieu é tomada como referência para explicar a internalização do *habitus* como condição para determinadas configurações das relações sociais. Considera-se que no processo de divisão do trabalho

existem posições distintas para cada membro do grupo doméstico – homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Assim, a construção da divisão social e sexual do trabalho naturaliza-se e legitima o *status quo* dominante. Por isso, mudar o *habitus* das mulheres, o que implica incorporar outros papéis além dos de mãe, esposa e trabalhadora, não depende somente delas. Será necessária uma reordenação das tarefas domésticas, com maior participação do marido ou companheiro, dos filhos e de outros membros do grupo doméstico, para que a mulher possa assumir plenamente um lugar público.

Este artigo inicia com uma breve seção sobre o contexto social pesquisado. Na segunda seção busca-se identificar e definir quem são as “fornadjeiras” e o processo de iniciação das mulheres nos espaços da “fornadja”. A seguir, analisa-se como a entrada da mulher na “fornadja” e a emigração masculina favoreceram a recomposição das estratégias familiares e da comunidade rural em diversos aspectos.

“Fornadjeiras”: a iniciação feminina nas “fornadjas”

As mulheres iniciaram a sua trajetória na “fornadja” pela mão de algum familiar do sexo masculino: pai, irmão, marido, cunhado, tio. As mulheres começaram a frequentar a “fornadja” ainda crianças, a acompanharem as mães que levavam refeições aos seus maridos ou companheiros. As crianças desempenham um conjunto de tarefas, designadamente: levar as refeições aos progenitores, apanhar lenha, transportar água e cana sacarina, carregar o balde com calda e colocar o lume no forno do alambique. A criança, enquanto sujeito social, que se encontra na “fornadja” acompanhando os progenitores, não está apenas fantasiando, mas encontra-se num processo de socialização, ou seja, a trabalhar seus valores sociais e a internalizar regras e normas socialmente estabelecidas.

Na adolescência, inicia-se a divisão sexual do trabalho, em que as tarefas entre os rapazes e as moças vão se diferenciar. Estreia-se, a partir deste momento, a interiorização das fronteiras da divisão do trabalho no espaço social de produção em função do gênero. Os rapazes iniciam as primeiras tarefas ligados à produção do grogue – na destilação do grogue (considerada um dos trabalhos mais importantes no espaço da “fornadja”, juntamente com a “tempra” e o “compor” o grogue) –, enquanto as moças continuam com as mesmas tarefas – consideradas femininas. Assim, paulatinamente, foram substituindo os pais e as mães nas tarefas realizadas nesse espaço. Posteriormente, na idade adulta, a mulher se estabelece na “fornadja” como trabalhadora e produtora de grogue.

O casamento e a união de fato constituem mecanismos de iniciação feminina nas “fornadjas”. Outras mulheres aprenderam este trabalho por iniciativa própria na medida em que a aprendizagem dessa prática constitui uma

estratégia para continuar a prover e a manter o grupo doméstico. A presença de mulheres na “fornadja” influenciou outras a trabalharem nesse espaço de produção. Antes da inserção significativa das mulheres nesse espaço, somente as mulheres solteiras, viúvas ou algumas com maridos emigrados estavam na linha da frente da produção do grogue. Mas as mulheres começaram a seguir as pisadas das outras e, actualmente, encontram-se todas as “categorias” de mulheres na “fornadja”: casadas, solteiras, viúvas, jovens, idosas, adultas.

As “fornadjeras” jogam um papel-chave como reprodutoras e gestoras de conhecimento na produção do grogue. Os saberes adquiridos, ao longo dos anos, foram iniciando novas mulheres nesse espaço de produção. Ao aprenderem e dominarem as técnicas de trabalho da produção do grogue realizam um trabalho de socialização desse aprendizado com outras mulheres amigas, “comadres”, filhas, vizinhas e parentes. Assim, através dessa rede de amizade, companheirismo, socialização e cooperação, o capital social aumenta. Esta situação contribui para a autonomia dessas mulheres na garantia da provisão do seu grupo doméstico. Neste sentido, as redes sociais construídas por essas mulheres contribuem para a ida e o aumento das mulheres no espaço das “fornadjas” para, também, trabalharem e participarem ativamente desse espaço público de produção.

A iniciação da mulher e, quiçá, a sua própria permanência na “fornadja” pode ser pensada como um rito de passagem do espaço privado para o público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas com os papéis previamente determinados e a constituição de uma identidade pública. Essa entrada coloca a mulher à frente de novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no espaço da “fornadja”, no grupo doméstico e na própria comunidade, uma vez que os atores sociais – marido ou companheiro, “fornadjero” – consideram que a mulher não devia estar na “fornadja”.

As “fornadjeras” podem ser categorizadas em três tipologias: as mulheres que trabalham quase ininterruptamente na “fornadja”, as que trabalham durante o tempo “seco” e as que vão efetuar até quatro ou cinco destilações de grogue por ano. As primeiras e segundas dispõem de uma rede organizada de comercialização do grogue. As segundas, porém, guardam o grogue até terem clientes para vender ou, então, “passar” esse grogue para os que têm clientes para vender. As “fornadjeras” desempenham uma diversidade de tarefas para além da produção do grogue. Trabalham no campo (agricultura de sequeiro), na agricultura (de regadio) e em outras actividades sazonais, como apanha de inertes, venda de peixes ou outros artigos alimentícios e não perecíveis, cuidadora dos filhos e de outros membros do grupo doméstico com fragilidades de saúde – os idosos e os doentes –, para além de realizar as tarefas domésticas.

“Fornadjas” são espaços constituídos por alambiques e “trapiches” com a finalidade da produção do grogue. Nos finais da década de 1980 introduziram o “trapiche” motorizado no processo da moagem da cana sacarina em substituição dos bois. Esse processo de modernização se viabilizou por causa das remessas dos emigrantes, o que permitiu aos “fornadjeros” o contato com essa inovação. A introdução dessa tecnologia transformou as relações de trabalho na “fornadja” contribuindo para o aumento das mulheres nesse espaço, pois deixou-se de fazer a criação dos bois para a moagem da cana sacarina e passou-se, assim, a trabalhar menos tempo na moagem da mesma. Por causa disso as mulheres passaram a não depender dos homens nesse trabalho.

“Fornadja” e emigração

A emigração, frequentemente articulada às redes sociais em Cabo Verde, constitui uma estratégia de grupos domésticos, de amizade ou de vizinhança no processo de “reprodução social”. Mas, também, a emigração constitui uma estratégia individual, pois, os fatores psicológicos e individuais são importantes para determinar as motivações no processo migratório. O processo migratório em Ribeira de Principal iniciou pouco antes da independência do país (década de 1970). A emigração do homem originou uma escassez da força de trabalho no processo produtivo, o que levou as mulheres a ocupar esse lugar deixado vago e a substituir a força de trabalho masculina na agricultura, no campo e na “fornadja”. A saída masculina e a entrada da mulher em substituição do homem nos trabalhos agrícolas foi um processo de continuidade, visto que a mulher já trabalhava, também, nesse espaço. Entretanto, a sua substituição deu-se a nível político. A mulher negocia e decide o processo produtivo – o que não acontecia quando o marido estava presente.

As representações sociais projetadas sobre o emigrante, as próprias condições do modo de existência e de viver do emigrante criam marcas psicológicas que definem as estratégias individuais dos candidatos a emigrantes. Assim, a emigração poderá, também, ser uma decisão individual baseada não em condições socioeconômicas desfavoráveis, mas numa construção social de um imaginário “emigrante” cheio de oportunidades e menos penoso em termos do uso da força de trabalho. Essa representação constitui, na maioria das situações, uma questão falaciosa, visto que o trabalho no país de acolhimento é tão ou mais penoso que no país de origem, muito embora a remuneração seja bem melhor, podendo aceder a outras condições de vida, não encontradas em seu país. Constata-se, por isso, em Ribeira de Principal, uma vontade enorme de emigrar. Mas, na prática, e principalmente nos primeiros dez anos, a situação

do emigrante não é favorável economicamente ou socialmente. Devido a essa situação, os membros do grupo doméstico afirmam que têm de trabalhar, porque nem sempre os familiares emigrados possuem condições para contribuir plenamente com as despesas cotidianas.

Com a emigração masculina, algumas mulheres foram trabalhar nas “fornadjas” por terem sentido a necessidade de contribuir para a provisão do grupo doméstico, e nesse espaço público o trabalho é remunerado. Obviamente esta situação aconteceu porque o homem, considerado o provedor do lar, nem sempre possuía, no estrangeiro, condições para contribuir regularmente para a manutenção socioeconômica do grupo doméstico – muitas vezes a sua condição de ilegal contribuía para o desemprego. Esta situação espelha o quadro de vulnerabilidade a que os maridos/companheiros estão expostos, assim como o seu próprio grupo doméstico, tanto um como outro enfrenta condições de precariedade. Esta condição originou a construção de novas estratégias, principalmente pelas mulheres no meio rural, ou seja, o surgimento das “fornadjeiras” constitui um processo social influenciado pelas condições locais e externas (a emigração e as dificuldades, e a precariedade socioeconômica).

A necessidade de contribuir para a manutenção do grupo doméstico levou a mulher a se inserir no espaço de produção que ela frequentava com os progenitores ou cônjuges e procurou aprender o processo de produção do grogue na “fornadja”. Por isso passa a ter um papel importante no espaço público, e dentro do próprio grupo doméstico. A necessidade e, posteriormente, a decisão de trabalhar na “fornadja” como uma figura ativa e “política”, foram construídas socialmente a partir da saída do homem desse espaço. A mulher se inseriu na “fornadja” um espaço produtivo e político considerado masculino. A presença ativa da mulher está rodeada de conflitos latentes e não declarados. Os homens não queriam ter a presença da mulher na “fornadja”, mas tiveram que aceitá-la porque perderam a capacidade de prover, sozinhos, as necessidades do grupo doméstico devido às condições encontradas (nos primeiros tempos) no país de acolhimento, designadamente a condição de ilegalidade, o baixo salário e o desemprego. Contudo, há que lembrar, o homem, antes da emigração, não era o único provedor do grupo doméstico. A mulher trabalha(va) no campo, na agricultura e em casa. Porém, como estas atividades não são remuneradas, considera-se que o provedor do grupo doméstico é o homem, que, por sua vez, é socialmente considerado a pessoa de referência no grupo porque realiza tarefas remuneradas e administra a renda. Por exemplo, a pesquisa de Silva e Menezes (2010) conclui que, no município de Tavares (Paraíba), no nordeste brasileiro, as mulheres são sujeitos ativos na trama das migrações dos homens, uma vez

que assumem papéis e funções complementares aos dos homens, favorecendo a reprodução e ampliação do patrimônio familiar.

No caso em análise, com a emigração masculina, cai por terra toda a ideia do homem provedor do grupo doméstico – pois, principalmente nos primeiros anos da emigração, fica patente a situação de precariedade dos emigrantes. Assim, coube à mulher apoiar e prover o grupo – sobressaindo e revelando assim o trabalho “oculto” das mulheres, pois com a ausência masculina passa a ser a pessoa de referência no grupo (isto não quer dizer que a mulher ocupou inteiramente o lugar do homem e que este perdeu a sua posição no grupo doméstico; somente houve uma “relativa equidade” das posições). A falta da força de trabalho em razão da emigração obriga os grupos domésticos rurais a se inserirem num processo de reconfiguração das relações sociais de trabalho e produção, fazendo com que crescentemente as mulheres deixem o espaço doméstico e privado da casa e passem a ocupar o espaço público e coletivo do trabalho nas “fornadjas”.

A emigração masculina, em Ribeira de Principal, reforça o papel das mulheres na manutenção da identidade camponesa. As mulheres se tornam o principal elo entre o grupo doméstico e o campo ou “fornadja”, enquanto patrimônios e espaços de produção. São as mulheres que, na ausência dos maridos, passam a realizar as tarefas no espaço de produção e do consumo, auxiliadas pelos filhos menores e outros membros do grupo doméstico. Essa dinâmica só é possível porque há uma renegociação, ainda que provisória, de papéis, e uma redefinição de espaços de trabalho. Isso não significa, porém, um rompimento total com a estrutura de poder predominante no grupo doméstico.

Aliás, as relações de poder não são estáticas e tampouco encerram no binómio dominador (homem) e dominado (mulher), pois o poder não está localizado num lugar específico, visto que as relações de força interagem entre si. O poder encontra-se nas relações cotidianas, está circulando entre as pessoas, e não está nas pessoas (Foucault, 1999). Assim, embora se reconheça a mulher como o sujeito dominado da relação homem e mulher, ela muitas vezes faz recurso dessa situação de submissão para exercer a dominação. Por exemplo, é o caso da situação de muitas mulheres que trabalham nas “fornadjas”. Os respectivos maridos ou companheiros não querem vê-las a trabalhar nesse espaço. Porém, elas recorrem a um conjunto de argumentos – a renda, por exemplo, que o marido mobiliza para o grupo doméstico é insuficiente – para continuarem a exercer essa atividade que lhes traz alguma autonomia na gestão dos rendimentos ali arrecadados, e nas decisões domésticas.

Essas estratégias e discursos, aliados à emigração, permitiram, de certa forma, uma fluidez nas relações de poder no grupo doméstico, uma vez que as mulheres

passam a ter maiores iniciativas e tomadas de decisões, mesmo que, por vezes, sejam predominantemente relacionadas ao seu espaço de pertença e influência. Da mesma forma, não se redefine totalmente a figura do pai provedor, pois os homens nunca estão completamente ausentes. A autoridade, o poder e a honra paterna continuam sempre representados por meio de símbolos e da construção da ideia de pai.

“Fornadja” e recomposição social

A presença da mulher nas “fornadjas” não é recente, ou seja, a mulher tem presença frequente nas “fornadjas”. A diferença é que com o início da emigração masculina e a introdução do “trapiche” motorizado na produção do grogue a presença feminina nas “fornadjas” aumentou significativamente. Antes desses fatos, a presença da mulher nas “fornadjas” limitava-se ao papel de ajudante dos maridos e dos pais na produção do grogue. Eram pouquíssimas as mulheres que produziam grogue, e essa ajuda centrava-se essencialmente em atividades de apoio (descritos anteriormente). Hoje, a mulher ocupa uma posição diferente no espaço da “fornadja”. Aliás, é nesta linha que Silva e Schneider (2013) concluíram, numa pesquisa no Brasil, que as transformações ocorridas no campo agrícola afetam a estrutura e a identidade e transformam, conforme as características dos países e regiões, as relações de gênero. Mas também as relações de gênero geram tais transformações.

A sua presença nesse espaço público torna-se o que Fischer (2007) designou “uma presença política”. O seu trabalho não se limita ao de “ajudante” do membro masculino do grupo doméstico, mas de produtora de grogue. Ela dirige todo o processo produtivo, desde a plantação da cana, passando pela colheita e moagem da mesma, e depois pela destilação e venda do grogue.

A entrada da mulher na “fornadja” como produtora de grogue trouxe mudanças nas relações entre homens e mulheres. As transformações incidem, principalmente, na maneira como é visto o papel de cada um desses sujeitos nas relações que se estabelecem dentro do grupo doméstico, no espaço da produção e na própria construção simbólica dos sujeitos sociais de Ribeira de Principal. Entretanto, antes de a mulher começar a trabalhar nas “fornadjas” como produtora de grogue, isso era a norma instituída, cuidava das tarefas domésticas e trabalhava no campo, mas com um papel subalterno em termos de decisões importantes no tocante à produção. O papel e a responsabilidade do homem era a manutenção do grupo doméstico, ou seja, era considerado o único provedor ativo. Isso nos leva a lembrar que o trabalho da mulher realizado em casa e no campo é desconsiderado como trabalho no sentido em que não é valorizado, porque é considerado “leve”;

não é remunerado e, principalmente, porque a mulher não decidia no espaço público, na comercialização dos produtos ou na transação da renda.

Atualmente, as mulheres, juntamente com os homens, provêm também o grupo doméstico. Neste sentido, foi trabalhar nas “fornadjas” porquanto é um dos espaços mais significativos de produção na comunidade. Em praticamente todas as casas dessa ribeira existe, pelo menos, um membro do grupo doméstico que trabalha ou já trabalhou na “fornadja”.

Outras mulheres trabalham na “fornadja”, no campo ou em outras actividades porque as contribuições de outros membros do grupo doméstico não são suficientes para a provisão das necessidades do grupo. Nesse sentido, os grupos domésticos tornam-se “pluriativos”, o trabalho na “fornadja” permite gerar meios de vida durante os meses de inatividade na agricultura. Pode-se constatar que alguns valores culturais e práticas sociais se modificaram de forma expressiva, ocasionando o enfraquecimento dos laços e vínculos matrimoniais e familiares, propiciando, conseqüentemente, o crescimento de grupos domésticos chefiados por mulheres e uma redução da renda trazida para o grupo. Assim, constata-se a existência de diferenças entre as mulheres casadas ou vivendo em união de fato e as mulheres mães solteiras, que trabalham nas “fornadjas”. Para estas últimas, a produção do grogue é um meio de vida, mas para as primeiras constitui um complemento da renda familiar. A produção do grogue constitui um processo de diversificação dos meios de vida no espaço rural em que as famílias rurais constroem, segundo Ellis (2000), estratégias para enfrentar “contextos de vulnerabilidade” a partir da realização de um conjunto de atividades.

Os atores sociais inseridos em seus grupos domésticos recorrem às diversas estratégias de reprodução, entre as quais encontram-se a “pluriatividade”. Nos grupos domésticos encontra-se pelo menos um membro ativo que realiza uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. A produção do grogue, pelas mulheres e pelos homens, os trabalhos sazonais na construção civil pelos homens, enquadram na situação de pluriatividade. A produção do grogue constitui uma atividade não agrícola, embora a matéria-prima utilizada – a cana sacarina – seja um produto agrícola produzido nas hortas de muitos “fornadjeiros” e muitas “fornadjeiras” ou comprado de terceiros.

Este tipo de “pluriatividade”, segundo Schneider (1999), possui uma base agrária, pois a atividade não agrícola – a produção do grogue – ocorre no próprio setor da agricultura, e não na indústria. Segundo Schneider (2007), a “pluriatividade” é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, a estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do

território em que estiver inserida. Por outro lado, a “pluriatividade” pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Os grupos domésticos articulam o trabalho das “fornadja” com outras actividades agrícolas e não agrícolas – uma situação de “pluriatividade” –, em que as mesmas funcionam como fontes de produção de bens e de troca e inserção nos mercados, assim como para o autoconsumo. Com esta actividade as mulheres passam a dominar uma nova dimensão do espaço público, ou seja, inserem-se e participam do espaço das trocas mercantis e económicas gerindo o seu próprio dinheiro. Porém, sem seu abandono total – e começa a integrar gradativamente o espaço público (masculino). Porém, os papéis sociais femininos não se alteraram, pois são as mulheres que fazem o trabalho doméstico, mesmo trabalhando na produção ou em outros locais.

Muitos “fornadjeros”, assim como alguns maridos e companheiros – emigrados ou não – das “fornadjas”, dizem não querer que elas trabalhem nas “fornadjas”. Contudo, pode ver-se que a mulher continua a trabalhar na “fornadja”. Este fato constitui uma situação bastante peculiar, cuja iniciativa partiu das próprias mulheres, que persistem em mantê-la por entenderem que é a única forma de participarem ativamente no espaço público. Espaço esse que para elas, até aqui, era o espaço público que se transformou no espaço público político. Entretanto, prevalece a persistência em manter-se a trabalhar nas “fornadjas”, por vezes contrariando o modo de ver e de pensar do marido ou companheiro. É uma situação negociada interativamente entre os sujeitos, em que a mulher, neste contexto, está na posse da agência de resistência (Ortner, 2006). As mulheres ao conquistarem essa posição no espaço público estão a constituir um sujeito feminino ativo, participativo e político, revelando-se não como figurantes, mas como atrizes na transformação das suas comunidades.

Neste sentido, o trabalho na “fornadja”, além de ser uma estratégia de produção para aprovisionamento, já demonstrado na pesquisa do Sahlins (1970), especialmente para os grupos domésticos com menos condições socioeconómicas, constitui, também, uma estratégia de afirmação da identidade da mulher no espaço público. A necessidade impulsionou a inserção das mulheres na “fornadja”, porém nem todas elas trabalham nesse espaço por esta necessidade, mas sim porque querem participar ativamente desse espaço público, construindo assim uma nova identidade. Muitas “fornadjas” vão trabalhar na “fornadja” para participarem desse espaço, e não porque precisam da renda da venda do gogue.

As “fornadjas”, os “fornadjeros”, assim como a população local afirmam que trabalhar na “fornadja” é prejudicial à saúde, sobretudo das mulheres. Esse argumento assenta, basicamente, na quentura da “fornadja”, que prejudica a

saúde da mulher, tanto do ponto de vista físico como da sua capacidade de reprodução. Essa argumentação enquadra-se numa tentativa de naturalizar a diferenciação biológica entre os indivíduos. Assim, a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registo de propriedades naturais, diretamente dadas à percepção, constitui produto de uma construção operada ao preço de uma série de escolhas orientadas através da acentuação de certas diferenças ou escotomização de certas semelhanças (Bourdieu, 1999).

Aliás, os homens reforçam este discurso dizendo que o trabalho da “fornadja” é trabalho masculino, ou seja, “trabalho pesado”. Como se consideram os mais fortes fisicamente, logo, é trabalho indicado para eles. Pode-se verificar, com base na análise de Bourdieu (1999), que o argumento utilizado pelos atores sociais para fundamentar a diferença anatômica, entre os órgãos sexuais, constitui uma justificação para legitimar a diferença social, construída entre os gêneros na divisão sexual do trabalho.

Vários autores, entre os quais Heredia *et al* (1987), ao analisarem o lugar das mulheres em grupos domésticos camponeses, observam que a organização social camponesa obedece a um padrão de divisão sexual do trabalho bastante rígida e bipolarizada, entre o campo – espaço da produção, público e, por isso, predominantemente masculino – e a casa – espaço do consumo, de domínio feminino. Na Ribeira de Principal, porém, essa classificação não pareceu tão rígida, já que a dinâmica social e as necessidades vivenciadas pelos grupos domésticos permitiram que a mulher ocupasse espaços considerados como masculinos. A emigração, na comunidade, impõe na prática constantes redefinições e reconfigurações do lugar ocupado por cada um nos espaços de produção. A classificação desses espaços, porém, permanece em suas representações como masculino e feminino.

A entrada da mulher na “fornadja” permitiu rearranjos nas relações de gênero, através da redistribuição de tarefas e de espaços de trabalho, sem romper definitivamente com as representações de gênero que marcam as posições hierarquizadas dos sexos. As mulheres e os homens vêm desempenhando tarefas consideradas masculinas e femininas. O trabalho das mulheres na manutenção do grupo doméstico vem possibilitando seu acesso aos espaços públicos, anteriormente exclusivos dos homens. Aí, ao articularem as experiências da vida privada com as do espaço público, nas lides cotidianas, as mulheres questionam a hierarquia de gênero, não só no grupo doméstico, mas também no espaço de produção. Portanto, o trabalho das “fornadjeiras” permite a articulação do mundo privado com o mundo público, rompendo com os modelos de fixação das mulheres nos espaços privados e assim construindo uma nova identidade feminina participante do espaço público político da comunidade.

Conclusão

A emigração e a ocupação dos homens em outros setores da economia de Cabo Verde, como a construção civil e o trabalho assalariado, abriram novas oportunidades para a inserção da mulher em outras atividades fora do espaço doméstico e privado. A partir do período da incorporação feminina no espaço público do trabalho como produtora passou-se a considerar uma realidade na Ribeira: as mulheres “fornadjeiras”, ou seja, trabalhadora, remunerada. Esta situação, entretanto, não diminuiu as tarefas realizadas pela mulher no espaço doméstico, pelo contrário, aumentou as suas tarefas, que, para além de dona de casa, passa a trabalhadora. Essa situação permite considerar que a influência dos valores patriarcais configura o sistema simbólico fundado na oposição casa/trabalho e legítima, em última instância, a sujeição feminina, pois a categoria “trabalhador” é construída segundo uma configuração masculina. Estão embutidos, em sua formulação, os pressupostos da dicotomia público e privado, em que se exclui deste último a remuneração pelos trabalhos realizados. Assim, a construção da categoria “trabalhador” marginaliza a mulher, que acaba por trabalhar duas vezes – uma no espaço público de produção e outra no espaço doméstico –, sendo o primeiro trabalho remunerado mas o segundo gratuito.

A partir do momento em que as mulheres se inseriram ativamente no espaço público, trabalhando como produtora de grogue nas “fornadjas”, conquistaram uma autonomia e um reconhecimento social até então desconhecidos. Esse reconhecimento social transforma-as de mulheres ajudantes para trabalhadoras e produtoras de renda. É importante considerar, no entanto, que a conquista dessa posição não foi suficiente para a erradicação de uma sociabilidade fundamentada na hegemonia masculina. Isto porque o discurso das mulheres persiste em considerar que é papel do homem trabalhar na “fornadja” e ser o principal provedor do grupo doméstico. Este discurso, porém, é ambíguo no sentido em que as mulheres participam politicamente no espaço público, trabalhando com e como os homens na produção do grogue. Entretanto, elas demonstram, ainda, valores que admitem a divisão sexual tradicional do trabalho, o que contribui para a legitimação desta condição.

Esta posição revela que a conquista do espaço público pela mulher encontra-se, entretanto, dissociado de uma desconstrução das relações patriarcais predominantes. Ademais, esta situação mostra contradições e antagonismos, pois a mulher possui uma carga de responsabilidade imposta para manter o grupo doméstico – na reprodução, nas tarefas domésticas – que a sua situação

no mundo produtivo torna extremamente penosa e arbitrária. E, ao invés de se verem aliviadas dessa situação, como pretendia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciam é uma acentuada precarização da sua força de trabalho.

Entretanto, a capacidade das “fornadjeiras” em encontrar soluções inovadoras para enfrentarem a situação de vulnerabilidade e pobreza no meio rural sem um apoio constante do Estado ou de outros agentes mostra que as mulheres, embora sem reconhecimento, realizam atividades diversificadas – na produção, na reprodução e na comunidade – que lhes permitem, paulatinamente, adquirir autonomia, inserir-se e resistir em espaços dominados pelos homens.



Ilustração 1: Ilha de Santiago - Principal, São Miguel. Fonte: Ant3nio Baptista, 2008.



Ilustração 2: Ilhas de Cabo Verde. Fonte: [wikitrave.org/pt/Cabo_Verde], [sambazonk.files.wordpress.com/..mapa_de_cv.jpg], 2010.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Oeiras, Celta, 1999.
- BURGESS, Robert. *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras, Celta, 2001.
- ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife, Ed. Massangana, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- GIUFFRÈ, Martina. Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas duma relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde). In: GRASSI, Marzia e ÉVORA Iolanda. (Orgs). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 193-215.
- HEREDIA, M. et al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. São Paulo, Loyola, 1987, pp. 28-56.
- INSTITUTO Nacional de Estatística. *Censo 2000*. Praia, 2000.
- LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica*. São Paulo, Terceira Margem, 2004.
- ORTNER, Sherry B. Poder e projetos. Reflexões sobre a agência. In: *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006, pp. 45-80.
- SAHLINS, M. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano. (Orgs). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito, Ed. Flacso, 2009, pp. 132-161.
- SILVA, Carolina Braz de Castilho e SCHNEIDER, Sergio. *Gênero e pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul: um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões*. (No prelo). Rio Grande do Sul, 2013.
- SILVA, Carolina Braz de Castilho e SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, Ed. Mulheres, 2010, pp. 183-207.
- SILVA, Marcelo Saturnino da e MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes

sazonais do município de Tavares - PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, Ed. Mulheres, 2010, pp. 279-309.

TORRES, Iraildes Caldas e RODRIGUES, Luna Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, Ed. Mulheres, 2010, pp. 233-252.

WHITEHEAD, Ann. Women's solidarity and divisions among women. *IDS Bulletin*. Brighton, v. 15, n. 1, jan, 1984, pp. 6-11.

Recebido em: 27/09/2012

Aceito em: 14/04/2013

Como citar este artigo:

CARVALHO, Carla e SCHNEIDER, Sergio. "Fornadjeras": mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 215-232.

As novas fronteiras tecnológicas entre intimidade e solidão

Juliana do Prado¹

Resenha do livro:

TURKLE, Sherry. *Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other*. New York, Basic Books, 2011.

Há 30 anos, quando Sherry Turkle iniciou seus estudos no MIT sobre cultura computacional, “o mundo mantinha certa inocência” – segundo suas palavras. É desse modo que a autora apresenta seu livro mais recente *Alone Together*, lançado em 2011. Sherry Turkle é professora de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia no Massachusetts Institut of Technology (MIT) e doutora, por Harvard, em Psicologia da Personalidade. Após passar alguns anos em Paris estudando como as ideias psicanalíticas tinham se disseminado pelo cotidiano francês, Turkle ingressou no MIT nos anos 1980 porque percebeu que algo similar acontecia com a linguagem dos computadores, que estava sendo utilizada para pensar sobre diversas esferas como política, educação, vida social e em uma analogia com a psicanálise – sobre o *self*. Enquanto seus colegas do MIT insistiam que os computadores eram apenas ferramentas, seus questionamentos procuravam entender como esses dispositivos mudavam as pessoas.

Em 1984, Sherry Turkle publicou *Second Self: computers and the human spirit*, livro em que aprofunda suas reflexões e traça um panorama subjetivo dos computadores pessoais, o que define sua marca como pesquisadora atenta para

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Bolsista Capes – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – ju.doprado@gmail.com

a inserção social da tecnologia e seus impactos subjetivos. Na década seguinte, em 1995, época em que se inicia a expansão da internet comercial nos Estados Unidos, suas reflexões apresentadas no livro *Life on the screen: identity in the age on the Internet*, se deslocam para a compreensão das identidades forjadas no universo online, atentando para as possibilidades de experimentação de identidades de modo positivo. Contudo, seu otimismo de 1984, embasado na crença de certa inocência, havia sido desafiado quando se deparou com uma série de pessoas que achavam suas vidas online mais satisfatórias do que suas “vidas reais”. Segunda a autora, a partir de meados da década de 1990, duas tendências tecnológicas se desenhariam e viriam a ser fundamentais: o desenvolvimento da robótica e sua inserção social e o avanço de uma vida totalmente conectada à internet – seja através dos desktops (também conhecidos como computadores pessoais ou computadores de mesa) ou através dos dispositivos móveis como celulares.

Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other, que completa uma espécie de trilogia, é inserido nessa vertente de reflexão sobre a tecnologia pelo viés da subjetividade e explora essas duas tendências que Turkle denomina como “história do amanhã”, referindo-se à promessa de relacionamentos de intimidade com robôs sociáveis, e “história de hoje”, referindo-se a uma vida amplamente conectada, que nos traz a possibilidade de mais controle sobre as relações humanas. O livro é resultado de observações durante os últimos 15 anos, acompanhado de uma extensa pesquisa com cerca de 450 pessoas, entre adultos, crianças e idosos, que alia método etnográfico com estilo clínico de fazer pesquisa. As reflexões, ilustradas pelos relatos que percorrem o livro, permitem entender como a relação com e através da tecnologia redesenha as fronteiras entre intimidade e solidão, na medida em que vai ao encontro de nossas vulnerabilidades – em especial com nossa demanda por relações de intimidade nas quais não haja propriamente um comprometimento exigido pelas relações humanas e desenvolvidas face a face.

A autora demonstra sua capacidade de fazer etnografia na primeira parte do livro, em que trata especificamente das interações entre humanos e robôs através de pesquisa realizada com crianças e idosos. A análise implicou desde a observação do desenvolvimento de sofisticados robôs em laboratórios científicos até sua distribuição em parques infantis e casas de repouso. O foco em crianças e idosos se fundamenta por serem gerações que futuramente estarão sujeitas à companhia de robôs sociáveis, sugerindo o que Turkle (p. 10) teme na sociedade americana: “nossa população está envelhecendo, haverá robôs para cuidar de nós. Nossos filhos são negligenciados; robôs cuidarão deles. Estamos exaustos demais para lidar uns com os outros na adversidade; robôs terão energia”.

E se robôs não fossem um tipo de vida, mas um tipo de performance? E se relacionar-se com robôs nos deixasse satisfeitos simplesmente porque nos sentiríamos mais no controle? Que tipo de relação com as máquinas é possível, desejável ou ética? Estes são alguns questionamentos que perpassam a obra e requerem refletir primeiramente de um ponto de vista histórico para identificar as mudanças na concepção de relacionamentos com robôs e verificar como poderão ser oferecidos como substitutos para nos conectarmos e nos relacionarmos com o outro. Dos anos 1960 até os anos 1980, o debate sobre os primeiros brinquedos de computadores se situava na discussão se eles poderiam ter inteligência, o que os tornaria “nossos vizinhos mais próximos”, se distinguindo apenas de nossa capacidade emocional. O posterior encontro de crianças com a introdução de simples robôs e brinquedos tecnológicos na década de 1990, como os Furbies e Tamagotchis – também conhecidos no Brasil como animais virtuais – propõe pensar para além, levantando aspectos relacionados aos sentimentos e necessidades desse tipo de artefato. A perspectiva de pensamento que rondava os primeiros brinquedos tecnológicos buscando respostas sobre se eram seres vivos e se tinham inteligência, cedeu lugar a novas práticas: as crianças da década de 1990 não queriam mais compreender esses objetos do ponto de vista de sua capacidade de pensar, mas sim cuidar deles de modo semelhante ao que é feito com animais domésticos, pois tornaram-se “vivos o suficiente” para alimentarem as expectativas de relacionamentos sociais.

A partir desse momento, as expectativas quanto aos robôs aumentaram e ensejaram novas tendências futuras, de modo que não serão vistos mais como máquinas apenas, mas como “criaturas”. E como criaturas poderão ser companhias, se relacionar exigindo e proporcionando cuidados, o que também revela sua capacidade terapêutica, principalmente em se tratando de pessoas que vivem ou passam grande parte do tempo sozinhas, como idosos e crianças que ficam em casa enquanto os pais trabalham. É deste ponto de vista que Turkle verifica o surgimento de um novo tipo de relação, sancionada por uma nova linguagem de cuidado: “nós pedimos à tecnologia para fazer o que costuma ser um ‘trabalho de amor’: cuidar uns dos outros” (Turkle, 2011: 107).

Nesse aspecto, a análise da autora vai de encontro a um ponto de vista sociológico da inserção de robôs na vida social. O fato de crianças e idosos serem os grupos mais vulneráveis e sujeitos a desenvolverem relações de companhia com robôs sociáveis é um forte indício de que a alocação de recursos destinados ao seu cuidado é uma escolha social, demonstrando que em sociedades de alto desenvolvimento econômico e tecnológico estes grupos apenas são uma preocupação social quando se decide que não há tempo ou recursos humanos para

atendê-los, relegando essa tarefa à tecnologia. Deste modo, a fascinação sobre essas máquinas que permeava as concepções desde seu surgimento se transforma em desejo de cuidar e nutrir relações – o que pode ser considerado uma vulnerabilidade social. Em síntese, na companhia de robôs, as pessoas sozinhas se sentem conectadas a um tipo novo de criatura, ou seja, vivendo na solidão, estabelecem novas formas de intimidade.

Apesar de atentar para vários detalhes sobre a inserção da robótica na vida social e, principalmente, como este tipo de tecnologia poderá alcançar nossas vulnerabilidades, o destaque maior de *Alone Together* está na sua segunda parte, em que Turkle analisa as relações mediadas digitalmente e desnuda uma série de elementos que as configuram nas sociedades contemporâneas. Aí fica mais visível sua sensibilidade de psicanalista, apresentando entrevistas em profundidade realizadas com adolescentes e adultos, as quais lhe permitem resgatar a discussão já efetuada em *Life on the Screen* sobre as formas de experienciar as identidades no universo online no sentido de constatar que estamos cada vez mais conectados, porém sozinhos.

O principal elemento analisado pela autora que compõe as relações estabelecidas pelas mídias digitais é o controle, que pode ser interpretado primeiramente pelo aspecto emocional, o qual vai ao encontro das nossas vulnerabilidades. Caracterizadas pela ilusão de companhia experimentada por meio da conectividade, essas relações têm sido atrativas na medida em que diminuem as chances de frustrações e comprometimento que tendem a acontecer com as relações face a face. O maior atrativo apontado pela maioria das pessoas entrevistadas por Turkle é a possibilidade de que pelas mídias digitais a comunicação seja feita de modo editado, reflexivo e racionalizado, o que tem justificado a aversão de seus colaboradores ao telefone, de tal modo que se relacionar mediado por uma tela de computador ou por meio de mensagens de celular se torna uma maneira de se esconder das fronteiras insuficientes de envolvimento estabelecidas pelas ligações telefônicas. A noção de se esconder supõe um estado no qual a pessoa está sozinha com seus pensamentos, mas em contato com uma fantasia quase tangível do outro, isto é, “na tela, você tem a chance de descrever a si mesmo como a pessoa que você quer ser, e imaginar os outros como você deseja que sejam, construí-los para seus propósitos” (Turkle, 2011: 88). Em outras palavras, online estamos presentes uns para os outros e é justamente o fato de estarmos sozinhos que se torna pré-condição para estarmos conectados.

Estar sempre conectado, portanto, também se torna sinônimo de manter a si mesmo e o outro no controle, sobretudo, nas relações entre pais e filhos adolescentes, que com idades entre 9 e 13 anos são presenteados com celulares

na tentativa de estabelecer um contrato de que devam atender às ligações. Contudo, a antipatia pelas chamadas telefônicas motiva a grande quantidade de mensagens de texto trocadas, na tentativa de manterem-se próximos. É nesse aspecto que Turkle observa uma característica peculiar das gerações que cresceram conectadas às mídias digitais: o rito de passagem que representa a separação da criança de seus pais é agora reinventado pela tecnologia, possibilitando a estes últimos o contato permanente ao passo de uma discagem ou mensagem de texto. Se for sempre possível manter-se em contato, quando os adolescentes cultivarão a habilidade de ficar sozinhos e com isso refletir sobre si mesmos autonomamente? As visões tradicionais sobre o desenvolvimento dos adolescentes tomam a autonomia e fronteiras pessoais como elementos de suma importância para a construção de um *self*, cuja capacidade de experimentar sentimentos é vista como algo independente e individual.

Para as gerações amplamente conectadas, entretanto, a tecnologia facilita a expressão de sentimentos enquanto ainda estão sendo formados, o que configura um estilo emocional no qual as emoções não estão completamente experimentadas até serem comunicadas e em consonância suscitar algum tipo de comentário ou *feedback*. É nesse sentido que em vários exemplos citados por Turkle, adolescentes compartilham sentimentos como parte de se descobrirem e com isso cultivam o que a autora denomina de *self* colaborativo. Com isso um novo cenário se apresenta e aponta para um aspecto aparentemente paradoxal a respeito das mídias digitais: se por um lado a conectividade promove uma espécie de solidão compartilhada entre os sujeitos, por outro ela dificulta o desenvolvimento da habilidade de ficar sozinho e refletir sobre os próprios pensamentos e emoções no privado (2011: 176).

Por conseguinte, a necessidade de manter-se conectado constantemente e realizar várias tarefas ao mesmo tempo denuncia ansiedades que organizam o uso das mídias digitais, de modo que vivenciar algo e não compartilhar no Facebook ou não ter o BlackBerry por perto é relatado pelas pessoas entrevistadas como uma dificuldade que, segundo a autora, se constitui em uma emergência contemporânea. Assim, Turkle identifica nos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que ocorreram nos Estados Unidos, um grande impacto político e subjetivo que se relaciona à ansiedade que percorre os relatos que acompanham principalmente as gerações que foram educadas posteriormente. O trauma recorrente dos ataques ao World Trade Center em Nova York é parte da história da cultura da conectividade americana, haja vista que colocou a sociedade em um nível de vigilância sem precedentes sobre as pessoas e suas comunicações. Logo, “celulares se tornaram um símbolo de segurança física e emocional” (Turkle, 2011: 247).

Em suas abordagens sobre a robótica e relações mediadas digitalmente, *Alone Together* foi escrito para demarcar uma perspectiva subjetiva pouco atenta aos marcadores sociais da diferença que delimitam os usos da tecnologia, caracterizando-se como a obra de Turkle que apresenta uma visão incrédula sobre suas potencialidades sociáveis. A tecnologia representa uma oportunidade de refletir sobre valores e direcionamentos das relações sociais, nos preparando para incluí-la em vários âmbitos de nossas vidas, como trabalho, relações afetivas e familiares, com o intuito de preservar o contato que nos é mais caro nas relações humanas, porém de maneira a não correr riscos e a não se frustrar diante de expectativas que possam não ser atendidas.

A tecnologia, como sintoma de uma sociedade que permanece cada vez mais conectada, mas que não encontra tempo e espaço suficiente para cultivar uma reflexão solitária, aponta para a predominância de laços fracos que caracterizam as relações mediadas digitalmente. Como sonho, vislumbra um tempo futuro em que seja possível se relacionar com novas criaturas que estarão presentes para atender às nossas vulnerabilidades, evitar os riscos emocionais que as relações sociais têm oferecido de certo modo.

Referências

- CASALEGNO, Federico. Sherry Turkle: Fronteiras do real e do virtual. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 11, dez. 1999, pp. 117-123.
- RALEIRAS, Mónica. Recensão da obra “A vida no écran. A identidade na era da internet”, de Sherry Turkle. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 03, 2007, pp. 113-116.
- RÜDIGER, Francisco. Sherry Turkle, percurso e desafios da etnografia virtual. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 14, n. 2, mai./ago. 2012, pp. 155-163.

Recebido em: 25/02/2013

Aceito em: 28/02/2013

Como citar esta resenha:

- PRADO, Juliana do. As novas fronteiras tecnológicas entre intimidade e solidão. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 235-240.

Sobre uma sociologia da justiça e do conflito

Giane Silvestre¹

Resenha do livro:

SINHORETTO, Jacqueline. *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. São Paulo, Alameda, 2011.

O sistema de justiça já não se configura como um objeto de estudo exclusivo do campo do direito e nem de juristas há algumas décadas. As ciências sociais têm trazido significativas contribuições para se pensar a justiça e seus operadores não apenas como um conjunto de leis, jurisprudências, normatividades etc., mas sim para situá-la em um campo de disputas e relações de poder entre diferentes atores, que ocupam distintas posições na estrutura social. Seja por meio das contribuições sociológicas trazidas pelos estudos sobre as instituições e profissões jurídicas (Sadek, 2002; Bonelli, 2002), ou pela discussão da universalização dos direitos e da cidadania (Marshall, 1967; Carvalho, 2005; Santos, 1979), entre outros, é fato que o sistema de justiça se consolidou como um objeto de estudos das ciências sociais.

Neste bojo, se inserem ainda os estudos brasileiros sobre a chamada “reforma da justiça”, que veio suprir as demandas geradas pelo redimensionamento dos padrões de conflitualidade social ao longo das últimas décadas e os anseios crescentes pela intermediação pública e soluções institucionais. Pode-se afirmar que o livro *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflito*, de Jacqueline Sinhoretto, apresenta uma discussão que se coloca no campo dos estudos

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – Bolsista Fapesp – UFSCar – São Carlos – Brasil – giane_silvestre@yahoo.com.br

sobre a reforma da justiça, a partir de uma experiência inovadora de política governamental, construída com base no discurso da redemocratização e da ampliação do acesso à justiça: os Centros de Integração da Cidadania (CICs).

Mas o livro vai muito além disso. Vai além porque Sinhoretto não se restringe a nos revelar os CICs apenas como uma experiência de melhoria do acesso à justiça e à segurança pública em áreas da periferia da cidade de São Paulo. O que a autora nos revela é o quão complexa é a implementação da justiça em nossa sociedade e como a criação e implantação de práticas institucionais de administração de conflitos ensejam relações de poder e disputas de identidades e legitimidades que extrapolam os limites pensados pelo Estado. A observação empírica inovou e também contribuiu com a consolidação de um campo de estudos sobre a administração estatal de conflitos, à época ainda disperso em algumas pesquisas dentro das ciências sociais.

Partindo de um intenso trabalho etnográfico, articulado com um diálogo com a literatura especializada, Sinhoretto exercita a prática de uma sociologia política, tendo como elemento central a análise foucaultiana do poder. Sob esta ótica, o poder é tido/tomado como o resultado das relações interpessoais, exercendo-se de modo capilar, e não como algo intrínseco ao sujeito, podendo ser detido ou transferido. É a análise microfísica que “supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (Foucault, 1987: 26). Com isso, Sinhoretto evidencia “o CIC como uma janela pela qual o analista pode observar as relações de poder constituindo e sendo constituídas por práticas concretas de gestão estatal dos conflitos” (Sinhoretto, 2011: 19).

A pesquisa inova ainda ao nos trazer o conceito de gestão estatal da conflitualidade. Em seu trabalho, a emergência deste conceito vem substituir a noção do Estado de direito e com isso afasta a ideia de se pensar o Estado e a sociedade civil sob uma chave analítica dicotômica e antagonica. Sob a perspectiva da administração dos conflitos, estamos pensando o Estado a partir da pluralidade de suas forças. Eis a contribuição da autora: sua capacidade de articular e situar em um estudo de caso, a perspectiva da circulação e do exercício do poder em suas relações capilares e em suas extremidades, a partir da observação das práticas institucionais de administração de conflitos. Diante da leitura da etnografia de Sinhoretto o leitor poderá entender como o “poder circula, evidenciando sistema de verdade, sujeição e hierarquia”. (Sinhoretto, 2011: 21).

Assim, ao longo dos dois primeiros capítulos que compõem o livro o leitor poderá compreender, por meio da revisão trazida por Sinhoretto sobre o projeto de reforma da justiça, como o nosso processo de redemocratização foi associado à noção de ampliação do Estado de direito, do acesso à justiça e da necessidade da institucionalização dos conflitos. A autora recupera também os distintos diagnósticos trazidos pelos estudos sobre o sistema de justiça no Brasil, tanto na esfera cível quanto criminal, discutindo as rupturas e/ou continuidades institucionais advindas do processo de redemocratização.

O leitor conhecerá, no terceiro capítulo, o processo histórico de concepção e a implementação dos CICs na cidade de São Paulo. A autora apresenta dados que dialogam tanto com o processo histórico descrito nos capítulos anteriores, quanto com a observação realizada nos postos dos CICs relatada no quarto capítulo. Este último, destacado pela autora como o coração do livro, traz a riqueza do material empírico coletado por Sinhoretto nos rituais de mediação de conflito mobilizados pelos serviços de justiça do CIC. Neste momento o leitor encontrará a rica descrição e análise das relações micropolíticas estabelecidas entre as partes e os operadores dos serviços de justiça na produção dos rituais de gestão da conflitualidade, ou ainda, como destaca a autora, a possibilidade de observar o sistema de justiça pelas suas franjas.

Para encerrar e complementar a obra, o quinto capítulo apresenta uma análise da *corporificação* dos operadores do sistema jurídico. Resgatando a referência foucaultiana, Sinhoretto nos leva a uma instigante reflexão sobre o corpo como um problema teórico. A problematização trazida com o encontro dos *corpos do poder* na periferia enriquece sua obra em uma análise que extrapola as tensões e os conflitos observados nos rituais da justiça. Em suma, o leitor encontrará em *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos* muito mais do que um estudo sobre o sistema de justiça: encontrará um profundo exercício de sociologia política e análise das relações de poder.

Referências:

- BONELLI, Maria da Glória. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. As relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos, Edufscar/Sumaré, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: histórico da violência nas prisões*. São Paulo, Vozes, 1987.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania e classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o sistema de justiça. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. Volume 4. São Paulo/ Brasília, ANPOCS/Sumaré/ Capes, 2002

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a olítica social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Recebido em: 9/03/2013

Aceito em: 20/03/2013

Como citar esta resenha:

SILVESTRE, Giane. Sobre uma sociologia da justiça e do conflito. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 241-244.